

Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**



Leonardo Dresch Eberhardt

**Haitianos em Cascavel, Paraná: história, trabalho e saúde**

Rio de Janeiro

2017

Leonardo Dresch Eberhardt

**Haitianos em Cascavel, Paraná: história, trabalho e saúde**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Saúde, Trabalho e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Ary Carvalho de Miranda.

Rio de Janeiro

2017

Catálogo na fonte  
Fundação Oswaldo Cruz  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde  
Biblioteca de Saúde Pública

E16h Eberhardt, Leonardo Dresch.  
Haitianos em Cascavel, Paraná: história, trabalho e saúde /  
Leonardo Dresch Eberhardt. -- 2017.  
212 f. ; il. color. , graf. ; mapas ; tab.

Orientador: Ary Carvalho de Miranda.  
Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola  
Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2017.

1. Trabalhadores. 2. Saúde do Trabalhador. 3. Emigração e  
Imigração. 4. Saúde Pública. 5. Processo Saúde-Doença.  
6. Racismo. I. Título.

CDD – 22.ed. – 363.11098162

Leonardo Dresch Eberhardt

**Haitianos em Cascavel, Paraná: história, trabalho e saúde**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Saúde, Trabalho e Ambiente.

Aprovada em: 27 de março de 2017.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gabriel Eduardo Schütz  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Estudos em Saúde Coletiva

Prof. Dr. Renato José Bonfatti  
Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof. Dr. Ary Carvalho de Miranda (Orientador)  
Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rio de Janeiro

2017

A Lourdes, Flávio e Thaís, por tudo.

A Daiane, companheira.

Ao Professor Inacio Madalosso [*in memoriam*].

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Ary Carvalho de Miranda, pela orientação durante todo o percurso do mestrado, tanto nas questões referentes à dissertação, quanto naquelas envolvendo disciplinas a cursar, créditos, leituras etc. É importante destacar a atitude assumida pelo Prof. Ary, de colocar o orientando à vontade e impulsionar a liberdade e autonomia do estudante durante formação acadêmica. De modo que os acertos e qualidades deste estudo devem muito à figura desempenhada pelo orientador.

Aos Profs. Drs. Renato José Bonfatti e Gabriel Eduardo Schütz, que participaram da banca de qualificação da dissertação e da banca final. Os comentários, sugestões e, de modo geral, a avaliação crítica que realizaram – tanto do projeto de estudo quanto da versão final da dissertação – contribuiu sobremaneira na execução do estudo e na lapidação dos resultados finais e discussão.

Aos professores da área de concentração “Saúde, Trabalho e Ambiente”, vinculada ao Mestrado em Saúde Pública da ENSP/Fiocruz, que contribuíram de forma decisiva na realização do estudo, e, mais do que isso, na formação acadêmica de forma geral.

Aos demais professores vinculados ao Mestrado, especialmente àqueles com quem tive a oportunidade de cursar disciplinas e manter um contato mais direto. É preciso destacar o papel crucial que as disciplinas possuem para o estudante, tanto para a execução da proposta de estudo, quanto para a formação acadêmica.

A meus pais, Flávio e Lourdes, para quem, na verdade, qualquer agradecimento é insuficiente. Em função do Mestrado, foram substanciais as contribuições material e financeira para a realização do mesmo, mas também – e, talvez, sobretudo – o apoio emocional por eles proporcionado. Estendo os agradecimentos à minha irmã, Thaís, pelos mesmos motivos, e aos demais familiares.

À Daiane, pela companhia e apoio no decorrer da realização do Mestrado. Muitas vezes não é fácil aturar as queixas, reclamações, cansaço, as horas de estudo... tão comuns na vida de um estudante de pós-graduação. A relação com ela estabelecida proporcionou, além do mais, o crescimento mútuo e amadurecimento de ambos durante esse período.

À Beatriz, Ana Beatriz e Maria, pela acolhida e apoio desde os primeiros momentos vivendo no Rio de Janeiro.

Aos amigos do Rio de Janeiro, em especial ao Klaus e ao Gustavo, por terem possibilitado a continuidade dos estudos ao cederem suas casas para minha estadia no segundo ano do Mestrado.

Aos amigos de Cascavel, sobretudo Luiz Fernando, Luis Guilherme, Neide, Paula e Manoela, pela acolhida nas minhas incursões na cidade em virtude da realização do estudo.

Às colegas e amigas da área de concentração “Saúde, Trabalho e Ambiente”, com quem aprendi muito e espero poder continuar aprendendo. Registro o nome de todas: Aline, Ana Paula, Ariana, Bruna, Erika, Danieli, Flavia, Larisse, Lorena, Natália, Sônia e Talita. Agradeço, também, aos demais colegas do Mestrado, isto é, àqueles de outras áreas de concentração.

Aos amigos do Sul (Chaves, Darles, Richter, Lara, Lucas, Feyh, Gordo, Taylan e demais), pela companhia nos momentos bons (e nem tão bons) da vida.

Ao CNPq e à FAPERJ pelas bolsas concedidas durante a realização do Mestrado, as quais possibilitaram o sustento material e as viagens.

Por fim, gostaria de agradecer especialmente aos sujeitos que se dispuseram a ser por mim entrevistados, apesar de todas as adversidades; e, também, à Associação Haitiana de Cascavel (AHC) e à Igreja Anglicana de Cascavel.

*Os cientistas dizem que os humanos são feitos de átomos  
Mas a mim um passarinho contou que somos feitos de histórias.*

GALEANO, 2013.



## RESUMO

O escopo do estudo é a relação entre saúde e imigração, do ponto de vista da saúde do trabalhador e da determinação social do processo saúde-doença. Utiliza-se, também, o aporte do materialismo histórico-dialético. O objetivo é analisar a relação entre saúde, trabalho e organização coletiva dos haitianos residentes em Cascavel, Paraná, Brasil. Optou-se por tratar a relação trabalho-saúde a partir da experiência dos haitianos em um dos frigoríficos de aves da cidade. Trata-se de pesquisa qualitativa na interface das ciências sociais e humanas em saúde, com quatro fontes de dados: entrevistas semi-estruturadas; acordos coletivos de trabalho; notícias de portais online e jornais digitais; e revisão bibliográfica. Os resultados estão agrupados em quatro seções: história da presença dos haitianos em Cascavel; aproximação à relação trabalho-saúde dos haitianos a partir do trabalho em um frigorífico de aves; formas de resistência e organização coletiva; e imigração, racismo, violência e saúde. Discute-se que os haitianos começaram a chegar a Cascavel em 2010, após o terremoto que atingiu a parte central do Haiti, atraídos por empresários locais. Iniciaram sua inserção em setores produtivos como a construção civil, comércio e, finalmente, a agroindústria avícola, onde grande parte deles estava empregada. Neste setor produtivo, são relatados pela literatura casos graves de lesões por esforço repetitivo e doenças psíquicas. Na amostra de indivíduos entrevistados (11) foram descritas diversas situações envolvidas na saúde do trabalhador, classificadas pelos autores como sofrimento difuso, com base na literatura. Além disso, foram expostas condições de vida e saúde desfavoráveis, acompanhadas por casos de violência e racismo. Diante deste cenário, a comunidade haitiana tem procurado formas de resistência individuais e coletivas, com destaque para a Associação Haitiana de Cascavel – entidade que tenta defender os direitos e interesses dos haitianos – e a participação deles nas igrejas locais, entendida como forma de procurar solidariedade e sentido para a vida diante de tantas dificuldades. Conclui-se que a relação saúde-imigração dos haitianos, além de perpassada pelas formas de produção e reprodução da vida social, é também relacionada à violência e ao racismo. O estudo espera, assim, contribuir para o fortalecimento da Associação Haitiana de Cascavel e para a luta da comunidade haitiana por saúde e trabalho.

Palavras-chave: Trabalhadores. Saúde do Trabalhador. Emigração e Imigração. Saúde Pública.

## ABSTRACT

The scope of this research is the relationship between health and immigration by the standpoint of worker's health, social determination of health and historical-dialectical materialism. The aim is to analyze the relationship between health, work and collective organization of Haitians residing in Cascavel, Paraná, Brazil. The relation work-health is approached starting from the background of a local poultry slaughterhouse. It is a qualitative research on the connection of social sciences and health, with four data sources: interviews, news from online web portals, collective work agreements and scientific literature review. The results are grouped in four sections: history of the Haitian presence in Cascavel; approximation to the relation work-health starting from the work on a poultry slaughterhouse; forms of resistance and collective organization; and immigration, racism, violence and health. The Haitians have been started to arrive at Cascavel in 2010 – after a earthquake that reached Haiti – attracted by local business people. Formerly, they were integrated in productive sectors such as construction industry, trading and, finally, the poultry slaughterhouses, where a huge part of them was employed. Scientific literature reports serious cases of repetitive strain injury and psychic diseases in this productive sector. The individuals interviewed reported various situations involved with worker's health, classified by authors as diffuse distress. Besides, life and health unfavorable conditions has been exposed, followed by violence and racism. In front of this context, the Haitian community have been looking for individual and collective forms of resistance, such as the Haitian Association of Cascavel – which try to defend haitians rights – and their participation in local churches, understood as a form of search solidarity and a meaning to life. Thus, the relation health-immigration is ran through by forms of social life production, reproduction and by violence and racism. The research hope to contribute to the Haitian Association of Cascavel strenghtening and to her struggle for helth and work.

Keywords: Workers. Occupational Health. Emigration and Immigration. Public Health.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 -	Varição de imigrantes no Brasil por nacionalidade, em 2014, 2010 e 2000.....	18
Figura 1 -	Rede de indivíduos que compuseram a amostra para entrevistas, Cascavel, 2016.....	50
Quadro 1 -	Principais características dos entrevistados, Cascavel, 2016.....	51
Quadro 2 -	Quantidade de notícias incluídas por tema, <i>Central Gazeta de Notícias</i> , 2016.....	55
Quadro 3 -	Quantidade de notícias incluídas por ano, <i>Central Gazeta de Notícias</i> , 2016.....	55
Quadro 4 -	Estratégias de pesquisa utilizadas e número de resultados encontrados na base de dados, LILACS, 2015.....	57
Figura 2 -	Fluxograma de seleção (inclusão e exclusão) dos artigos no estudo de revisão na LILACS, 2015.....	58
Mapa 1 -	Localização da República do Haiti no interior da América Central e do Caribe, <i>Google Maps</i> , 2016.....	62
Mapa 2 -	Mapa político-administrativo da república do Haiti e sua localização na ilha da <i>Hispaniola</i> , 2016.....	63
Gráfico 2 -	Pirâmide etária da população haitiana, <i>The World Factbook</i> , 2016.....	64
Mapa 3 -	Mapa da tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, <i>Google Maps</i> , 2016.....	73
Mapa 4 -	Mapa da tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, <i>Google Maps</i> , 2016.....	74
Mapa 5 -	Localização do município de Cascavel na região Oeste do estado do Paraná, 2016.....	78
Gráfico 3 -	Estabelecimentos de saúde no município de Cascavel, no estado do Paraná e no Brasil, segundo esfera administrativa, 2009.....	79
Mapa 6 -	Bairros com maior concentração de haitianos na cidade de Cascavel, 2016.....	87
Gráfico 4 -	Ocupação dos haitianos residentes em Cascavel no país de origem, antes de migrarem ao Brasil, 2014.....	88
Gráfico 5 -	Idiomas falados pelos haitianos residentes em Cascavel, 2014.....	89
Figura 3 -	Mercado mundial de carne de frango (milhões de toneladas), 2015...	91

Gráfico 6 -	Destino da produção brasileira de carne de frango em 2015.....	91
Gráfico 7 -	Produção brasileira de carne de frango em milhões de toneladas, 2006-2015.....	92
Mapa 7 -	Percentual de abate de frango por estado da federação, Brasil, 2015	94
Mapa 8 -	Unidades industriais de frigoríficos de aves na Mesorregião Oeste do Paraná, 2010.....	95
Figura 4 -	<i>La bottega del macellaio</i> , óleo sobre tela, de Annibale Carracci (1560-1609). 185 x 266 cm. Itália, 1585.....	96
Figura 5 -	Cadeia de produção da carne de frango.....	98
Quadro 5 -	Ranking de exportação de frango, Brasil, 2015.....	104
Figura 6 -	Cartaz publicitário do <i>Show des Arts</i> promovido pela Associação Haitiana de Cascavel (AHC), Paraná, 09 de julho de 2016.....	142

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Consumo <i>per capita</i> anual de carne suína, bovina e de frango em 1970, 1995 e 2010, Brasil.....	93
Tabela 2 -	Valor (em reais) do salário-base e dos complementos salariais conforme período de vigência do ACT, Coopavel, entre 2011 e 2017.....	117

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPA	Associação Brasileira de Proteína Animal
ACT	Acordos Coletivos de Trabalho
AHC	Associação Haitiana de Cascavel
AP-LER	Associação dos Portadores de Lesões por Esforço Repetitivo de Cascavel
BM	Banco Mundial
CB-PMC	Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de Cascavel
CEP	Conselho Eleitoral Provisório
Cerest	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CGN	Central Gazeta de Notícias
CID	Classificação Internacional de Doenças
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CNS	Conferência Nacional de Saúde
Coopavel	Cooperativa Agroindustrial de Cascavel
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CT-BCH	Cooperação Tripartite Brasil-Cuba-Haiti
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
Dort	Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EIHC	Encontro de Imigrantes Haitianos de Cascavel
Ensp	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
EUA	Estados Unidos da América
FAG	Fundação Assis Gurgacz
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Fifa	Federação Internacional de Futebol
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FL	<i>Fammi Lavalas</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSMM	Fórum Social Mundial das Migrações
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HSL	Hospital São Lucas

HUOP	Hospital Universitário do Oeste do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
Lilacs	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
Mediador	Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho
Minustah	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MOI	Modelo Operário Italiano de Luta pela Saúde
MPP	<i>Mouvman Peyizan Papay</i>
MPS	Ministério da Previdência Social
MSF	Médicos Sem Fronteiras
MSPP	Ministério de Saúde Pública e da População da República do Haiti
MT	Medicina do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NR	Norma Regulamentadora
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
Opas	Organização Pan-Americana de Saúde
OPL	Organização Política <i>Lavalas</i>
Pair	Perda Auditiva Induzida pelo Ruído
Paism	Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNEVSIJ	Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil
PNI-HA	Programa Nacional de Imunização do Haiti
PNRMAV	Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência
PST	Programas de Saúde do Trabalhador
Renast	Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Trabalhadores
RNPVPS	Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde
SEJDH-AC	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Acre
Siate	Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência
Sintiacre	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Cascavel
Sintrascoop	Sindicato dos Trabalhadores em Cooperativas de Cascavel e Região

SO	Saúde Ocupacional
SPM	Serviço Pastoral dos Migrantes
SJSP-AC	Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Acre
ST	Saúde do Trabalhador
SUS	Sistema Único de Saúde
TACE	Termo de Autorização do Campo de Estudo
TCLE	Termo de Compromisso Livre e Esclarecido
TMC	Transtornos Mentais Comuns
UBS	Unidade Básica de Saúde
UGT	União Geral dos Trabalhadores
Unila	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Unir	Universidade Federal de Rondônia
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UTI	Unidade de Terapia Intensiva



## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
2	<b>REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO</b> .....	21
2.1	O TRABALHO.....	21
2.1.1	<b>O trabalho como categoria histórico-ontológica</b> .....	21
2.1.2	<b>Processo de produção: trabalho e valorização</b> .....	25
2.1.3	<b>Organização do trabalho no capitalismo do Século XX</b> .....	27
2.2	TRABALHO E SAÚDE.....	31
2.3	O CAMPO DE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS SOBRE A RELAÇÃO TRABALHO-SAÚDE.....	34
2.3.1	<b>Medicina do trabalho e saúde ocupacional</b> .....	34
2.3.2	<b>A saúde do trabalhador</b> .....	36
2.4	A ABORDAGEM TEÓRICA DA MIGRAÇÃO E A MOBILIDADE DO TRABALHO.....	40
3	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	44
3.1	BREVES APONTAMENTOS SOBRE O MÉTODO: MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO.....	45
3.2	FONTES DE DADOS.....	48
3.2.1	<b>Entrevistas</b> .....	49
3.2.2	<b>Notícias</b> .....	55
3.2.3	<b>Acordos Coletivos de Trabalho (ACT)</b> .....	56
3.2.4	<b>Revisão bibliográfica</b> .....	57
3.3	ASPECTOS ÉTICOS E COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DA PESQUISA.....	59
4	<b>HISTÓRIA DA PRESENÇA DOS HAITIANOS EM CASCAVEL: SAÚDE E TRABALHO EM DESTAQUE</b> .....	61
4.1	HAITI: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS.....	61
4.2	AS CRISES SOCIOAMBIENTAIS E A SAÚDE PÚBLICA NO HAITI...	68
4.3	A VINDA DOS HAITIANOS PARA O BRASIL.....	72
4.4	CASCAVEL, PARANÁ: A SOMBRA QUE ACOLHE O FORASTEIRO...	77
4.4.1	<b>A chegada dos haitianos a Cascavel: histórias coletivas e singulares</b> .....	79
4.4.2	<b>Aspectos da vida social dos haitianos em Cascavel</b> .....	85
5	<b>APROXIMAÇÃO À RELAÇÃO TRABALHO-SAÚDE DOS HAITIANOS: O CASO DE UM FRIGORÍFICO DE AVES</b> .....	90
5.1	A PRODUÇÃO AVÍCOLA NO OESTE DO PARANÁ E NO BRASIL EM NÚMEROS.....	90
5.2	HISTÓRIA DA PRODUÇÃO DE CARNE: EXPROPRIAÇÃO E	

	ACUMULAÇÃO.....	94
5.3	PROCESSO DE TRABALHO E SAÚDE NOS FRIGORÍFICOS: HAITIANOS EM FOCO.....	101
5.3.1	<b>Coopavel: de que empresa estamos falando?.....</b>	102
5.3.2	<b>Relação trabalho-saúde dos haitianos na Coopavel: histórias.....</b>	103
5.3.3	<b>Intensificação do trabalho e saúde nos frigoríficos de aves.....</b>	126
5.3.4	<b>Sufrimento difuso e doença ocupacional.....</b>	128
6	<b>A ASSOCIAÇÃO HAITIANA DE CASCAVEL (AHC) E OUTRAS FORMAS DE RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO HAITIANA.....</b>	132
6.1	A (NÃO) INSERÇÃO DOS HAITIANOS DE CASCAVEL NOS SINDICATOS.....	132
6.2	ASSOCIAÇÃO HAITIANA DE CASCAVEL (AHC): APOIO SOCIAL E SOLIDARIEDADE.....	136
6.3	O PAPEL DAS IGREJAS: RELIGIOSIDADE POPULAR, SOLIDARIEDADE E PROTESTO.....	148
7	<b>IMIGRAÇÃO, RACISMO, VIOLÊNCIA E SAÚDE.....</b>	153
7.1	IMIGRAÇÃO E SAÚDE.....	153
7.2	RACISMO, IMIGRAÇÃO E SAÚDE.....	156
7.2.1	<b>O racismo no modo de produção capitalista.....</b>	156
7.2.2	<b>Racismo e saúde na sociedade brasileira.....</b>	159
7.2.3	<b>Os haitianos em Cascavel e o racismo.....</b>	161
7.3	VIOLÊNCIA E SAÚDE.....	166
7.3.1	<b>O campo interdisciplinar de estudos em violência e saúde.....</b>	166
7.3.2	<b>A violência social contra os haitianos de Cascavel.....</b>	168
8	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	172
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	175
	<b>APÊNDICE A – MODELO DE TCLE.....</b>	199
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO UTILIZADO PARA ENTREVISTA.....</b>	201
	<b>ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO (AHC).....</b>	203
	<b>ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....</b>	204

## 1 INTRODUÇÃO

Neste estudo, pretendemos abordar o tema da saúde do trabalhador imigrante. Interessa-nos, sobretudo, investigar como os imigrantes – particularmente os haitianos que vivem e trabalham no município de Cascavel, estado do Paraná – têm percebido a relação saúde-trabalho em sua coletividade e como eles têm se organizado para enfrentar os problemas dela decorrentes. Consideramos que as questões histórico-sociais imbricadas na imigração não estão deslocadas da temática da saúde do trabalhador e, por isso, damos a elas algum destaque.

Atualmente e cada vez mais, a questão da imigração ganha destaque no cotidiano. Seja nos noticiários midiáticos, seja ao circular por algum centro urbano ou até nos locais de trabalho e serviços de saúde, a presença de pessoas provenientes de outros lugares do planeta se faz notória. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2015, o número de imigrantes internacionais chegou a 244 milhões de pessoas (UNITED NATIONS, 2016).

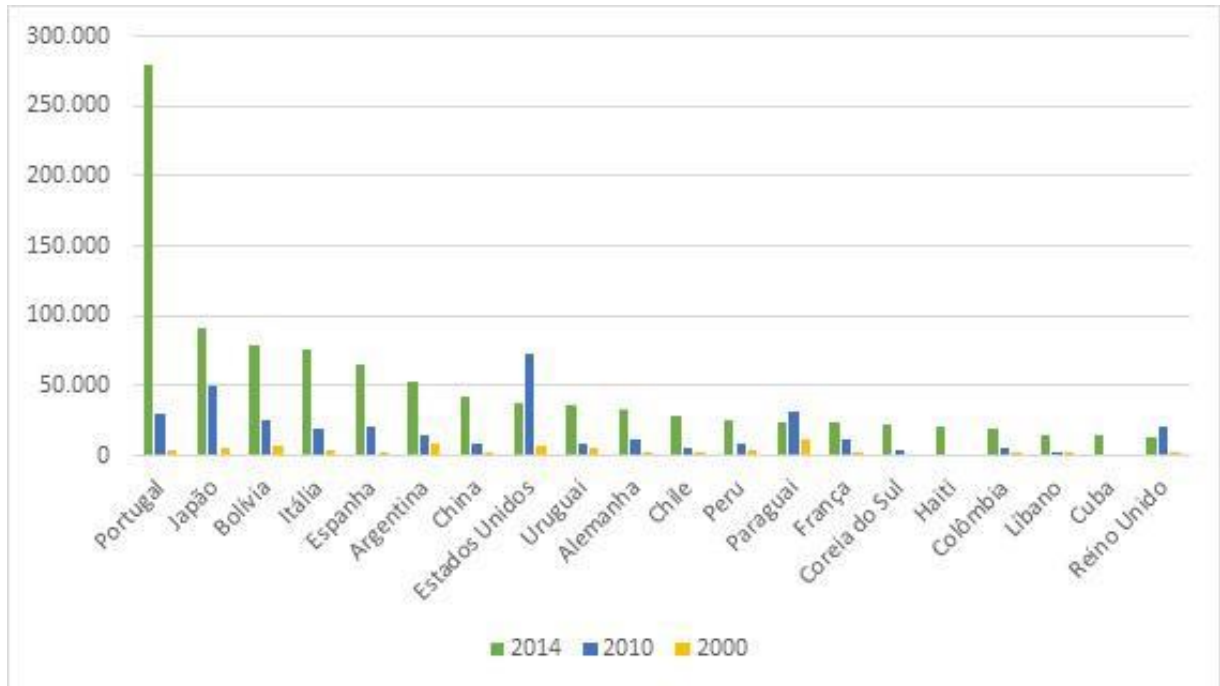
O Brasil vive um *boom* migratório desde o início do século XXI. Entre 2000 e 2010, o número de imigrantes internacionais no Brasil aumentou em 451,18%. Enquanto isso, os Estados Unidos da América (EUA), país tradicionalmente receptor de fluxos migratórios, teve um crescimento de apenas 23,97% no mesmo período. Havia, no período de 2007 a 2014, um número de 1 milhão e 900 mil imigrantes vivendo no Brasil (UEBEL, 2016).

Uebel (2016) identifica a presença de alguns grupos de países que enviam imigrantes para o Brasil: (1) países centrais, como os EUA, o Japão, a Alemanha e a Grã-Bretanha, que formam força de trabalho altamente qualificada; (2) países periféricos próximos ao Brasil, como Bolívia, Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru, Chile e Colômbia, que buscam melhores condições sociais e laborais no Brasil; (3) países centrais que sofrem com as recentes crises do capitalismo (Portugal, Espanha e Itália) que, por possuírem laços históricos de migração com o Brasil, tornaram novamente a enviar imigrantes para o país; e (4) o Haiti, que não possuía nenhum estrangeiro com status de imigrante no Brasil no ano de 2000 e, em 2010, já contava com 175 imigrantes. Em 2014, os dados oficiais apresentam a estimativa de 20.108 imigrantes haitianos no Brasil, ainda que dados não-oficiais estimem uma população ainda maior, de cerca de 50 mil indivíduos (Gráfico 1).

Em relação ao trabalho, historicamente, os trabalhadores imigrantes, além das mulheres e dos negros, têm sido atingidos massivamente pela precarização (ANTUNES,

2014). Ressalta-se, no caso dos haitianos no Brasil, que, além de imigrantes, a maioria deles é de etnia negra. Ademais, há mulheres nessa população.

**Gráfico 1** – Variação de imigrantes no Brasil por nacionalidade, em 2014, 2010 e 2000.



**Fonte:** IBGE; Departamento de Polícia Federal e Ministério do Trabalho e Emprego. Dados compilados, tabulados e apresentados por Uebel (2016, p. 7).

De acordo com Kalleberg (2009), o trabalho precário é um trabalho incerto e imprevisível, no qual os riscos empregatícios são assumidos principalmente pelos trabalhadores e não pelos seus empregadores ou pelo Estado. No contexto do novo complexo de reestruturação produtiva do capital, que alterou profundamente a forma de ser da classe trabalhadora (ANTUNES, 1995; ALVES, 2000), os imigrantes acabam por desempenhar funções que exigem menor qualificação, além de serem submetidos a taxas altas de desemprego (ANTUNES, 2003; 2010a).

O exemplo dos imigrantes talvez seja o mais exacerbado da tendência estrutural à precarização do trabalho: com o enorme incremento do novo proletariado informal, do subproletariado fabril e de serviços, novos postos de trabalho são preenchidos pelos imigrantes (ANTUNES, 2014).

Tudo isso faz com que Antunes (2014), classifique os imigrantes como a “ponta do iceberg” da precarização: eles têm, em geral, os horários mais desconfortáveis, como jornadas noturnas e nos finais de semana, combinando salários mais depauperados, superexploração e discriminação. Essa população é, por isso, a mais precarizada e a mais globalizada. Ou seja, a

inserção dos imigrantes no mundo do trabalho e nas sociedades receptoras pode trazer desafios significativos para a saúde pública.

Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010) apontam, outrossim, que a questão da saúde é uma das dimensões fundamentais implicadas na precarização do trabalho. Compreender um caso singular de trabalho imigrante tem pertinência na medida em que pode ajudar a desvelar aspectos importantes da precarização do trabalho que ainda permanecem alheios ao conhecimento científico.

Nesse sentido, optamos por nos debruçar sobre um caso específico de imigração contemporânea vivenciado na sociedade brasileira: a imigração de haitianos na cidade de Cascavel, localizada no Oeste do estado do Paraná.

O fenômeno da imigração haitiana para Cascavel está estreitamente relacionado à indústria de frigoríficos, cuja presença é marcante na região Oeste do Paraná. Isso também está relacionado à inserção do País no mercado frigorífico internacional: há mais de uma década o Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango, um negócio que movimenta 8 bilhões de dólares por ano em exportações. Santa Catarina e Paraná são os maiores produtores nacionais, onde funcionam agroindústrias e frigoríficos que controlam marcas nacionalmente conhecidas (MARTINS, 2014a). Em Cascavel existem dois frigoríficos de aves: a ‘Globo Aves’ e a ‘Cooperativa Agroindustrial de Cascavel’ (Coopavel).

O trabalho em frigoríficos de aves no Oeste do Paraná tem sido descrito como ‘degradante’. Esse trabalho degradado adocece, mutila e impacta na vida dos sujeitos nele envolvidos, tendo importantes repercussões na saúde dos trabalhadores (HECK; THOMAZ JÚNIOR, 2012a; HECK, 2013; 2014b; 2015). Portanto, trata-se de um ramo da produção alimentícia que tem extrema relevância para o campo de relações trabalho-saúde, sobretudo no momento em que incorpora a população imigrante nos seus quadros de trabalhadores.

Com exceção de pesquisa coordenada por Martins (2014a), ainda não existem pesquisas que se debrucem sobre a experiência singular de imigração haitiana em Cascavel, tampouco com foco no trabalho ou na saúde.

A partir desta realidade, propomos como problema de pesquisa a seguinte questão: qual a relação entre trabalho, saúde e organização coletiva nos imigrantes haitianos de Cascavel, Paraná? O objetivo geral da pesquisa é, desta forma, analisar a relação entre trabalho, saúde e organização coletiva nos imigrantes haitianos que vivem em Cascavel, no estado do Paraná.

Os objetivos específicos são: (a) resgatar aspectos histórico-sociais da presença dos haitianos em Cascavel; (b) discutir a relação trabalho-saúde da população haitiana, a partir do

processo de produção em um frigorífico de aves; e (c) analisar a atuação das entidades de representação e as formas de resistência dos haitianos, em especial a Associação Haitiana de Cascavel (PR).

Conhecer e analisar, ainda que de forma exploratória, a relação entre trabalho e saúde dessa população – além das estratégias construídas no enfrentamento das questões daí decorrentes – pode contribuir, substancialmente, em dois sentidos: (a) na definição e implantação de políticas de saúde do trabalhador voltadas a esses trabalhadores, nos níveis local e/ou regional; e (b) na evolução e fortalecimento do próprio coletivo de trabalhadores imigrantes em sua luta no trabalho e pela saúde.

Assim, apresentamos o conteúdo deste estudo em oito seções, incluindo desta pequena introdução. Na segunda seção, discorremos acerca dos referenciais teórico-metodológicos escolhidos para a sustentação da pesquisa: (1) a categoria trabalho da teoria marxiana, (2) o conceito de determinação social da saúde e a saúde do trabalhador (ST) e (3) a compreensão da imigração como determinada pelo capitalismo global. Após a apresentação dos referenciais teóricos, percorremos, na terceira seção, o caminho metodológico e seus respectivos instrumentos, os quais irão garantir o alcance dos objetivos da pesquisa.

Em sequência, iniciamos na quarta seção a apresentação dos resultados do estudo, com concomitante discussão dos mesmos. Discutimos aspectos históricos e sociais do Estado nacional haitiano, suas recorrentes crises políticas, econômicas, socioambientais e de saúde; a vinda dos imigrantes haitianos para o Brasil e para Cascavel, a partir da segunda década do século XXI; a inserção da comunidade haitiana na sociedade cascavelense.

Na quinta seção, seguindo a apresentação e discussão dos resultados da pesquisa, buscamos nos aproximar da relação trabalho-saúde da população haitiana, considerando em especial a inserção desse grupo social na indústria de abate e processamento de carne de frango, na qual a região Oeste do Paraná é destaque nacional e o Brasil, mundial.

Na sexta seção discutimos as formas de resistência levadas a cabo pelos imigrantes haitianos de Cascavel no enfrentamento de questões relacionadas às condições de vida, trabalho e saúde. Neste contexto, têm relevância o papel da Associação Haitiana de Cascavel (AHC) e as Igrejas locais.

Posteriormente, na seção sete, apresentamos uma breve discussão a respeito da correlação entre imigração, racismo e violência e as implicações dela para a saúde. Finalmente, retomamos algumas questões importantes do estudo nas ‘considerações finais’, elencamos as referências utilizadas e anexamos documentos relevantes.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Nesta seção, serão apresentados os referenciais teórico-metodológicos da pesquisa. Uma vez que ela está inserida no campo das relações entre trabalho e saúde, consideramos fundamental apresentar, inicialmente, os conceitos de trabalho e de saúde utilizados para que o leitor compreenda de onde partimos ao executá-lo.

Além disso, será explicitada nossa opção pela perspectiva da Saúde do Trabalhador (ST), que supera dialeticamente as abordagens limitadoras da Medicina do Trabalho (MT) e da Saúde Ocupacional (SO); e pela teoria da Mobilidade do Trabalho para (tentar) explicar a migração no contexto capitalista.

### 2.1 O TRABALHO

#### 2.1.1 O trabalho como categoria histórico-ontológica

Os humanos são, em sua essência, seres sociais. Afirmar isso não significa recusar a dimensão biológica de seus corpos; afinal, sem sua corporeidade, a reprodução da dimensão social do ser humano seria impossível. No entanto, cabe notar que os humanos somente sobrevivem colaborando entre si, trocando entre si suas atividades. Ou seja, a vida humana, por definição, só é possível em sociedade.

Para produzirem suas próprias existências, os humanos contraem determinadas relações mútuas, e é somente no interior dessas relações sociais que se efetua a sua ação sobre a natureza, isto é, a produção (MARX, 2006).

Essas relações sociais – que os produtores estabelecem entre si e as condições em que trocam as suas atividades e participam no conjunto da produção – variam de acordo com o caráter dos meios de produção, no decorrer da história (MARX, 2006). Assim, temos a sociedade antiga, a sociedade escravista, a sociedade feudal e, finalmente, a sociedade burguesa, num processo dialético movido historicamente. De acordo com Marx (2006, p. 47):

As relações de produção, na sua totalidade, formam aquilo a que se dá o nome de relações sociais, a sociedade, e, na verdade, uma sociedade num estágio determinado de desenvolvimento histórico, uma sociedade com caráter próprio, diferenciado.

Na acepção marxiana<sup>1</sup>, o trabalho é a atividade por meio da qual o ser humano transforma a natureza para satisfazer suas necessidades vitais. Cabe ressaltar que as necessidades humanas se tornam cada vez mais diversificadas e complexas no decorrer da construção do homem como tal – e, na medida em que cria novas necessidades, o ser humano transforma a si mesmo (MARX, 2013; NETTO; BRAZ, 2010; BATISTA, 2012; TONET; LESSA, 2011).

Considerando os conceitos anteriormente apresentados, é possível afirmar que o trabalho é uma atividade exclusivamente humana. Porém, é evidente que os animais também desempenham atividades para satisfazer suas necessidades de sobrevivência. Não seriam, também, estas atividades, uma forma de ‘trabalho’? A resposta não é tão simples. De acordo com Netto e Braz (2010) as atividades desenvolvidas por outras espécies animais são substancialmente diferentes do trabalho humano. Em primeiro lugar, elas se realizam no marco de uma herança geneticamente determinada, numa relação imediata e direta entre o animal e seu meio ambiente, e satisfazem necessidades biologicamente estabelecidas. O trabalho, contudo, é substantivamente diverso dessas atividades. Ele não se opera com uma atuação imediata sobre a matéria natural, exigindo a utilização de instrumentos, que vão se interpondo cada vez mais entre o homem e a matéria; não se realiza cumprindo determinações genéticas, mas passa a exigir habilidades e conhecimentos obtidos pela repetição e experimentação e transmitidos pela aprendizagem; e não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades, nem a satisfaz sob formas fixas; ele implica no desenvolvimento de novas necessidades.

Deste modo, em seu ensaio *‘Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem’*, escrito em 1876, Engels (2004) defende a ideia de que as diferenças essenciais entre humanos e outras espécies animais – notadamente o macaco – resultam do trabalho. A elaboração de instrumentos, ou ferramentas, desempenha um papel importante nesse processo: o homem vai interpondo-os cada vez mais entre si e o ambiente, de forma a transformar a natureza em seu favor. O cérebro altamente desenvolvido e o polegar opositor foram as bases biológicas que permitiram esse enorme avanço. A linguagem articulada e o domínio do fogo foram, também, questões importantes no processo de desenvolvimento humano. A partir disso, os homens passam a dominar praticamente todos os ambientes da terra (ENGELS, 2000; 2004).

---

<sup>1</sup> Utilizamos o termo ‘marxiana’ para nos referir a obra de Marx. ‘Marxista’, por outro lado, é utilizado por nós para aludir à tradição de pensamento que se segue a Marx.



Nas trilhas de Engels, Netto e Braz (2010) afirmam que foi através do trabalho que grupos de primatas se transformaram em grupos de humanos. A ‘criação’ do trabalho pelo homem representaria, assim, um salto ontológico na sua história evolutiva. O homem, mediante o trabalho, produziu-se a si mesmo, tornando-se, para além de um ser natural, um ser social. Além disso, quanto mais se torna um ser social – isto é, quanto mais se torna humano – menos as determinações biológicas de seu corpo tendem a determinar definitivamente o seu destino. Nas palavras de Engels (2000, p. 26), “Os homens [...] quanto mais se afastam do animal, entendido limitadamente, tanto mais fazem eles próprios sua história, correspondendo, cada vez com maior exatidão, o resultado histórico aos objetivos previamente estabelecidos”.

Nessa perspectiva, é importante lembrar a afirmação de Marx (2013, p. 261), de que:

O processo de trabalho [...] condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais.

Durante o processo de trabalho, o homem elabora idealmente uma prefiguração da sua finalidade. Lessa e Tonet (2008, p. 18) a chamam de “prévia-ideação”. Isto é, a atividade humana parte de uma finalidade que é antecipada idealmente. O trabalho é, portanto, uma atividade teleologicamente direcionada. A realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se objetiva, isto é, quando a matéria natural, pela ação material do sujeito, é transformada. Assim, a realização do trabalho constitui uma ‘objetivação’ do sujeito que o efetua (NETTO; BRAZ, 2010).

Todo trabalho possui, para Lessa e Tonet (2008) uma dimensão social. Em primeiro lugar, porque ele é o resultado da história passada, sendo a expressão do desenvolvimento anterior de toda a sociedade. Em segundo lugar, porque o novo objeto produzido promove alterações na situação histórica concreta em que vive toda a sociedade, abrindo novas possibilidades e criando novas necessidades. Finalmente, porque os novos conhecimentos adquiridos se generalizam tornando-se aplicáveis às situações mais diversas e transformando-se em patrimônio de toda a humanidade.

Essas características estão presentes em todo e qualquer ato humano, não sendo exclusivas do trabalho (LESSA; TONET, 2008). O ser social, nesse sentido, não se reduz ao trabalho. Quanto mais se desenvolve, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente com o trabalho, mas ele permanece como uma das objetivações do ser social, e

também como modelo das outras objetivações (NETTO; BRAZ, 2010). É nesse contexto que se desenvolvem atividades como a ciência, as várias formas de arte, os esportes, o cuidado, o lazer etc. Desta forma, o trabalho faria parte do ‘reino da necessidade’; as demais atividades, do ‘reino da liberdade’, da livre criação, do livre viver.

Não se deve, portanto, ‘unilateralizar’ o trabalho, associando-o unicamente ao capitalismo e seu trabalho assalariado, “de tal modo que qualquer esforço de emancipação humana e societal somente poderia ser vivenciada a partir da **negação do trabalho**” (ANTUNES, 2010, p. 9, grifos do autor). Por outro lado, em oposição à dimensão ontológica do trabalho, é preciso, também, ressaltar sua dimensão histórica, ou seja, a forma que ele assume sob a égide do capital. Isto é,

[...] a partir da vigência do sistema de metabolismo social do capital, o caráter útil do trabalho e sua dimensão concreta tornam-se subordinados a outra condição, a de ser **dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual**, socialmente determinada para gerar mais-valor. Aqui aflora o **trabalho abstrato** que faz desaparecer as diferentes formas de trabalho *concreto*. [...] se podemos considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, como **ponto de partida do processo de seu processo de humanização**, também é verdade que na sociedade capitalista, o trabalho torna-se assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado, fetichizado e abstrato (ANTUNES, 2010, p. 10, grifos do autor).

Assim, “[...] entre os homens e suas obras, a relação real, que é a relação entre criador e criatura, aparece invertida – a criatura passa a dominar o criador” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 44). Isso caracteriza o fenômeno da alienação. Esta última surge onde o humano trabalhador é expropriado, ou seja, onde o produto do trabalho não pertence a ele, existindo formas de exploração do homem pelo homem.

Mészáros (2006, p. 14), afirma que a alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, “significa **perda de controle**: sua corporificação numa **força externa** que confronta os indivíduos como um poder **hostil e potencialmente destrutivo**” (p. 14, grifos do autor). Na mesma linha, Lessa e Tonet (2008, p. 95) acrescentam que “a alienação é justamente esse processo social, histórico, por meio do qual a humanidade termina por construir obstáculos ao seu próprio desenvolvimento”.

O trabalhador passa a trabalhar ‘a fim de viver’, mas seu trabalho não é vida em si. A atividade produtiva lhe é imposta por uma necessidade externa, em lugar de ser motivada por uma ‘necessidade interior’. No trabalho como atividade alienada, o trabalhador só se sente junto de si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Ele se sente em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa. O seu trabalho é forçado. Não é, pois, a satisfação de

uma necessidade intrínseca ao trabalhador, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (ANTUNES, 1995; MARX, 2004; MESZÁROS, 2006).

Para Antunes (2011), a questão da alienação contemporânea é reflexão central e crucial de nosso tempo. Esse autor prefere utilizar o termo ‘estranhamento’ para se referir ao processo pelo qual o homem não se reconhece no trabalho, uma vez que ‘alienação’ apresenta uma amplitude conceitual maior, abarcando, inclusive, objetivações consideradas ‘positivas’ levadas a cabo pelo ser humano. No processo de estranhamento,

A **efetivação do trabalho** [...] é sua própria situação de **desefetivação** [...], o que significa dizer que se trata de uma efetividade que se configura como perda, que o trabalhador se **desrealiza, se desefetiva e se estranha** no processo de trabalho (ANTUNES, 2011, p. 122, grifos do autor).

O conceito de estranhamento (alienação) teria, assim, quatro dimensões principais: (1) em relação ao produto de seu trabalho; (2) em relação à sua própria atividade de trabalho; (3) em relação a si mesmo; e, finalmente, (4) em relação a seu ser genérico, à sua espécie, enfim, à humanidade (MARX, 2004; ANTUNES, 2011).

### 2.1.2 Processo de produção: trabalho e valorização

Olhemos ainda um breve instante sobre o processo de trabalho. Os elementos simples deste processo compreendem: a atividade orientada a um fim (força de trabalho ou trabalho propriamente dito), o objeto de trabalho e os meios de trabalho (MARX, 2013).

O objeto de trabalho é aquilo sobre o que o trabalho incide. Quando o próprio objeto de trabalho já é filtrado por um trabalho anterior, ele é chamado de matéria-prima. Os meios de trabalho são os instrumentos, que se interpõe entre a força de trabalho e o objeto de trabalho. A força de trabalho é a capacidade de trabalho incorporada no indivíduo.

Segundo Marx (2013), como processo de consumo da força de trabalho sob o controle do capitalista, o processo de trabalho revela dois fenômenos característicos: (1) o trabalhador labora sob o controle do capitalista, que cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado; (2) o produto é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador. Desta forma, mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como componente ‘vivo’, aos elementos ‘mortos’ que constituem o produto e lhe pertencem. O labor, deste modo, se realiza entre coisas que o capitalista comprou e que, portanto, lhe pertencem.

No processo de produção capitalista (MARX, 2008), além do processo de trabalho, está imbricado o processo de valorização do capital. Ao mesmo tempo em que o trabalho humano cria um objeto útil e concreto, um valor de uso, ele também cria um valor, que será considerado na troca entre os diversos produtos do trabalho humano, ou seja, um valor de troca (MARX, 2006; 2013).

O valor de uso é a base material para a expressão do valor. Isto é, sem uma utilidade, um produto não tem valor nenhum. Entretanto, para a produção capitalista, o que interessa não é o valor de uso de determinada mercadoria, mas seu valor de troca. Ao capitalista, interessa o quanto de valor será apropriado por ele ao final do processo de produção (MARX, 2006; 2013). Portanto, na sociedade capitalista, o processo de trabalho está subordinado ao processo de valorização (LAURELL; NORIEGA, 1989).

No interior do processo de trabalho, com seus vários elementos – objeto de trabalho, meio de trabalho e força de trabalho –, é a força de trabalho e somente ela que possui a capacidade de produzir um valor maior do que ela própria possui. Desta forma, é sobretudo sobre a força de trabalho que recairá o controle do capitalista no processo produtivo. A força de trabalho, como qualquer outra mercadoria, é comprada (ou alugada) pelo valor que ela possui, e não pelo valor que irá produzir. A diferença entre esses dois valores corresponde a um mais-valor criado no momento da produção e que será apropriado pelo capitalista ao final do processo (MARX, 2006; 2013).

Marx (2013) indica a existência de duas formas substanciais de aumentar o mais-valor no processo produtivo. O primeiro chamou de mais-valor absoluto, uma vez que é obtido com o aumento da jornada de trabalho total e, por conseguinte, do tempo em que o operário trabalha além do que sua própria força de trabalho custa ao capitalista, ou seja, do trabalho excedente. O segundo, o mais-valor relativo, é obtido com o aumento do tempo de trabalho excedente sem, no entanto, qualquer aumento na jornada de trabalho total. Isso se dá, basicamente, com o aumento da produtividade do trabalho e com a diminuição do custo da força de trabalho, ou seja, com a diminuição do valor das mercadorias que o trabalhador consome para garantir sua própria reprodução, inclusive os serviços de saúde.

Como afirmam Laurell e Noriega (1989, p. 105),

[...] em que pese o caráter técnico do processo de trabalho, a chave para se entender como se constitui não reside na lógica técnica abstrata, mas na lógica concreta do processo de valorização, ou seja, na estratégia empregada pelo capital, num momento histórico específico, para extrair mais-valia.

É a lógica de extração de mais-valor – ou, mais exatamente, da ‘exploração’ – que irá direcionar o processo de produção no capitalismo, e não a satisfação das necessidades dos indivíduos e dos coletivos. Seguindo essa lógica – e devido ao conflito capital-trabalho, às crises e às pressões da classe trabalhadora – o processo produtivo capitalista metamorfoseou-se ao longo da história.

### 2.1.3 Organização do trabalho no capitalismo do Século XX

Decantadas as particularidades dos processos concretos de trabalho, podem ser distinguidas fases históricas do processo de produção capitalista. “Elas correspondem, vistas da ótica do processo de valorização, a diferentes estratégias de extração da mais-valia – absoluta ou relativa – e, da ótica do processo de trabalho, a formas diferentes de subsunção do trabalho ao capital” (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 107).

Todavia, apesar das dimensões técnica e organizacional envolvidas, “O motor dessas transformações do processo de produção capitalista é, justamente, a concorrência intercapitalista e a luta entre capital e trabalho” (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 108). Em cada uma das fases históricas um determinado tipo de processo de produção tende a predominar e organizar a produção. Contudo, há a presença simultânea, no interior de cada país, de vários tipos de processos de produção articulados pelo dominante. Ademais, cada processo de trabalho concreto é um espaço de luta. Isto é: “a análise concreta de um processo de trabalho determinado permanece incompleta se não são considerados os matizes que o confronto cotidiano entre trabalho e capital lhe imprimem” (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 108).

Partindo destas reflexões iniciais, é possível afirmar que, no decorrer do Século XX, o mundo do trabalho esteve basicamente sob o jugo de dois modos distintos (porém não excludentes) de organização e gestão do trabalho: o binômio taylorismo/fordismo e, mais recentemente, o toyotismo. É importante notar que esses dois modos de organizar a produção se mantêm no século XXI.

Frederick Taylor (1856-1915), ‘mentor’ do que foi chamado de taylorismo, pretendia racionalizar os esforços empregados nos processos de produção em busca de maior produtividade, defendendo que métodos objetivos de execução deveriam ser descobertos pela gerência e repassados aos trabalhadores, os quais se tornariam executores de tarefas pré-definidas. Ele propunha que a concepção e o controle do trabalho ficassem a cargo da gerência, enquanto que a execução daquilo que era estabelecido pelos gerentes, pura e simplesmente, cabia aos trabalhadores (GARCIA, 2010; BORSOI, 2011). As ideias de Taylor

denotavam, portanto, uma profunda divisão do trabalho, que significava a separação extrema entre concepção e execução (NAVARRO; PADILHA, 2012).

Taylor criticou duramente os administradores da época. Para ele, o que esses administradores faziam era ganhar a ‘iniciativa’ dos operários, oferecendo incentivos como aumento de salário ou diminuição da jornada de trabalho. A solução de Taylor seria o estabelecimento de uma divisão de responsabilidades e tarefas, dentro de moldes extremamente rígidos. O planejamento, deste modo, ficaria a cargo de outros trabalhadores, que não os executores diretos da tarefa. Essa proposta básica foi designada por Taylor como “administração científica” (PINTO, 2013, p. 29).

De acordo com Pinto (2013, p. 30),

A ideia fundamental desse sistema de organização é o de uma especialização extrema de todas as funções e atividades. Uma especialização que perfaz um traçado de todas as ferramentas de trabalho utilizadas em cada atividade, de todos os movimentos executados por quem as maneja em cada instante, de todas as operações intelectuais necessárias a tal e, conseqüentemente, de todos os traços comportamentais exigidos nessa condição especial em que é colocado o trabalhador.

No chamado “estudo do tempo” (PINTO, 2013, p. 30) – implementado por Taylor como parte fundamental da administração científica – é analisado o menor tempo e a melhor maneira de desempenhar determinada tarefa, visando à produtividade. As técnicas relativas às tarefas realizadas durante o trabalho são padronizadas, com vistas a reduzir a perda de tempo e de energia. A escolha, por parte dos trabalhadores, dos elementos que compõem as tarefas encerra-se: tudo lhe será passado como uma ordem.

Henry Ford (1863-1947), por sua vez, defendeu ainda mais a especialização do trabalho, designando cada trabalhador a uma função única. Nas linhas de montagem introduzidas por ele, o processo produtivo é dividido em estações de trabalho e o produto a ser fabricado vai passando de uma estação para outra, recebendo as peças e acabamentos necessários. A produção é realizada em massa. No processo de trabalho fordista, é a oferta que determina o consumo dos indivíduos (AGUIAR FILHO, 2012).

A principal genialidade de Ford consistiu, sobretudo, em ter imaginado a possibilidade de incutir nos seus contemporâneos a postura de consumidores de massa de produtos padronizados. Sua ideia básica era padronizar os produtos e fabricá-los numa escala imensa, o que certamente reduziria os custos de produção, proporcionaria um aumento no consumo,

uma elevação dos salários pagos em função do aumento das vendas e da necessidade do consumo e, por fim, o aumento dos lucros empresariais – a real finalidade (PINTO, 2013).

Em termos concretos, a linha de montagem em série fordista constituiu-se de dois elementos básicos: (a) um mecanismo de transferência, que transporta os objetos de trabalho; e (b) um conjunto de postos de trabalho uniformemente dispostos lado a lado, nos quais estão presentes os instrumentos e ferramentas a serem utilizadas na tarefa. Pode-se dizer que o sistema taylorista foi incorporado e desenvolvido no fordismo, na medida em que, no lugar dos homens responsáveis pelo deslocamento dos materiais e objetos de trabalho, máquinas automáticas passaram a se encarregar por tal (PINTO, 2013).

Campos (2010) defende a ideia de que essa racionalidade gerencial, fundada por Taylor e Ford – e que ganhou visibilidade no decorrer do século XX –, busca realizar a utopia do controle absoluto do trabalho humano pelos gerentes, tendo como horizonte a total submissão do trabalho vivo ao trabalho morto. Ela buscaria, assim, aproximar o ser humano ao funcionamento de uma máquina – por meio de métodos de controle diretos (supervisão) e indiretos (avaliação de resultados) – reduzindo-o a um objeto, a um recurso maleável e moldável. Trata-se de uma ‘utopia’ no sentido de que a organização do trabalho tinha isso como horizonte, caminhando nessa direção, mas nunca chegou a realizá-la completamente.

Esse modo de gestão e organização do trabalho foi predominante no mundo do trabalho até a crise capitalista da década de 1970, quando o capital e os pensadores vinculados a ele precisaram buscar alternativas para a reorganização do processo de trabalho, no intuito de superar a crise pela via capitalista (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

A partir da crise do padrão de acumulação fordista-keynesiano – responsável pela criação do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) em alguns países da Europa – na década de 1970, emerge o que Harvey (2014, p. 140) chama de “acumulação flexível”. Ela se apoiaria, de acordo com esse autor “na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. Ademais, “caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2014, p. 140).

Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho enfraquecida que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados para níveis sem precedentes no pós-guerra. Assim, a tendência dos mercados de trabalho “é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que

entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins” (HARVEY, 2014, p. 144).

Com base nesse novo modelo de acumulação capitalista operam-se uma reestruturação dos processos de trabalho e profundas mudanças no mundo do trabalho. A reestruturação produtiva se constitui numa combinação da introdução de inovações tecnológicas e de novas formas de organização e gestão do trabalho (TUMOLO, 2002). O modelo japonês (ou toyotismo) é o maior expoente desse novo modelo de organização e gestão e constitui, segundo Alves (2000a, p. 29), o “momento predominante” do novo complexo de reestruturação produtiva. Tal reestruturação teria como objetivo supremo a captura da subjetividade operária pela lógica do capital (ALVES, 2000a; 2008).

O toyotismo recusa a produção em massa fordista e introduz a necessidade do trabalhador operar simultaneamente com várias máquinas; a necessidade, posta pela crise financeira, de a empresa aumentar a produção sem aumentar o número de trabalhadores; a *lean production* (produção enxuta); introduz, também, o método *kanban*: produzir somente o necessário (estoque mínimo) no menor tempo, repondo os produtos somente após a sua venda; e o *just-in-time*, no qual os produtos são feitos apenas na quantidade e no momento de serem escoados, o que pressupõe estoque mínimo e número reduzido de operários. É o consumo que passa a determinar o que será produzido, e não o contrário, como era o caso do fordismo (ANTUNES, 1995, 2006; NAVARRO; PADILHA, 2012).

O modelo de produção toyotista leva a profundas transformações no mundo do trabalho: a subproletarização, com expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, desregulamentado, terceirizado e diminuição do proletariado fabril estável tradicionalmente presente no fordismo; a expansão do setor de serviços, que incorpora parcelas significativas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial; o desemprego estrutural; o significativo aumento do trabalho feminino, preferencialmente no universo do trabalho precário; e a crise do sindicalismo – evidenciada pela incapacidade dos sindicatos em absorverem as demandas da heterogênea classe trabalhadora –, causadora da expansão de um certo modo de atuação sindical, o sindicalismo de empresa, caracterizado pela cooptação do sindicato aos interesses da empresa capitalista (ANTUNES, 1995, 2009, 2012; KANTORSKI, 1997; BEYNON, 2002; ANTUNES; ALVES, 2004).

Sob o toyotismo, a alienação – ainda que de certa forma minimizada pela redução da separação entre elaboração e execução e pela redução dos níveis hierárquicos no interior das empresas – encontra-se, em sua essência, preservada. Parte do saber intelectual do trabalho é transferida para as máquinas informatizadas. Como a máquina não pode suprimir o trabalho



humano, ela necessita de uma maior interação com a subjetividade do trabalhador, aumentando a alienação. Ela é ainda mais intensa nos estratos ‘precarizados’ da força de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana (ANTUNES; ALVES, 2004).

Neste contexto, há um aparente consenso de que o movimento operário-sindical está vivendo uma profunda crise de identidade. A ação dos trabalhadores refluíu das formas mais centralizadas de luta para o cenário das empresas (STOTZ, 2003).

É importante salientar – como fazem Navarro e Padilha (2012) e Antunes (1995) – que, apesar das metamorfoses no mundo do trabalho, não houve uma ruptura com o caráter capitalista do modo de produção, nem sequer uma descentralização do trabalho ou uma perda do caráter central e fundante do trabalho na vida do ser social.

A partir dessas considerações sobre o caráter histórico-ontológico do trabalho, procuramos, na próxima seção, explorar o conceito – ou os conceitos – de saúde. Defendemos a ideia de que o trabalho também é central no trato das questões de saúde. Vejamos.

## 2.2 TRABALHO E SAÚDE

Sabroza (2001) afirma que o conceito de saúde é um conceito impreciso. Ao contrário de conceitos bem estabelecidos, demarcados pelos limites que explicitam as suas condições, os conceitos imprecisos seriam definidos a partir de questões centrais e de suas interações com outros conceitos com os quais se relacionam, sempre a partir de perspectivas definidas em determinado período histórico.

A saúde e a doença sempre fizeram parte da realidade e das preocupações humanas. Ao longo da história, os modelos de explicação da saúde e da doença sempre estiveram vinculados aos diferentes processos de produção e reprodução das sociedades. A diversidade de práticas que os povos procuram promover, manter ou recuperar a saúde tem estreita relação com as formações sociais e econômicas, os significados atribuídos e o conhecimento disponível em cada época histórica (SEVALHO, 1993; BATISTELLA, 2007).

Assumindo o processo de produção como o núcleo central em volta do qual se desenvolve a vida humana, um conceito de saúde que apregoa esta como determinada socialmente precisa destacar o trabalho como sua dimensão nuclear. Laurell e Noriega (1989, p. 103) apontam que o objeto de conhecimento de uma nova teoria a respeito das relações saúde-trabalho deve ser o “processo biopsíquico histórico das coletividades humanas”. É a coletividade humana constituída a partir de sua inserção social – ou seja, através da posição

que ocupa no processo produtivo –, que encarna o nexo biopsíquico historicamente específico.

Para além da ideia de determinantes, o conceito de determinação social da saúde deve operar com a ideia de processo. ‘Determinantes’ indicariam a presença de uma série de fatores que influenciariam a saúde de acordo com uma hierarquia interna. Assim teríamos fatores de ordem social, econômica, política, psicológica e biológica que influenciariam a saúde de forma isolada.

Pensamos que não é dessa forma que se dá a determinação social da saúde. Esta, a nosso ver, se configura em um processo dialético, uma unidade, que contém dentro de si variados processos diferentes, que se sobre-determinam e produzem a saúde e a doença. Assim, não se trata de saber qual a ordem de ‘fatores’ que está interferindo na saúde e produzindo doença, mas sim qual é o processo mais geral em curso na sociedade que encadeia todos aqueles processos menores na produção da saúde ou da doença. Esse processo mais geral, em nosso entendimento, diz respeito ao modo como organizamos nossa vida em sociedade, ou seja, o modo de produção e reprodução das condições sociais da nossa existência, que, na época histórica em que vivemos, corresponde ao capitalismo, ou, mais exatamente, ao processo de acumulação capitalista e o modo de organização social a ele correspondente.

Considerando a dimensão ontológica e a dimensão histórica do trabalho, Vilela (2013, p. 669), afirma que “O trabalho apresenta na relação com a saúde um papel ambíguo. Se por um lado tem um papel positivo como afirmador da identidade, meio de socialização e desenvolvimento pessoal, por outro pode representar ameaça e risco de acidentes e outros agravos aos trabalhadores”. Isto é, se de forma genérica o trabalho é essencial pra o ser humano enquanto ser social, enquanto trabalho sob o modo de produção capitalista se torna um risco de sofrimento, doença e morte.

A definição clássica de saúde, adotada em diversas práticas e teorias, afirma-a como ‘ausência de doenças’. A esse respeito, Noriega (1993, p. 184) reflete que: “Se a enfermidade é um atributo da vida humana, também tem sido e será em qualquer sociedade; [...] É, pois, irreal falar da conquista da saúde como sinônimo de erradicação das doenças” (tradução nossa).

Em contraposição à ideia de saúde como ausência de doenças, a Organização Mundial de Saúde (OMS), em meados do século passado, afirmou que saúde seria um estado de completo bem-estar biopsicossocial. Contudo, esta ideia também nos parece insuficiente e

ilusória, pois apenas inverte o problema anterior, apresentando-o positivamente. A meta não pode ser a plena saúde ou a desaparecimento das enfermidades, pois isso é impossível.

A Lei 8.080/90, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, avança no sentido de definir o conceito de saúde levando em conta as questões sociais. Segundo ela, “A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais” (BRASIL, 1990). Apesar de destacar aspectos sociais envolvidos na saúde, esta definição ainda é insuficiente, pois permanece na ideia de multicausalidade, não avançando para uma ideia de determinação social da saúde e da doença.

Nesse contexto, consideramos as reflexões de Noriega (1993, p. 186) importantes para entender a saúde e a doença no contexto do capitalismo mundial:

A tarefa prioritária é conseguir cada vez um maior controle por parte dos trabalhadores sobre os elementos que determinam seu perfil de saúde-doença, isto é, ter a possibilidade de dirigir, pelos próprios afetados, seus processos vitais: o trabalho, as formas de consumo, de organização, de cultura, de recreação; em suma, a maneira de reproduzir-se na sociedade (tradução nossa).

Assim, a saúde – em uma forma de pensar não-hegemônica – seria “a capacidade que um grupo tem na sociedade para controlar e dirigir individual e coletivamente seus processos vitais, sua forma de viver” (NORIEGA, 1993, p. 186, tradução nossa). Noriega (1993), a nosso ver, incorpora a dimensão da ‘luta de classes’ ao conceito de saúde. Isso significa que quando se fala em saúde, sempre se está falando em ‘luta pela saúde’, luta esta operada de forma nuclear pelo conjunto da classe trabalhadora. Saúde é sempre a luta da classe trabalhadora para controlar e dirigir seus processos vitais, que permitem sua reprodução social.

Isto é: a capacidade de organização autônoma de um grupo social ou de uma coletividade é um importante indicador da presença ou não de saúde. Mais do que se perguntar se um programa público de saúde prevê exames caros e especializados ou se uma política econômico-social transferirá renda aos pobres, importa saber qual é a consequência dessa política para a capacidade de organização coletiva da classe trabalhadora: o objetivo é enfraquecê-la ou fortalecê-la? E qual seu resultado prático? A classe trabalhadora se revela mais independente e politicamente mais forte a partir dela?

Nesse sentido, Stotz (2014, p. 1496) afirma que

No capitalismo, a saúde tende a ser reduzida à doença e, portanto, tornar-se sinônimo de atenção médica: funciona para compensar problemas estruturais no nível individual. E ainda assim, com restrições, dada a impossibilidade de universalizar realmente a atenção. Lutar contra esses obstáculos ou ampliar conquistas significa desenvolver, a cada momento, a consciência de que o direito à saúde é limitado pela correlação de forças baseada na ordem social vigente e, portanto, da necessidade de modificá-la como parte do processo de superação dessa ordem.

Se a saúde é a luta dos trabalhadores para controlar suas formas de viver, produzir e se reproduzir, o ideal de saúde só poderia ser plenamente realizado em uma sociedade diferente da sociedade capitalista, uma vez que esta pressupõe de forma inevitável a divisão do trabalho entre concepção e execução, a divisão da sociedade em classes e a exploração da classe trabalhadora. Somente em uma sociedade diferente da capitalista é que os trabalhadores seriam realmente capazes de controlar plenamente, e sem ressalvas, sua própria produção e reprodução social. O ideal de saúde, em teoria, só poderia ser plenamente alcançado em uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem, livre da ruptura da sociedade em classes, como pensada por Marx e Engels (1998) e Lênin (2011).

### 2.3. O CAMPO DE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS SOBRE A RELAÇÃO TRABALHO-SAÚDE

O campo de conhecimentos e práticas sobre a relação trabalho-saúde é composto por um coletivo determinado por conflitos. Três núcleos conformam historicamente esse campo: a Medicina do Trabalho (MT), a Saúde Ocupacional (SO) e a ST. Esta última emerge na saúde coletiva, em contraposição às concepções hegemônicas sobre a relação trabalho-saúde da MT e da SO (MINAYO-GOMEZ, 2011).

De acordo com Lacaz (2007, p. 758-759), “as relações trabalho-saúde situam-se no entrecruzamento dos desígnios do **capital** com as possibilidades de transformação social, através da luta política assumida pelo polo **trabalho** em sociedades concretas” (grifos do autor). Por conseguinte, o conhecimento acerca da relação trabalho-saúde também se situará na correlação de forças entre capital e trabalho.

Refletiremos, inicialmente, a respeito das contribuições e limites da MT e SO, como formas de apreender a relação trabalho-saúde, para, após, apresentarmos a ST.

#### 2.3.1 Medicina do trabalho e saúde ocupacional

A organização de uma atenção diferenciada à saúde dos trabalhadores se inicia, no mundo ocidental, em finais do século XVIII, com a Revolução Industrial. Sob a égide da MT eram – e ainda são – desenvolvidas práticas assistenciais de cunho biologicista, destinadas essencialmente à seleção e manutenção da força de trabalho, sendo o trabalhador apenas objeto dessas ações (DIAS; HOEFEL, 2005).

A MT surge, assim, na Inglaterra, na primeira metade do século XIX. O consumo da força de trabalho, resultante da submissão dos trabalhadores a um processo acelerado e desumano de produção, exigiu uma forma de intervenção, sob pena de tornar inviável a sobrevivência e reprodução do próprio processo produtivo capitalista, que, naquele momento, germinava no interior da sociedade inglesa. Essa abordagem é vista como uma aliada para a perseguição da produtividade e lucratividade dos empresários (MENDES; DIAS, 1991).

A teoria da unicausalidade, utilizada pela MT, quando transplantada para o âmbito do trabalho, “vai refletir-se na propensão a isolar riscos específicos e, dessa forma, atuar sobre suas consequências, medicalizando em função de sintomas e sinais ou, quando muito, associando-os a uma doença legalmente reconhecida” – a assim chamada ‘doença do trabalho’ (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997, p. 23).

As principais expectativas do capital quanto às finalidades dos serviços de MT, de acordo com Mendes e Dias (1991), eram: (1) ser dirigidos por pessoas de inteira confiança do empresário e que dispusessem a defendê-lo; (2) ser centrados na figura do médico; (3) a prevenção dos danos à saúde resultantes dos riscos do trabalho seria tarefa eminentemente médica; e (4) a responsabilidade pela ocorrência dos problemas de saúde ficava transferida ao médico.

Os serviços de MT no interior das empresas eram voltados para tornar a força de trabalho adoecida ou acidentada apta para o trabalho novamente, o mais rápido possível. Além disso, visava-se selecionar apenas os trabalhadores aptos e saudáveis para serem empregados pela empresa. Como disse certa vez Henry Ford, esse serviço era o setor mais lucrativo de sua empresa. Ou seja, tratava-se de um setor a serviço dos capitalistas, para promover o controle da força de trabalho operária.

Em meados do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, a MT passa a se revelar impotente para intervir sobre os problemas de saúde causados pelos novos processos de produção. Tanto os trabalhadores – afligidos diretamente pela degradante produção – quanto os empregadores – onerados direta ou indiretamente pelos agravos à saúde dos trabalhadores – se tornam insatisfeitos com os métodos e resultados da MT. A resposta racional a isso se traduz na ampliação da atuação médica direcionada ao trabalhador, pela

intervenção sobre o ambiente, com o instrumental oferecido por outras disciplinas e profissões (MENDES; DIAS, 1991).

Emerge, então, a “Saúde Ocupacional” (Mendes; Dias, 1991, p. 343), sobretudo dentro das grandes empresas, com o traço da multi e interdisciplinaridade e a ênfase na higiene industrial. O objetivo era intervir nos locais de trabalho, com a finalidade de controlar os riscos ambientais.

De acordo com Lacaz (2007, p. 759), na SO,

A abordagem das relações trabalho e saúde-doença parte da ideia cartesiana do corpo como máquina, o qual expõe-se a agentes / fatores de risco. Assim, as consequências do trabalho para a saúde são resultado da interação do corpo (hospedeiro) com agentes / fatores (físicos, químicos, biológicos, mecânicos), existentes no meio (ambiente) de trabalho, quem mantém uma relação de externalidade aos trabalhadores. O trabalho é apreendido pelas características empiricamente detectáveis mediante instrumentos das ciências físicas e biológicas. Aqui os ‘limites de tolerância’ e ‘limites biológicos de exposição’, emprestados da higiene industrial e toxicologia, balizam a intervenção na realidade laboral, buscando ‘adaptar’ ambiente e **condições de trabalho** a parâmetros preconizados para a média dos trabalhadores normais quanto à suscetibilidade individual aos agentes / fatores (grifos do autor).

Entretanto, o modelo proposto pela SO também se revelou insuficiente, entre outros motivos, por que: (a) mantém o referencial da MT firmado no mecanicismo; (b) não concretiza o apelo à interdisciplinaridade; (c) a capacitação de recursos humanos e a produção de conhecimento e de tecnologia de intervenção não acompanham o ritmo da transformação dos processos de trabalho; (d) o modelo continua a abordar os trabalhadores como objeto das ações de saúde; e (e) a manutenção da SO no âmbito do trabalho, em detrimento do setor saúde (MENDES; DIAS, 1991). Além disso, a SO não incorporava a análise do processo de trabalho.

À crise desse modelo contribuiu a conjuntura política, econômica e social da década de 1960, marcada pela emergência de movimentos sociais de trabalhadores nos países industrializados, que se espalha mundo afora. Esse processo leva, em alguns países, à exigência da participação dos trabalhadores nas questões de saúde e segurança (MENDES; DIAS, 1991).

### 2.3.2 A Saúde do Trabalhador

No campo das ideias sobre saúde, predominava, até os anos 70, uma visão médica positivista sustentada na teoria da multicausalidade do processo saúde-doença, concepção

sobre a qual se assenta a SO. Entretanto, a partir do final dos anos 60, começam a aparecer críticas a esta concepção, além da proposta de desmedicalização da sociedade. Nesse intenso processo social “ganha corpo a **teoria da determinação social** do processo saúde-doença, cuja centralidade colocada no trabalho – enquanto organizador da vida social – contribui para aumentar os questionamentos à medicina do trabalho e à saúde ocupacional” (MENDES; DIAS, 1991, grifos do autor, p. 346).

O pensamento de que os modos de vida são influenciados decisivamente pelos modos de trabalhar originou a proposta de uma área específica de investigação e intervenção da Saúde Coletiva denominada ST. Essa nova área foi influenciada pelo Modelo Operário Italiano de Luta pela Saúde (MOI), que eclodiu no final da década de 1960 reunindo trabalhadores, sindicalistas e profissionais de saúde (BRITO; NEVES; OLIVEIRA *et. al*, 2012).

A ST, com base nas teorias sobre a determinação social do processo saúde-doença e na categoria de processo de trabalho do pensamento marxiano, pretende ultrapassar as articulações simplificadas das concepções da MT e da SO que têm uma visão monocausal ou multicausal do processo saúde-doença no trabalho. A ST faria, assim, a superação dialética da MT e da SO, algumas vezes rompendo com os modelos anteriores, e outras vezes contendo-os e ultrapassando-os (MINAYO-GOMEZ, 2011).

Como parte integrante da Saúde Coletiva, o campo da ST constitui-se como um espaço interdisciplinar e pluri-institucional. Os trabalhadores são percebidos como sujeitos capazes de contribuir com o seu saber para o avanço da compreensão da relação trabalho-saúde-doença e para a transformação da realidade (COSTA; LACAZ; JACKSON FILHO *et. al*, 2013).

A ST possui três dimensões essenciais: (1) enquanto ‘campo de conhecimento’, é uma construção que combina um alinhamento de interesses, em determinado momento histórico, onde as questões adquirem relevância e comportam discussões sob o ponto de vista científico e intelectual. Como todo campo científico, vem mediado por relações sociais, em especial as relações entre capital e trabalho; (2) enquanto ‘campo de investigação’, adota determinados métodos de análise, exigindo uma teorização dialética e complexa; (3) enquanto um ‘campo interdisciplinar e multiprofissional’ por necessidade, a ST precisa mobilizar conhecimentos de diversas disciplinas para contemplar a abrangência da relação trabalho-saúde em suas múltiplas e imbricadas dimensões. No entanto, isso se constitui em um desafio (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997).

Para Mendes e Dias (1991, grifos do autor, p. 347) “objeto da saúde do trabalhador pode ser definido como **o processo saúde e doença** dos grupos humanos, em sua relação com o trabalho”. Os trabalhadores assumem o papel de atores, de sujeitos capazes de pensar e de se pensarem, e o trabalho passa a ser compreendido como um espaço de dominação e submissão do trabalhador pelo capital, mas, igualmente, de resistência, de constituição e do fazer histórico (MENDES; DIAS, 1991).

De acordo com Lacaz (2007, p. 757-758)

[...] Saúde do Trabalhador é campo de práticas e conhecimentos cujo enfoque teórico-metodológico, no Brasil, emerge da Saúde Coletiva, buscando conhecer (e intervir) (n)as relações trabalho e saúde-doença, tendo como referência central o surgimento de um novo ator social: a classe operária industrial, numa sociedade que vive profundas mudanças políticas, econômicas, sociais.

No Brasil, a emergência da ST pode ser identificada no início dos anos de 1980, no contexto da transição democrática, particularmente no âmbito do movimento da chamada Reforma Sanitária, que teve na VIII Conferência Nacional de Saúde um momento significativo na construção do SUS. Entre suas características básicas, destacam-se: (a) ganha corpo um novo pensar sobre o processo saúde-doença e sobre o papel exercido pelo trabalho na sua determinação; (b) há o desvelamento de um adoecer e morrer dos trabalhadores, caracterizado por verdadeiras epidemias; (c) são denunciadas as políticas públicas e o sistema de saúde, incapazes de dar respostas às necessidades de saúde da população; e (d) surgem novas práticas sindicais em saúde, traduzidas em reivindicações de melhores condições de trabalho, no bojo da emergência do novo sindicalismo (MENDES; DIAS, 1991).

Segundo Dias e Hoefel (2005, p. 819),

[...] o movimento da Saúde do Trabalhador, no Brasil, toma forma no final dos anos 70, tendo como eixos: a defesa do direito ao trabalho digno e saudável; a participação dos trabalhadores nas decisões sobre a organização e gestão dos processos produtivos e a busca da garantia de atenção integral à saúde.

Os Programas de Saúde do Trabalhador (PST) desenvolvidos na rede pública, na época, foram direcionados para desvelar o adoecimento relacionado ao trabalho e incorporar a participação dos trabalhadores, valorizando seus relatos sobre as condições trabalho e considerando- os sujeitos das ações de saúde (DIAS; HOEFEL, 2005).



A Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast) foi instituída pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em 2002. Conta com uma rede de informações e práticas de saúde organizada para realizar ações assistenciais, de vigilância e de promoção da saúde. Os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), no âmbito de um determinado território, são polos irradiadores do conhecimento sobre a relação processo de trabalho/processo saúde-doença, com responsabilidade de oferecer suporte técnico e científico às demais unidades do SUS (GALDINO; SANTANA; FERRITE, 2012).

Apesar dos avanços obtidos em mais de 20 anos de SUS, Dias e Hoefel (2005) afirmam que o SUS ainda não incorporou, de forma efetiva, em suas concepções e ações, o lugar que o ‘trabalho’ ocupa na vida dos indivíduos e coletivos. As autoras apontam como processos que dificultaram a concretização dos objetivos do movimento da ST no âmbito do SUS a reestruturação produtiva e a ofensiva neoliberal – com conseqüente precarização do trabalho, crescimento do setor informal, desemprego estrutural e perda de direitos trabalhistas. Minayo-Gomez e Lacaz (2005) afirmam que a rede do SUS ficou alheia à problemática da saúde/doença relacionada ao trabalho e, por priorizar a assistência, apresenta um impacto pequeno na intervenção sobre os ambientes e processos de trabalho nocivos à saúde.

Cabe ressaltar que, quando se fala em ST, se está a serviço da classe trabalhadora, isto é, daqueles que são despossuídos dos meios de produção e precisam vender sua força de trabalho aos capitalistas para garantirem sua reprodução enquanto indivíduos. Ou seja, Saúde do Trabalhador significa saúde da classe trabalhadora. Pois bem, quem são os membros dessa classe? Todos os trabalhadores, homens e mulheres, de todas as etnias e grupos sociais, de todos os ramos de produção, tanto industriais quanto de serviços e de todas as nacionalidades. Aqui se incluem os desempregados, os aposentados, as trabalhadoras domésticas, os imigrantes, os adolescentes (aprendizes) etc. São excluídos dessa concepção de classe trabalhadores os capitalistas, grandes e médios empresários, tanto urbanos quanto rurais, latifundiários, gerentes e administradores do capital, ou aqueles que sobrevivem de juros da bolsa. Portanto, a ST possui uma transversalidade em relação às outras ‘especialidades’ em saúde.

No entanto, deve-se atentar também para a especificidade do campo ST: ela também trata de agravos específicos em situações de trabalho específicas, que atinge trabalhadores específicos. Gente de verdade, de carne e osso, que sofre e adoce cotidianamente em ambientes de trabalho opressores. A luta dos trabalhadores também deve seguir nessa direção, isto é, na vigilância de ambientes de trabalho insalubres e produtores de acidentes e doenças. Para isso, é necessário incorporar as mais diversas disciplinas na investigação em ST, de

forma mais integrada possível: as Ciências da Saúde, Ciências Humanas e Sociais, História, Biologia, Física, Química, Epidemiologia, Educação, Ciências Ambientais, Filosofia, Sociologia, Antropologia etc. Além disso, é importante incorporar o saber da classe operária nessas investigações e intervenções.

Nesse sentido, considerando os desafios postos à ST – entre eles: a falta de uma política integrada e intersetorial, o reduzido protagonismo efetivo dos trabalhadores, a frágil organização política dos trabalhadores na atualidade, as lacunas que persistem no conhecimento a respeito da relação saúde-trabalho etc. –, Minayo-Gomez (2011) e Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) afirmam que a ST é, na verdade, uma meta, um horizonte a ser buscado.

#### 2.4 A ABORDAGEM TEÓRICA DA MIGRAÇÃO E A MOBILIDADE DO TRABALHO

Apesar de sua atualidade, o fenômeno da migração é tão antigo quanto a história da humanidade. Desde cerca de 2,5 milhões de anos, constantemente o ser humano se desloca de um lugar para o outro, em busca, principalmente, de melhores condições de vida. Estima-se que cerca de 200 milhões de pessoas, ou seja, 3% da população mundial vive em um país distinto ao do seu nascimento. Isso quer dizer que 1 em cada 35 pessoas no mundo é um imigrante internacional (KARTZOW, 2009).

Moreira, Silva e Alves *et. al* (2007, p. 528) apresentam um conceito de imigração. Para esses autores, “Imigrar, no sentido da palavra propriamente dita, significa entrar em um país que não é o seu de origem para ali viver ou passar um período de sua vida”. Já para Coutinho e Oliveira (2010, p. 548), “O termo migração deriva do latim *migrare*, ou seja, passar de um local para outro”. León (2005, p. 60, grifos do autor) afirma que “As migrações são deslocamentos ou mudanças de residência a **certa** distância – que deve ser significativa – e com caráter **relativamente permanente** ou com certa vontade de permanência” (tradução nossa).

O fenômeno migratório tem sido estudado por diferentes disciplinas e enfoques. Dentro dessa diversidade, algumas teorias explicativas se destacaram no decorrer da história: a teoria neoclássica, a teoria de fatores *push-pull*, a teoria sobre a perpetuação dos movimentos migratórios e a teoria histórico-estrutural. Interessa-nos balizar as contribuições e os limites de cada uma delas.

A teoria neoclássica afirma que as migrações internacionais obedecem a decisões individuais de custo-benefício, ou seja, a imigração é um fenômeno individual. Os fluxos

migratórios ocorreriam dos países mais pobres para os mais ricos e, por isso, a migração exerceria uma pressão para a diminuição dos salários no país de destino e uma pressão para o aumento dos salários nos países emissores, até que se alcance um equilíbrio (LEÓN, 2005).

Resultado ulterior da teoria neoclássica, a teoria de fatores *push-pull* defende que existem fatores que empurram (*push*) o indivíduo a migrar (pressão demográfica, baixos salários, repressão etc.) de um país determinado para outro, que possui condições de vida mais vantajosas e que, por isso, exerce uma força de atração (*pull*). Este modelo destaca as motivações pessoais dos migrantes que, a partir de uma avaliação dos custos e benefícios que supõem a migração, optarão pela opção mais vantajosa. Nessa perspectiva, as migrações são consideradas funcionais, ao contribuir para o equilíbrio do sistema (LEÓN, 2005).

A teoria sobre a perpetuação dos movimentos migratórios – que na verdade representa um conjunto heterogêneo de teorias – entende a migração como um processo flexível e dinâmico em que podem irromper fatores que modificam as expectativas pessoais iniciais. Tanto na comunidade de origem quanto na de destino, os imigrantes acessam uma série de redes sociais que influenciam na decisão de retornar ou permanecer. É destacado, também, o papel das instituições públicas ou privadas voltadas a oferecer apoio para a população migrante (LEÓN, 2005).

Na contramão das teorias anteriormente apresentadas, para a teoria com perspectiva histórico-estrutural a realidade não tende ao equilíbrio, mas é permeada pela luta de classes. Na base dessa abordagem está a divisão internacional do trabalho, que resulta de um regime de intercâmbio desigual entre as economias dos países, segundo o setor a que pertencem – centro, semi-periferia e periferia – do capitalismo mundial. A migração seria, assim, um fenômeno de classe, produto do desenvolvimento desigual entre as economias centrais e periféricas (LEÓN, 2005).

Sem desconsiderar a contribuição das demais teorias, neste estudo optamos por nos aproximar de uma abordagem histórico-estrutural do problema. É óbvio que existem decisões individuais e fatores de atração e expulsão que estão imbricados nos processos migratórios. Contudo, esses elementos permanecem desconexos e insuficientes se for considerada a complexidade do capitalismo mundial, no qual a força de trabalho tem pouca liberdade para escolher o seu destino, seja individual ou coletivamente.

Nesse sentido, apresentamos a seguir o conceito de mobilidade do trabalho, que tem um forte potencial para agregar elementos no estudo das migrações. Conforme Perpetua (2013, p. 62):

O fenômeno da mobilidade, em sua dimensão espacial, sempre constituiu parte importante e absolutamente necessária da vida humana, desde a pré-história até os dias atuais. Em todas as sociedades e em todos os modos de produção, o deslocamento de materiais, informações, indivíduos e populações, com maior ou menor intensidade figurou como uma condição imprescindível da existência humana e da reprodução social. Em nenhum deles, no entanto, a mobilidade assumiu tamanha importância e centralidade como na sociedade e no modo de produção capitalista.

O conceito de mobilidade do trabalho “trata das formas como o capital produz, explora, faz circular e controla [...] a força de trabalho como mercadoria essencial ao processo de acumulação capitalista” (GOMES, 2009, p. 33). Para Gomes (2009, p. 36), poderíamos resumir o conceito de mobilidade do trabalho “como a capacidade do capital em produzir a mercadoria ‘força de trabalho’, em utilizá-la e, ao mesmo tempo, em criar condições de domínio e controle sobre a mesma” (36).

Perpetua (2013) lembra que a mobilidade da força de trabalho é um fenômeno gerado na distribuição no bojo do processo de produção capitalista, pois a distribuição é também “a distribuição dos membros da sociedade nos diferentes gêneros de produção” (MARX, 2008, p. 253). Ela deriva do fato de que, no capitalismo, o trabalhador é livre para vender aonde queiram comprar a única mercadoria de que dispõe, a sua força de trabalho (PERPETUA, 2013).

Em Gaudemar (1977), o conceito de mobilidade do trabalho designa “[...] a capacidade que permite a força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos sempre crescentes de uma divisão do trabalho cada vez maior” (PERPETUA, 2013, p. 72). Uma das dimensões da mobilidade do trabalho é sua capacidade de deslocar-se no espaço, perfazendo fluxos migratórios. As migrações, nesse sentido, nada têm de espontâneas ou naturais, sendo produto dos desígnios da acumulação e devendo atender inteiramente a eles (PERPETUA, 2013).

Segundo Perpetua (2013, p. 71),

[...] o conceito de mobilidade do trabalho [...] não é unívoco, pois seu uso pode designar tanto os deslocamentos de trabalhadores entre espaços concretos (cidades, regiões, países), quanto entre espaços abstratos (setores de atividade, ramos da produção etc.), ou mesmo fazer referência às variações nas condições específicas as quais são submetidos os trabalhadores no processo de trabalho, como a extensão da jornada de trabalho e a sua intensidade.

A mobilidade do trabalho tem uma função importante para o sistema capitalista de produção, uma que vez que “o deslocamento geográfico de homens e capitais é uma estratégia poderosa na luta por manter ou ampliar o ritmo da acumulação” (PERPETUA, 2013, p. 75). O capital tem, assim, a capacidade de “mover os trabalhadores com o objetivo de constituir o mercado de trabalho assalariado ou de abastecê-lo onde é necessário” (GOMES, 2009, p. 41). É preciso que de acordo com as necessidades do capital se mobilize a força de trabalho com vistas a atingir os objetivos do momento, mas também é necessário que esta força de trabalho tenha capacidade de se reconverter e mobilizar-se em outro sentido quando novos objetivos e interesses acumulativos surgirem (GEMELLI, 2014).

Gaudemar (1977) chama de “mobilidade forçada” as várias condições impostas ao trabalhador para ser integrado ao sistema produtor de mercadorias, que vão desde o deslocamento espacial da mão-de-obra até a necessidade incessante do trabalhador em buscar novas qualificações profissionais.

De acordo com Gomes (2009, p. 42),

[...] a mobilidade do trabalho é compreendida como um fenômeno que promove o deslocamento espacial, setorial e profissional do trabalhador, com o objetivo do capital explorar sua força de trabalho e acumular excedente econômico. Ao contrário de ser um sinônimo de liberdade, [...] a mobilidade do trabalho significa, no contexto do sistema de produção capitalista, controle social, submissão e escravidão.

Neste estudo, interessa-nos, sobretudo, a dimensão dos ‘deslocamentos espaciais’ da força de trabalho, proporcionados pela mobilidade do trabalho sob o controle do capital.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa utiliza a perspectiva das ciências sociais e humanas em saúde, no seu caráter qualitativo. Essa abordagem é capaz de “incorporar a questão do **significado** e da **intencionalidade** como inerentes **aos atos, às relações e às estruturas sociais**” (MINAYO, 2008, p. 22-23, grifos do autor).

O procedimento qualitativo

[...] é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2008, p. 57).

Para Deslandes, a pesquisa científica

[...] constitui a síntese de múltiplos esforços intelectuais que se contrapõem e se complementam: de abstração teórico-conceitual e de conexão com a realidade empírica, de exaustividade e síntese, de inclusões e recortes, e, sobretudo, de rigor e criatividade (DESLANDES, 2010, p. 31).

Algumas dimensões estão envolvidas na execução de uma pesquisa: (1) a “dimensão técnica”, que trata das regras reconhecidas como científicas para a construção do estudo; (2) a “dimensão ideológica”, relacionada às escolhas do pesquisador quanto ao que pesquisar, a partir de que base teórica e como pesquisar. Isto é, a neutralidade da investigação científica, mesmo nas ciências exatas e naturais, é um mito, uma vez que o conhecimento científico é sempre histórico e socialmente condicionado; e (3) a “dimensão científica” (DESLANDES, 2010, p. 34), que articula estas duas dimensões anteriores. De acordo a autora,

A pesquisa científica busca ultrapassar o senso comum [...] através do método científico. [...] o método científico permite que a realidade social seja reconstruída enquanto objeto do conhecimento, através de um processo de categorização que une dialeticamente o teórico e o empírico (DESLANDES, 2010, p. 34).

Chauí, discutindo as características da ‘atitude científica’, em oposição ao ‘senso comum’, afirma:

Antes de qualquer coisa, a ciência **desconfia** da veracidade de nossas certezas, de nossa adesão imediata às coisas, da ausência de crítica e da falta de curiosidade. Por isso, ali onde vemos coisas, fatos e acontecimentos, a

atitude científica vê **problemas** e **obstáculos**, aparências que precisam ser explicadas e, em certos casos, afastadas (CHAUI, 2000, p. 316-317).

Apresentamos os procedimentos metodológicos desta pesquisa segundo a ideia de Minayo (2008), que considera a metodologia em três dimensões: (a) como a discussão epistemológica sobre o caminho do pensamento que o tema de pesquisa requer; (b) como apresentação adequada e justificada dos métodos e dos instrumentos operativos utilizados; (c) como a criatividade do pesquisador e sua marca pessoal.

A metodologia, assim, não está apartada do conteúdo e do referencial teórico da pesquisa. Ela é sua própria alma: “teoria e metodologia caminham juntas e vinculadas” (MINAYO, 2008, p. 45). Deste modo, apresentamos a seguir o método marxista, que dá sustentação teórica para a pesquisa e compõe o referencial a partir do qual os resultados serão analisados.

Seguimos, assim, a orientação de Joutard (2000), para o qual é sempre preciso explicitar claramente os pressupostos, objetivos, métodos e limites da pesquisa, “sem que ninguém esteja convencido de que o seu é o único método que chega à verdade” (p. 38).

### 3.1 BREVES APONTAMENTOS SOBRE O MÉTODO: MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

Um estudo que pretende vislumbrar a saúde em sua relação com o trabalho deve ser suportado por uma teoria coerente a este objeto. Ao advogar a importância do saber operário para a produção de conhecimento a respeito da saúde dos trabalhadores, estamos nos colocando ao lado da teoria que afirma ser a classe trabalhadora o verdadeiro sujeito histórico da transformação e superação da sociedade capitalista (LÊNIN, 2011). A nosso ver, incorporar o trabalhador no processo de conhecimento significa aceitar – e, mais do que isso, defender – o projeto histórico da classe que vive do próprio trabalho. É nesse sentido que optamos pelo ‘Método de Marx’ como suporte para esta pesquisa.

O método científico desenvolvido por Marx assume fundamental importância para a teoria marxiana. Ainda que ele não tenha produzido nenhum tratado metodológico e ter escrito especificamente sobre o método em apenas algumas páginas de sua vasta obra, é possível extrair de seus escritos um método lógico de aproximação da realidade – uma metodologia – que, todavia, não pode ser separada de seus pressupostos e resultados, isto é, não pode ser tratada ‘descolada’ de sua obra (NETTO, 2011).

A importância do método para a teoria marxiana é dimensionada por Lukács (2003, p. 64). Segundo este importante pensador marxista do Século XX, “Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao **método**” (grifo do autor).

De acordo com Netto (2011, p. 21) “A **teoria** é, para Marx, a **reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa**: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (grifos do autor). A teoria é o real reproduzido e interpretado no plano ideal. Para ele, o objeto da pesquisa tem existência objetiva, não dependendo do sujeito-pesquisador para existir. O objetivo do pesquisador é, partindo da aparência do objeto, apreender sua essência. Mediante a pesquisa, o pesquisador reproduz no plano ideal a essência do objeto investigado (NETTO, 2011).

A relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, mas antes uma relação na qual o sujeito está implicado no objeto. Portanto, a pesquisa da sociedade exclui qualquer pretensão de ‘neutralidade’. No entanto, essa característica não exclui a objetividade do conhecimento teórico: a teoria tem uma instância de verificação de sua verdade, instância que é a prática social e histórica (NETTO, 2011). Nesse sentido, Marx (2007, p. 537) afirma: “Na prática tem o homem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder [...] de seu pensamento”.

O método desenvolvido por Marx, de acordo com David Harvey (2013, p. 17), “se funda na interrogação da tradição britânica da economia política clássica, usa as ferramentas da tradição alemã da filosofia crítica e aplica tudo isso para iluminar o impulso utópico francês”. É por isso que o método desenvolvido e aplicado por Marx é sumariamente chamado de ‘materialismo histórico-dialético’.

O ‘materialismo histórico-dialético’ compreende que as relações sociais, estabelecidas entre os homens, são determinadas pela forma de produção da vida material, ou seja, pela maneira como os homens se organizam para a produção dos bens necessários à vida humana (COTRIM, 2000).

A própria afirmação de Marx, no Prefácio à *Para a crítica da economia política*, deixa a reflexão de Cotrim (2000) mais clara:

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de



produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2012, p. 270-271).

Segundo Triviños (1987 apud SAUPE, NAKAMAE, 1994), a concepção materialista apresenta três afirmações importantes: o mundo é matéria em movimento; a matéria é anterior à consciência, sendo a última um reflexo da primeira; o mundo é cognoscível.

A teoria dialética tem origem inicial na teoria de Platão, evolui com Hegel, Kant e Feuerbach, encontrando a concepção materialista em Marx. Seus princípios fundamentais são, segundo Saupe e Nakamae (1994), a conexão universal e o desenvolvimento, estando tudo em mutação contínua. A dialética possui três leis: a lei da unidade e da luta dos contrários, segundo a qual o fenômeno é formado por forças internas que se excluem mutuamente, mas que não podem existir uma sem a outra; a lei da transformação da quantidade em qualidade; e a lei da negação da negação, ou seja, substituição do velho pelo novo, onde o novo assimila o que há de positivo no velho (SAUPE, NAKAMAE, 1994).

Marx não concebe – como faz Hegel – a história como algo que anda sozinha, guiada por um espírito ou uma razão, “mas sim uma história feita pelos homens, que [...] podem [...] transformar a realidade social” (COTRIM, 2000, p. 202), considerando a luta de classes como o motor da história. É importante, portanto, ‘historicizar’ as categorias encontradas situando seus papéis na luta de classes.

A categoria ‘luta de classes’ apresenta-se como fundamental para a compreensão não só da história das sociedades, mas também e, sobretudo, da nossa sociedade atual. Se utilizarmos o exemplo do Brasil, perceberemos isso claramente, manifesto tanto nas greves de diversas categorias profissionais, como garis, professores, caminhoneiros etc., quanto nas chamadas “Jornadas de Junho” de 2013, nas quais diversos brasileiros foram às ruas com reivindicações as mais diversas (HARVEY *et. al.*, 2012; VAINER *et. al.*, 2013).

Nesse sentido, nossa reflexão é complementada pela premissa de Engels (1998, p. 74) de que

[...] em cada época histórica, a produção econômica e a estrutura social que dela necessariamente decorre, constituem a base da história política e intelectual dessa época; que conseqüentemente [...] toda a História tem sido a história da luta de classes, da luta entre explorados e exploradores, entre as classes dominadas e dominantes nos vários estágios da evolução social.

O materialismo histórico-dialético compreende que o objetivo da ciência e da filosofia é, ulteriormente, a transformação da realidade. Ou seja, de nada adianta conhecer a realidade e as contradições que a compõem se o objetivo não for transformá-la. De acordo com o próprio Marx (2007, p. 539), “Os filósofos apenas **interpretaram** o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é **transformá-lo**” (grifos do autor).

De acordo com Bensaïd (2013) Marx não entende seu trabalho como afirmação positiva de uma nova doutrina, mas como crítica da economia política, um saber negativo que contesta a ciência estabelecida e abala os alicerces do edifício arrogante das falsas evidências ideológicas. Ele entra em conflito com a racionalidade excludente da ciência instrumental, que despreza a totalidade e envereda pela positividade prática de saberes parcelados. “Crítica e revolucionária, a ciência segundo Marx articula a ciência positiva (ou inglesa), a ciência alemã e a crítica” (BENSAÏD, 2013, p. 154).

Além disso, é uma tentativa frustrada separar a obra de Marx e seu método das conclusões a que chegou a respeito da revolução proletária. Para Löwy (2012), a vinculação da teoria de Marx com a classe trabalhadora não diminui o seu valor teórico e nem a torna mera ideologia; pelo contrário, é ela a fonte de sua legitimação.

### 3.2 FONTES DE DADOS

Em virtude do ineditismo, esta pesquisa pode ser classificada como exploratória. Para Gil (2002), este tipo de pesquisa “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (p. 41).

Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que ‘estimulem a compreensão’ (GIL, 2002, p. 41).

Nesse sentido, procuramos incluir diversas fontes de dados no estudo. São elas: (1) entrevistas com roteiro semi-estruturado (Apêndice B) com onze indivíduos (nove haitianos e dois brasileiros); (2) notícias veiculadas pelo portal ‘Central Gazeta de Notícias’ (CGN) de 2014 a 2016, selecionadas de forma sistemática; (3) notícias veiculadas por outros meios de comunicação, em especial os portais online dos jornais Gazeta do Povo, O Globo e Folha de São Paulo – selecionadas livremente; (4) Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) firmados

entre o Sindicato dos Trabalhadores em Cooperativas de Cascavel e Região (Sintrascop) e a Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (Coopavel); (5) revisão bibliográfica a respeito da relação saúde-trabalho-imigração na Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs).

Estas fontes são analisadas a partir do referencial teórico-metodológico do estudo: materialismo histórico-dialético, determinação social do processo saúde-doença-trabalho e mobilidade espacial da força de trabalho. São discutidas a partir de textos selecionados livremente como apoio ao referencial teórico-metodológico, sobretudo: estudos que resgatam a história do Haiti; estudos já realizados a respeito dos haitianos no Brasil; estudos a respeito de outros processos migratórios, tanto no Brasil quanto em nível internacional; pesquisas que relacionam a tríade saúde-trabalho-imigração, ou as dualidades saúde-imigração/trabalho-imigração; textos e pesquisas que tratam das relações étnico-raciais e de gênero, em sua interface com a saúde, o trabalho e a imigração; e pesquisas a respeito do trabalho nos frigoríficos de aves, em especial aquelas desenvolvidas na região Oeste do Paraná.

### 3.2.1 Entrevistas

Foram conduzidas entrevistas com roteiro semi-estruturado (Apêndice B) a onze indivíduos, dentre os quais havia nove haitianos e dois brasileiros. Alguns critérios de inclusão dos sujeitos da pesquisa foram observados: (a) possuir natalidade no Estado nacional do Haiti; (b) viver no Brasil há não mais do que dez anos; (c) trabalhar ou ter trabalhado em empresa do ramo da agroindústria de alimentos – frigoríficos de aves – no município de Cascavel/PR ou ser membro da Associação Haitiana de Cascavel (AHC); e (d) possuir idade maior ou igual a 18 anos completos. Também foi possível a inclusão de indivíduos que não cumpriam esses critérios, mas que possuíam informações relevantes a respeito da população haitiana residente em Cascavel, como foi o caso dos dois brasileiros entrevistados.

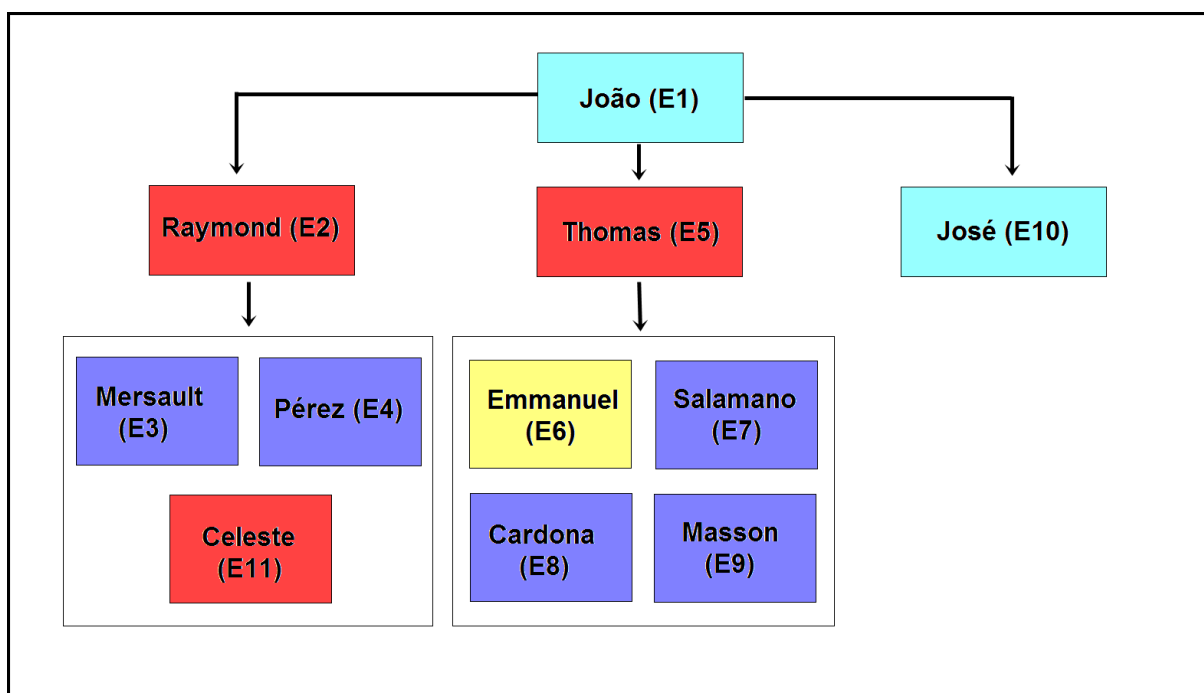
A amostra foi estabelecida de forma intencional, utilizando-se a técnica de *snowball sampling* (amostragem por bola-de-neve) (ATKINSON; FLINT, 2001). A principal vantagem desse método é permitir a construção de amostras de sujeitos que dificilmente seriam encontrados de outra forma (DUNN; FERRI, 1999).

Na Figura 1, apresentamos um esquema que ilustra a rede estabelecida na pesquisa para a configuração da amostra de indivíduos. O Quadro 1 apresenta as principais características dos entrevistados. Inicialmente, obtivemos o contato de João (E1), que se configurou um importante mediador para o estudo. João indicou Raymond (E2), membro da diretoria da AHC; ele, por sua vez, nos pôs em contato com Mersault (E3) e Pérez (E4). Nesse

ponto a rede estagnou, pois nem Mersault ou Pérez, nem Raymond, indicaram outros indivíduos para a entrevista. Voltamos a entrar em contato com João, que nos indicou Thomas (E5) e José (E10). Thomas nos pôs em contato com Emmanuel (E6), Salamano (E7), Cardona (E8) e Masson (E9). Por fim, Raymond voltou a responder nossas investidas, e nos colocou em contato com Celeste (E11).

Por questões éticas, não são revelados os nomes dos participantes; optamos pela utilização de pseudônimos. Os brasileiros receberam, assim, nomes comuns no Brasil: João e José. Os haitianos, por outro lado, foram (re)nomeados a partir das personagens do romance ‘*L’Étranger*’ (O Estrangeiro), do escritor francês Albert Camus, publicado inicialmente em 1942 (CAMUS, 1979). Trata-se de uma obra de importância amplamente reconhecida na literatura mundial. Nela, Camus aborda questões envolvendo as relações sociais estabelecidas por um ‘estrangeiro’ (no sentido moral e ético) na comunidade argelina. Desenvolve aspectos como o existencialismo, o absurdo e a condição humana.

**Figura 1** – Rede de indivíduos que compuseram a amostra para entrevistas, Cascavel, 2016



**Fonte:** elaboração própria.

**Legenda:** setas referem indicação; cores: (1) vermelho – haitianos membros da diretoria da AHC; (2) azul escuro – haitianos trabalhadores da Coopavel; (3) amarelo – haitiano desempregado; e (4) azul claro – brasileiros.

A entrevista foi realizada em quatro partes, cada qual com uma série de perguntas: (1) a vida no Haiti e a vinda para o Brasil; (2) o trabalho no frigorífico de aves; (3) o processo

saúde-doença relacionado ao trabalho; e (4) movimento social e atuação da Associação. Mesmo para os brasileiros entrevistados, o roteiro foi tomado como base, apesar da conversa tomar, muitas vezes, outras direções.

A técnica da saturação foi utilizada para a determinação do tamanho da amostra. A avaliação da saturação teórica foi realizada por meio de um processo contínuo de análise dos dados, começado já no início do processo de coleta, conforme orientam Fontanella, Ricas e Turato (2008). Assim, quando as falas dos sujeitos passaram a se repetir demasiadamente, optamos por encerrar a realização de entrevistas, pois os novos sujeitos entrevistados teriam pouco a acrescentar.

**Quadro 1** – Principais características dos entrevistados, Cascavel, 2016

Nome	Nº	Nacionalidade	Idade	Tempo no Brasil	Trabalho	Fala português?
João	1	Brasileiro	50	-	Vinculado a uma igreja da cidade, esteve acompanhando a inserção dos haitianos no local desde a chegada deles e ‘assessora’ a AHC desde sua formação.	Sim
Raymond	2	Haitiano	29	1,5 anos	Membro da diretoria da AHC. Possui ensino superior e está cursando sua segunda faculdade em uma instituição privada de Cascavel. Trabalha como gestor de estoque em um supermercado da cidade.	Sim
Mersault	3	Haitiano	29	3 anos	Trabalhou no frigorífico de aves da Coopavel em 2014, no setor de embalagem, por cinco meses. Estava desempregado há seis meses no momento da entrevista.	Sim
Pérez	4	Haitiano	43	1,7 anos	Trabalha no frigorífico de aves da Coopavel, no setor de embalagem.	Sim
Thomas	5	Haitiano	28	2 anos	Trabalha como cobrador de ônibus. Membro da diretoria da AHC.	Sim
Emmanuel	6	Haitiano	38	11 meses	Desempregado desde que chegou ao Brasil.	Não
Salamano	7	Haitiano	22	7 meses	Há um mês trabalha no frigorífico de aves da Coopavel, sem setor específico.	Não
Cardona	8	Haitiano	21	9 meses	Há seis meses trabalha em um dos frigoríficos de aves da cidade, sem setor específico.	Não

Masson	9	Haitiano	31	3 anos	Há um ano em Cascavel, trabalha no frigorífico de aves da Coopavel, no setor de embalagem. Antes, vivia em Curitiba.	Sim
José	10	Brasileiro	49	-	Vereador de Cascavel pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) e professor universitário. Esteve acompanhando a situação dos haitianos desde que eles começaram a chegar na cidade, em 2011.	Sim
Celeste	11	Haitiana	20	1 ano	Membro da diretoria da AHC. É a única mulher da amostra. Trabalha na Coopavel, mas na produção de fertilizantes.	Sim

**Fonte:** elaboração própria.

A dificuldade em estabelecer contato com a população haitiana também foi um fator que nos levou a findar a realização das entrevistas. Apesar das investidas constantes e da disponibilidade dos pesquisadores, foi muito difícil conseguir a aceitação dos haitianos em realizar as entrevistas. Essa dificuldade pode estar relacionada à situação de vulnerabilidade a que os haitianos estão submetidos. Essa vulnerabilidade é acompanhada do medo: de perder o emprego, de sofrer atos de violência, de sofrer preconceito e discriminação, de ser expulso do país por algum motivo etc. Isso se coaduna ao que Meihy chama de “medo de deixar as próprias histórias gravadas” (2000, p. 91), característica do tempo presente.

Durante a realização das entrevistas, procuramos atentar para as estratégias indicadas por Poupart (2010), de obter a colaboração do entrevistado: colocá-lo à vontade, ganhar a sua confiança, levá-lo a tomar a iniciativa do relato e levá-lo a se envolver com o relato. Além disso, tentamos realizar as entrevistas em ambientes indicados pelos entrevistados, em que eles se sentissem seguros e confiantes em falar. Assim, as entrevistas foram realizadas em diversos locais: na casa dos entrevistados; nas dependências da AHC; nas dependências da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); na ‘rua’, em calçadas etc.

Como três indivíduos da amostra não falavam a língua portuguesa fluentemente (Emmanuel, Salamano e Cardona), optamos por utilizar a contribuição de Thomas (E5) na tradução de suas entrevistas. Assim, foi realizada uma entrevista coletiva com esses quatro indivíduos. Durante a conversa, Thomas traduzia simultaneamente as palavras dos demais. Há uma série limitação na utilização dessa entrevista, pois o mediador (Thomas) pode funcionar como um ‘filtro’ das reflexões dos demais, e não temos como garantir que sua tradução foi suficientemente fidedigna. Contudo, pensamos que a entrevista cumpriu suas expectativas e pode ser aproveitada criticamente.

Assim, a amostra pode ser resumida da seguinte maneira: são nove haitianos e dois brasileiros; dez homens e uma mulher; sete entrevistas individuais e uma entrevista coletiva; entre os haitianos, são três membros da diretoria da AHC, quatro trabalhadores do frigorífico de aves da Coopavel, um ex-trabalhador desse local e atualmente desempregado, e um desempregado desde que chegou no Brasil.

A partir do trato com fontes orais, optamos por nos aproximar da perspectiva da ‘história oral’. De acordo com Meihy (2000), “chamamos história oral os processos decorrentes de entrevistas gravadas, transcritas e colocadas a público segundo critérios predeterminados pela existência de um projeto estabelecido” (p. 85). A coleta de depoimentos pessoais mediante a utilização de um gravador iniciou-se na década de 1940, nos EUA (FERREIRA, 2002). No Brasil, a utilização de fontes orais em pesquisas histórico-sociais esteve relacionada ao contexto de abertura democrática após a ditadura militar, em meados da década de 1980.

A inspiração inicial na história oral constitui uma tríade: (1) ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; (2) trazer à luz as realidades indescritíveis; (3) testemunhar as situações de extremo abandono. Ela se afirma como um instrumento de construção de identidades de grupos e de transformação social, isto é, assume uma postura militante (JOUTARD, 2000; FERREIRA, 2002). Um dos seus objetivos é “enfrentar o desafio de desarticular as lógicas de dominação e restituir aos grupos, às classes subalternas, sua condição de sujeitos plurais que habitam de pleno direito a história” (SCHWARZSTEIN, 2000, p. 101). Como podemos perceber, essa metodologia é coerente com o objeto de estudo aqui pesquisado.

A força da história oral “é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos ou [...] os ‘derrotados’” (JOUTARD, 2000, p. 33), levando em conta que os indivíduos, inseridos em determinadas coletividades, são atores da história. Assim, interessa à história oral o mundo operário e o camponês; a história das mulheres e dos imigrantes; os analfabetos e os deficientes; as crianças; o mundo da pobreza extrema etc. (JOUTARD, 2000).

Além disso, a memória de um indivíduo contém elementos de uma memória coletiva, constituída pelos grupos em sociedade. A memória não é somente a lembrança de um certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto social, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas (MATOS; SENNA, 2011). O entrevistado não apenas mostra como ele vê a si mesmo e o mundo, mas também como ele é visto por outro sujeito ou coletividade (SILVEIRA, 2007). Isto é, entrevistar indivíduos inseridos na população haitiana pode revelar questões importantes dessa coletividade.

Para Joutard,

[...] o oral nos revela o ‘indescritível’, toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas ‘muito insignificantes’ – é o mundo da cotidianidade – ou inconfessáveis, ou porque são impossíveis de transmitir pela escrita. É através do oral que se pode apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo o imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universo racional (2000, p. 34).

É preciso, todavia, considerar os limites das fontes orais. Esses limites dizem respeito às “fraquezas da própria memória, sua formidável capacidade de esquecer, que pode variar em função do tempo presente, suas deformações e seus equívocos, sua tendência para a lenda e o mito” (JOUTARD, 2000, p. 34).

Deste modo, quando utilizamos fontes orais, estamos inevitavelmente lidando com a memória. E falar de memória é falar da temporalidade. Para Chauí (2000), a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total.

A memória é “sempre uma construção feita no presente a partir de vivências ocorridas no passado” (MATOS; SENNA, 2011, p. 97). Isso porque a memória coletiva depende do poder social do grupo que a detém. No processo de rememoração, nós não nos lembramos as imagens do passado como elas de fato aconteceram, e sim de acordo com as forças sociais do presente que estão agindo sobre nós (FERREIRA, 2002).

Sem qualquer poder de alteração do que passou, o tempo, entretanto, atua modificando ou reafirmando o significado do passado. Sem qualquer previsibilidade do que virá a ser, o tempo, todavia, projeta utopias e desenha com as cores do presente, tonalizadas pelas cores do passado, as possibilidades do futuro (DELGADO, 2003, p. 10).

Através do ato de relembrar, seja esse processo ativado espontaneamente ou não, os humanos podem, entre outras coisas: reacender e reviver utopias de um tempo anterior; reconstruir a atmosfera de outros tempo; reviver hábitos, valores e práticas da vida cotidiana; reacender emoções de diferentes naturezas; relembrar convivências mútuas e ações solidárias; representar correntes de pensamento; reviver embates políticos e ideológicos; reconstituir climas de religiosidade, de lazer, de companheirismos, de lutas (DELGADO, 2003). Ou seja,



fazer os haitianos falarem sobre suas vidas e histórias pode constituir um importante momento de reflexão e de tomada de decisão a respeito de questões políticas, sociais e ideológicas.

### 3.2.2 Notícias

Utilizamos também como fontes de dados as notícias veiculadas pelo portal ‘Central Gazeta de Notícias’ (CGN) de Cascavel. Esse portal é o principal veículo digital de notícias acessado pela população cascavelense.

A pesquisa foi realizada por meio da palavra-chave ‘haiti’ na seção de busca do próprio portal, em maio de 2016. Foram encontrados 160 resultados. Após a leitura dos títulos das notícias, foram incluídas um total de 53. As notícias foram lidas integralmente e fichadas. O período contemplado foi de 2014 a 2016. Os Quadros 2 e 3 apresentam a quantidade de notícias por tema e ano.

**Quadro 2** – Quantidade de notícias incluídas por tema, *Central Gazeta de Notícias*, 2016

<b>Quadro 2</b>	
<b>Tema</b>	<b>Quantidade</b>
Violência/Racismo	23
Trabalho	10
Cultura/Educação	7
Tráfico humano	4
Saúde	2
Outros	7
<b>Total</b>	<b>53</b>

**Fonte:** elaboração própria a partir da pesquisa documental.

**Quadro 3** – Quantidade de notícias incluídas por ano, *Central Gazeta de Notícias*, 2016

<b>Quadro 3</b>	
<b>Ano</b>	<b>Quantidade</b>
2014	29
2015	22
2016*	2
<b>Total</b>	<b>53</b>

**Fonte:** elaboração própria a partir da pesquisa documental.

**Legenda:** \*até maio de 2016.

Ademais, foram incluídas veiculadas por outros meios de comunicação, em especial os portais online dos jornais *Gazeta do Povo*, *O Globo* e *Folha de São Paulo*. Estas notícias foram selecionadas e incluídas livremente, sem a utilização de procedimentos específicos como operado no caso das notícias da CGN.

As notícias são inseridas na discussão dos resultados, assim como as demais fontes aqui utilizadas. Estas fontes são tomadas de forma crítica. Consideramos, em concordância com Schwartz, que as mídias “apresentam elementos capazes tanto de informar aspectos materiais concretos cotidianos como a cristalização de uma memória, um testemunho direto ou indireto do passado” (2012, p. 1). Elas constituem-se em “marcas, pistas” (SCHWARTZ, 2012, p. 1), das quais podemos fazer uso na interpretação da realidade.

As notícias de jornais e revistas, contudo, não podem ser vistas enquanto testemunho ou documento neutro. Escritor uruguaio, Eduardo Galeano afirma:

Cada dia, ao ler os jornais, assisto a uma aula de história. Os jornais ensinam-me pelo que dizem e pelo que silenciam. A história é um paradoxo andante. A contradição move-lhe as pernas. Talvez por isso os seus silêncios digam mais que as suas palavras e muitas vezes as suas palavras revelam, mentindo, a verdade (2007, p. 12).

Portanto, as notícias devem ser integradas a seu contexto social, cultural, político e ideológico. Deve-se levar em conta, também, para quem a notícia foi produzida, isto é, qual é seu público alvo (SCHWARTZ, 2012). Para Lapuente, “os jornais devem ser utilizados criticamente [...], para não correr o risco de se deixar levar pelo discurso da fonte e, conseqüentemente, realizar uma análise precipitada, acrítica e superficial” (2015, p. 2). O próprio jornalismo é uma prática social vinculada a apenas alguns grupos sociais, o que demonstra a relação de poder que o permeia (LAPUENTE, 2015).

### 3.2.3 Acordos Coletivos de Trabalho (ACT)

Com a finalidade de destrinchar aspectos específicos do ‘processo de produção’ em que os haitianos estão envolvidos no frigorífico da Coopavel, foram consultados os Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) estabelecidos entre esta empresa e o Sintracoop. Os ACT estão

disponíveis no site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no portal do Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho (Mediador)<sup>2</sup> e são de domínio público.

A busca dos ACT foi realizada em agosto de 2016. Foram encontrados, ao todo, nove ACT, correspondentes ao período de 2008 até 2017. Os ACT são importantes na medida em que revelam questões muitas vezes ‘ocultas’ do processo de produção na empresa, além de indicarem a atuação do Sindicato na negociação com a empresa e representação dos operários. Os resultados obtidos com a análise dos ACT serão apresentados e discutidos em conjunto com as demais fontes de dados.

### 3.2.4 Revisão bibliográfica

Outra fonte de dados utilizada foi a revisão bibliográfica. Para Gil (2002), a revisão bibliográfica utiliza material já elaborado, como livros ou artigos, permitindo ao investigador a cobertura de uma gama ampla de fenômenos. A revista científica é, “nos tempos atuais, uma das mais importantes fontes bibliográficas” (GIL, 2002, p. 45).

A busca dos textos foi realizada na base de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), no mês de setembro de 2015, utilizando-se as estratégias descritas no Quadro 4. Os seguintes critérios de inclusão foram adotados: artigos completos e originais disponíveis online gratuitamente, em português, inglês ou espanhol, sem qualquer recorte temporal. Foram excluídas as publicações que não possuíam resumo indexado na base de dados ou que não se adequassem à temática proposta.

**Quadro 4** – Estratégias de pesquisa utilizadas e número de resultados encontrados na base de dados.

Base de dados	Estratégia	Número de resultados encontrados
LILACS	“imigracao” [Palavras] AND “saude” [Palavras] AND “trabalho” [Palavras]	447
	“migracao laboral” [Palavras] AND “saude” [Palavras]	102

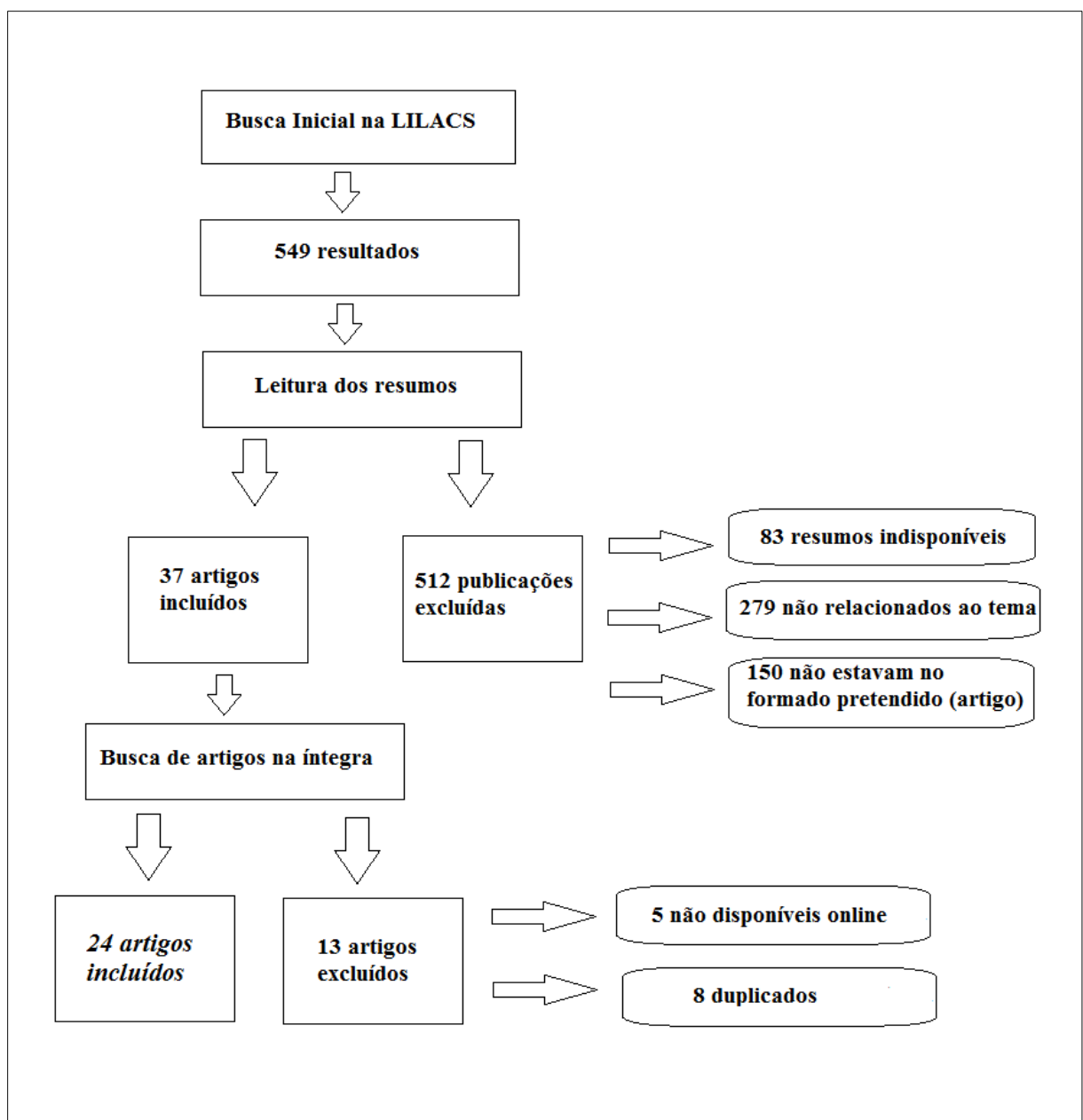
**Fonte:** elaboração própria a partir da LILACS, 2015.

Inicialmente, foram encontrados 549 resultados, dos quais 24 foram incluídos. Os procedimentos de seleção das publicações estão demonstrados na Figura 2. As 24 publicações selecionadas foram lidas integralmente e fichadas utilizando-se o *Microsoft Word 2007*.

<sup>2</sup> <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>

Entre as 24 publicações selecionadas, todas estão no formato de artigo, publicadas em revistas científicas das áreas de saúde pública (12), enfermagem (4), ciências sociais (2), medicina (2), saúde materno-infantil (2), psicologia (1) e direito (1). Quanto à língua, 10 artigos foram publicados em inglês, sete em português e sete em espanhol. Contudo, a maior parte foi publicada no Brasil (13), seguido de Colômbia (3), Estados Unidos da América (EUA, 3), Chile (2), México (1), Peru (1) e Jamaica (1).

**Figura 2** – Fluxograma de seleção (inclusão e exclusão) dos artigos no estudo de revisão na LILACS, 2015.



**Fonte:** Elaboração própria a partir da LILACS, 2015.

Quanto à procedência do primeiro autor, a maior parcela está vinculada a instituições localizadas no Brasil (9), seguido de Chile (4), Espanha (3), México (2), EUA (2), Argentina (1), Peru (1), Alemanha (1) e Itália (1). Ou seja, apesar da maior parte dos estudos terem sido publicados em inglês, o Brasil é o país responsável pela maioria dos textos relacionados à temática da relação saúde-trabalho-imigração indexados na LILACS.

Em relação ao ano de publicação, todos os artigos pertencem ao intervalo entre 2004 e 2014. No entanto, apenas dois deles foram publicados antes de 2007: um em 2004 e um em 2005. Do restante (22), todos foram publicados a partir de 2007, o que pode indicar um crescimento no interesse pelo tema mais recentemente, possivelmente relacionado ao contexto global de mundialização econômica e cultural.

A maior parte dos estudos utilizou uma abordagem quantitativa (9) dos dados. Também foi importante o número de ensaios teóricos (8) entre as publicações selecionadas. Além destes, quatro deles utilizaram um desenho metodológico misto, isto é, tanto quantitativo como qualitativo, e apenas três utilizaram enfoque puramente qualitativo. Neste contexto, se faz urgente o desenvolvimento de estudos qualitativos a respeito das condições de vida, trabalho e saúde das várias populações migrantes, uma vez que essa abordagem metodológica é capaz de incorporar com profundidade as questões do “significado” e da “intencionalidade” (MINAYO, 2008, p. 22) ao conhecimento científico.

Os textos incluídos na revisão são utilizados para a discussão dos resultados da pesquisa, sobretudo seção seis, intitulada “Imigração, racismo, violência e saúde”.

### 3.3 ASPECTOS ÉTICOS E COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DA PESQUISA

A respeito da ética na pesquisa qualitativa, foram observadas as recomendações de Minayo e Guerriero (2014), quanto a adotar uma reflexividade ética durante toda a execução da pesquisa e, em especial, durante o trabalho de campo.

Além disso, foram observadas todas as condutas éticas preconizadas pela Resolução n. 466/12 (BRASIL, 2013b), o que implica, dentre outros elementos, no consentimento livre e esclarecido dos trabalhadores em participarem da pesquisa – obtido por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) – e na autorização da Associação dos Trabalhadores Imigrantes de Cascavel/PR – através do Termo de Autorização do Campo de Estudo (Anexo A).

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), Fundação Oswaldo

Cruz (Fiocruz). Esse processo se deu por meio do Parecer n. 1.500.148, de 14 de abril de 2016 (CAAE: 54085316.9.0000.5240) (Anexo B).

Compreendemos, contudo, que a questão ética nas pesquisas em saúde não envolve apenas procedimentos técnicos e burocráticos, mas também políticos e sociais. Na trilha de Algebaile e Valla (2011), entendemos “a pesquisa como meio e oportunidade de produção de conhecimentos que possam servir à produção de uma vida social de novo tipo” (p. 32).

Parafrazeando Valla (2000a), buscamos traçar uma “investigação científica do ponto de vista [da classe trabalhadora]<sup>3</sup>” (p. 7). Isto é, utilizamos os métodos e instrumentos científicos mais adequados ao objeto de estudo em questão, porém à luz dos interesses históricos do proletariado.

Desta forma, durante a construção do projeto de pesquisa, procuramos estabelecer uma relação de colaboração com a Associação Haitiana de Cascavel (AHC). Foram realizadas algumas reuniões com membros da AHC nas quais o projeto de pesquisa em construção foi apresentado. As sugestões dos mesmos foram avaliadas e incorporadas quando possível. Ademais, nossa intenção é realizar, ao final do estudo, a ‘devolução’ dos resultados da pesquisa à Associação e ao coletivo de imigrantes haitianos, compreendendo essa iniciativa como uma forma de contribuir com a luta dos imigrantes.

Buscamos firmar, assim, um compromisso com a classe trabalhadora em geral, e com a comunidade haitiana de Cascavel em particular. Isso não compromete a cientificidade da presente pesquisa; pelo contrário, confere-lhe materialidade e legitimidade.

---

<sup>3</sup> Valla (2000a, p. 7) a faz do ponto de vista das chamadas “classes populares”.

#### 4 HISTÓRIA DA PRESENÇA DOS HAITIANOS EM CASCAVEL: SAÚDE E TRABALHO EM DESTAQUE

O Estado nacional haitiano possui sua própria história, construída a partir da chegada de Cristóvão Colombo à ilha caribenha em finais do século XVI. Colonizada inicialmente pela Espanha e posteriormente pela França, a ilha recebeu importantes contingentes de africanos – por meio do tráfico humano que alimentou a escravidão – entre os séculos XVI e XVII. Segundo Moraes, Andrade e Mattos,

A recente crise generalizada que se instalou na primeira república negra do mundo [o Haiti] não pode ser entendida de forma pontual e simplória. É necessário compreender sua história, marcada por intervenções, regimes ditatoriais, corrupção e desastres ambientais, originando a atual realidade socioeconômica e política do Haiti (2003, p. 97).

Nesse sentido, nas próximas páginas, exploramos algumas questões envolvidas com a história do Haiti, que podem contribuir no entendimento da situação mais recente do país e da vinda de haitianos para o Brasil. Posteriormente, analisamos a chegada dos haitianos à cidade de Cascavel, Paraná, e sua inserção na sociedade cascavelense, por meio do trabalho.

##### 4.1 HAITI: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS

A República do Haiti<sup>4</sup> é um país situado no Mar do Caribe, na porção central das Américas. Partilha a ilha de *Hispaniola* com a República Dominicana, único país com o qual faz fronteira terrestre. Sua capital é *Port-au-Prince*<sup>5</sup>, com cerca de 2,44 milhões de habitantes (Mapas 1 e 2). É, também, a maior aglomeração urbana do país (PECHANSKI, 2006; THE WORLD FACTBOOK, 2016).

O país possui uma população de 10.485.800 habitantes, dos quais cerca de 95% são negros. Apesar da maioria da população ser urbana (58,6%), os índices de urbanização são baixos, se comparados com outros países<sup>6</sup>. A religião predominante é a católica romana (54,7%), embora a prática do ‘vodu’ seja bastante disseminada entre a população (THE WORLD FACTBOOK, 2016). A pirâmide etária populacional do país demonstra a predominância de crianças, adolescentes e adultos jovens, conforme mostra a Figura 3.

---

<sup>4</sup>*République d’Haiti*, em francês; em crioulo haitiano, *Repliblik Ayiti*.

<sup>5</sup> ‘Porto-Príncipe’, em português.

<sup>6</sup> No Brasil, por exemplo, o índice de urbanização é de 85,7% (THE WORLD FACTBOOK, 2016).

A mortalidade materna chega a 359 mortes a cada 100 mil nascidos vivos, deixando o Haiti na posição 31 do planeta. Quanto à mortalidade infantil – 48,2 mortes a cada 1 mil nascidos vivos –, o país apresenta taxas que o colocam como 37º pior do globo terrestre. Os dados também são preocupantes quanto à esperança de vida ao nascer: 61,2 anos para homens e 66,4 anos para mulheres, o que deixa o país na 187ª posição no mundo. Além disso, quase 60% da população vive abaixo da linha da pobreza (THE WORLD FACTBOOK, 2016).

**Mapa 1** - Localização da República do Haiti no interior da América Central e do Caribe, *Google Maps*, 2016.



Fonte: *Google Maps*, 2016. Escala: 300km/cm.

A economia do país é baseada no setor de serviços e na agricultura, onde estão ocupados 38,1% e 50,4% da força de trabalho, respectivamente. Os principais produtos são voltados para a exportação, e dizem respeito ao café, mangas, cana-de-açúcar, cacau, arroz e milho. A indústria, ainda incipiente no país, é responsável pelo emprego de apenas 11,5% da força de trabalho, e é voltada, substancialmente, para a produção têxtil, refinamento de açúcar, produção de cimento e montagem de lâmpadas e acessórios elétricos. Cumpre destacar que cerca de 40% da população estava desempregada em 2010 (THE WORLD FACTBOOK, 2016).



**Mapa 2** – Mapa político-administrativo da República do Haiti e sua localização na ilha da *Hispaniola*, 2016



**Fonte:** Nations Online, 2016. A divisão administrativa do Haiti inclui 10 departamentos, a saber: *Artibonite*, *Centre*, *Grand'Anse*, *Nippes*, *Nord*, *Nord-Est*, *Nord-Ouest*, *Ouest* (onde se localiza a capital, *Port-au-Prince*), *Sud* e *Sud-Est*.

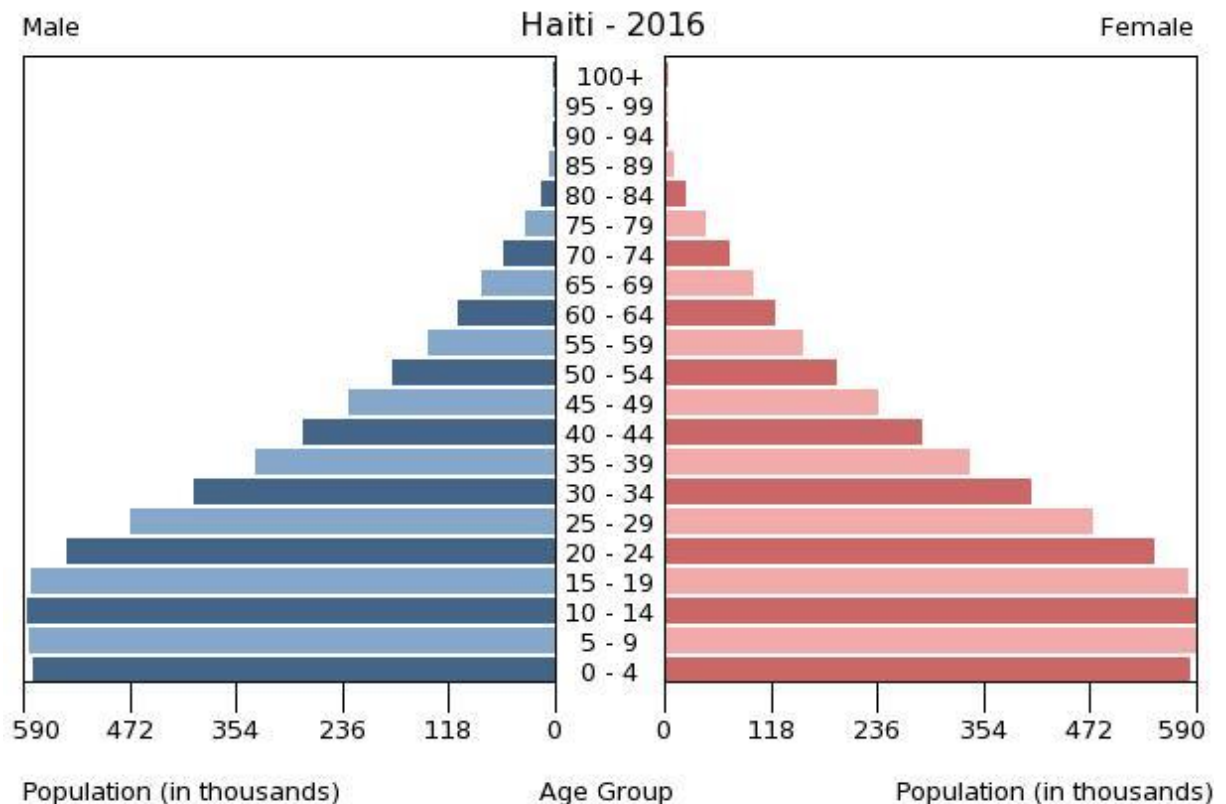
O Haiti era uma colônia francesa desde 1697, cujos escravos foram libertados na última década do século XVIII, após sucessivas insurreições. Após a prisão do seu principal líder político, Toussaint Louverture, os haitianos derrotaram o exército francês e fizeram do Haiti, em 1804, o primeiro Estado soberano da América Latina e Caribe. Foram “treze anos de lutas sangrentas” (MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013, p. 97). Devido à descendência africana de sua população, o Haiti também se constituiu na primeira República Negra do planeta. Nos dois séculos que se passaram desde então, o país foi devastado por catástrofes naturais e políticas, que o tornaram o mais pauperizado da América Latina e Caribe (PECHANSKI, 2006; MARTINS, 2014a).

É praxe a intervenção dos Estados Unidos da América (EUA) no país. Em 1915, numa manobra para tomar o lugar da França como potência hegemônica no país, o imperialismo norte-americano levou centenas de *marines*<sup>7</sup> ao Haiti e tomou o governo, sob o pretexto de

<sup>7</sup>*United States Marine Corps (USMC)* – ou, em português, ‘Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos’, conhecido abreviadamente como *marines*.

fortalecer a instável política interna do país. A localização geográfica do Haiti garantiria aos EUA o controle de grande parte das rotas marítimas caribenhas. Assim, de 1916 a 1927, 87% das importações do Haiti eram provenientes dos EUA. A produção de cana-de-açúcar, base da economia haitiana, foi posta sob controle de empresários norte-americanos, até 1987. Criou-se uma dívida milionária do Haiti para com os EUA (PECHANSKI, 2006).

**Gráfico 2** – Pirâmide etária da população haitiana, *The World Factbook*, 2016



**Fonte:** *The World Factbook*, 2016.

O exército estadunidense permaneceu no país até 1934, quando foi expulso por uma insurreição de camponeses. No entanto, em 1957, sob o pretexto de conter o avanço comunista no Caribe, o governo dos EUA apoiou a candidatura e o subsequente regime autoritário de François Duvalier, o *Papa Doc*. Ele permaneceu no poder de 1957 até 1971, construindo um regime “megalomaniaco, místico e totalitário” e tornando o Haiti “uma expressão latino-americana do fascismo” (PECHANSKI, 2006, p. 643). A “papadocracia” envolveu a política dos EUA no Caribe durante a Guerra Fria, um modelo econômico voltado para a exportação de matérias-primas e a aniquilação de qualquer tentativa de oposição por parte dos nativos (PECHANSKI, 2006, p. 643).

Em 1959, Duvalier formou uma milícia civil armada – os *Tontons Macoutes* –, às quais outorgou o poder de manter a ordem. Com ordens para reprimir comunistas e outros opositores, os *Tontons Macoutes* assassinavam, torturavam e estupravam, sempre sob a impunidade. Em 1961, o ditador fechou o Parlamento e, nas novas eleições legislativas, somente os duvalieristas podiam participar. Em 1964, os deputados modificaram a Constituição e declararam Duvalier presidente vitalício. Alimentava-se o mito de que o ditador possuía poderes espirituais, através do vodu. O governo de Duvalier recebia milhões de dólares por mês dos EUA e do Fundo Monetário Internacional (FMI). As moedas de troca eram a repressão ao comunismo cubano e a liberalização da economia (PECHANSKI, 2006; MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013).

Em 1971, *Papa Doc* sofreu um infarto, mas não morreu. Começou a preparar a sucessão do filho, Jean-Claude Duvalier, “o jovem líder que lhes prometi”, segundo preferiu em discurso (PECHANSKI, p. 643). No entanto, *Baby Doc* tinha apenas dezenove anos, e pela Constituição haitiana, o presidente deveria ter no mínimo quarenta. Os deputados alteraram a Carta para permitir o governo de Jean-Claude. Convocaram um referendo, aprovado por unanimidade (2.239.916 votos) e denunciado por fraude. *Papa Doc* morreu no mesmo ano, e *Baby Doc* assumiu o comando do Executivo, com a intenção de manter a política do pai. Fez mais: intensificou a repressão dos *Tontons Macoutes* com o pretexto de lutar contra o comunismo e continuou com a política de terror (PECHANSKI, 2006).

Em 1977 a crise econômica se agravou e a fome se alastrou pelo país. Milhares de haitianos fugiram para os EUA e Cuba. Entre 1950 e 1990, cerca de 550 mil deles migrou para a República Dominicana. No início da década de 1980, a insatisfação popular se generalizou. Apoiados pela Igreja Católica, em 1986, eclodiram levantes em todo o Haiti. Duvalier filho abandonou o Haiti com uma fortuna pessoal estimada em US\$ 100 milhões e refugiou-se na França. A miséria no país nunca havia sido tão grave. Cerca de 70% das terras produtivas pertenciam a 1,15% de fazendeiros (os *gran don*<sup>8</sup>). O Haiti estava entre os países mais pobres do mundo. Milhares de haitianos migraram do interior para Porto Príncipe, que cresceu absurdamente, minada de favelas. Na cidade faltavam eletricidade e água potável; o tráfico de drogas tornou-se o sustento de muitas famílias (PECHANSKI, 2006).

A derrocada de *Baby Doc* não beneficiou imediatamente a população. Os camponeses se organizaram no *Mouvman Peyizan Papay* (MPP<sup>9</sup>), ocupando terras abandonadas e produzindo seu sustento. O movimento ganhou dimensão nacional, passou a exigir uma

---

<sup>8</sup> ‘Grandes proprietários’, em português.

<sup>9</sup> ‘Movimento Camponês de Papay’, em português.

reforma agrária e foi reprimido duramente pelos militares. É neste período que surge a figura de Jean-Bertrand Aristide, conforme relata Pechanski:

Em Porto Príncipe, propagou-se a história de um padre que andava descalço pelas favelas, pregando a união dos pobres, dizendo que a organização popular era vontade de Deus e que a ‘avalanche’ ia começar. Era Jean-Bertrand Aristide, conhecido como Titid. Por onde passava, ajudava na construção de associações, que se tornaram locais de discussão política, de alfabetização, de preparação de protestos e de organização de mutirões. Apoiado na atuação do padre nos bairros pobres surgiu o movimento *Lavalas* (avalanche, em crioulo), mais amplo e flexível que o partido político. [...] Nas primeiras eleições livres do Haiti, em 1990, Aristide foi eleito presidente com 67% dos votos. Em seus discursos, ele defendeu a reforma agrária, a distribuição de renda, a alfabetização em massa e o estabelecimento de laços com o governo cubano (2006, p. 647).

Desde o início de seu governo, Aristide foi hostilizado pelos *Tontons Macoutes*, latifundiários e militares, que ameaçavam derrubá-lo. Para se manter no cargo, Aristide negociou com esses grupos, comprometendo-se a não alterar os rumos da política econômica, calcada no neoliberalismo, sob orientação do Banco Mundial (BM). A população haitiana não aceitou a mudança de rumo do governo e organizou-se. Aristide tentou conter os movimentos sem repressão e a elite ameaçou, novamente, derrubar o governo (PECHANSKI, 2006).

Em 1991, a situação piorou novamente. O MPP organizou ocupações de terras no país e a elite exigiu a intervenção de Aristide, que tomou partido ao lado dos camponeses. Em 30 de setembro, veio o golpe de Estado: uma junta militar assumiu o governo e Aristide, ameaçado de morte, fugiu do país. Ele se refugiou nos EUA, onde foi acolhido pelo Partido Democrata (PD), contrário à política do presidente George Bush. O presidente deposto se tornou quase um garoto propaganda do PD, em troca de segurança. A opinião pública estadunidense se sensibilizou e exigiu uma postura de Bush. Assim, em outubro de 1991, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o governo Bush iniciaram um embargo econômico ao Haiti. O democrata Bill Clinton, eleito à presidência dos EUA em 1993, defendeu publicamente o retorno de Aristide ao poder. Em 1994, com aval da ONU, 20 mil soldados dos EUA ocuparam o Haiti e conduziram Aristide à presidência (PECHANSKI, 2006).

Aos olhos do povo, a volta do ex-presidente trazia consigo a promessa de uma vida melhor. Conforme Pechanski, “Aristide, no entanto, não era mais o mesmo” (2006, p. 648). Em 1995, por exemplo, lançou um programa de privatizações que resultou na aquisição das

estatais por grandes empresas estrangeiras. Ademais, reprimiu protestos camponeses e não hesitou em eliminar opositores, mantendo, contudo, diálogo com organizações populares.

Em 1995, Aristide não pode disputar a eleição, pois a Constituição não permitia a reeleição. O candidato do movimento *Lavalas*, René Preval, se elegeu. No ano seguinte, o *Lavalas* se dividiu entre a *Famni Lavalas* (FL) – formada pelos apoiadores de Aristide – e a Organização Política *Lavalas* (OPL), reunindo vários intelectuais. As duas agremiações disputaram a orientação política do governo de Préval. Em 2000, a FL, com Aristide, venceu as eleições legislativas, consideradas fraudulentas pela OEA. Nessas eleições, somente 10% da população haitiana compareceu às urnas. Concomitante ao elevado índice de abstenções, houve grande violência na capital, onde três bombas explodiram deixando dois mortos e 17 feridos (PECHANSKI, 2006; MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013).

Em seu novo mandato, Aristide manteve a orientação neoliberal, que se manifestou, por exemplo, na construção de uma zona franca em *Ouanaminthe*, no nordeste do país, em 2003, administrada por uma empresa dominicana. Nos altos escalões do segundo governo de Aristide, reinava a corrupção. Para garantir o apoio nas favelas, o presidente adotou medidas populistas, como a distribuição de comida e roupas. Desde o final de 2003 as manifestações contra Aristide se multiplicaram e os ex-militares preparavam um novo golpe de Estado, arquitetado em *Gonaïves*<sup>10</sup> (PECHANSKI, 2006).

Assim, em 29 de fevereiro de 2004, o presidente foi deposto. Com o aval da Organização das Nações Unidas (ONU), os *marines* ocuparam o país e instauraram um governo que se dizia transitório. O ex-presidente da Suprema Corte do Haiti (SCH), Boniface Alexandre, assumiu o lugar de Aristide, com apoio da comunidade internacional, porém, sem apoio da população haitiana. O governo foi, assim, gerenciado por instituições internacionais, como o BM e a ONU (PECHANSKI, 2006).

Em junho de 2004, a ONU enviou cerca de 9 mil funcionários ao Haiti, a maior parte militares. O comando das tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) ficou a cargo do general brasileiro Augusto Pereira. Até 2012, o Haiti já havia recebido cerca de 15.000 militares brasileiros (ALESSI, 2012). Para o governo brasileiro, a participação da Missão garantiria visibilidade internacional. Todavia, segundo Pechanski, “para a população haitiana, nada mudou” (2006, p. 648).

---

<sup>10</sup> Verificar a localização de *Ouanaminthe* (departamento *Nord-Est*, na fronteira com a República Dominicana) e *Gonaïves* (departamento de *Artibonite*, na região litorânea do *Golfe de la Gonaïves*) na Figura 2.

A ONU e a OEA definiram eleições, que ocorreram em 2006. Esperava-se que Préval, do partido *Lespwa*<sup>11</sup>, ganharia as eleições com grande vantagem. No entanto, o Conselho Eleitoral Provisório (CEP), antes de acabar a apuração dos votos, anunciou que Préval não se elegeria no primeiro turno. Partidários de Préval foram às ruas denunciando fraude eleitoral, até que, sob intervenção do Minustah, Préval assumiu a presidência do país. Este é só mais um exemplo da instabilidade política que assola o país desde o século passado (PECHANSKI, 2006).

Pechanski conclui que o Haiti, “desde o início do século XX, transformou-se em um laboratório de política internacional de Washington”. Assim, “antes de definir sua estratégia para o mundo, o Império [estadunidense] testa-a no país caribenho, gerando instabilidade, crises e falta de democracia” (2006, p. 651).

#### 4.2 AS CRISES SOCIOAMBIENTAIS E A SAÚDE PÚBLICA NO HAITI

Para dificultar ainda mais a frágil situação sociopolítica do Haiti, o país vem sofrendo com catástrofes ambientais. Em 12 janeiro de 2010, o país sofreu as consequências de um terremoto de magnitude sísmica de 7,3 na escala Richter, cujo epicentro se localizou a 15 km da capital, Porto-Príncipe. Houve ainda dois tremores secundários, de 5,9 e 5,5 graus, depois do primeiro terremoto, deixando um saldo de 220 mil mortos e 1,5 milhões de desabrigados. Além disso, escolas, hospitais e postos policiais tiveram suas estruturas seriamente danificadas e, em alguns casos, completamente destruídas. No momento do abalo sísmico, cerca de 1.200 militares brasileiros atuavam no país, dos quais 18 foram vítimas fatais (GIRALDI, 2011; ALESSI, 2012; AGUIAR, 2015).

Poucos dias depois, um ciclone extratropical provocou enchentes no local. No final de 2010, o furacão ‘Tomas’ atingiu o país matando pelo menos 20 pessoas e gerando mais enchentes e deslizamentos de terra (GIRALDI, 2011). Segundo Aguiar (2015), ainda há resquícios das catástrofes naturais por diversas cidades. Em 2015, o país ainda não tinha coleta de lixo e o esgoto corria a céu aberto, em vários locais. Por isso, era comum encontrar pelas ruas de Porto-Príncipe pilhas de lixo sendo incineradas, o que dava à cidade um aspecto ‘acinzentado’. A população haitiana segue tentando reconstruir seu país. Para Paula (2013), a magnitude do desastre no Haiti foi potencializada pela precariedade das condições de vida da população, historicamente espoliada.

---

<sup>11</sup> ‘Esperança’, em crioulo.

Em 2011, Dowell, Tappero e Frieden (2011) apontavam avanços no sistema de saúde pública haitiano. Entretanto, três anos após o terremoto de 2010, o sistema de saúde haitiano ainda estava devastado, segundo os Médicos Sem Fronteiras (MSF). Os MSF continuam a administrar quatro hospitais construídos para substituir as estruturas temporárias que foram instaladas imediatamente após o terremoto. Essas instalações, até o final de 2012, já haviam atendido dezenas de milhares de haitianos. No entanto, os MSF apontavam que era pouco provável que as autoridades haitianas assumissem as atividades em um futuro próximo. Para agravar a situação, diversas organizações humanitárias instaladas no país retiraram-se por falta de financiamento (MSF, 2013a).

Em 2011, o serviço de saúde haitiano beneficiava cerca de 70% da população. Contudo, 80% dos recursos do setor provinham de financiamento externo. A estimativa é de que, em 2010, o gasto do governo com saúde tenha ficado entre US\$ 4,00 e US\$ 6,00 dólares por habitante, enquanto o financiamento internacional foi responsável por cerca de US\$ 46,00 dólares. Ademais, segundo Chequer (2011, p. 2), na organização do sistema de saúde haitiano “não há coordenação efetiva, há duplicação de serviços, desperdício de recursos e ineficiência”.

Oliver Shulz (2015), afirma que, com o terremoto de janeiro de 2010, “60% de um sistema de saúde já disfuncional foi destruído em um instante”. Além disso, “10% do pessoal médico do Haiti fora ou morto ou deixou o país após o desastre” (SHULZ, 2015, p. 1). Para ele, as doações e iniciativas governamentais que aportaram no país a partir de 2010 não priorizaram os cuidados de saúde.

Desde 2010, o Haiti vem sofrendo surtos recorrentes de cólera, com respostas insuficientes por parte do sistema de saúde. Em outubro daquele ano, o Haiti registrou o primeiro caso de cólera em mais de cem anos. Tratava-se de uma variedade patogênica comum no sul da Ásia do tipo *Vibrio cholerae*. A hipótese principal é a de que o cólera foi introduzido no país pelas missões de reconstrução do país levadas a cabo pela ONU, via Minustah. *Ou seja, não foi o desastre natural diretamente, mas as condições sanitárias precárias das instalações do Minustah que introduziu o cólera novamente no Haiti* (ZANELLA; BERALDO, 2012).

Zanella e Beraldo (2012, p. 4) reiteram

[...] a responsabilidade da ONU pela introdução da cólera no continente americano via soldados nepaleses que, a partir da base de Mirebalais, contaminaram com dejetos fecais as águas do rio Artibonite, expondo a população ao vibrião que provocou contaminação em cadeia, adoecimento e

morte de dezenas de milhares de pessoas infectadas pela bactéria, especialmente no Haiti e na República Dominicana, mas também em outros países do continente (como Estados Unidos, México, Venezuela e Chile).

Durante 2012, mais de 22 mil vítimas de cólera receberam cuidados no centro de tratamento dos MSF em Porto Príncipe e Leogane. No entanto, na avaliação da instituição, a qualidade do tratamento para o cólera piorou significativamente no ano de 2012 devido à escassez de recursos. Os profissionais dos centros de tratamento não eram pagos adequadamente, havia escassez de suprimentos médicos e equipamentos sofriam com falta de manutenção regular. A taxa de mortalidade superava os 4% em alguns centros de tratamento, o que equivale a quatro vezes o índice aceitável (MSF, 2013a; 2013b).

O país também sofre com os surtos de raiva. Cerca de 70% das mortes por raiva na América Latina e Caribe ocorrem no Haiti. Outros países com casos notificados são a Bolívia, a República Dominicana, a Guatemala e o Brasil. Estima-se que, atualmente, hajam 200 mortes pela doença por ano, somente no Haiti (SCHAEFER, 2015).

Segundo a coordenadora geral da missão dos MSF no Haiti, “a maioria da população tem dificuldade de acesso à água potável e saneamento adequado”. Além disso, para ela, “o tratamento para cólera ainda não foi adequadamente incorporado nas poucas instalações de saúde existentes” (MSF, 2013a, p. 1).

Os MSF salientam que a maioria dos haitianos já não tinha acesso a cuidados médicos antes do terremoto (MSF, 2013a). Em 2009, eles já apontavam a existência de uma “crise de saúde pública” (MSF, 2009, p. 1) no país. As taxas cobradas por estruturas de saúde públicas e privadas faziam com que os cuidados com a saúde fossem inacessíveis para a maioria da população haitiana. Desta forma, a maior parte da população da capital, Porto-Príncipe, era altamente dependente dos serviços de saúde gratuitamente oferecidos pelos MSF (MSF, 2009).

O Estado brasileiro também participou de iniciativas de reconstrução do Haiti. Um exemplo é a Cooperação Tripartite Brasil-Cuba-Haiti (CT-BCH), firmada em maio de 2010, e que tem como objetivo reestruturar o sistema de saúde haitiano. Entre 2010 e 2015, o Brasil investiu R\$135 milhões de reais na CT-BCH, tornando-a um dos maiores investimentos brasileiros de ajuda humanitária (BRASIL, 2014; GOMES; OLIVEIRA, 2015). Segundo Gomes e Oliveira (2015, p. 200), “a cooperação tem como diretriz o fortalecimento da presença do Brasil no cenário internacional, com a finalidade de ampliar sua presença nos órgãos e programas de saúde das Nações Unidas”.



Entre outros projetos, foram construídos e mantidos três hospitais comunitários de referência<sup>12</sup> e um instituto de reabilitação. O Brasil teria se comprometido a construir as unidades, Cuba a enviar força de trabalho especializada e o Haiti e administrá-las (FREITAS, 2015). Em 2014, o Ministério da Saúde brasileiro formalizou a transferência da gestão das unidades para o Ministério de Saúde Pública e da População da República do Haiti (MSPP). A administração dos hospitais e do instituto será compartilhada entre os dois governos por 18 meses; depois, será repassada integralmente ao governo haitiano (BRASIL, 2014).

Entretanto, há indícios de que os hospitais construídos pelo Brasil no Haiti, ainda não funcionavam plenamente, em meados de 2015. De acordo com Freitas (2015), o governo brasileiro estava exercendo pressão sobre o MSPP para que colocasse as unidades em funcionamento. A manutenção dos hospitais pelo governo brasileiro encerraria em junho de 2016, mas o MSPP já anunciava a impossibilidade de arcar com todos os custos envolvidos no atendimento gratuito da população (FREITAS, 2015).

A CT-BCH também realizou, ao longo dos últimos quatro anos, ações voltadas para a formação de recursos humanos e para a vigilância em saúde. Foram formados cerca de 1.600 profissionais de saúde, entre agentes comunitários de saúde, inspetores sanitários e auxiliares de enfermagem. Ademais, o Brasil financiou a reconstrução de dois laboratórios especializados em vigilância epidemiológica, responsáveis por realizar os principais exames necessários à identificação de doenças relevantes, como malária, dengue, tuberculose, hanseníase e cólera, e pelo controle de vetores e insetos. A ação representou um investimento de R\$ 1 milhão de reais (BRASIL, 2014).

Outras ações promovidas foram o apoio a campanhas de vacinação e o envio de vacinas – o Brasil enviou cerca de 6 milhões de doses à ilha caribenha, com valor em torno de R\$ 4,8 milhões de reais, e foi responsável por 11% do total orçamentário da campanha de vacinação de 2012 (BRASIL, 2014).

A catástrofe socioambiental mais recente foi o Furacão Matthew, de categoria quatro<sup>13</sup>, que atingiu o sul do Haiti em outubro de 2016. Entre as cidades mais atingidas estão *Les Cayes* e *Jeremie*<sup>14</sup>. O saldo imediato do furacão envolve cerca de mil mortos, quase 200 mil desabrigados e 250 feridos. Há preocupação com a disseminação do cólera, que se espalha através de água contaminada (AYUSO, 2016; O GLOBO, 2016; FOLHA, 2016).

---

<sup>12</sup>Os três hospitais beneficiam cerca de 400 mil pessoas e realizam atendimentos de urgência, ginecologia e obstetrícia, pediatria, clínica médica, ortopedia, parto cirúrgico/curetagem, além de contar com serviços de raios-X, internação e UTI (neonatal e adulto) (BRASIL, 2014).

<sup>13</sup> A escala, do Centro Nacional de Furacões dos EUA, vai até 5.

<sup>14</sup> Verificar a localização das cidades nos departamentos *Sud* e *Grande-Anse*, na Figura 2.

Essa sucessão de catástrofes socioambientais e de crises político-econômicas ajuda a explicar a migração de um grande contingente de haitianos para outras partes do mundo, inclusive para o Brasil. Esse fenômeno se trata de uma verdadeira diáspora<sup>15</sup> (GABEIRA, 2011; RONDON, 2012; MARTINS, 2014a; 2014b). Estima-se que um terço dos haitianos viva fora do país, “fenômeno migratório que se iniciou após a primeira invasão dos EUA, em 1915, e se repetiu a cada tragédia experimentada pelo Haiti nos últimos cem anos” (MARTINS, 2014a, p. 3).

#### 4.3 A VINDA DOS HAITIANOS PARA O BRASIL

Neste tópico, procuramos recuperar a trajetória dos haitianos que vieram para o Brasil, até a chegada em Cascavel, Paraná. Utilizamos como fontes de dados as entrevistas realizadas com os haitianos em Cascavel, notícias veiculadas por portais de notícias online, artigos, trabalhos publicados em anais de eventos, além de outras produções bibliográficas.

O recente fluxo migratório de haitianos para o Brasil iniciou-se de forma tímida, após o tremor de 2010, porém, intensificou-se no final de 2011 e começo de 2012. As primeiras notícias veiculadas pela mídia nacional a respeito da entrada de haitianos no Brasil são de autoria de Oliveira (2010a; 2010b) e publicadas pelo portal online do jornal *O Estado de São Paulo*. Elas documentam a presença ilegal de 22 haitianos na cidade de Corumbá, estado do Mato Grosso do Sul, na divisa com a Bolívia. Suspeitava-se de contrabando de mercadorias e de aliciamento para o tráfico de cocaína, embora os haitianos afirmassem que viajaram livremente desde Porto-Príncipe até Corumbá, passando por Peru e Bolívia. Os haitianos que chegavam ao Brasil passaram a solicitar refúgio junto ao Comitê Nacional de Refugiados (CONARE), ligado ao Ministério da Justiça. Um dos haitianos entrevistado pelos jornalistas afirmou que “no Haiti não há mais condições de sobrevivência” (OLIVEIRA, 2010a, p. 1).

Em junho de 2010 é documentada a presença de haitianos na cidade de Tabatinga, no estado do Amazonas, na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru (Mapa 3). Eles estavam refugiados em uma Igreja da cidade e esperavam pela concessão de visto de caráter humanitário pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg). A população local, em conjunto com as pastorais, buscou auxiliar os haitianos, realizando eventos beneficentes, como um jogo de futebol (GODINHO, 2010).

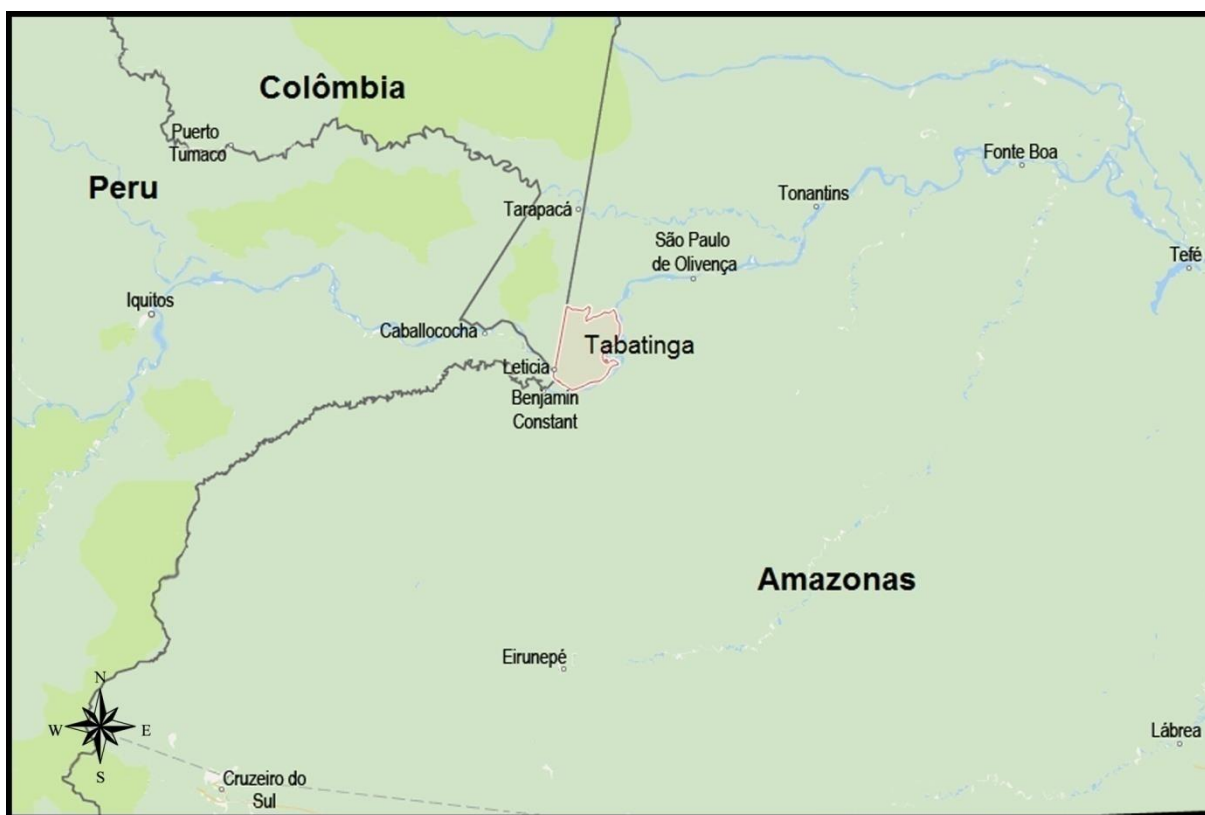
---

<sup>15</sup> Segundo Gabeira (2011), o termo ‘diáspora’ deriva do grego e significa dispersão em massa, forçada por condições econômicas, políticas ou climáticas.

Em setembro de 2010, já é documentada a presença de cerca de 150 haitianos na cidade de Tabatinga, local onde esperavam receber a autorização para permanecer no Brasil, como refugiados. Estimava-se que já houvessem passado pelo local 450 haitianos, que continuaram sua jornada para países vizinhos e para outras cidades brasileiras, especialmente Manaus e Porto Velho (ALBUQUERQUE, 2010). Também é registrada a chegada de haitianos (76 indivíduos), sobretudo jovens, diretamente no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo (GOMES, 2010).

A partir desse momento, o Acre passa a ser uma das principais portas de entrada para os haitianos no Brasil, através do município de Brasiléia, localizado na divisa com a Bolívia (Mapa 5) (ANTUNES, 2011; MACHADO, 2011). Dados da Polícia Federal estimavam a entrada de cerca de 480 haitianos no Brasil em 2010 (ROSSETO, 2011) Entre 2011 e 2013, o Ministério da Justiça registrou a entrada de aproximadamente 30 mil haitianos no Brasil (MARTINS, 2014a). No final de 2014, já eram mais de 40 mil haitianos (COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2015).

**Mapa 3** – Mapa da Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, *Google Maps*, 2016



**Fonte:** *Google Maps*, 2016. Escala 100km/cm. Destaque na cor vermelha: área territorial do município de Tabatinga (AM).

A princípio, os haitianos solicitaram refúgio no Brasil, alegando a impossibilidade de viver no país de origem. No entanto, como a situação não caracterizava refúgio, o CNIg concedeu visto humanitário de residência aos haitianos, permitindo que eles trabalhassem e estudassem no Brasil, com toda documentação necessária. Assim, em janeiro de 2012, o governo brasileiro publicou a Resolução Normativa n. 97 (BRASIL, 2012), que estabeleceu uma série de medidas, entre as quais: regularizar os imigrantes do Haiti que já se encontravam em território brasileiro e conceder, por meio da Embaixada brasileira em Porto Príncipe, 1.200 vistos anuais – com duração de cinco anos – em um limite de 100 vistos por mês (COSTA, 2012; MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013; ARAÚJO; JAVORSKI, 2014). As razões humanitárias, segundo a Resolução, são “aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010” (BRASIL, 2012, p. 1).

**Mapa 4** – Mapa da Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, *Google Maps*, 2016



**Fonte:** *Google Maps*, 2016. Escala: 50km/cm. Destaque na cor vermelha: área territorial do município de Brasiléia (AC).

Contudo, em 2013, o CNIg revogou o artigo 2º da Resolução Normativa n. 97, derrubando os limites para emissão de vistos de caráter humanitário para haitianos. A nova Resolução Normativa n. 102 estabeleceu, ademais, que os vistos não serão emitidos somente

pela Embaixada do Brasil em Porto-Príncipe, mas haverá novos postos em outros países (BRASIL, 2013; MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013; ARAÚJO; JAVORSKI, 2014; MARTINS, 2014b). Recentemente, em setembro de 2016, a vigência da Resolução Normativa n. 97 – com a mudança promovida pela Resolução Normativa n. 102 – foi prorrogada até 30 de outubro de 2017 (BRASIL, 2016).

Dos locais de entrada originais – sobretudo Brasiléia e Tabatinga, ainda que existam outras rotas no Acre e no Amazonas e mesmo em outros estados da federação, como Rondônia, Amapá e Roraima – os haitianos passaram a se deslocar para outras cidades brasileiras. Inicialmente, ganharam destaque as populações haitianas de Manaus e Porto Velho, capitais dos estados do Amazonas e de Rondônia, respectivamente.

Em Porto Velho, o primeiro grupo de seis haitianos chegou no dia 6 de fevereiro de 2011. Um ano depois, já haviam passado mais de 1600 haitianos pelo local. Uma parcela significativa permaneceu na cidade, enquanto outros seguiram sua trajetória de migração para outros estados brasileiros. A ajuda humanitária que os haitianos receberam em Porto Velho foi prestada tanto pelo governo estadual, quanto pelas Igrejas e pela sociedade civil (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2012; COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2015)

Para Cotinguiba e Pimentel, “a maior dificuldade dos imigrantes era vencer a barreira linguística” (2012, p. 101). Assim, por meio de projeto de extensão de uma universidade pública local, foram ministradas aulas de português para os haitianos. Recrutados para o ramo da construção civil, eles ocupavam, majoritariamente, os ofícios de pedreiro e ajudante em prédios privados e obras públicas, por meio de empresas terceirizadas. O grupo se inseria, também, na área alimentícia, como restaurantes, pizzarias, lanchonetes e mercados. Contudo, os autores identificaram cerca de 20% de haitianos desempregados.

Na cidade de Brasiléia, após superarem os obstáculos interpostos a sua entrada no território brasileiro, os haitianos entraram em espera para a obtenção de documentos como o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira do Trabalho e Previdência Social, bem como a definição de seus destinos. No Acre, eles receberam ajuda da Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEJDH-AC), além de instituições religiosas, filantrópicas e da sociedade civil em geral. No entanto, as condições de vida e de moradia eram extremamente precárias (PAULA, 2013).

Os relatos de visitas realizadas à população haitiana de Brasiléia, por membros da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), dão conta de explicitar a precariedade das condições de vida desses indivíduos. Em janeiro de 2012, cerca de 800 haitianos dormiam em um galpão que comportava, no máximo, de 80 a 100 pessoas. O repouso era realizado num

sistema de revezamento, em camas, colchões ou pedaços de papelão, distribuídos pelos corredores, chão de quartos e mesmo diretamente sobre a terra (PIMENTEL; COTINGUIBA, 2012). Os haitianos que entram de forma indocumentada ficam retidos no local, impedidos de seguir adiante e esperando pela documentação. Uma vez na cidade, sua permanência pode durar de duas semanas a três meses, de acordo com as condições financeiras de cada um ou da rapidez dos órgãos estatais na emissão dos documentos (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2013).

Durante as enchentes que assolaram o Acre em 2012, os haitianos – aglomerados em uma praça de Brasília – prostraram-se em uma angustiante espera pela definição de seus destinos. O local se transformou em um “mercado de seres humanos” (PAULA, 2013, p. 202), pois vinham empresários de Rondônia e da região Sul procurando por possíveis empregados entre os haitianos. Eles foram, então, levados para trabalhar em atividades ligadas ao agronegócio, fazendas e frigoríficos, localizados em vários estados do Brasil, sobretudo em Rondônia. Segundo Paula, “assim, o governo do Acre foi se livrando da incômoda presença dos haitianos” (2013, p. 202).

Situação parecida foi vivenciada em Manaus. Desde meados de 2010, os haitianos que haviam entrado no Brasil por Tabatinga passaram a se deslocar para a capital do estado do Amazonas. Segundo relata Costa (2012), eles foram simplesmente ‘despejados’ na cidade. Toda a tarefa de acolhida dos imigrantes ficou por conta de representantes da Igreja (católica e evangélica) e, após o período inicial, da Associação dos Haitianos da cidade. Eles foram logo procurados para o trabalho na construção civil, no setor de transporte e de serviços, ou se empregaram como mecânicos e eletricitas. Com a chegada de mais imigrantes, as ofertas de trabalho começaram a se tornar insuficientes.

Iniciou-se, então, a procura de trabalhadores haitianos por parte de empresários de outros estados. Esses empresários, em um primeiro momento, entraram em contato com algum agente da Pastoral do Migrante de Manaus, via telefone ou internet. Num segundo momento, os empresários foram até a cidade e estabeleceram diálogo com os trabalhadores. “Tudo é posto sobre a mesa: trabalho, salário e alojamento. São feitos os devidos exames de saúde e as vacinas. Uma vez de acordo empregadores e empregados, estes são deslocados de avião para os locais de trabalho” (COSTA, 2012, p. 95). Até o final de abril de 2012, o total era de 516 haitianos encaminhados para outros estados (COSTA, 2012).

Essa verdadeira ‘banca de negócios’, estabelecida nas cidades receptoras de imigrantes haitianos na região Norte do país, revela de forma exacerbada o caráter de ‘mercadoria’ assumido pela força de trabalho no modo de produção capitalista. Nesses locais, ocorre uma espécie de ‘leilão de força de trabalho’: empresários competem para decidir quem terá a

chance de explorar o trabalho imigrante. Afinal, os trabalhadores, no capitalismo, são livres: mas sua liberdade se limita a vender – aonde queiram comprar – sua força de trabalho.

Acontece que a liberdade dos haitianos – liberdade para vender a força de trabalho que possuem, de forma assalariada – os trouxe até o Brasil, uma vez que não havia quem comprasse seu trabalho no país caribenho. A busca por um emprego, contudo, não foi imediatamente solucionada na chegada ao Brasil. Os haitianos tiveram que buscar trabalho em outros lugares do país, que não aqueles pelos quais adentraram o Estado brasileiro, pois estes locais lotaram rapidamente e a demanda por força de trabalho cessou.

Essa dimensão – da busca por trabalho – ajuda a entender a chegada dos haitianos até a cidade de Cascavel, localizada no Oeste do estado do Paraná. Na próxima seção, sondamos a questão com maiores detalhes.

#### 4.4 CASCAVEL, PARANÁ: A SOMBRA QUE ACOLHE O FORASTEIRO

Cascavel é um município brasileiro situado na região Oeste do estado do Paraná (Mapa 5), próximo à tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), a população cascavelense, em 2016, chegou a mais de 316 mil habitantes, tornando-a a quinta cidade mais populosa do estado do Paraná e a mais populosa da região Oeste do estado.

Essa região – incluída a cidade de Cascavel – é historicamente caracterizada pelos processos migratórios. Por volta da década de 1930, Cascavel recebeu uma quantidade importante de grupos populacionais provenientes de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e de outros países, como Polônia, Alemanha e Itália. Esses indivíduos constituíram a força de trabalho para o chamado ‘ciclo da madeira’ (CASCAVEL, 2016a).

O município de Cascavel foi emancipado de Foz de Iguaçu em 1952, ou seja, em 2016 completou 64 anos. Com o passar do tempo, se tornou um polo regional na prestação de serviços educacionais e de saúde. Estima-se que a população universitária da cidade chegue a aproximadamente 21 mil indivíduos (CASCAVEL, 2016a). Além disso, Cascavel é a sede da décima região de saúde do Paraná, que abrange outros 24 municípios (PARANÁ, 2009; 2016).

Destaca-se, também, a produção agropecuária e agroindustrial: nos frigoríficos, por exemplo, mais de 2 milhões de aves são abatidas diariamente (CASCAVEL, 2016a). As lavouras de soja e milho tomam conta da paisagem rural do município. Em 2006, segundo dados do IBGE, foram produzidas mais de 150 mil toneladas de soja e mais de 140 mil

toneladas de milho. Eram mais de 15 mil pessoas trabalhando diretamente na agropecuária (IBGE, 2006). Salienta-se que a grande maioria da população do município é urbana (94%) (IBGE, 2010a).

**Mapa 5** – Localização de Cascavel na região Oeste do estado do Paraná, 2016



**Fonte:** Google Maps, 2016.

Estas características de Cascavel – a migração, a imponência da agropecuária e do setor de serviços – aparece, de certa forma, no hino oficial do município<sup>16</sup>, que versa:

*Cascavel, cidade hospitaleira*  
*Tu és fonte rica de labor*  
 [...]
   
*És a sombra que acolhe o forasteiro.*

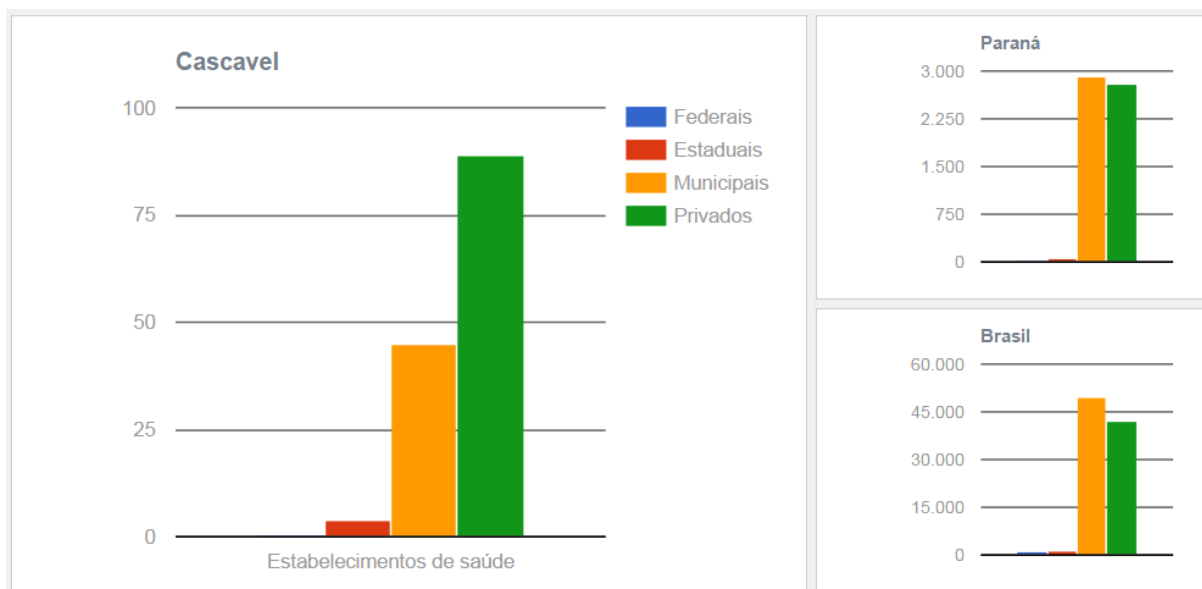
Além disso, como pontuam Eberhardt e Carvalho (2016), os indivíduos a governar Cascavel, no decorrer da história, acusam a permanência dos interesses do setor empresarial no comando da cidade. Isto pode ser verificado, por exemplo, no que diz respeito aos serviços de saúde. Em 2009, eram 89 estabelecimentos privados de saúde – isto é, 64,5% – o que está

<sup>16</sup> O hino de Cascavel foi oficialmente adotado por meio da Lei municipal n. 1.472/79, e foi composto por Nelson Tramontini (CASCAVEL, 2016b).



em clara desproporção se comparado ao estado do Paraná e ao Brasil como um todo (Figura 4).

**Gráfico 3** – Estabelecimentos de saúde no município de Cascavel, no estado do Paraná e no Brasil, segundo esfera administrativa, 2009.



Fonte: IBGE, 2010b.

É neste lugar específico do Brasil que, a partir de 2011, chegaram milhares de haitianos e haitianas. Estima-se que cerca de 4 mil indivíduos ainda estejam vivendo na cidade (SINTIACRE, 2014). Alguns aspectos históricos, econômicos e sociais de Cascavel serão retomados durante a discussão dos resultados.

#### 4.4.1 A chegada dos haitianos a Cascavel: histórias coletivas e singulares

A partir da coleta e análise de dados, apreendemos a situação de vida, trabalho e saúde dos haitianos e haitianas desde que chegaram a Cascavel, no ano de 2010. Os relatos de João, membro da Igreja Anglicana da cidade, ilustram o período inicial da presença dos haitianos no local:

*Em 2010 foi que começaram a vir os haitianos para Cascavel. De início não eram muitos. Mas em 2012 a gente percebeu um grande contingente de haitianos e haitianas na cidade, com uma tendência de chegada de novos indivíduos (João, E1).*

*Os primeiros haitianos eram somente homens, não havia haitianas. O primeiro grupo [...] entrou pela Amazônia, acho que é a cidade de Letícia, se não me engano, que foi a primeira cidade que recebeu os haitianos. Um*

*empresário aqui da cidade, [...] da FAG<sup>17</sup>, estava fazendo o aumento da Universidade, uma nova construção, e trouxe um grupo de haitianos para a construção civil. Essa foi a primeira leva de haitianos a chegar aqui, especificamente para a construção civil. [...] Teve um grupo também, que em seguida a esse grupo que foi pra construção civil, [...] veio pra trabalhar em supermercados, numa rede de supermercados da cidade, no supermercado Muffato<sup>18</sup> (João, E1).*

Gonçalves (2012) documenta a chegada de 44 haitianos à cidade de Cascavel, em janeiro de 2012. Segundo a notícia, veiculada pelo jornal *Gazeta do Povo*, os haitianos iriam trabalhar nas obras de ampliação do Hospital São Lucas (HSL), que é vinculado à Fundação Assis Gurgacz (FAG). A vinda dos haitianos teria sido intermediada pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Acre (SJSP-AC). Os empresários e engenheiros ligados às obras na FAG e no HSL teriam ido até o estado do Acre “em busca de trabalhadores” (WALTER, 2012, p. 1). Os 44 haitianos foram “escolhidos” (WALTER, 2012, p. 2) pelos empresários e engenheiros e, depois de 58 horas de viagem de ônibus<sup>19</sup>, chegaram à Cascavel.

A suposta passividade dos haitianos na escolha do seu destino – pois foram apenas ‘escolhidos’; não foram eles que de fato escolheram, segundo as palavras da jornalista – revela, mais uma vez, o caráter de mercadoria assumido pela força de trabalho no atual modo de produção. De acordo com Martins (2014a, p. 6), “os haitianos foram buscados no Acre” pelos empresários, que selecionaram aqueles indivíduos que mais se adaptariam, na visão deles, ao trabalho pesado da construção civil. Ou seja, naquele ‘leilão de força de trabalho’ estabelecido em Brasília e Manaus, os empresários de Cascavel foram responsáveis por alguns dos ‘lances’ que arremataram parcela dos haitianos.

A passividade do imigrante perante o processo migratório – sobretudo se proveniente de um país periférico, como é o caso do Haiti – aparece, também, na cultura popular. Em 1978, o grupo britânico *The Cure* lançava o *single* intitulado ‘*Killing An Arab*’<sup>20</sup>, inspirado no

<sup>17</sup> O Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz (FAG) é uma instituição de ensino superior de caráter privado da cidade de Cascavel. Leva o nome de Assis Gurgacz, pai de Acir Gurgacz – empresário dos ramos de transporte, comunicações e educacional, além de senador pelo estado de Rondônia, por meio do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

<sup>18</sup> Rede de supermercados com origem local. Hoje, o Grupo Muffato possui supermercados em diversas cidades do estado do Paraná (além de Cascavel, há lojas em Curitiba, Maringá, Toledo, Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Londrina, Ponta Grossa, Apucarana, Paranavaí, Paranaguá, São José dos Pinhais, entre outras localidades) e em São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente, no estado de São Paulo. Pedro Muffato, principal empresário do grupo, foi prefeito de Cascavel entre 1973 e 1977.

<sup>19</sup> O grupo de empresários que comanda a FAG e o HSL também responde por uma empresa de ônibus, a EUCATUR, que faz viagens entre a região Oeste do Paraná e Santa Catarina e as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil.

<sup>20</sup> Literalmente, ‘Matando um Árabe’ (tradução livre). Referência ao homicídio cometido pelo personagem principal d’O Estrangeiro, Mersault.

romance *L'Étranger* (O Estrangeiro) de Albert Camus (THE CURE, 1979). O vocalista Robert Smith cantava:

*Estou vivo. Estou morto.*

*Eu sou um estrangeiro [...].*

*Qualquer escolha que eu faça tem a mesma importância:*

*Absolutamente nenhuma.*

Apesar do conteúdo ‘existencial’, tanto da obra de Camus quanto da canção citada, é possível contrapor a afirmação de que a capacidade de escolha dos estrangeiros – em nosso caso, os haitianos – não possui importância alguma. Façamos isso a partir da própria fala dos entrevistados.

*Primeiramente, saí por motivos de estudo. Quando terminei o ensino médio no Haiti, minha família decidiu me enviar pra República Dominicana continuar com o estudo. Não que não havia possibilidade no Haiti. É que na República Dominicana existe um método de ensino melhor que Haiti (Raymond, E2).*

*Eu tinha amigos que estavam vivendo junto comigo e que viajaram pro Brasil. Eles me incentivaram a vir pra cá também (Mersault, E3).*

*Todo haitiano viaja pra es-tu-dar [ênfase] (Pérez, E4).*

É proeminente que os indivíduos entrevistados não usam o termo ‘migrar’, mas sim ‘viajar’, ao se referirem à vinda para o Brasil. Esse termo denota uma autopercepção de maior liberdade no processo migratório e, possivelmente, a intenção de voltar ao país de origem assim que possível.

Nas palavras de Delgado (2003, p. 15),

[...] os homens como sujeitos da História e de sua temporalidade podem produzir acontecimentos e mudanças, ou impedi-los de se concretizarem. Podem construir referências ou destruí-las. Podem reafirmar o poder, ou contestá-lo, podem tolher a liberdade do ser ou reafirmá-la.

Ou seja, os haitianos, de fato, fazem a sua própria história – como afirma Marx (2011), em *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, em relação aos humanos em geral. Contudo, é preciso levar em conta que, apesar dos humanos fazerem sua própria história, eles, “contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob

as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25).

A história político-econômica e socioambiental do povo haitiano e sua inserção periférica no capitalismo mundial circunscrevem, em um primeiro momento, a ‘liberdade de fazer a própria história’ dessa população. Em segundo lugar, a situação vivida no Brasil nos últimos anos, bem como sua história passada, limita a inserção dos haitianos na sociedade brasileira e no mercado de trabalho. Finalmente, a condição de imigrante negro determina, sobremaneira, a sociabilidade desses indivíduos no modo de produção capitalista, marcado pelo racismo e xenofobia, como aponta Callinicos (2000). Tudo isso exerce uma força de determinação sobre a condição haitiana no Brasil.

Nesse sentido, os indivíduos entrevistados também relacionaram sua saída do Haiti ao contexto de crise política e econômica que o país tem vivenciado recentemente. Contudo, utilizando uma expressão de Francisco (2007, p. 69), existem sempre “possibilidades dentro de limites”. Isto é, a capacidade de construir a própria história não é anulada por essa série de determinações. Nesse sentido, há sempre uma relação dialética entre liberdade *versus* determinação. Conforme defendem Netto e Braz (2010), não existe liberdade sem limitações, sem constrangimento.

A fala de Pérez dimensiona a questão da dualidade entre liberdade individual e constrangimento estrutural na saída do Haiti e vinda para o Brasil: “*Vim pro Brasil, em primeiro lugar, porque gosto de viajar. Em segundo lugar, porque tem um problema político no Haiti, uma crise*” (Pérez, E4). Outro depoimento destaca a importância da questão estrutural na determinação da migração dos haitianos:

*Na verdade, nós precisamos entender que o Haiti sempre viveu situações muito difíceis, por questões políticas, econômicas, problemas em relação à própria ilha, que teve problemas com o grande terremoto, questões naturais, disputas internas entre grupos. Então, o Haiti sempre teve muitos problemas... E processos de dominação. Dominação francesa, norte-americana. Em determinados momentos, os haitianos e haitianas saíram, deixaram o Haiti. Ou rumo aos Estados Unidos e ou à Europa. [...] Mas o grande problema mesmo se dá porque no Haiti a situação é muito dura, muito difícil. Após o terremoto, então, a situação ficou mais complicada ainda. É questão de sobrevivência (João, E1).*

Em relação a essas questões, os haitianos entrevistados não colocaram o terremoto e os demais desastres naturais que assolaram o país caribenho em 2010 como motivos para a saída do local. Um deles havia saído do Haiti antes mesmo desses eventos. Isso contradiz as informações veiculadas na mídia, de que o fator primordial que levou os haitianos a migrarem

teria sido o terremoto de 2010. Cotinguiba e Cotinguiba já apontavam essa questão em pesquisa realizada na cidade de Porto Velho, com os haitianos ali residentes:

Ao perguntarmos por que vieram para o Brasil, encontramos apenas duas declarações de que o terremoto era a causa, uma vez que haviam perdido a família e todos os bens e, com isso, a alternativa que tinham era partir para outro lugar. Não queremos dizer com isso que o terremoto não tenha um efeito sobre a emigração de haitianos, o que discutimos é que essa não é a única causa, é mais uma dentre um conjunto (2015, p. 61).

Com os próprios autores argumentam (COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2015), o terremoto ‘por si só’ não é capaz de explicar a vinda dos haitianos para o Brasil, embora suas consequências indiretas – como a precarização dos níveis de vida, emprego e saúde – certamente colaboraram sobremaneira para o atual momento da diáspora haitiana.

Nesse contexto, é necessário destacar a centralidade da dimensão do ‘trabalho’ na determinação do processo migratório de haitianos para o Brasil. Como afirma Costa (2012, p. 94) “o emprego é a questão principal para os imigrantes, afinal, eles vieram para o Brasil para construir aqui um futuro melhor e para ajudar os familiares que ficaram no Haiti, além de muitos terem também que saldar as dívidas contraídas para a viagem”. Oliveira e Moreira (2013) salientam que contribuiu para a decisão de migrar a busca por trabalho e melhores condições de vida.

Os entrevistados também pontuaram a questão do trabalho como central para a decisão de migrar: “*vim para o Brasil porque estou procurando emprego, vim por isso, mas ainda não consegui achar*” (Emmanuel, E6); “*Eu era pedreiro lá no Haiti, vim pra cá procurar emprego*” (Salamano, E7). Além disso, “*quase todos precisam mandar dinheiro pro Haiti pra ajudar os familiares*” que lá ficaram (Thomas, E5). Entre esses familiares estão esposas, maridos, filhos, mães, pais, sobrinhos, tios etc. Todavia, o salário recebido no Brasil dificulta o envio dessas remessas.

Martins (2104a) afirma que muitos haitianos contraem dívidas para chegar até o Brasil; dívidas que não são facilmente sanadas: “muitos emprestam dinheiro para pagar os custos da viagem do Haiti até o Brasil, que podem variar de US\$ 3.000 a US\$ 6.000” (p. 7). Quanto ao custo da viagem para o Brasil, Pérez relata:

*Haitiano trabalha bastante e ganha um pouco só. Os haitianos vêm pra cá, gastam quase 4.500 dólares, é muito. Eu gastei quase 4.000/5.000 dólares pra vir pra cá... Passaporte, passagem, comida, hotel... E aí? Quando eu vou ganhar 4.500 dólares pra voltar? (Pérez, E4).*

A viagem para o Brasil geralmente se dá através do Equador, do Peru e da Bolívia. Segundo Araújo e Javorski (2014, p. 52), para chegar ao Brasil, os haitianos podem optar entre duas alternativas: pedir o visto na embaixada brasileira no Haiti ou então recorrer aos ‘coiotes’, pessoas que fazem transporte clandestino de imigrantes. Durante a viagem, há relatos de indivíduos que ficaram alguns dias sem se alimentar. Para Alessi (2012, p. 83) “a viagem ilegal até o Brasil é longa, de alto custo e feita em condições sub-humanas”.

O relato de Moraes, Andrade e Mattos (2013) a respeito do caminho tomado pelos haitianos desde sua saída do país de origem até a chegada no Brasil é bastante ilustrativo:

Para chegar ao Brasil, os haitianos partem, geralmente, de Porto Príncipe, seguindo por via terrestre para a República Dominicana. De lá vão por via aérea para o Panamá e para o Equador, seguindo viagem de ônibus até Peru ou Bolívia. Após adentrarem nos países vizinhos ao Brasil, seguem viagem de barco ou caminhando pela floresta, até [...] Amazonas [...] e [...] Acre (p. 103).

Os piores horrores, segundo Martins (2014a), estão associados ao percurso migratório dos que chegam sem o visto de entrada no Brasil, ou seja, através de ‘coiotes’. A maioria tem ingressado nessa condição. O trecho mais perigoso está na fronteira com o Peru, onde os haitianos necessitam cruzar uma região de floresta em uma marcha que pode levar até duas semanas. “Aí há registro de roubo, extorsão e violência contra mulheres por parte de coiotes e policiais corruptos” (MARTINS, 2014a, p. 7).

Na cidade de Cascavel, alguns haitianos chegam via ônibus, provenientes das regiões de entradas no país por via terrestre (Acre e Amazonas). Outros, entretanto, vêm ao Brasil diretamente, de avião, e desembarcam em Foz do Iguaçu, São Paulo ou Curitiba, antes de se instalarem em Cascavel.

Em geral, não é o governo do estado que acolhe os imigrantes, mas a sociedade civil organizada, principalmente por meio do trabalho da Pastoral do Migrante, da Igreja Católica e de outras Igrejas e entidades religiosas (OLIVEIRA; MOREIRA, 2013). Em Cascavel, por exemplo, os haitianos foram acolhidos pela Igreja Anglicana que, desde a chegada deles, não tem medido esforços para atender as suas demandas.

Cabe esclarecer, ainda, a seguinte questão: por que os haitianos escolheram o Brasil como destino? A atração exercida pelo Brasil sobre os haitianos está relacionada à liderança que o país exerce no Minustah. A partir dessa Missão, os haitianos adquiriram simpatia pela cultura brasileira. Um exemplo é a admiração da população pela seleção brasileira de futebol masculino:

*Na verdade eu não sabia nada do Brasil. Só a seleção do Brasil que foi jogar contra o Haiti. A seleção do Brasil é a seleção de quase todo haitiano. É nossa seleção. No futebol, quase todo haitiano é brasileiro. No jogo contra o Haiti<sup>21</sup>, se a seleção brasileira fazia gol, os haitianos comemoravam e aplaudiam também. Bem legal. Todos os haitianos são fanáticos pela seleção brasileira (Mersault, E3).*

A projeção da imagem do Brasil internacionalmente como um país gerador de empregos e em crescimento econômico em plena crise internacional do capital (2008) também contribuiu para a atração de imigrantes (POCHMANN, 2009; COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2015). A realização da Copa do Mundo Fifa de futebol masculino em 2014 e uma declaração do presidente Lula de que o Brasil acolheria os haitianos também possuem relevância (COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2015).

O Brasil, além de manter os hospitais de campanha do exército e construir cisternas para fornecer água potável à população, estabeleceu, em 2004, em parceria com o Canadá, o Programa Nacional de Imunização do Haiti (PNI-HA). O trabalho realiza diversas campanhas de vacinação no país (MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013). Outros motivos para a escolha dos imigrantes haitianos em vir ao Brasil incluem o endurecimento da fiscalização em outros países que historicamente foram receptores de haitianos, como os EUA, França e Canadá; e os conflitos étnicos com a vizinha República Dominicana, onde há mais de 700 mil haitianos vivendo (COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2015).

#### 4.4.2 Aspectos da vida social dos haitianos em Cascavel

Voltemos à Cascavel. Ao andar pelas ruas da cidade, é comum encontrar haitianos caminhando nas calçadas ou se locomovendo por meio do transporte público. Esta é a forma principal de transporte da população trabalhadora de Cascavel. Segundo João, “*pouquíssimos haitianos possuem carros populares*” (E1).

Apesar de não ser objetivo da pesquisa descrever e analisar o “*ghetto*” (WACQUANT, 2004a, p. 1) formado pelos haitianos em Cascavel, algumas indicações a esse respeito foram colhidas por meio do Diário de Campo. O *ghetto* pode ser entendido, segundo a concepção de Wacquant (2004a; 2004b), como uma formação socioespacial culturalmente uniforme, constituída por meio do banimento forçado de uma população para um território específico. É uma forma especial de violência coletiva concretizada no espaço urbano.

---

<sup>21</sup> Referência ao “Jogo da Paz”, amistoso realizado entre as seleções masculinas de futebol do Brasil e do Haiti em 18 de agosto de 2004 na capital haitiana, Porto-Príncipe (LIMA; SANTORO, 2009).

No transporte público, os haitianos conversam animadamente em Crioulo. Às vezes, em tom também animado, falam ao telefone durante vários minutos, possivelmente com familiares e amigos que permaneceram no Haiti. O modo como falam a língua materna é acompanhado por olhares curiosos dos brasileiros; olhares, muitas vezes, debochados.

Os haitianos, especialmente os homens, são muito vaidosos. Aqueles entre 25 e 40 anos se vestem, em geral, com camisa social, calça *Jeans*, sapato de couro e chapéu *Panama* ou *Porkpie*. Possivelmente estão procurando emprego e, por isso, estão perfumados. Os mais jovens – tanto homens quanto mulheres – se vestem de forma mais despojada, muitas vezes no estilo *hip-hop*, popularizado pelos negros nos EUA a partir da década de 1970 (FOCHI, 1970). No transporte público ou andando pelas ruas, levam colados aos ouvidos – ou pendurados em volta do pescoço – fones de ouvido de cores chamativas. Os homens jovens mantêm o cabelo cortado rente ao couro cabeludo, o popular ‘cabelo raspado’, enquanto as mulheres chamam a atenção pela beleza de suas tranças ao estilo *rastafari*, importante na construção da identidade da população negra (SANTOS; CONCEIÇÃO; BRITO, 2012).

Na cidade de Cascavel, eles têm se concentrado em três regiões: no Leste, no Oeste e no Sul (Mapa 6), sobretudo nos bairros Universitário e Santa Felicidade (Sul); São Cristóvão, Cascavel Velho, Cataratas e Morumbi (Leste); Santa Cruz e Santo Onofre (Oeste). São bairros periféricos, suburbanos, considerados de ‘classe média’. Geralmente os haitianos vivem em grupos, dividindo o aluguel de casas simples, de quatro ou cinco cômodos, conhecidas como *kitnets*. São “*espaços pequenos*” (E1), segundo João.

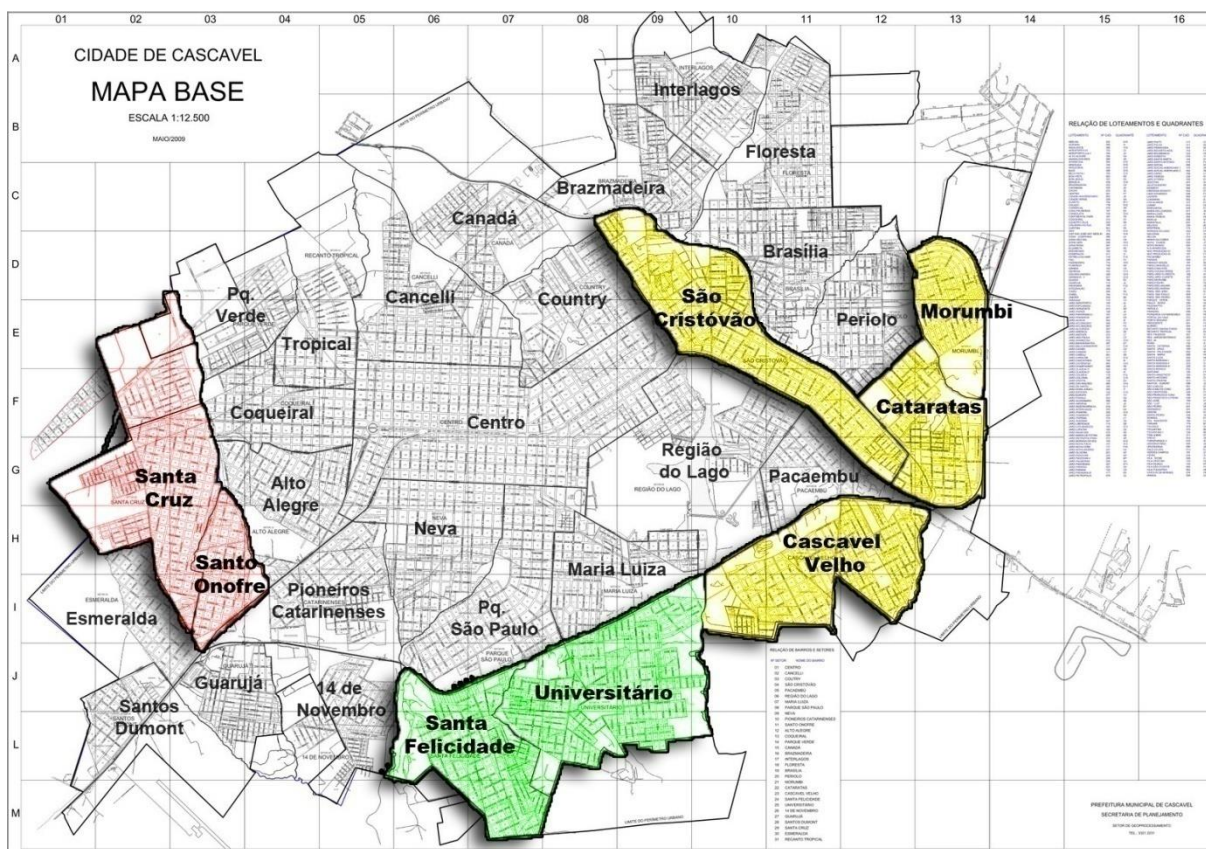
Em 2014, Martins (2014a) coordenou um estudo em parceria com a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), campus de Foz do Iguaçu, que realizou um levantamento quantitativo da população haitiana em Cascavel, buscando estabelecer um perfil coletivo desses indivíduos. Segundo esse estudo, a grande maioria dos haitianos residentes em Cascavel era do sexo masculino (89%), com idade entre 25-34 anos (52%) e com ensino médio completo (37%).

A maioria deles trabalhava como operário nas indústrias de alimentação da cidade (60%), com destaque para o setor de frigoríficos de aves. Havia uma parcela importante trabalhando na construção civil (13%) e outra de desempregados (15%). Quanto ao último emprego no Haiti, a maior parcela era constituída de trabalhadores rurais (12%), seguida dos desempregados (11%), operários, vendedores e mecânicos (9% cada) (Gráfico 4). Boa parte deles falava português, além de outras línguas, como francês, inglês e espanhol (Gráfico 5).

Segundo Martins,



**Mapa 6** – Bairros com maior concentração de haitianos na cidade de Cascavel, 2016



**Fonte:** elaboração própria a partir do mapa disponível em Cascavel, 2016a.

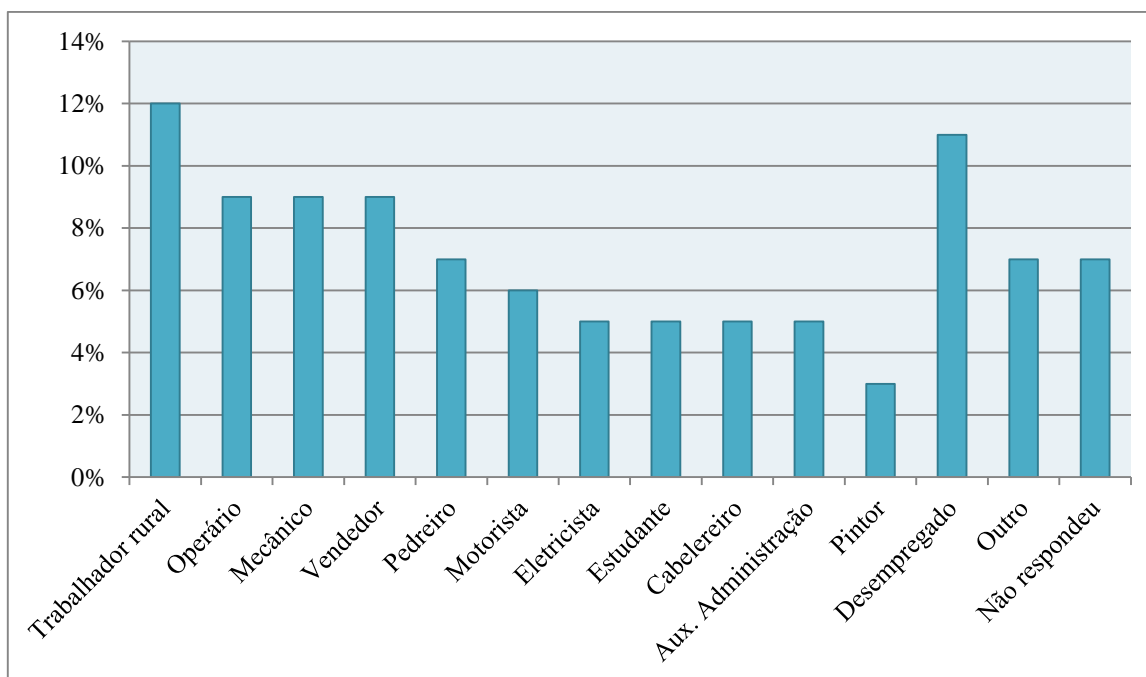
[...] o perfil médio do haitiano empregado na indústria da alimentação de Cascavel é o perfil do adulto, do sexo masculino, com ensino médio completo, registro em carteira de trabalho, renda mensal em torno de R\$ 1.000,00 e jornadas de trabalho superiores a 8 horas diárias. A maioria está insatisfeita com a remuneração recebida. Induzidos por coites – e tendo uma ideia distorcida do país – eles imaginavam salários mais elevados no Brasil. O que ganham é insuficiente para mandar aos parentes no Haiti e cobrir as despesas de moradia e alimentação. Por isso, alguns buscam uma segunda ocupação, como auxiliares de cozinha, garçons, frentistas etc., normalmente sem registro em carteira. Alguns concluíram o ensino superior (MARTINS, 2014a, p. 6).

Apenas 11% deles possuíam ensino superior completo (MARTINS, 2014a), o que desmente as informações repassadas pela mídia de que a grande maioria dos haitianos que vieram ao Brasil possuía formação de nível superior. Essa informação já havia sido refutada por Cotinguiba e Cotinguiba (2015) que, em Porto Velho, encontraram uma proporção de apenas 15% de haitianos que concluíram o ensino superior.

A faixa salarial de R\$ 724,00 até R\$ 1.086,00 foi a mais reportada (74%), o que pode indicar a pauperização dessa população e a dificuldade na sua reprodução social, uma vez que cerca de 45% deles pagava entre R\$ 350,01 e R\$ 750,00 de aluguel. Soma-se a isso o fato de

viverem entre várias pessoas em um mesmo domicílio (75% vive entre três ou mais pessoas na mesma casa) (MARTINS, 2014a).

**Gráfico 4** – Ocupação dos haitianos residentes em Cascavel no país de origem, antes de migrarem ao Brasil, 2014.

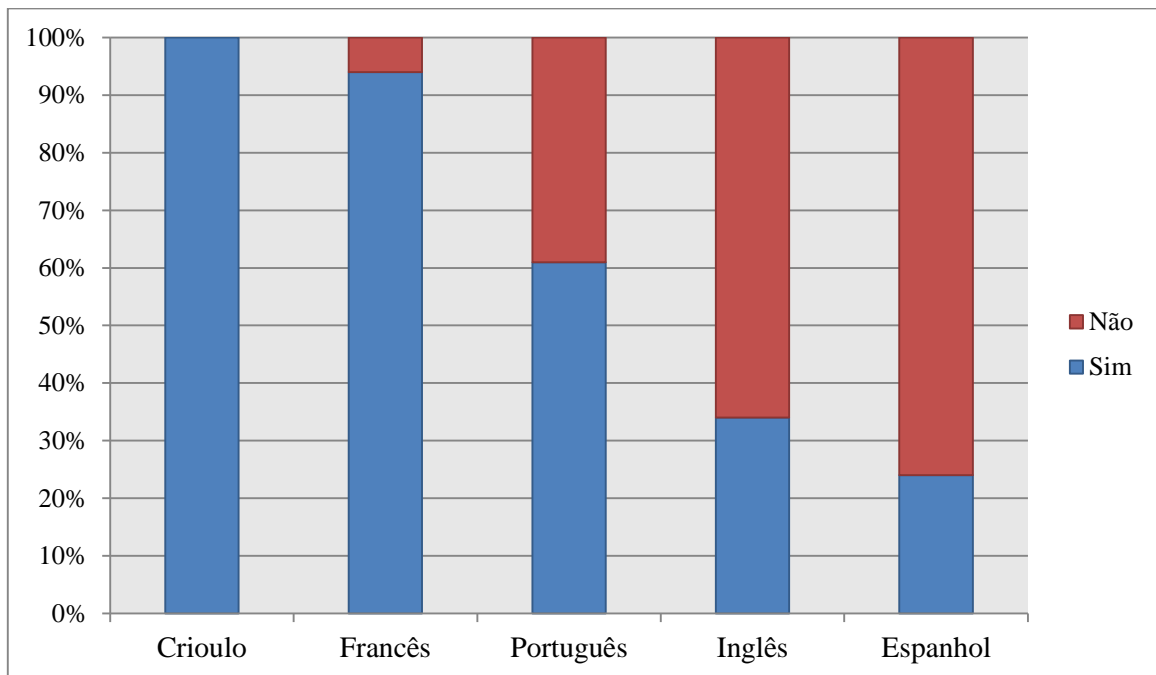


Fonte: Martins, 2014a.

O setor de produção de carne de frango está diretamente relacionado à presença dos haitianos em Cascavel. João esclarece que:

*A partir da chegada dos haitianos à cidade, eles foram percebendo que havia uma possibilidade, não só na construção civil, mas em frigoríficos da região, por causa da necessidade de muita mão-de-obra. Eles entenderam que aí haveria espaço pra eles (E1).*

Inicialmente empregados na construção civil e em supermercados, os imigrantes passaram a se inserir, também, nos dois frigoríficos de aves da cidade: Globo Aves e Coopavel. Para Martins (2014a, p. 6), “a migração haitiana veio a calhar para os empresários do setor”; isso porque “o trabalhador nacional [...] já não se submete ao trabalho estafante nos frigoríficos” (MARTINS, 2014a, p. 6). Ou seja, se estabelece uma carência de força de trabalho nessas empresas. Entre 2012 e 2014, o autor (MARTINS, 2014a) estima que mais de 500 haitianos tenham sido empregados pelos dois frigoríficos locais. Numa população de 4 mil pessoas, isso significa 12,5% dos indivíduos.

**Gráfico 5** – Idiomas falados pelos haitianos residentes em Cascavel, 2014.

**Fonte:** Martins, 2014a.

A partir destas informações, partimos, na próxima seção, para uma aproximação ao estudo da relação trabalho-saúde dos haitianos residentes em Cascavel, focando no processo produtivo de um frigorífico de aves da cidade.

## **5 APROXIMAÇÃO À RELAÇÃO TRABALHO-SAÚDE DA POPULAÇÃO HAITIANA: O CASO DE UM FRIGORÍFICO DE AVES**

Como afirmamos anteriormente, a presença dos haitianos em Cascavel está diretamente relacionada à agroindústria de processamento de carne de frango. Ainda assim, os haitianos se notabilizam também pelo trabalho na construção civil e pela quantidade de indivíduos desempregados que, segundo os entrevistados, tem sido um dos problemas centrais enfrentados por essa população mais recentemente.

A partir da necessidade de escolher apenas um setor produtivo para poder caracterizar a relação trabalho-saúde com maior profundidade, optamos por nos debruçar mais detalhadamente sobre o trabalho que essa população vem realizando nos frigoríficos de aves em Cascavel, sem desconsiderar, contudo, os fatos e relatos que nos levam a outros setores produtivos, como é o caso da construção civil, por exemplo. Essas questões serão discutidas na sua interface com a ‘saúde’, compreendida aqui, como já assinalado na primeira seção, como determinada socialmente, tendo o trabalho como seu eixo central.

Deste modo, procuramos em um primeiro momento contextualizar o debate acerca do processo produtivo de abate e processamento de carne, com foco nos frigoríficos de aves. Trazemos à tona alguns dados que demonstram a importância desse setor para a economia brasileira e a relevância da região Oeste do Paraná quando se fala em produção de carne no Brasil. Em um segundo momento, passamos a interpretar as falas dos entrevistados e as demais fontes de pesquisa (ACT e notícias, por exemplo) a partir da relação trabalho-saúde, cotejando os dados obtidos com a literatura pertinente.

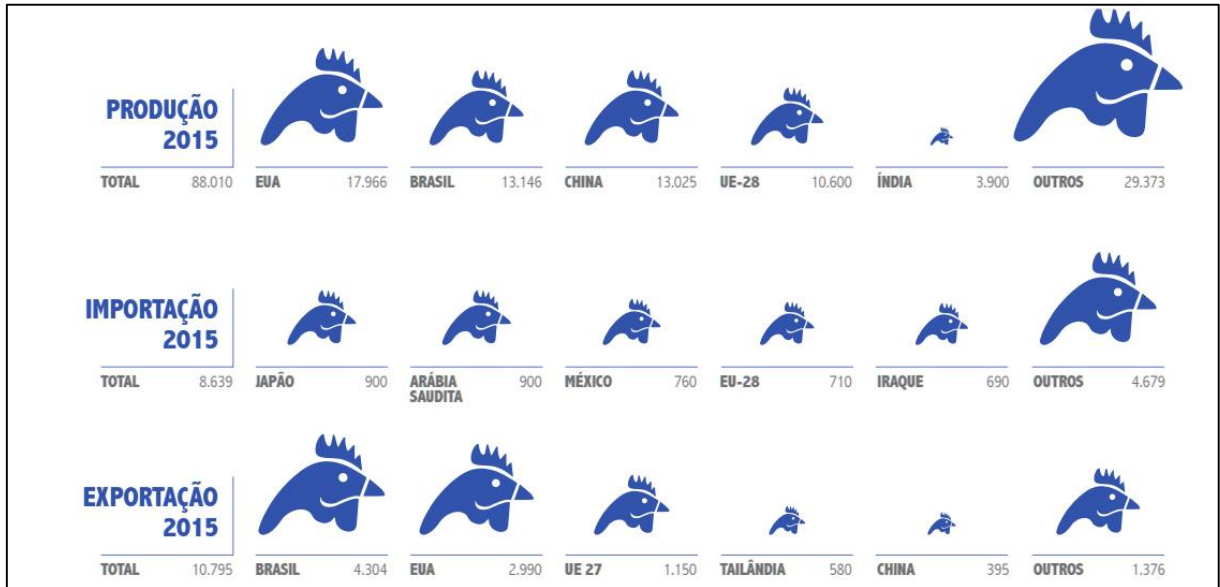
### **5.1 A PRODUÇÃO AVÍCOLA NO OESTE DO PARANÁ E NO BRASIL EM NÚMEROS**

O Brasil era, até poucos anos atrás, o terceiro maior produtor de frangos do planeta, atrás dos Estados Unidos e da China (VARUSSA, 2011; COSTA; GARCIA; BRENE, 2015). Atualmente, segundo dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA, 2016), o Brasil já é o segundo maior produtor de frangos do globo, ultrapassando a China, e o maior exportador mundial desse produto (Figura 3).

A produção brasileira de frangos teve um crescimento de 118% no período de 2000-2011. A exportação, no mesmo período, cresceu 330% (HECK; THOMAZ JÚNIOR; 2012b;

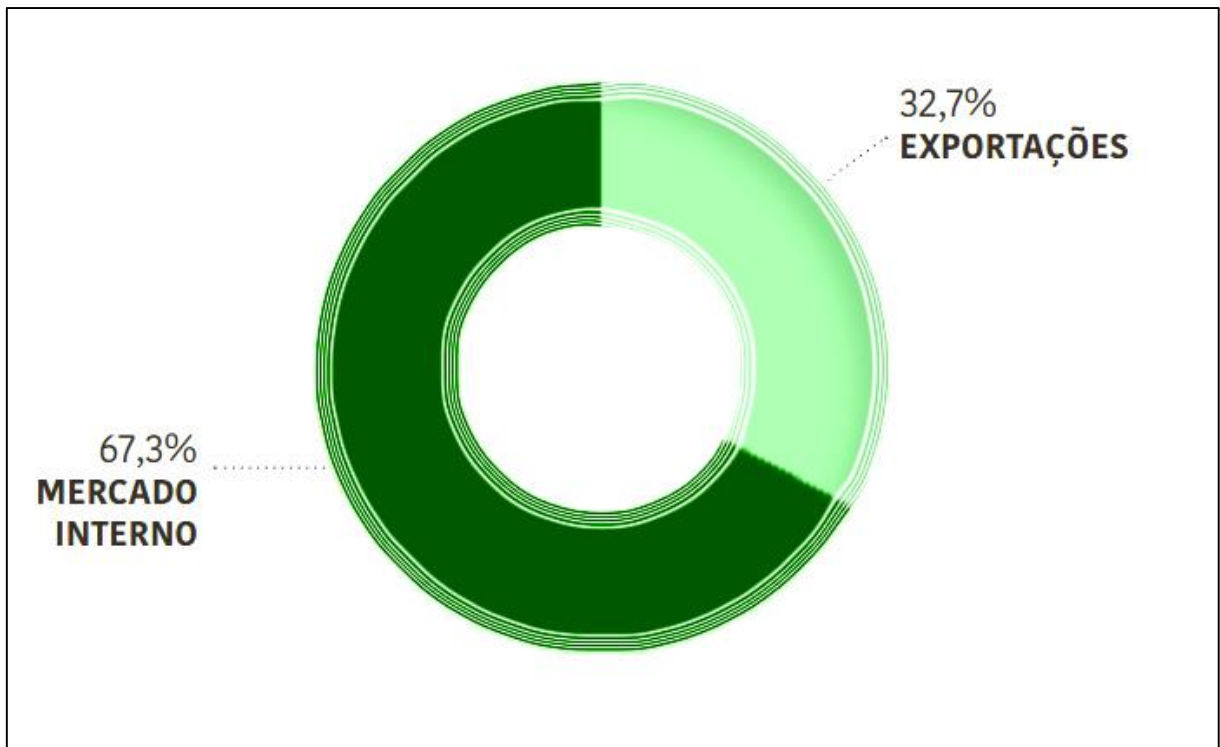
HECK, 2013). O mercado interno absorveu, em 2015, mais de 2/3 dessa produção (Gráfico 6) (ABPA, 2016).

**Figura 3** – Mercado mundial de carne de frango (milhões de toneladas), 2015



Fonte: ABPA, 2016, p. 43.

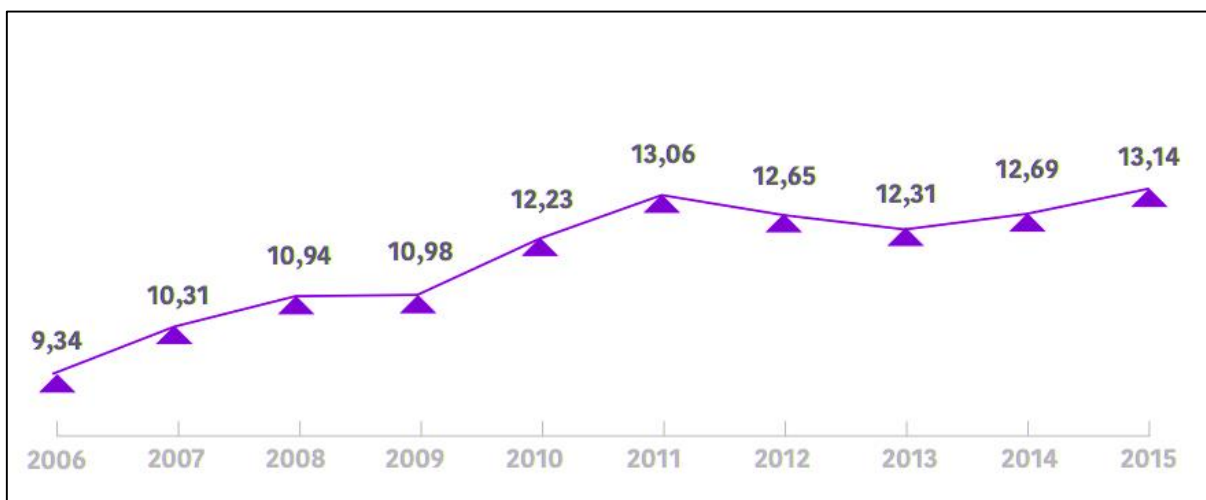
**Gráfico 6** – Destino da produção brasileira de carne de frango em 2015



Fonte: ABPA, 2016, p. 13.

O aumento na produção de frango no Brasil é de fácil visualização. “Em meados dos anos 1950 estimou-se que foram abatidas 7,2 mil toneladas de carne de frango. Esse número saltou para 224 mil toneladas em 1971, 484 mil toneladas em 1975 e ultrapassou a casa dos milhões ao atingir 1,2 milhões de toneladas em 1980” (BOSI, 2011, p. 401). Atualmente, já são mais de 13 milhões de toneladas produzidas anualmente (Gráfico 7) (ABPA, 2016).

**Gráfico 7** – Produção brasileira de carne de frango em milhões de toneladas, 2006-2015.



Fonte: ABPA, 2016, p. 13.

A evolução da tecnologia empregada na criação de frangos aumentou a produtividade à medida que encurtou o tempo de vida das aves até serem abatidas. Hoje, o peso do frango para o abate é de 2,44 kg, mas ele já foi de 1,9 kg em 1990, 1,7 kg em 1970 e de 1,5 kg em 1930 (BOSI, 2011; COSTA; GARCIA; BRENE, 2015). “Na década de 1940, um frango ou uma galinha viviam 3,5 meses até a degola. Vinte anos depois, esse tempo foi reduzido para dois meses, até encolher à casa dos 41 dias em 2009” (BOSI, 2011, p. 401).

O preço de mercado da carne de frango vem se tornando mais acessível, retraindo de US\$ 4,05 o quilo em 1974 para US\$ 1,2 em 2009. Em compasso, o consumo da carne de frango também vem aumentando. Em 1970, o consumo per capita anual de frango no Brasil era de 2,3 kg contra 22,8 kg de carne bovina e 8,1 kg de suína. Em 1995, ele passou para 23,2 kg de carne de frango contra 25,4 kg de carne bovina e 7,9 kg de suína. Em 2010, o consumo per capita chegou a 43,9 kg de carne de aves, 37,4 kg de carne bovina e 14,1 de carne suína (Tabela 1). Ou seja, o aumento também se dá em relação às outras variedades de carnes (BOSI, 2011; COSTA; GARCIA; BRENE, 2015).

**Tabela 1** – Consumo *per capita* anual de carne suína, bovina e de frango em 1970, 1995 e 2010, Brasil

<b>Ano</b>	<b>Consumo <i>per capita</i> anual de carne de frango</b>	<b>Consumo <i>per capita</i> anual de carne bovina</b>	<b>Consumo <i>per capita</i> anual de carne suína</b>
1970	2,3 kg	22,8 kg	8,1 kg
1995	23,2 kg	25,4 kg	7,9 kg
2010	43,9 kg	37,4 kg	14,1 kg

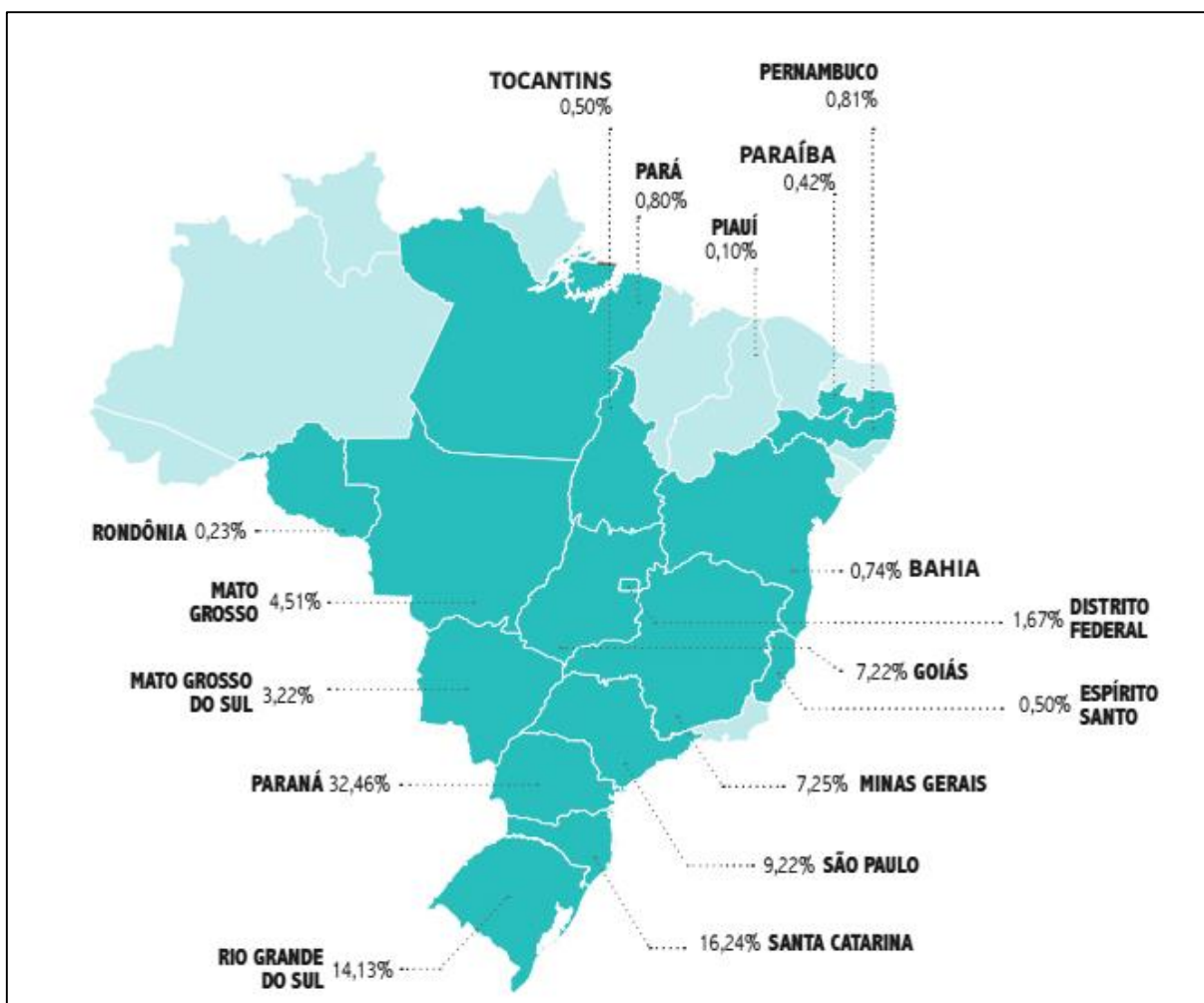
**Fonte:** Bosi, 2011.

No Brasil, o estado do Paraná ocupa a primeira posição na produção avícola, sendo responsável por 32,46% dela, seguido por Santa Catarina (16,24%), Rio Grande do Sul (14,13%), São Paulo (9,22%), Minas Gerais (7,25%) e Goiás (7,22%) (Mapa 7) (ABPA, 2016). Esse setor é responsável pela geração de empregos no país, estimados em 500 mil para abate de frangos e suínos. O emprego no setor em território nacional concentra-se majoritariamente no Sul com 60% dos postos de trabalho. A região Oeste do Paraná responde por 62% do abate de frango e 42% dos postos de trabalho no setor em todo o estado (HECK; THOMAZ JÚNIOR, 2012a; 2012b).

No sul do país há duas regiões que se destacam na geração de empregos para o setor: o Oeste Catarinense e o Oeste Paranaense, sendo que essas duas Mesorregiões correspondem a 26,4% de todo o emprego nacional para o setor e quase a metade do sul do país com a cifra de 43,6% (HECK, 2013). Para Bosi (2009), parte representativa do processo de industrialização do Oeste do Paraná decorre de uma desconcentração territorial das indústrias em âmbito nacional, orientada principalmente para a busca de vantagens fiscais e de uma força de trabalho mais barata.

Dos 50 municípios da região oeste do Paraná, em 12 há cooperativas, frigoríficos e abatedouros de suínos, bovinos e aves, totalizando 35 empresas. Entre estas, o destaque é para a indústria processadora de carne de aves, com 8 unidades de processamento (Mapa 8) que representaram, em 2003, 34,3% do faturamento em todo o Paraná (FINKLER; CÊA, 2009; CÊA; MUROFUSE, 2010). Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), “[...] o segmento de abate de aves é o maior empregador da região, com 13,84% da mão-de-obra industrial” (CÊA; MUROFUSE, 2010, p. 4).

**Mapa 7**– Percentual de abate de frango por estado da federação, Brasil, 2015



**Fonte:** ABPA, 2016, p. 14.

Isso remete às seguintes questões: sempre foi assim? A produção de carne sempre teve essa magnitude? O caráter do trabalho ali realizado possui uma continuidade na história? Na verdade, como demonstramos a seguir, o assalariamento da força de trabalho envolvida na produção de carne é um fato recente: data de meados do século XVIII. Deste modo, outra pergunta surge, cuja resposta (ou respostas) não é tão simples: como a produção de carne se tornou o que ela é hoje?

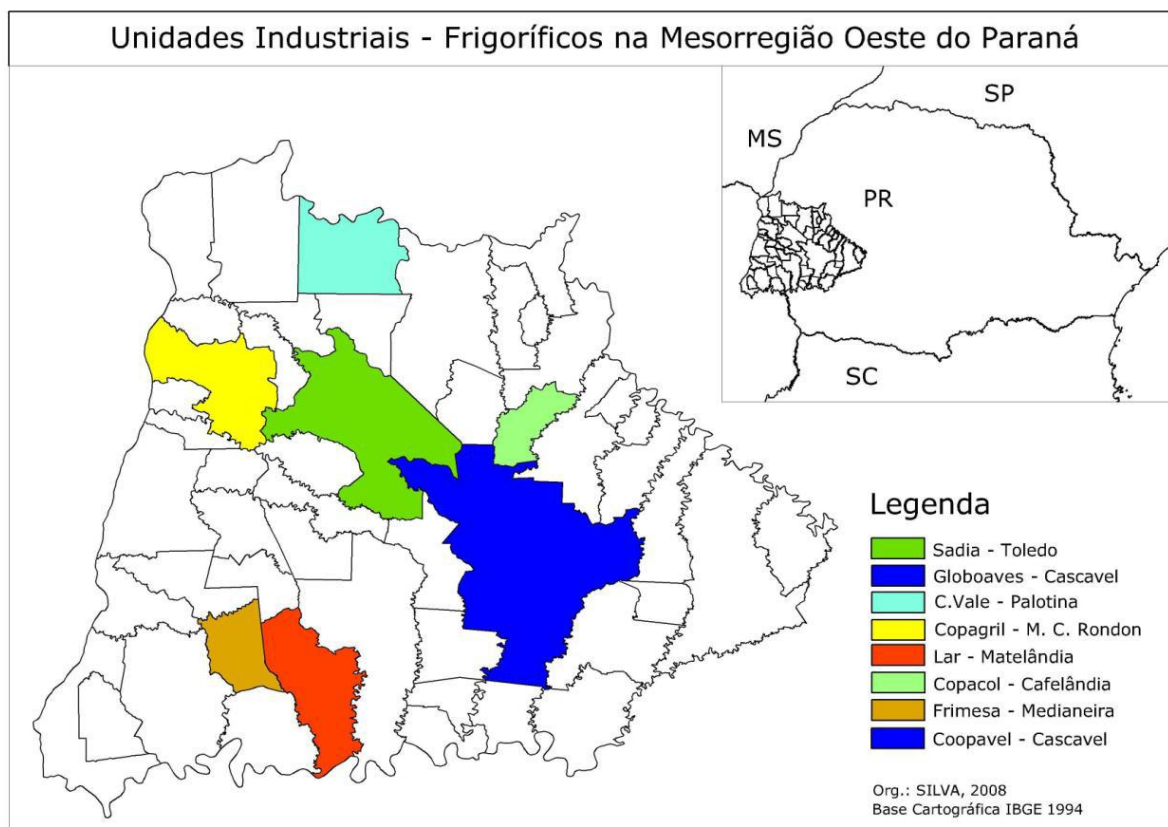
## 5.2 HISTÓRIA DA PRODUÇÃO DE CARNE: EXPROPRIAÇÃO E ACUMULAÇÃO

A história da produção de carne é a história da expropriação dos açougueiros individuais e da concentração dos instrumentos e matérias-primas desse processo em poucas mãos. Despossuídos dos meios de trabalho, os modernos ‘auxiliares de produção’ que



laboram nas indústrias frigoríficas mundo afora são herdeiros dos antigos açougueiros que desenvolviam seu trabalho com autonomia, satisfação e reconhecimento social.

**Mapa 8** – Unidades industriais de frigoríficos de aves na Mesorregião Oeste do Paraná, 2010



**Fonte:** Heck, 2010, p. 44.

Até o século XVIII a produção de carne era um negócio restrito ao ofício dos açougueiros, regulamentado por legislação específica das corporações e realizado com base em trabalho artesanal pouquíssimo dividido. “Os açougueiros associados à corporação exerciam o controle sobre a produção. A definição das regras sobre a qualidade e dos preços da carne também estava sob o domínio das corporações” (BOSI, 2014a, p. 85). Eles empregavam aprendizes e jornaleiros que trabalhavam em troca de conhecimento, abrigo e comida.

Em 1585, o pintor italiano Annibale Carracci (1560-1609) apresentava sua obra *La bottega del macellaio*<sup>22</sup>, retratando o trabalho nos açougues da época (Figura 4). A dureza do trabalho naquele ambiente de trabalho fica clara no afresco, assim como o reconhecimento e status social do açougueiro durante a venda de seu produto.

<sup>22</sup> Em inglês, *The Butcher's Shop*. Na língua portuguesa, *O Açougue*.

**Figura 4**– *La bottega del macellaio*, óleo sobre tela, de Annibale Carracci (1560-1609). 185 x 266 cm. Itália, 1585



**Fonte:** ARTE, 2014.

O surgimento dos frigoríficos e o aniquilamento dos açougueiros deram-se a partir de intervenções higienistas mais sistemáticas e invasivas do Estado no abate de animais. Relatos acerca da presença de abatedouros no espaço urbano destacaram a confusão por eles causada, devido à sujeira causada pelo sangue, ao mau cheiro, à fumaça das chaminés e ao barulho infernal do trotar dos rebanhos. Estes argumentos ganharam fortes aliados à medida que os açougueiros, suas práticas e seus abatedouros, foram responsabilizados por diversas doenças transmitidas pela carne. Surge um crescente medo de se contrair doenças através de carne contaminada (BOSI, 2014a).

A instituição dos matadouros públicos é um produto histórico do século XIX. Sua imposição contra as práticas dos açougueiros não foi fácil e nem automática. De modo geral, recaiu sobre os açougueiros uma fiscalização que passou a inibir seu trabalho sob a insígnia de “abatedouros clandestinos” (BOSI, 2014a, p. 93). Segundo Bosi (2014a, p. 95) “Os matadouros significaram [...] uma forma de esconder a morte em massa de animais dentro de

uma realidade histórica em que o consumo de carne, principalmente nas grandes cidades, aumentava ano a ano”.

Esse autor explica a configuração dos matadouros públicos, naquela época:

Os matadouros públicos eram grandes plantas produtivas se comparadas aos maiores açougues da época, e foram pensados com o objetivo de separar as etapas do trabalho em instalações específicas e articuladas entre si. A rigor os matadouros contavam com currais de madeira em sua parte externa, com a função de receber e abrigar os rebanhos que seriam abatidos. Destes currais os animais eram levados para outro cercado menor que se ligava a um corredor, também feito de cercas de madeira, que conduzia às salas de abate onde bois eram imobilizados e sangrados. Depois disso, a carcaça era suspensa e presa a ganchos e correntes, seguindo para outra sala para ser esfolada e cortada. Uma vez ‘depurado’ o produto, a fiscalização inspecionava a carne. Os matadouros precisavam de água corrente para a limpeza e o descarte dos restos, incluindo o sangue. E a característica principal: deveriam ficar distantes do centro urbano (BOSI, 2014a, p. 95-96).

Estabelecer como obrigação o abate no matadouro municipal fazia com que pequenos criadores tivessem suas rendas diminuídas ou tivessem seus animais vetados pela inspeção municipal. “Ainda que tardia, se comparada a outros ofícios, a industrialização da carne, iniciada no final do século XIX, minou a existência de açougueiros” (BOSI, 2014a, p. 97).

Na linha de desmontagem, a simplificação do trabalho (baseada em sua divisão) possibilitou a contratação de trabalhadores sem qualificação, o que viabilizou uma política salarial barata. Pressionados a aceitar péssimas condições de trabalho, os imigrantes, recém-chegados da Europa, povoaram os frigoríficos estadunidenses. O exército industrial de reserva era enorme. As diferenças entre as nacionalidades, muitas vezes transformadas em rixas pessoais, dificultavam a organização sindical. As condições de trabalho, e não só o ritmo, também eram bastante insalubres (BOSI, 2014a).

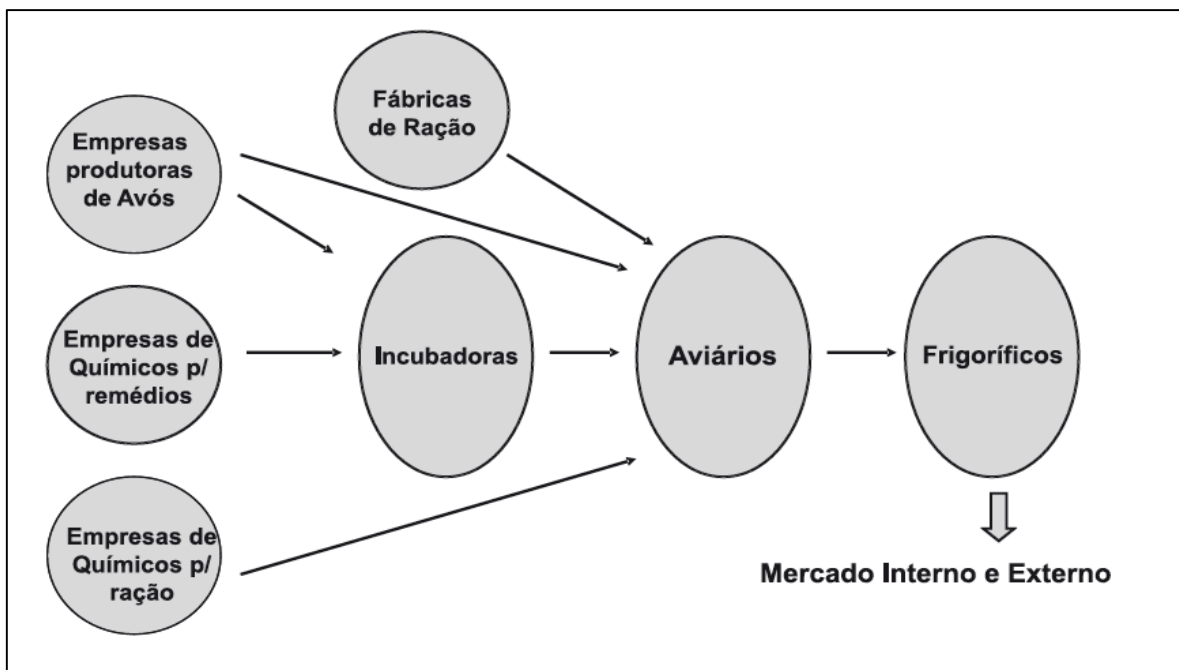
De acordo com Bosi (2014a, p. 101)

Tais condições históricas fertilizaram o crescimento de grandes companhias que iriam monopolizar o mercado da carne, particularmente durante o contexto da segunda Grande Guerra, quando a Europa aumentou substancialmente suas importações. Foi também a partir daquele momento que se definiu um novo modelo de produção e de consumo da carne, estruturado numa nova divisão internacional do trabalho, na qual tal produção se concentraria principalmente nos Estados Unidos, Canadá e parte da América Latina.

O processo de industrialização da produção de carne foi acompanhado do desenvolvimento de uma cadeia produtiva (Figura 5), monopolizada por poucas empresas e

basicamente dividida em etapas justapostas, especializadas no melhoramento genético dos animais, na produção dos insumos, na produção da carne viva e no seu processamento (BOSI, 2014a).

**Figura 5** – Cadeia de produção da carne de frango



Fonte: Bosi, 2014b, p. 580.

Apesar da situação precária do trabalho na indústria da carne, a situação daqueles trabalhadores passou despercebida entre estudiosos e pesquisadores da realidade social norte-americana. Os intelectuais da época não enxergavam o trabalho como um problema histórico e social, importante de ser estudado e avaliado. Além dos sindicatos, dos socialistas e dos próprios trabalhadores, a denúncia e a reflexão sobre o terror vivido nos frigoríficos couberam à sensibilidade literária de dois escritores engajados: Upton Sinclair e Bertolt Brecht (BOSI, 2014b).

Ambos denunciaram a realidade degradante vivenciada nos frigoríficos dos EUA em finais do século XIX e inícios do século XX. Na visão de Brecht, a cadeia de produção de carne era expressão do imperialismo, pois concentrava a força de trabalho e os meios de produção na mesma velocidade em que multiplicava o volume de carne abatida e processada, pavimentando o caminho para uma crise de superprodução. Sinclair aposta no movimento socialista como conforto e reação dos trabalhadores em face à realidade (BOSI, 2014b).

No Brasil, Moreira (2014) afirma que a produção industrial da carne de frango reorganizou a produção de aves e pressionou diversas alterações nas relações de trabalho no campo e na vida dos trabalhadores rurais, a partir de meados do século XX. Há uma transformação da produção de frango do modo artesanal e familiar para produção industrial, permeada pela a expropriação e exploração dos trabalhadores (MOREIRA, 2014).

A produção de frangos de corte em escala industrial no Brasil surgiu após a Segunda Guerra Mundial. Até o início da década de 1960, as empresas não utilizam a integração, de modo que cada etapa da cadeia produtiva do frango era realizada por empresas independentes. A partir desta década inicia-se a adoção da integração nas empresas de Santa Catarina, utilizando-se contrato de parceria com pequenos produtores rurais (NELI; NAVARRO, 2013; MOREIRA, 2014).

A expansão do setor de produção e processamento de carne nesta época está relacionada ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), lançado em 1974 pelo governo militar na tentativa de acelerar o crescimento da economia nacional num contexto de profunda crise mundial (ESPÍNDOLA, 2002).

Assim,

[...] nos anos posteriores à década de 1970 os abatedouros se tornaram mais mecanizados e automatizados. A produção em grande escala foi implementada, com especialização do maquinário, maior divisão de tarefas, trabalho semiqualeficado e produção relativamente homogênea para o consumo em grande escala. [...] a agroindústria avícola nacional fez intensa implementação tecnológica, o que permitiu a substituição de procedimentos manuais por outros automáticos a partir do fim da década de 1960 e início da de 1970 (NELI; NAVARRO, 2013, p. 289).

As primeiras operações que foram automatizadas nos frigoríficos de aves são a escaldagem e a depenagem. Após, seguem o corte de pernas, o corte do rabo e do pescoço das aves. A evisceração também passou a ser realizada por equipamento automático na maior parte das empresas. Tudo isso possibilitou o aumento da capacidade produtiva sem a necessidade de contratar novos empregados (NELI; NAVARRO, 2013).

Neli e Navarro (2013), além disso, destacam que as empresas que visam a produção de aves inteiras para o mercado consumidor de massa possuem etapas de produção menos automatizadas que aquelas voltadas para a fabricação de produtos específicos e diferenciados. Em alguns setores, como a sangria e a pendura, os processos são ainda bastante vinculados ao trabalho manual. Os cortes específicos, quando necessários, também são realizados de forma

manual, devido à forte exigência do mercado internacional por produtos com acabamento mais preciso, o que não é obtido com a maquinaria.

Segundo Moreira (2014, p. 163), no Brasil

O processo industrial da produção de frangos consistiu na organização da cadeia produtiva de aves em um mercado oligopolizado por empresas multinacionais na área do ‘melhoramento genético’, com a produção poedeiras avós e matrizes de pintainho de um dia para a engorda, na produção da ração industrializada a base de milho e soja, na criação de produtos veterinários diversos visando à sanidade e o controle de doenças, na industrialização de equipamentos para a instalação de aviários no campo e frigoríficos nas cidades.

A região sul do país, grande produtora de milho e soja, recebeu a partir da década de 1970 grandes indústrias processadoras de grãos. Nessa região, são característicos os pequenos estabelecimentos agrícolas que envolvem trabalho familiar, ideais para a integração com grandes unidades de processamento e abate de aves (NELI; NAVARRO, 2013).

Espíndola (2002) destaca que

O conjunto das agroindústrias de carne do sul do Brasil vem, desde o final dos anos 80, promovendo um intenso esforço de reorganização produtiva. O processo de reestruturação, perseguido pelas empresas, foi condicionado pela introdução de novas tecnologias (equipamentos automatizados, biotecnologia, entre outras) que, por sua vez, resultaram no rebaixamento dos custos produtivos, nos movimentos de fusões, nas aquisições e parcerias, na realocação da capacidade produtiva, no lançamento de novos produtos e nas novas relações de trabalho. Merecem destaque, nas novas relações de trabalho, o redimensionamento de quadros via dispensa de mão-de-obra, terceirização e novos métodos de gestão da força de trabalho (p. 1).

O processo de reestruturação da indústria brasileira apresenta, de forma geral, dois momentos, e está intimamente relacionado ao contexto neoliberal. O primeiro momento iniciou-se com a implantação do Plano Collor e caracterizou-se pela racionalização dos custos, apoiada em estratégias de reorganização da produção, terceirização e aumento do conteúdo importado. O segundo, após 1994, teve início no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e com o Plano Real. Manteve-se a linha mestra da racionalização dos custos, baseada no *outsourcing* e terceirizações (ESPÍNDOLA, 2002).

Para as agroindústrias de carne do Sul do Brasil, a década de 1990 seguiu a tendência de modernização já apresentada nas décadas anteriormente, mas com direcionamento para as aquisições de novos equipamentos, inovações dos produtos, redução dos custos, mudanças nas estratégias de relacionamento fornecedor/cliente e melhoramento qualitativo da matéria-

prima. Houve, também, a implantação de técnicas de controle de qualidade em diversas empresas. No nível do chão das fábricas, foram introduzidas placas informativas que indicam o tempo de produção por unidade e a quantidade que deve ser produzida, numa clara alusão aos métodos japoneses de gestão calcados no *just-in-time* e *kanban* (ESPÍNDOLA, 2002).

Nesse contexto, o Brasil segue a tendência global de expropriação e exploração da população rural e da concentração e centralização da produção de carne em poucas empresas, em especial as multinacionais.

### 5.3 PROCESSO DE TRABALHO E SAÚDE NOS FRIGORÍFICOS: HAITIANOS EM FOCO

Em primeiro lugar, é preciso salientar que Cascavel abriga duas empresas com plantas de frigoríficos de aves: a Globo Aves e a Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (Coopavel). Inicialmente, nossa intenção era estudar o trabalho dos haitianos nessas duas empresas.

Contudo, a partir da entrada em campo, nos foi revelado que a Globo Aves não estaria mais empregando a população haitiana, por motivos não bem esclarecidos. João procura dar uma explicação para esses fatos, mas sem propor respostas conclusivas:

*O que eu levantei é que a Globo Aves pagava menos pros haitianos, explorava-os mais, e eles começaram a entrar muito na Justiça do Trabalho contra a empresa. Acho que esse foi o motivo. A Coopavel trata os haitianos da mesma forma em questão salarial como os brasileiros. Então não tem muitas reclamações. A não ser questões de saúde que eles têm reclamado, por que é muito precária nos frigoríficos. Eles trabalham em ambientes muito frios, né. O trabalho é repetitivo. Também tem esse outro lado... Acabou que os haitianos não aguentaram e a Globo Aves não quis mais eles (E1).*

Durante o trabalho de campo, buscamos descortinar essa questão. Entramos em contato com o sindicato que representa os trabalhadores da Globo Aves – que não é o mesmo da Coopavel – mas, apesar de nossa insistência, o sindicato não nos respondeu, não aceitando colaborar com nossa pesquisa.

Em virtude disso, analisamos, neste trabalho, apenas o trabalho no frigorífico de aves da Coopavel, que emprega atualmente, segundo os entrevistados, entre 800 e 1.000 haitianos e haitianas. Assim, passamos na sequência a contextualizar a Coopavel, enquanto empresa, resgatando aspectos relevantes de sua história.

### 5.3.1 Coopavel: de que empresa estamos falando?

Várias empresas do ramo agropecuário na região Oeste do Paraná funcionam como cooperativas. Em 2014, entre as 15 cooperativas do setor instaladas nessa região, cinco possuíam frigoríficos de abate e processamento de carne de aves. Inicialmente pensadas como uma segunda alternativa à produção de soja e milho, as plantas agroindústrias de frigoríficos passaram a ganhar destaque em finais do Século XX (BELUSSO, 2014).

A Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda. (Coopavel) foi fundada em 15 de dezembro de 1970, por um grupo de 45 agricultores, na cidade de Cascavel. Inicialmente, a cooperativa funcionava para concentrar a produção de grãos dos associados. Posteriormente, foram criadas filiais em diversas cidades nos arredores de Cascavel, como Corbélia (1972), Capitão Leônidas Marques (1974), Céu Azul (1976), Três Barras do Paraná (1979), Catanduvas (1986), Santa Tereza do Oeste (1989), Braganey (1990). O escopo da cooperativa foi gradativamente ampliando, abarcando a indústria de laticínios (1980), indústria de óleos (1982), beneficiamento de sementes (1982), indústria de fertilizantes (1991), frigorífico de aves (1994) e frigorífico de bovinos e suínos (1997) (COOPAVEL, 2016a).

O frigorífico de aves, construído em 1994, tinha capacidade para abater 44 mil frangos por dia. Em 1996, a primeira exportação é realizada, com destino a Hong Kong (COOPAVEL, 2016a). A capacidade atual do frigorífico de abate de aves é de 300 mil frangos por dia (COOPAVEL, 2015a).

Atualmente, a Coopavel transformou-se em uma das 20 maiores empresas do agronegócio brasileiro, contando com 26 filiais instaladas em 17 municípios da região Oeste e Sudoeste do Paraná. São mais de 4.398 associados e 5.169 colaboradores diretos, contribuindo para um faturamento de mais de R\$1.6 bi em 2014. As indústrias contribuem para 75% deste faturamento, com produtos comercializados em todo o país e no exterior (COOPAVEL, 2016a).

Em finais de 2015, na revista da Coopavel, escrevia o presidente da cooperativa, que, mesmo em um contexto de ‘crise’, “as cooperativas paranaenses estão com crescimento positivo de 12% e a Coopavel com crescimento de 16%, graças aos investimentos realizados nos últimos anos e a conquista de novos mercados” (GROLLI, 2015, p. 5). Ele coloca a responsabilidade pelo crescimento da empresa no faturamento dos últimos anos: em 1995 era de R\$ 116 milhões e, em 2015 de R\$ 1.920 milhões, o que representa um crescimento de 1.500% em vinte anos. Até 2020 a expectativa de faturamento da empresa é de R\$ 3,5 bilhões (GROLLI, 2015).



No estado do Paraná, as Cooperativas são responsáveis por 56% do valor da produção agropecuária. A Coopavel tem uma participação de 60% na produção do Oeste do Paraná (GROLLI, 2015). Além disso,

O Cooperativismo paranaense cresceu 13% em média no exercício de 2015 e a Coopavel teve crescimento recorde de 18%. O faturamento passou de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 1,95 bilhão e nos últimos cinco anos o crescimento da Coopavel foi de 104,5%. O número de associados passou de 4.224 em janeiro/2015 para 4.648 em dezembro/2015. O número de funcionários de em janeiro/2015 era de 4.965 e passou para 5.254 no mês de dezembro/2015. A estimativa para o exercício de 2016 é que o crescimento da Coopavel também será de 18% e chegará ao faturamento de R\$ 2,3 bilhões (COOPAVEL, 2016b, p. 6).

A maior parte dos associados da Coopavel é de pequenos produtores (73%). O município com mais produtores associados é Capitão Leônidas Marques (504), seguido de Cascavel (421) e Corbélia (396). Em 2010, a Coopavel tinha 4.221 funcionários, número que aumentou para 5.254 em 2015.

Quanto ao frigorífico de aves, em 2010, foram abatidos 46,2 milhões de frangos, mesmo número de 2015. No entanto, a produção de carne de frango, no período, aumentou de 89,5 para 97,7 toneladas (COOPAVEL, 2015b).

Em relação aos resultados financeiros, o lucro, entre 2010 e 2015, aumentou de 15,5 para 40,1 milhões de reais; os investimentos subiram de 22 para 100 milhões de reais (COOPAVEL, 2015b). Trata-se de uma empresa importante no cenário nacional. Em 2015, foi a 11ª empresa do setor no quesito exportação (Quadro 5).

Segundo Francisco Turra, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), “Este é o Brasil do Agronegócio, do Cooperativismo, que ensina ao país o que é a sustentabilidade e a verdadeira distribuição de renda” (TURRA, 2015, p. 19). Será que os trabalhadores dos frigoríficos, em especial os haitianos, concordam com isso?

### 5.3.2 Relação trabalho-saúde dos haitianos na Coopavel: histórias

Ao contar e analisar a(s) história(s) dos haitianos, estamos atentos às indicações de Bosi (2013), segundo o qual “cada entrevista possui um enredo próprio, tecido a partir de suas trajetórias no mundo do trabalho e da forma com que lidam com as experiências vividas” (p. 314). Nesse sentido, procuramos manter cada entrevista (relativamente) unida, dividindo-a apenas quando estritamente necessário para fins analíticos.

Não se pode perder de vista a singularidade de cada relato. Assim como Bosi, procuramos “tratar as experiências individuais dos trabalhadores como forma de alcançar sua experiência de classe” (2013, p. 314).

**Quadro 5** – Ranking de exportação de frango, Brasil, 2015

EMPRESA		EMPRESA	
1°	BRF	26°	FRANGOS PIONEIRO
2°	JBS	27°	RIO BRANCO ALIMENTOS
3°	AURORA ALIMENTOS	28°	AVENORTE AVÍCOLA CIANORTE
4°	COPACOL	29°	NUTRIZA ALIMENTOS
5°	C.VALE	30°	AD'ORO
6°	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR	31°	NICOLINI
7°	GT FOODS	32°	MINLIANO
8°	VIBRA	33°	FRIGORÍFICO AVÍCOLA VOTUPORANGA*
9°	GLOBOAVES	34°	FRIOS GUAJARA*
10°	BELLO ALIMENTOS	35°	CONSERVAS ODERICH*
11°	COOPAVEL	36°	COCARI*
12°	ZANCHETTA ALIMENTOS	37°	SOMAVE AGROINDUSTRIAL*
13°	COASUL	38°	FLAMBOIÃ
14°	AGROINDUSTRIAL IRMÃOS DALLA COSTA*	39°	FRIAVES*
15°	COPAGRIL	40°	AVIVAR ALIMENTOS
16°	JAGUAFRANGOS	41°	UNIAVES*
17°	SÃO SALVADOR ALIMENTOS	42°	SGI IMPORTADORA E EXPORTADORA*
18°	AVERAMA ALIMENTOS	43°	BONASA ALIMENTOS
19°	LANGUIRU	44°	BR AVES
20°	NOGUEIRA RIVELLI	45°	NOTARO ALIMENTOS*
21°	GRANEIRO ALIMENTOS	46°	IMPORTADORA E EXPORTADORA BOA VISTA DO SUL*
22°	VOSSKO DO BRASIL	47°	LAMAJO COMERCIAL*
23°	AGRODANIELI	48°	SOUTH SERVICE TRADING*
24°	KIT TRADING COMERCIAL EXPORTADORA*	49°	TANGARA ALIMENTOS*
25°	AGROSUL	50°	WEST FOOD TRADE*

\*Não associado.

Fonte: ABPA, 2016, p. 42.

Mersault é haitiano e está no Brasil há três anos. No momento da entrevista (julho de 2016), estava com 29 anos. Antes de chegar ao Brasil, passou legalmente por República Dominicana, Equador e Peru. A viagem do Peru ao Brasil, através do Acre, foi ilegal, mediada por ‘contrabandistas’:

*Nesse percurso, quando saí do Equador até chegar no Brasil, eu passei muita dificuldade. Passei muito tempo dormindo ‘pra fora’, sem conhecer ninguém. Tem pessoas que fazem tipo... contrabando. Pegaram nós, falaram*

*que se não pagasse 200 ou 300 dólares não transportavam. Isso foi no Peru (Mersault, E3).*

Adentrar o Brasil, contudo, não foi sinônimo imediato de ‘redenção’. Segundo Mersault, a estadia no Acre por alguns dias, na espera pelos documentos que legalizariam sua presença no Brasil, também trouxe problemas. A língua foi o principal deles:

*Quando cheguei ao Brasil, cheguei em paz. Só tive dificuldade com a língua, com a comida, por que não tinha o hábito. Não tinha ninguém pra nos receber. Passei dificuldade também. Depois me acostumei, mas a dificuldade com a língua foi muito grande. Então comecei a aprender o português sozinho, comprei dicionário, gramática. Como eu era um cara que tinha o hábito de aprender outras línguas lá no Haiti, eu tinha facilidade pra aprender sozinho (Mersault, E3).*

Conseguidos os documentos, Mersault veio ‘direto’ a Cascavel, passando por Rio Branco e Foz do Iguaçu. A viagem foi realizada de avião e ônibus:

*Entrei no Brasil como refugiado, pelo Acre, e vim direto para Cascavel. Por que eu tinha um amigo que morava aqui, e ele me deu as informações para pegar ônibus e o endereço. Na verdade eu peguei avião de Rio Branco até Foz do Iguaçu. De lá peguei ônibus pra chegar até aqui [Cascavel] (Mersault, E3).*

Logo que chegou a Cascavel, no ano de 2013, Mersault arrumou um emprego na planta do frigorífico de aves da Coopavel, no setor de embalagem. Na época, segundo ele, havia emprego suficiente para praticamente todos os haitianos que chegavam. A experiência, no entanto, não foi tão agradável quanto a expectativa:

*Cheguei, apesar de algumas dificuldades, e fui acostumando a viver aqui. Graças a deus, quando eu cheguei, tinha bastante emprego pra todo mundo. Eu comecei a trabalhar na Coopavel. Trabalhei lá por cinco meses. Foi meu primeiro emprego aqui no Brasil e eu não gostei. Não gostei de trabalhar no frigorífico. Porque apesar de os haitianos já terem conhecimento de trabalho em alguma área profissional, tipo encanador, eletricista... Não gostei de trabalhar no frigorífico (Mersault, E3).*

Mersault considera que o conhecimento e experiência prévia que os haitianos possuíam em algum ofício (de encanador, eletricista, pintor, por exemplo) foi desconsiderado aqui no Brasil. É importante ressaltar que boa parte deles, como é o caso de Mersault, se reconhecia nesse ofício e, durante o labor, sentia prazer e realização. O trabalho no frigorífico, em contrapartida, lhe era penoso:

*No lugar que eu trabalhei era muito frio. Eu tava trabalhando na embalagem final, onde ficam as caixas de carne geladas, bem geladas. Vai sair a caixa, aí você pegava uma e empilhava [...] Empilhava a carne que vai pra China, pra outros países, pela etiqueta. [...] Fica doendo os dedos. Até as mãos ficavam congeladas e amortecidas. Eu fiquei os 5 meses sem suar, sem transpirar (Mersault, E3).*

Além do frio, o que incomodava Mersault era a rapidez com que as tarefas precisavam ser realizadas. E não só no setor de embalagem: ele também cita o setor de corte, onde, segundo ele, o trabalho também precisa ser realizado com agilidade.

*No lugar que eu trabalhava, não eram muitas coisas pesadas. Era a rapidez. A rapidez com que você tinha que fazer o trabalho é que era ruim. Pra levantar uma caixa... Tudo bem é legal. Mas pra levantar com rapidez... Você tem que cuidar pra não cair. Aí vão passar muitas caixas, você tem que pegar, pegar, pegar... Até o final do horário de trabalho. Esse que era o pior. As pessoas que estão 'cortando' é ruim também. A rapidez com que tem que cortar. Ficam o dia inteiro, o horário inteiro, tem que fazer esse movimento. Esse que é o pior (Mersault, E3).*

A rapidez e agilidade com que os movimentos precisam ser realizados configuram em um risco para Lesão por Esforço Repetitivo (LER). Segundo Souza e Pereira (2014, p. 36),

[...] para evitar as lesões por esforços repetitivos, os trabalhadores não podem fazer mais do que 25 a 33 movimentos por minuto. Entretanto, o que se tem constatado é que o número de movimentos por minuto nos frigoríficos de aves é cinco vezes maior do que o limite estabelecido.

Deve ser levado em conta, além disso, os problemas decorrentes da padronização de 'limites de tolerância', que desconsideram a singularidade de cada trabalhador e nivelam pelo alto a coletividade. Deste modo, as atividades de ginástica laboral para a prevenção das LER não têm eficácia alguma. Além disso, nos frigoríficos, a chance de desenvolver tendinite na desossa de perna de frango é 743% superior a outros setores da economia, conforme o Ministério da Previdência Social (MPS) (HECK; THOMAZ JÚNIOR, 2012b).

Para Heck (2015, p. 2067)

[...] as(os) operárias(os) responsáveis pelo abate e processamento da carne de frango, convivem com condições de trabalho que lhe impõe um trabalho intenso, veloz e que exige muita destreza nos movimentos. São 140 ações técnicas por minuto apenas para atividade de evisceração [...], 80 para o refile de peito e 46 para desossar coxa/sobrecoxa.

O tempo diário envolvido com o trabalho também merece ser destacado:

*Nesse momento, eu entrava [no frigorífico] 15:15 e saía 00:45, às vezes 1:00, 1:15... Mas o horário certo era de 15:15 até 00:45. [...] Pra ir ao trabalho, eu pegava ônibus. Saía de casa pelas 14:00 pra chegar em casa às 2:00. Demorava mais ou menos uma hora no transporte. No restante do dia eu dormia. Porque não tem muito tempo. Dormia às 2:00 e acordava às 11:00, mais ou menos. Se for um dia mais cansativo acordava às 12:00 ou 13:00. Às vezes não dava tempo pra fazer comida (Mersault, E3).*

Quase não há tempo para repouso; devido aos deslocamentos entre a residência e o trabalho, a jornada de trabalho que era de oito horas diárias pode chegar a 12 horas. Há aí uma parcela de trabalho não pago. Ademais, o tempo de ‘repouso’, pode não ser suficiente para a reposição das energias físicas e psíquicas, o que tem implicações importantes na saúde. Esses processos de ‘invasão’ do tempo de trabalho no tempo de ‘não-trabalho’

[...] ampliam os condicionantes e os limites do tempo de não trabalho fora da jornada: a reposição e o desenvolvimento de capacidades biopsíquicas podem ser comprometidos pela insuficiente quantidade e qualidade do repouso [...] e nos deslocamentos residência-trabalho/estudo-residência (PINA; STOTZ, 2011, p. 173).

Uma forma utilizada pela empresa para aumentar o controle sobre os trabalhadores é a delegação de atividades de ‘supervisão’ e ‘liderança’ para um membro do grupo de trabalho no chão da fábrica. Assim, além do ‘supervisor’ – um nível acima na hierarquia empresarial –, há também o ‘encarregado’, um trabalhador ‘igual’ aos outros – na hierarquia –, mas com poderes de pressão e controle diferenciados:

*Por exemplo, você é encarregado, é uma pessoa que é colocada ali pra ficar cuidando, se tem 10 pessoas, você coloca um chefe do grupo. Não é um supervisor. É um líder do grupo. Ele aparece mais que um supervisor. Ele é um trabalhador igual nós, mas fica como um chefe e incomoda mais que um supervisor. O chefe não é haitiano, é brasileiro. Às vezes ele dava uma advertência pra pessoa por nada. A pessoa fica de gancho. Na Coopavel, se a pessoa tem quatro ganchos, dá um justa-causa. É demitido sem motivo. Pra ser demitido tem que ter um motivo. Uma coisa grave. A empresa cria, inventa um justa-causa pra demitir (Mersault, E3).*

A figura do ‘supervisor’ não é suprimida, mas de certa forma internalizada pelo grupo de trabalho. Nem por isso o trabalho é autônomo, pois a linha de produção funciona sob parâmetros (ritmo, carga, produtividade, qualidade etc.) definidos pela gerência, controlada sob o ‘olhar vigilante’ da supervisão. Isto é, a exigência do trabalho intenso e com qualidade

está ao lado de cada trabalhador, no seu colega de trabalho, o que acaba contribuindo para a quebra da solidariedade entre os operários, enfraquecendo a ação coletiva (PAIXÃO, 2005). O medo da ‘justa-causa’, mesmo sem motivo claro – e, por isso, ‘inventada’ pela empresa –, contribui para a anuência dos trabalhadores aos métodos de gestão e organização do trabalho.

Perguntado sobre casos de doenças e acidentes de trabalho que afetavam os haitianos, Mersault citou alguns casos:

*Doença foi bastante. De acidente tiveram dois casos. Teve uma haitiana que perdeu um braço. Teve outro que ‘entrou’ na máquina que faz salsicha. A máquina pegou ele e ele ficou pendurado. Sorte que teve outro cara que viu e desligou a máquina, outro haitiano. Quebrou o braço e depois arrumou. Foi sorte dele. Sobre doença... As pessoas não estão acostumadas com o frio. Quando havia muito frio alguns ficavam resfriados (Mersault, E3).*

O caso da trabalhadora haitiana que perdeu o braço na Coopavel foi relatado por vários entrevistados (João, Pérez, Raymond etc.), mas nenhum deles possuía maiores informações sobre o ocorrido. Procuramos estabelecer contato com ela, no entanto, não encontramos nenhuma informação sobre seu paradeiro e seu estado de saúde e trabalho atual.

Somam-se aos casos de acidente envolvendo haitianos nos frigoríficos de aves os acidentes em outros setores de produção, sobretudo a construção civil. Alguns desses casos são relatados no portal da *Central Gazeta de Notícias* (CGN), outra fonte de dados de nossa pesquisa.

Durante a realização das obras de ampliação do Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP) dois trabalhadores sofreram acidentes de trabalho. Eles ficaram soterrados, devido a desmoronamento de terra. Um deles era haitiano: J. H. J., de 28 anos, ficou com a terra até a cintura. Não há informações sobre lesões ou procedimentos médicos na notícia (CORAZZA, 2015d).

O imigrante haitiano G. Y, de 31 anos, sofreu um acidente de trabalho no final de 2015 enquanto realizava a manutenção do telhado de uma empresa de ônibus. Ele sofreu uma queda de aproximadamente quatro metros de altura. Os resultados foram contusões e escoriações (LIOTO, 2015a).

Outro acidente de trabalho ocorreu em um posto de molas no Bairro Parque São Paulo, em Cascavel. O haitiano R. S, de 31 anos, relatou que uma serra polícorde caiu sobre sua perna direita, causando um ferimento lacerante (MONTEIRO, 2014b). Há casos em que os haitianos não conseguem afastamento do trabalho mesmo tendo sofrido acidentes de trabalho (MONTEIRO, 2015).

Após o trabalho no frigorífico de aves da Coopavel, Mersault procurou emprego como encanador, ofício no qual possuía larga experiência de trabalho no Haiti. Conseguiu um teste para encanador nas obras de ampliação da Faculdade Assis Gurgacz (FAG), em conjunto com vários trabalhadores brasileiros:

*Eu fui trabalhar na construção civil, lá na FAG. Tem uma parte de construção civil, que faz os edifícios da FAG. Eu cheguei lá, tinha uma vaga de encanador... Eu cheguei pra concorrer. Cada pessoa fez 30 minutos de teste, pra ver se sabia trabalhar. Quando cheguei, eu não sei se foi porque eu era haitiano, mas eles fizeram três dias de testes comigo. Fiz três dias de testes. Foi diferente dos outros. Fiz dois banheiros, masculinos e femininos. O chefe viu que o trabalho tinha sido bem feito. Mesmo assim, ele não me aceitou como encanador. Ele falou: 'vai trabalhar três meses como ajudante, depois vou assinar sua carteira como encanador'. De início ele não assinou a carteira. Eu aceitei. Quando deu três meses, ele perguntou: 'Será que você vai continuar a trabalhar como ajudante?'. Eu falei 'Não'. Ele me dispensou. Fiquei três meses de ajudante e ele não me passou pra encanador. Como ajudante, eu fiz serviço profissional, de encanador, pra ele. Até agora, é o meu serviço que tá lá no edifício... Mas ninguém sabe disso (Mersault, E3).*

Como demonstra o relato, Mersault foi enganado: além de fazer um período de testes maior do que os demais (três dias contra 30 minutos) teve que trabalhar três meses como ajudante antes da promessa de ter a carteira assinada como encanador, o que não aconteceu. Assim, não houve o 'reconhecimento social' de seu trabalho: os banheiros estão lá, sendo utilizados, mas ninguém tem ideia de que foi ele, Mersault, que os construiu. Sua situação permanece ainda mais oculta que a dos demais trabalhadores, uma vez que ele não teve a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada – uma forma de reconhecer o trabalho realizado.

Esta é uma face da alienação do trabalho um pouco diferente da formulação clássica de que o trabalhador não se reconhece no trabalho que realizou (MARX, 2004). No caso de Mersault, ele próprio se reconhece naquele trabalho, ainda que tenha sido realizado sob um contrato de trabalho precário. O que acontece é que as outras pessoas – desde seu chefe imediato, quem o contratou, os outros trabalhadores, as pessoas que circulam pelos banheiros e os utilizam atualmente – não reconhecem que aqueles dois banheiros foram produto do trabalho de Mersault.

É possível fazer um paralelo com a canção “Cidadão”, composta por Lúcio Barbosa e gravada por Zé Geraldo na década de 1970. Os versos iniciais da música entoam:

*Tá vendo aquele edifício moço?*

*Ajudei a levantar*  
*Foi um tempo de aflição, eram quatro condução*  
*Duas pra ir, duas pra voltar*  
*Hoje depois dele pronto, olho pra cima e fico tonto*  
*Mas me chega um cidadão*  
*E me diz desconfiado:*  
*Tu tá aí admirado, ou tá querendo roubar?*  
*Meu domingo tá perdido*  
*Vou pra casa entristecido, dá vontade de beber*  
*E pra aumentar o meu tédio*  
*Eu nem posso olhar pro prédio que eu ajudei a fazer<sup>23</sup>*

Assim como Mersault, o operário retratado na música não tem seu trabalho valorizado e reconhecido pela sociedade: na figura do ‘cidadão’ se manifesta a quebra da relação entre trabalho e reconhecimento social. Esquece-se que alguém de fato construiu aquele edifício, nele laborou em tempos de aflição e dureza; ainda menos perceptível é que alguém de carne e osso tenha ali trabalhado. Um edifício que não existia antes, mas agora está ali, ainda que a sensação das pessoas que nele entram e que por ele passam na rua é de que ele sempre tenha estado ali, numa existência a-histórica. O sentimento de Mersault é semelhante.

Após deixar o trabalho como ‘auxiliar’ de encanador, Mersault passou a viver em Marechal Cândido Rondon<sup>24</sup>, onde trabalhou na construção civil. Permaneceu lá por cerca de um ano. Então, voltou a Cascavel para qualificar-se e, depois de seis meses, ser empregado pela empresa da Coca-Cola, como terceirizado:

*Depois desses três meses de trabalho temporário, eu não tinha mais o que comer... Então eu fui pra Marechal. Lá eu também trabalhei em construção civil. Trabalhei como encanador. Mas trabalhei em várias outras coisas: pedreiro, carpinteiro... Lá eu tive a carteira assinada. Só que eu gosto de estudar e lá não tinha muita oportunidade. Eu que decidi sair. Deixei a cidade de Marechal pra voltar pra Cascavel. Cheguei em maio e fiz dois cursos, até novembro. Um curso de mecânica industrial e um curso de mecânica de motores à diesel. Foi de maio até novembro de 2015. Durante a realização dos cursos, fiquei seis meses sem trabalho. Consegui me sustentar porque algumas pessoas me ajudaram. Até pra trabalhar de bico, por dia, eu não achei. Ficou muito difícil. Depois achei uma vaga de temporário em uma empresa de Curitiba que terceiriza para a Coca-Cola aqui em Cascavel. Achei pela internet. Fiquei lá por três meses, de novembro à fevereiro. Depois fiquei desempregado até agora [julho de*

<sup>23</sup> Zé Geraldo (1979).

<sup>24</sup> Cidade paranaense localizada a cerca de 80 km de Cascavel, com aproximadamente 50 mil habitantes.



2016]. *Já são cinco meses sem trabalho. Consigo sobreviver com o pouco de dinheiro que fiz na Coca-Cola, apesar de que eu tenho pessoas e familiares que mandam dinheiro lá do Haiti (Mersault, E3).*

Depois de ser empregado como temporário na Coca-Cola, Mersault permaneceu sem emprego até a realização da entrevista (cerca de quatro meses), e não tinha perspectivas de encontrar um emprego em breve. Consegue sobreviver com o pouco de dinheiro guardado e pela ajuda de amigos e familiares, sobretudo aqueles que permaneceram no Haiti.

Apesar das tentativas e das várias estratégias de aproximação, conseguimos entrevistar apenas cinco haitianos vinculados diretamente ao trabalho no frigorífico da Coopavel. Três deles (Mersault, Pérez e Masson) têm experiência no setor de embalagem final. Dois haitianos (Salamano e Cardona) não possuíam setor fixo no frigorífico, rodando por vários processos de trabalho conforme a necessidade da empresa. Essa questão se torna um limite para a presente pesquisa. Contudo, pensamos que esses indivíduos (em conjunto com os demais entrevistados e com as demais fontes de dados) podem nos proporcionar um panorama suficientemente fidedigno do trabalho nos frigoríficos a partir da percepção dos haitianos, uma vez que há um acúmulo coletivo de experiência nesse sentido: os haitianos vivem juntos, compartilham ambientes de trabalho similares, possuem laços próximos, trocam informações, experiências, angústias etc.

Procuramos descrever, a seguir, os vários processos de trabalho realizados no frigorífico, de forma sucinta.

Inicialmente, as aves são transportadas em caminhões dentro de gaiolas especiais, desde o aviário produtor até a indústria. Após a chegada das aves ao frigorífico, ocorre a verificação do lote e dos animais. As gaiolas são descarregadas e os frangos são deixados em repouso por duas horas antes de entrar para a linha de produção propriamente dita. Antes do abate, o frango deve passar pela ‘insensibilização’. Esse processo dura aproximadamente sete segundos e é feito para que não ocorra o sofrimento da ave. Ela é imersa em água com corrente elétrica causando um choque que a insensibiliza (SARCINELLI; VENTURINI; SILVA, 2007; MUROFUSE *et. al.*, 2008; NELI; NAVARRO, 2013).

Na sequência, a ave é pendurada e é realizada sua ‘sangria’ com um corte no pescoço, que dura, em média, três minutos. O sangue é geralmente aproveitado para o fabrico de ração. Após, ocorre a ‘escaldagem’ e a ‘depenagem’. As aves são imersas em água a temperatura de 55-60 °C durante 90 a 120 minutos. Durante a ‘depenagem’ é realizada a retirada das penas do frango, feita através de um rolo giratório que possui um dedo de borracha para não machucar a carcaça. Depois da depenagem mecânica é necessário fazer um acabamento que consiste na

retirada das penas que ficaram na carcaça de forma manual (SARCINELLI; VENTURINI; SILVA, 2007; MUROFUSE *et. al.*, 2008; NELI; NAVARRO, 2013).

Posteriormente, as aves são lavadas em chuveiros de aspersão. É feito o corte da cloaca e a abertura do abdome. As vísceras são expostas, examinadas e separadas. Esse é o processo de ‘evisceração’. No ‘espostejamento’, as partes do frango são separadas pelos diversos ‘cortes’. Cada parte cortada é chamada de ‘peça’; O frango é, então, ‘desossado’. O frango inteiro ou os vários ‘cortes’ são, finalmente, embalados, pesados, etiquetados e tipificados. Há outros processos intermediários, interpondo uma etapa à outra, como o pré-resfriamento, o resfriamento e o gotejamento (SARCINELLI; VENTURINI; SILVA, 2007; MUROFUSE *et. al.*, 2008; NELI; NAVARRO, 2013).

Esses processos se alternam em etapas manuais, que exigem a força de trabalho humana, e em etapas nas quais o trabalho é realizado pelas máquinas. O principal setor automatizado envolve as operações de evisceração, com retirada dos órgãos internos das aves e corte de algumas partes específicas. As atividades manuais, entretanto, predominam no processo de trabalho. Ademais, os trabalhadores são submetidos a constantes variações de temperaturas, de sete a 30 graus (MUROFUSE *et. al.*, 2008; FINKLER; CÊA, 2009; SOUZA; PEREIRA, 2014).

Para Neli e Navarro (2013),

O trabalho parcelar, fragmentado, estruturado na decomposição crescente das tarefas, reduzido a ações mecânicas e repetitivas, nos moldes do trabalho fundado pelo taylorismo-fordismo, é traço marcante e característico na seção de abate e corte das indústrias de processamento de aves no Brasil (p. 287).

Dal Magro *et. al.* (2014) apresentam um panorama geral da relação trabalho-saúde neste setor produtivo:

A organização do trabalho nas indústrias de abate e processamento de carnes mescla características do padrão taylorista fordista e do modelo japonês [toyotismo], sendo caracterizada por funções altamente rotinizadas e repetitivas, intenso ritmo de trabalho e inúmeras formas de vigilância e controle do trabalhador. Devido aos riscos desse contexto laboral, a relação entre as atividades em linhas de produção e agravos em saúde, especialmente as LER/DORT, já são amplamente reconhecidas e estudadas, assim como a manifestação dessas doenças especificamente nos trabalhadores das indústrias de abate e processamento de carnes (DAL MAGRO, 2014, p. 68).

Segundo Murofuse *et. al.* (2008) algumas características gerais do trabalho nos frigoríficos incluem: (a) trabalho intenso e rápido: no setor de evisceração, por exemplo, cada

trabalhador teve que dar conta de retirar as vísceras de 10 frangos por minuto; (b) trabalho estático: o trabalhador permanece em pé durante todo o processo; (c) exigência de grande esforço físico: algumas peças são muito pesadas, ainda mais quando colocadas em caixas para serem transportadas; (d) necessidade de atenção: para não comprometer a qualidade da peça, o trabalhador tem que estar o tempo todo atento; (e) repetitividade de movimentos; (f) sobrecarga de trabalho: nem sempre o trabalhador consegue acompanhar o ritmo das esteiras; (g) velocidade e ritmo de trabalho controlado pelas esteiras e máquinas; (h) extensão da jornada de trabalho: eliminação ou diminuição das idas ao banheiro e do tempo de almoço; (i) falta de tempo para a satisfação das necessidades fisiológicas; (j) exposição a variações de temperatura: há lugares muito frios, mas há, também, locais muito quentes; (k) exposição a ambientes insalubres; (l) inadequação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) às características individuais dos operários; (m) instrumentos de trabalho perigosos (vacinadoras, carimbos, facas, grampeadores, chieras etc.) e (n) supervisão e controle do ritmo de produção.

Para Pereira *et. al.* (2015)

Em contrapartida à importância econômica que a cadeia da carne apresenta para o país, as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores em matadouros-frigoríficos são conhecidas por oferecerem vários riscos à saúde e sanidade destes. O ambiente é muitas vezes insalubre, submetendo os operadores às condições de ruído, má iluminação, extremos de temperatura e umidade, e os coloca em constante contato com objetos perfuro-cortantes e esforço físico, além de não oferecer condições adequadas aos trabalhadores, como vestimenta apropriada para manter o conforto térmico sob condições extremas de temperatura e EPI (Equipamentos de Proteção Individual) adequados a determinados tipos de atividades (p. 37-38).

O ambiente de trabalho nos frigoríficos de aves apresenta uma série de riscos: ergonômicos, físicos, químicos, biológicos etc. Entre os ergonômicos, estão: a postura estática adotada; os materiais pesados a serem manipulados; a inadequação da altura de mesas, bancadas, pias e equipamentos; a quantidade de movimentos repetidos realizados por ciclo de trabalho. Os riscos físicos incluem o excesso de ruído – que podem causar uma Perda Auditiva Induzida pelo Ruído (PAIR); a vibração, tanto do corpo inteiro quanto de mãos, braços e extremidades; a umidade; e as temperaturas extremas, tanto o frio quanto o calor. Os riscos químicos envolvem os produtos de limpeza, como bases, ácidos, cloretos, quaternários de amônio e peróxido de hidrogênio. Por fim, entre os riscos biológicos estão as infecções oriundas dos animais abatidos, chamadas de ‘zoonoses’. A exposição dos trabalhadores aos agentes biológicos é bastante provável, devido ao frequente contato com sangue, vísceras e

outros fluídos que, uma vez em contato com mucosas, pele e ferimentos, podem causar infecções nos seres humanos (PEREIRA *et. al.*, 2015).

O conceito de risco talvez não seja o melhor para definir as exigências enfrentadas pelos trabalhadores no processo de produção. A ideia de ‘risco’ é utilizada pela MT e pela SO para denotar agentes nocivos isolados que poderiam causar uma doença. Esse conceito é insuficiente para o enfoque teórico proposto pela ST. Por isso, Laurell e Noriega (1989) propõem a construção da categoria “cargas de trabalho” (p. 110). Ela tenta precisar melhor as ‘condições ambientais’ do processo de trabalho, não se referindo a características estáticas do posto de trabalho particular, mas ao movimento dinâmico dos elementos do processo.

Com a categoria de ‘cargas de trabalho’

[...] busca-se ressaltar na análise do processo de trabalho os elementos deste que interatuam dinamicamente entre si e com o corpo do trabalhador, gerando aqueles processos de adaptação que se traduzem em desgaste, entendido como perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 110).

Nos outros pontos da cadeia avícola, antes do frango chegar aos frigoríficos, também são enfrentadas duras condições de trabalho. Nos aviários de matrizes, onde são coletados os ovos que darão origem aos pintinhos que serão levados aos incubatórios, os trabalhadores chegam a ‘catar’ de oito a nove mil ovos por jornada de trabalho. As duras condições de trabalho são presentes na intensidade e nos movimentos repetitivos exigidos (HECK, 2015).

Posteriormente, no momento de recebimento dos pintinhos e engorda dos frangos, há presença do trabalho familiar. Os camponeses têm subordinado a renda da terra via contratos de integração com o capital (cooperativas ou empresas), onde possuem a função de engordar os frangos que irão ser destinados para o abate nos frigoríficos. As dívidas quase eternas com os bancos, com frequência renovadas por iniciativa das próprias empresas integradoras sob o argumento das “necessárias melhorias tecnológicas”, são um mecanismo claro de dominação (HECK, 2015, p. 2065).

Esse sistema “integrado” é lucrativo para as empresas e cooperativas, pois externaliza funções, custos de produção e reduz possíveis divergências trabalhistas, pois os camponeses não são diretamente contratados. Os camponeses assinam um contrato onde se comprometem em entregar o lote de frangos engordados no prazo estipulado pela empresa, assumindo boa parte dos prejuízos caso ocorra alguma falha no processo de engorda (HECK, 2015, p. 2066).

Para Bosi (2011),

Na forma da lei, todos os custos implicados na etapa de engorda dos frangos são repassados ao avicultor, incluídos aqueles decorrentes da construção do próprio aviário. O contrato é um artefato que legaliza a externalização de funções produtivas. Igualado juridicamente à empresa, o pequeno proprietário converte-se na prática em trabalhador integrado, envolvido e explorado no circuito de produção de carne de frango (p. 418).

A degradação do trabalho também é enfrentada pelos trabalhadores terceirizados que realizam a apanha do frango e carregamento dos caminhões com as aves destinadas ao abate. As empresas terceirizadas, em muitos casos, são formadas pelos próprios apanhadores de frangos. A cooperativa visa com isso burlar a legislação trabalhista não reconhecendo o vínculo entre os trabalhadores e empresa (HECK, 2015).

Consideradas estas discussões, voltemos à história dos haitianos na Coopavel.

Pérez é haitiano, tem 43 anos de idade e está no Brasil há um ano e oito meses. Ao vir para o Brasil, passou por República Dominicana, Equador e Peru, assim como Mersault. Entrou no país pelo Acre e logo depois da sua entrada foi viver em Cascavel. Foi empregado no frigorífico de aves da Coopavel já nos primeiros dias depois da chegada à cidade. Possui esposa e quatro filhos, que permaneceram no Haiti. Sua fala revela aspectos da jornada de trabalho no frigorífico e sua preocupação com o bem-estar da família no Haiti:

*Às 3:00 da manhã, eu acordo, pego a lotação e começo a trabalhar às 5:00 da manhã, até 15:30. Você vê, é muito perigoso [sair de casa esse horário]. Quatro horas eu pego o ônibus pra chegar na Coopavel. Às 5:00 entra e às 5:30 bate o ponto e começa a trabalhar. Às 15:30 saio do trabalho e pego a lotação e volto pra casa. Chego em casa quase 17:00 da tarde. E quando chego em casa estou cansado. Imagina, eu trabalho muito tempo e ganho um pouquinho. Isso que eu ganho não pode sustentar a minha vida. E meus filhos no Haiti? Eu tenho quatro filhos no Haiti. Eu deveria mandar dinheiro pra eles. E pra minha esposa também (Pérez, E4).*

Isto é, Pérez ocupa mais de 12 horas diárias em torno do trabalho, em situação similar à Mersault. Ao chegar na empresa às cinco horas da manhã, precisa se preparar para o trabalho – limpar a vestimenta, vesti-la, verificar seus instrumentos de trabalho etc. – até às cinco e trinta. Esse horário utilizado na preparação é objeto de negociação coletiva entre sindicato, trabalhadores e empresa e não é pago completamente.

A partir da análise dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT), observamos que a empresa negava o pagamento de qualquer tempo destinado à troca de roupa, realizada no início, no meio e no final da jornada de trabalho até 2013. Somente a partir do ACT firmado entre o Sintrascop e a Coopavel em junho de 2013 e com vigência até maio de 2014 é que a

empresa passa a reconhecer 10 minutos (cinco no início e cinco no final da jornada) para a troca de roupa como jornada de trabalho e, portanto, pagos. No entanto, como demonstra a fala de Pérez, esse processo leva aproximadamente 30 minutos somente na entrada, isto é, há aí 25 minutos de trabalho não pagos. Até hoje, contudo, a empresa não reconhece o tempo de deslocamento do trabalhador entre casa e trabalho e vice-versa como jornada de trabalho.

Sobre o salário recebido, Pérez afirma:

*Não dá pra comprar nada. Eu ganho mil reais por mês, se eu vou comprar dólar, só dá US\$ 200 dólares. Pra que trabalhar por US\$ 200 dólares? No Haiti eu trabalhava até mais, era professor de matemática e francês. Trabalhei em indústria de confecções, fazia calça, blusa, camiseta, cueca, calcinha, sutiã. Trabalhava como monitor e ganhava US\$ 3.000 até US\$ 4.000 dólares por 15 dias. Por mês eu ganhava US\$ 8.000 dólares. Lá no Haiti. E aqui não. Pago luz, água, internet, sobra só mais um pouquinho (Pérez, E4).*

Isso compromete o papel do salário de reprodução da força de trabalho. Com todos os compromissos financeiros necessários no Brasil (aluguel, água, luz, internet, alimentação, transporte, lazer etc.) sobre pouco (ou nada) para que Pérez possa cumprir sua função de enviar remessas de dinheiro para os familiares no Haiti. O piso salarial no frigorífico de aves da Coopavel passou de R\$ 596,83, em 2008, para R\$ 1.215,79, em 2016, segundo os ACT consultados. Um aumento de quase duas vezes, mas que ainda não responde às necessidades de sobrevivência dos haitianos em Cascavel. Além do salário-base, há também complementos salariais (Tabela 2), que podem elevar o salário bruto (sem deduções fiscais) daqueles que cumprem às exigências para cada complemento a até R\$ 1.830, 82.

Pérez labora na seção de embalagem final. Ele nos explica sucintamente como funciona esse setor e quais processos de trabalho ele desempenha:

*A Coopavel tem muito problema pra resolver. Eu trabalho no setor de embalagem. [...] Peso o peito na balança, selo no selador, coloco na sacola. Pegar a caixa a e colocar na mesa. Faço tudo isso. A roupa que eu coloco todo dia na Coopavel não é boa, só pras mulheres que fica boa. De homem não. Não sei porque. As roupas que as mulheres não querem usar fica pros homens. Touca também. Se você passar lá na Coopavel você vai ver. Tem roupa pra homem, mas está suja. As roupas que as mulheres não vão usar são mandadas pra sala dos homens, e nós vamos usar. Eu não gosto disso. Meu trabalho... Eu jogo a carne na mesa, puxo a carne, aciono a máquina que salga o peito e selo na máquina, vai na balança, pesa... Faço tudo. O peito passa, eu salgo, jogo no carrinho que leva pra cima, em outro lugar vai descer, e coloca na sacola e cola na máquina. Daí pesa e sai uma etiqueta que a gente gruda. Tem que ser rápido. Meu chefe fala 'Mais rápido'. A gente é tratado como escravo. É frio, bastante. Não me sinto bem*

*quando o frio é maior. Dá câibra na mão e dor. Fico com febre, gripado (Pérez, E4).*

**Tabela 2** – Valor (em reais) do salário-base e dos complementos salariais conforme período de vigência do ACT, entre 2011 e 2017

Salário e Complementos	Valor (em reais) conforme período de vigência					
	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017
<i>Piso-salarial</i>	R\$ 772,80	R\$ 850,08	R\$ 930,00	R\$ 1.014,00	R\$ 1.105,26	R\$ 1.215,79
<i>Vale-alimentação</i> <sup>1</sup>	R\$ 72,00	R\$ 79,20	R\$ 150,00	R\$ 165,00	R\$ 179,85	R\$ 226,88
<i>Auxílio-creche</i> <sup>2</sup>	R\$ 150,00	R\$ 165,00	R\$ 180,00	R\$ 196,20	R\$ 213,85	R\$ 235,24
<i>Prêmio Assiduidade</i> <sup>3</sup>	-	R\$ 61,204 <sup>4</sup>	R\$ 67,00 <sup>6</sup>	R\$ 73,00 <sup>7</sup>	R\$ 79,60 <sup>8</sup>	R\$ 87,56 <sup>9</sup>
<i>Adicional por tempo de serviço</i> <sup>5</sup>	-	-	R\$ 50,00 <sup>6</sup>	R\$ 54,50 <sup>7</sup>	R\$ 59,40 <sup>8</sup>	R\$ 65,35 <sup>9</sup>

**Fonte:** ACT firmados entre Sintrascop e Coopavel, de 2008 até 2016.

**Legenda:**<sup>1</sup>valor líquido; <sup>2</sup>concedido para mulheres com mais de 16 anos de idade, com filho(a) de até 6 meses de idade, que comprove matrícula na creche e que labore em setor com 30 ou mais mulheres empregadas; <sup>3</sup>concedido para trabalhadores sem nenhuma falta no mês; <sup>4</sup>somente para aqueles que recebem salário mensal de até R\$ 1.223,64; <sup>5</sup>concedido para trabalhadores com cinco anos ou mais de trabalho ininterrupto na empresa; <sup>6</sup>somente para aqueles que recebem salário mensal de até R\$ 1.340,00; <sup>7</sup>somente para aqueles que recebem salário mensal de até R\$ 1.460,60; <sup>8</sup>somente para aqueles que recebem salário mensal de até R\$ 1.592,05; <sup>9</sup>somente para aqueles que recebem salário mensal de até R\$ 1.751,26.

Assim como Mersault, Pérez destaca o frio como um agravante no ambiente de trabalho. O frio ‘congela’ os dedos e a mão; causa formigamento, câibra e dor. Além disso, o frio e o confinamento levam a infecções respiratórias, com sintomas como febre, gripe e resfriados. Os movimentos rápidos que são realizados também contribuem para o surgimento de sintomas difusos, como a dor e as câibras.

A exposição ao frio produz efeitos fisiológicos, tais como a vasoconstrição periférica<sup>25</sup>, a cessação da transpiração – buscando diminuir a perda de calor – e tremores – na tentativa de aumentar a produção de calor:

<sup>25</sup> Mecanismo pelo qual os vasos sanguíneos localizados nas extremidades do corpo (mãos, braços, pés, pernas etc.) se contraem, diminuindo seu calibre e, assim, diminuindo também a vazão sanguínea no local. Esse processo é controlado pelo Sistema Nervoso Autônomo (SNA). O frio, por exemplo, leva à vasoconstrição, enquanto que o calor produz uma vasodilatação (processo inverso, com aumento do calibre dos vasos).

Quando o corpo percebe que está perdendo calor através do hipotálamo e constata que a temperatura está abaixo dos 37°C são ativados mecanismos específicos para conservar o calor. Esse mecanismo é a vasoconstrição, impedindo que o organismo perca calor. Diminuindo o calibre das artérias e das veias, diminuindo-se a passagem de sangue próximo a pele. Com isto, elimina-se a perda de calor interno. Outra maneira de evitar a perda do calor é a cessação do transpirar. [...] estes mecanismos são fisiológicos e não patológicos, pois o corpo se adapta a uma condição (SINDUSCARNE, 2000, p. 30).

Quando a adaptação fisiológica é impossível devido à elevada temperatura aliada à falta de proteção coletiva e individual dos trabalhadores, algumas doenças podem surgir, como a geladura ou *frostbite*, queimaduras, hipotermia, urticária pelo frio, rachaduras na pele, agravamento de doenças reumáticas e irritação das vias aéreas superiores e inferiores. Assim, causa redução do desempenho e capacidade física para o trabalho, aumentando o risco de acidentes. A fisiologia das mãos é alterada nos seus componentes biomecânicos e neurológicos, resultando na diminuição da destreza, do tato, da sensibilidade e da força natural (MATOS, 2007; FINKLER; MUROFUSE, 2009; PEREIRA *et. al.*, 2015).

Para enfrentar o trabalho no frio é indicada a execução de programas de treinamento para os funcionários dos frigoríficos. Tais programas devem incluir educação sobre os procedimentos adequados de reaquecimento e tratamento de primeiros socorros, uso adequado de vestimentas, hábitos adequados de alimentação e ingestão de líquidos, reconhecimento de iminente enregelamento e reconhecimento de sinais e sintomas de hipotermia iminente ou resfriamento excessivo do corpo (SINDUSCARNE, 2000).

Matos (2007) apresenta outras recomendações para o trabalho em ambientes frios: todo local de trabalho com temperatura ambiente inferior a 16°C deve dispor de termômetro para permitir o cumprimento dos limites estabelecidos; o uso de luvas é necessário sempre que a temperatura cair abaixo de 16°C para atividades sedentárias; 4°C para trabalho leve; e -7°C para trabalho moderado; as luvas devem ser 'anti contato' quando as mãos estiverem ao alcance de superfícies com temperatura inferior a -7°C; deve-se fornecer proteção adicional ao corpo inteiro quando o trabalho for realizado em ambientes cuja temperatura for menor do que 4°C; se as roupas disponíveis não forem suficientes para a proteção contra hipotermia ou enregelamento, o trabalho deve ser interrompido até que as roupas sejam providenciadas; deve ser evitada sobrecarga de trabalho devido à sudorese intensa que possa causar o umedecimento da vestimenta; o local de trabalho deve ser planejado para evitar que o operário passe longos períodos parado.



A pressão dos supervisores e encarregados sobre os demais trabalhadores levam Pérez a classificar sua condição como ‘escravidão’. Não há qualquer autonomia para o trabalhador do frigorífico definir individualmente ou em equipe o ritmo da esteira, as metas de produção, ou seja, o que e como fazer. A gerência empresarial, nos moldes da ‘administração científica’ de Taylor, define os tempo e movimentos que devem ser cuidadosamente respeitados pelos operários.

Essa ‘pressão’ aparentemente difusa, mas bastante real para quem labora no local, dá a ideia de uma ‘administração por estresse’, como definida por Parker e Slaughter (1995): ela consiste em manter uma pressão permanente sobre os trabalhadores, para que os problemas na produção tornem-se rapidamente visíveis para a gerência superior. Trata-se, como afirma Pina (2016), de uma atualização da administração científica do trabalho desenvolvida por Taylor, uma vez que enfrenta a questão central de “como expropriar/apropriar o conhecimento prático do trabalhador e, ao mesmo tempo, empreender sua mobilização produtiva” (p. 63).

Utilizar o estresse como instrumento gerencial se configura em um risco para a saúde dos trabalhadores. Karasek (1979) demonstrou, por meio de seu modelo epidemiológico, chamado de *Job Strain Model*, que o aumento da demanda (*high strain*), aliado a pequenos índices de controle sobre o trabalho (*low decision latitude*), estão associados ao estresse ocupacional. Este modelo, conhecido no Brasil como Modelo Demanda-Controle, tem sido largamente utilizado por pesquisadores no mundo todo, demonstrando a relação existente entre altas demandas de trabalho, estresse e adoecimento crônico de trabalhadores (ARAÚJO; GRAÇA; ARAÚJO, 2003; ARAÚJO, 2011; ALVES; HÖKERBERG; FAERSTEIN, 2013).

Estudos desenvolvidos por pesquisadores europeus e norte-americanos demonstraram associação positiva entre altas demandas psicológicas no trabalho, estresse ocupacional e doenças crônicas, como: doenças cardiovasculares (hipertensão, infarto agudo do miocárdio, doenças coronárias, doenças cerebrovasculares etc.), transtornos mentais (depressão, ansiedade, distúrbios do sono etc.) e distúrbios osteomusculares (KARASEK *et. al.*, 1981; JOHNSON; HALL, 1988; THEORELL *et. al.*, 1998; KUPER; MARMOT, 2003; ARAÚJO; GRAÇA; ARAÚJO, 2003; ALVES; HÖKERBERG; FAERSTEIN, 2013; LANDISBERGIS *et. al.*, 2013).

Esses três elementos (o frio, a rapidez e a pressão) são destacados pelo documentário *Carne e Osso* como elementos importantes da dinâmica laboral dos frigoríficos. Essa película, produzida pelo Repórter Brasil em 2011 e com duração de 65 minutos, revela a realidade degradante enfrentada por operários de frigoríficos de todo o Brasil, em virtude da busca incessante e ininterrupta das empresas pelo lucro (CAVECHINI; BARROS, 2011).

Pérez relata, na sua percepção, como a empresa e a equipe médica a ela vinculada tratam a saúde dos operários e dos haitianos:

*Um problema aconteceu, uma tristeza. Um haitiano trabalhava numa máquina, a máquina pegou ele, agarrou e levou ele. Foi no médico e ele disse que era pra voltar trabalhar. Não pode... Lá na Coopavel, o monitor e o chefe não têm respeito pela saúde de ninguém. Se eu tô lá e me sinto mal, ele me diz pra esperar voltar pra casa. Tem gente que caiu na Coopavel ou ficou doente e não conseguiu mais trabalhar. Eles forçam pra trabalhar. A gente cai no chão... e não levam pro hospital (Pérez, E4).*

O sentimento de Pérez reflete o descaso da indústria capitalista pela saúde dos operários, pois o que importa é ‘lucrar’ a qualquer preço. E não há outra forma de lucrar a não ser pela exploração da força de trabalho, como demonstra a teoria marxiana do mais-valor. Neste contexto, os serviços de SO das empresas “tendem a compor um forte e articulado aparato político que auxilia a empresa a extrair todas as energias dos trabalhadores” (BOSI, 2013, p. 318).

Essa postura da empresa e do serviço de SO a ela relacionado é revelada também nos ACT analisados. Por exemplo, entre 2008 e 2009 a empresa exigia que o atestado médico – justificando uma falta por motivo de saúde própria ou de pessoas sob sua responsabilidade – fosse apresentado em até 24 horas após o evento. A partir de 2010, os ACT respaldam a entrega do atestado em até 48 horas. No entanto, esse período ainda é muito curto para que alguém adoecido se recupere e entregue a documentação na empresa. Além disso, a validade do atestado fica a critério do serviço ocupacional de empresa e a falta – mesmo que justificada pelo atestado – impede o recebimento do ‘prêmio de assiduidade’.

Masson, haitiano de 31 anos, veio para o Brasil há três anos e estava há cerca de sete meses no Brasil quando da realização da entrevista, em fins de agosto de 2016. Em Curitiba, onde ficou mais de dois anos, trabalhava como pedreiro, ofício que já desenvolvia no país de origem e no qual sente prazer em realizar. Ademais, ele possui formação nessa área: muito jovem fez curso profissionalizante de pedreiro no Haiti.

Ele nos conta que exercia essa profissão em Curitiba, mas foi demitido, depois de passar sete meses trabalhando de graça, já que o salário estava atrasado. Segundo seu relato, ele ‘entrou na justiça com um advogado’ contra seu ex-chefe, no intuito de receber o valor atrasado.

Para vir ao Brasil, Masson seguiu a rota República Dominicana, Equador, Peru e Colômbia entrando no país pela fronteira entre Letícia e Tabatinga, na Amazônia. Uma vez no

Brasil, passou por Manaus e Porto Alegre até chegar a Curitiba, onde se instalou. Devido ao desemprego e à ‘crise’ (segundo ele) teve que abandonar Curitiba e ir para Cascavel.

Chegou a Cascavel no início de fevereiro de 2016 e rapidamente encontrou emprego no frigorífico de aves: “*eu cheguei aqui em Cascavel em fevereiro, eu procurei emprego na Coopavel e consegui. Todo mundo falava que a Coopavel era um bom lugar pra trabalhar*” (Masson, E9). Contudo, depois da sua experiência por sete meses trabalhando no local, Masson contrapõe a opinião que ‘todo mundo’ expressava: “*Pra mim não é bom. Eu quero sair. Todo mundo quer sair. Tenho muitos amigos que querem sair*” (Masson, E9).

Assim como Mersault e Pérez, Masson também está fixado no setor de embalagem, onde precisa empilhar e desempilhar caixas, pesar, etiquetar os pacotes etc. O frio intenso, a rapidez e o grande esforço físico fazem parte da dinâmica laboral de Masson:

*Lá onde eu trabalho é muito frio. Agora [agosto de 2016<sup>26</sup>], principalmente, tá muito frio. A empresa deveria enviar luvas pra nós trabalhar, mas eles dizem que não tem... Então temos que trabalhar sem luvas. Só a luva amarela eu tenho. Dói, por causa do frio. Tem dias que alguns brigam e ficam bravos porque não tem luvas. A gente cobra, mas o chefe diz que ainda não tem luvas. O trabalho é pesado. [Por quê?] Eu acho que é pesado porque tem que subir e descer caixas muito rápido. Eu tenho que trabalhar rápido. Onde eu trabalho é pesado. Eu tenho dor aqui [aponta para a região lombar], na coluna, desde que comecei. Machucou aqui também [mostra os dedos da mão esquerda], os dedos, dói. Porque a gente trabalha sem luva, aí dói demais (Masson, E9).*

Se o trabalho com luvas já agride os dedos e as mãos, a falta do Equipamento de Proteção Individual (EPI) tende a piorar o cenário. Por isso, Masson reclama bastante da ausência de luvas para os trabalhadores do setor. Essa ausência se expressa na dor que os operários sentem nos dedos e mãos. A sensação difusa de dor sofrida por Masson está claramente relacionada ao processo de trabalho: erguer e descer caixas pesadas, movimentos excessivamente repetitivos e a presença constante do frio, tanto no ambiente quanto nos pacotes com peças de frango que ameaçam congelar os dedos de quem os segura sem a proteção de luvas.

Masson relaciona a vinda para o Brasil ao contexto de crescimento econômico que foi ‘propagandeado’ pelo governo Lula e Dilma desde a década de passada:

*Bom, pensando agora, a vida no Haiti não tava ruim. Pra mim não tava ruim, não sei, pra outros talvez tava ruim. Todo mundo falou, Dilma também*

<sup>26</sup> Agosto é um mês de inverno no Oeste paranaense. Em Cascavel, nesse mês, a temperatura mínima média tende a ficar entre 5 e 10 graus Celsius.

*falou, que era pros haitianos vir pro Brasil que os brasileiros queriam trabalhar junto com nós. Falaram que aqui tinha bastante emprego, e que iriam criar mais ainda, que aqui era melhor que o Haiti. E tinha bastante desempregados no Haiti, que não conseguiam trabalhar. Então vários vieram pra cá. Dilma foi lá e falou pra todo mundo que tinha dinheiro comprar passagem pra vir pro Brasil (Masson, E9).*

Mais uma vez aparece a centralidade do trabalho no processo decisório de migrar para outro país: na fala de Masson, é perceptível a importância que ele coloca no desemprego como fator desencadeador da migração.

Com a presença brasileira naquele país e com o apoio à migração dos haitianos para o Brasil expressa pela Presidenta da República, os haitianos criaram uma grande expectativa sobre nosso país. A expectativa, em muitos casos, não se concretizou. Mas essa é uma questão contraditória. Por exemplo, quando questionado sobre o relacionamento com os trabalhadores de níveis acima na hierarquia da empresa, Masson inicialmente afirma:

*Os chefes não são ruins pra mim, entende? Porque eles são amigos meus também. Eu trabalho certinho, eles gostam de mim. Eu não sei... Por enquanto não tá ruim essa questão. Os trabalhadores brasileiros é a mesma coisa, porque eu trabalho certinho (Masson, E9).*

Todavia, em momento posterior durante a entrevista – talvez em virtude da maior confiança para se expressar –, Masson revela um outro lado dessa relação:

*Tem muito chefe racista na Coopavel. Racista. Eu acho isso. Por que, por exemplo, se eu peço ‘ei, chefe, eu quero uma coisa’, ele não manda pra mim. Se um brasileiro pede a mesma coisa, ele dá. Eu acho isso. São muito racistas (Masson, E9).*

A palavra ‘racista’ ou ‘racismo’ é confessada com cuidado. Diante da ideologia racial dominante – isto é, a ideologia racial do branco, segundo a qual não há racismo, pois vivemos em uma suposta ‘democracia racial’ – defender o caráter discriminatório de determinada situação é, sem sombra de dúvidas, navegar contra a corrente (IANNI, 1987). Interessa, porém, ressaltar que o racismo depende menos de atitudes individuais e isoladas e mais de estruturas sociais forjadas no nascimento e consolidação do capitalismo, para justificar a utilização de força de trabalho escrava nas *plantations* caribenhas (CALLINICOS, 2000).

Por que, então, submeter-se ao trabalho aviltante desenvolvido no interior do frigorífico de aves da Coopavel? Para Masson, a resposta é bastante simples:

*Você vê, o Brasil tem crise. Então tem que trabalhar. Se você não trabalhar, como que você vai pagar aluguel, comida, onde você vai dormir? No Haiti eu tenho casa. Aqui no Brasil tenho que pagar aluguel. Se eu não trabalhar, aonde que vou dormir? Eu não quero dormir na rua. Então eu trabalho. [...] Tinha quase mil haitianos trabalhando na Coopavel há algum tempo atrás. Agora são só uns 200. Todo mundo quer ir embora. Não tem ninguém aqui que quer trabalhar na Coopavel. [...]. Eu preciso trabalhar. Mas eu não queria ter que trabalhar na Coopavel. Se a Coopavel fosse pro Haiti eu não iria querer trabalhar na empresa lá. Porque é ruim pra mim (Masson, E9).*

O trabalho lá é ‘ruim’, como define Masson, mas é preciso sobreviver. Durante a entrevista, o amigo com o qual Masson dividia o aluguel da casa estava preparando suas malas e ordenando seus pertences. Naquela mesma noite, estava iniciando o percurso de volta ao Haiti, após oito meses de trabalho na Coopavel. Iria de ônibus até Foz de Iguaçu para depois viajar de avião, com escalas, até Porto Príncipe. Quem tem condições financeiras, na atual conjuntura, abandona o ‘sonho brasileiro’:

*Bastante haitiano veio pro Brasil... Ficam um pouco e depois vão embora, porque agora o Brasil tá difícil pra nós, haitianos. O Haiti já está um pouco melhor. Aqui no Brasil tem muita gente desempregada agora. Tenho família lá, um casal de filhos, mãe, irmã e irmão. Ainda não consegui voltar pra lá desde que estou aqui, mas eu tenho que ir visitá-los. A passagem é muito cara. [...] Moramos em duas pessoas aqui nesta casa. Ele [amigo] trabalha na Coopavel, mas já pediu demissão, vai embora pro Haiti. Já tinha oito meses trabalhando na Coopavel, mas agora pediu as contas. Hoje ele pega ônibus até Foz e lá ele pega avião. Ele vai embora porque tá ruim, tá muito difícil ficar no Brasil. Quem tem família no Haiti quer voltar. Porque se você ganha mil reais, R\$ 550,00 vai pro aluguel, aí tem que pagar água, luz, comida, perfume, calça, camisa, roupa... Não consigo mandar dinheiro pra lá, ninguém consegue. Meu filho vai comer o quê? Todo mundo quer ajudar quem está lá. Se mandar dinheiro pro Haiti eu fico sofrendo, porque não consigo. É difícil (Masson, E9).*

Notícias veiculadas pela Central Gazeta de Notícias (CGN) também dão conta da saída de haitianos do Brasil, da região de Cascavel, para destinos como Chile e EUA ou mesmo o Haiti. No Chile, por exemplo, estima-se que vivam mais de 1.500 haitianos que já passaram pela região de Cascavel nos últimos anos (CORAZZA, 2015a; 2015b; 2016; WRONSKI, 2016).

O principal problema relacionado à saída dos haitianos de Cascavel é o desemprego. Segundo Corazza (2015b; 2015c), em 2015 já haviam mais de 500 haitianos desempregados em Cascavel. Só no mês de agosto daquele ano, cerca de 60 haitianos foram demitidos de um dos frigoríficos locais.

Segundo Wronski (2016), como o emprego tem diminuído em setores como a construção civil e os frigoríficos, onde os haitianos são tradicionalmente empregados, a preferência dos empregadores é por manter os brasileiros como funcionários em detrimento dos estrangeiros. E, no caso de abertura de novos postos de trabalho em outros setores da economia, a preferência também é pelos brasileiros. Assim, muitos deles têm optado pela informalidade.

Stotz (2005) explica a natureza do desemprego na sociedade burguesa:

O desemprego de parte da força de trabalho é uma necessidade para o capitalismo evitar a pressão pelo aumento dos salários. A existência de uma parcela de trabalhadores desempregados que concorram entre si pelo emprego, em número sempre superior às vagas oferecidas pelas empresas, gera, como contrapartida, a insegurança no trabalho para os que estão empregados. O desemprego é, portanto, fundamental ao funcionamento do sistema. Quanto maior for o desemprego, tanto maior o pauperismo, a miséria social (p. 60).

Outra questão que tem levado aos haitianos deixarem Cascavel são as duras condições de trabalho enfrentadas nos frigoríficos e o baixo salário recebido, que contrariam as expectativas criadas na vinda para o Brasil (CORAZZA, 2016).

Essa questão não é peculiar aos haitianos: os trabalhadores da região Oeste do Paraná têm resistido por meio de um processo de recusa do trabalho nos frigoríficos. Essa recusa aparece, inicialmente, “justificada pelos trabalhadores pelos baixos salários e [...] difíceis e intoleráveis condições de trabalho, principalmente o ritmo das tarefas e as temperaturas frias em que os frangos são esquartejados” (BOSI, 2013, p. 315).

Dal Magro *et. al.* (2014) documenta esse processo de recusa ao ressaltar a rotatividade altíssima na linha de produção dos frigoríficos. Em sua pesquisa, levantou depoimentos que dão conta de trabalhadores que chegaram a trabalhar apenas duas ou três horas no local e já pediram desligamento. Além disso, estima-se que cerca de 50% das demissões ocorridas nos frigoríficos sejam a pedido do próprio funcionário.

Para se ter uma ideia, entre janeiro de 2007 e fevereiro de 2012, 66.146 trabalhadores pediram desligamento de frigoríficos no Paraná, equivalente a 51% de todos os desligamentos. Com relação ao total de admitidos no período, 90% dos trabalhadores pediram desligamento das atividades (HECK; THOMAZ JÚNIOR, 2012a). Isso corrobora com a indicação de Bosi (2013) de um movimento de rejeição, por parte dos trabalhadores, ao emprego em frigoríficos.

A recusa dos trabalhadores diante dos empregos na indústria frigorífica pode ajudar a explicar a vinda de imigrantes haitianos para o trabalho nesses locais. Não encontrando trabalhadores nativos suficientes dispostos a enfrentar a dura jornada de trabalho nos frigoríficos, os empresários do setor teriam atraído força de trabalho imigrante para compor seus quadros de funcionários.

E não são só os haitianos que foram atraídos para o labor nestas empresas: Gemelli (2014), estudando um frigorífico de Marechal Cândido Rondon, salienta que trabalhadores de 16 municípios diferentes deslocam-se diariamente para o trabalho na empresa, o que revela a busca por trabalhadores que aceitem as condições de realização do trabalho e de remuneração existentes no frigorífico de aves. Sanches (2014), ademais, documenta a presença de africanos e asiáticos entre os funcionários dos frigoríficos da região.

Uma das alternativas encontradas pelos haitianos em função do desemprego e das condições de trabalho dos frigoríficos é o trabalho informal como ‘ambulantes’, vendendo produtos importados – sobretudo do Paraguai – a preço muito baixo nos calçadões da cidade ou próximo a locais de grande concentração de pessoas:

*Tem surgido agora algo novo que é a de vendedores ambulantes. Ali pelo calçadão nós encontramos vários haitianos nessa situação agora, de ambulantes. Já vi também em porta de frigoríficos. Quem está desempregado tá ali vendendo produtos pra funcionários dos frigoríficos (João, E1).*

A história de Emmanuel é ilustrativa da situação de desemprego vivenciada pela população haitiana de Cascavel. Com 38 anos, ele chegou à cidade em janeiro de 2016, e desde então não conseguiu qualquer emprego, apesar das tentativas constantes. Antes de chegar à Cascavel, esteve por quatro meses em São Paulo, onde também não conquistou o tão almejado trabalho. Para sobreviver, conta com a ajuda do primo que divide com ele uma *kitnet* em Cascavel. Se não conseguir um emprego em breve, Emmanuel pretende voltar para o Haiti. Contudo, sem trabalho, será difícil juntar dinheiro para a viagem:

*Vim para o Brasil porque estou procurando emprego, vim por isso, mas ainda não consegui achar. Lá no Haiti eu trabalhava como segurança. Como não estou trabalhando, fico procurando emprego o dia todo, todo dia. Fico na rua procurando trabalho. [...] Se eu não conseguir trabalho logo vou voltar pro Haiti. Mas meu problema é o dinheiro. Tenho família lá no Haiti, então preciso trabalhar pra sustentá-los, mas não tem como aqui. Eu procuro trabalho mas não acho, e também não tenho dinheiro pra voltar (Emmanuel, E6).*

Como relatou, Emmanuel fica o dia todo envolvido com a busca de emprego, na esperança de alcançar uma fonte de renda estável para ajudar os familiares que permaneceram no país caribenho – motivo pelo qual veio ao Brasil. Em uma dessas jornadas procurando emprego, acabou na Coopavel, na planta de frigorífico de aves, onde participou de um processo seletivo. Ele nos conta essa experiência:

*Eu fui no frigorífico procurar emprego e agendaram um exame. Fui lá fazer o exame. No outro dia, fui de novo e o pessoal do frigorífico me disse que não tinha mais vaga. Antes tinha. Tinha bastante vaga. Muitas pessoas fizeram o exame, mas só eu não ganhei trabalho. Não me devolveram os resultados do exame, ficaram na empresa. Não sei o que impediu que eu fosse contratado (Emmanuel, E6).*

A situação relatada por Emmanuel ilustra o tratamento dado pela empresa capitalista ao trabalhador, em especial o trabalhador imigrante. O exame foi feito para cumprir as exigências do empregador sem qualquer consideração pela saúde do trabalhador imigrante. Emmanuel fica, assim, desamparado: a empresa extraiu dele uma informação íntima e muito relevante, sem dar o retorno necessário. Utilizou-o como mero ‘objeto’, desconsiderando sua humanidade.

### 5.3.3 Intensificação do trabalho e saúde nos frigoríficos de aves

Outra característica presente no trabalho em frigoríficos e, particularmente, na planta industrial da Coopavel, é a intensificação do trabalho: processo pelo qual o capital procura aumentar a extração de mais-valor sobre o labor do operário. Ele está presente na pressão da chefia sobre os trabalhadores, nas metas absurdas e controle de qualidade, no elevado ritmo de trabalho, nas avaliações individuais e grupais de produtividade, no prolongamento da jornada de trabalho (envolvendo horas-extras e trabalho não pago) etc.

Cardona e Salamano vivem situações peculiares de intensificação do trabalho. Como estavam há pouco tempo trabalhando no frigorífico (Salamano há um mês e Cardona há seis meses) eles não têm posto de trabalho fixo: rodam pelos setores conforme a necessidade, isto é, auxiliam nos setores onde há sobrecarga de trabalho. Cardona explica a situação:

*Trabalho na Coopavel há seis meses, é o meu primeiro emprego no Brasil. Como eu tenho pouco tempo lá, sou auxiliar de produção. Não tenho um lugar fixo. Às vezes eu corto, às vezes trabalho em outros lugares. Aonde precisa eu vou, o chefe determina. Eu vou trabalhar de madrugada, é muito frio às vezes... Eu não tenho escolha, preciso do emprego. O trabalho é duro (Cardona, E8).*



*Eu era pedreiro lá no Haiti, vim pra cá procurar emprego. Tava difícil de encontrar no Haiti. Estou no Brasil há sete meses. Mas tem só um mês que estou no frigorífico. Antes não tinha emprego. Moro com amigos e com familiares aqui em Cascavel. Como comecei a trabalhar há pouco tempo, não tenho muito pra falar sobre o serviço. Não me adaptei muito bem ainda. O salário é pouco, mas não tenho muita escolha. Vim aqui pra trabalhar então tenho que trabalhar. Preciso pagar o aluguel. Como que vou fazer outra coisa? Preciso trabalhar. [...] O frio não deve fazer bem pra gente, porque no Haiti é diferente. (Salamano, E7).*

Como os demais, Cardona e Salamano também reclamam do frio e da intensidade do trabalho. A chefia determina seus locais de trabalho no turno. Assim, ambos acabam ficando nos setores em que há maior necessidade de trabalho naquele turno, devido à demanda interna e externa, à falta de funcionários em algum setor específico ou ao atraso da produção. Desta forma, seus trabalhos são sempre marcados pela intensidade e pressão.

Murofuse *et. al.* (2008) explicam o que significa o ‘vareio’, uma situação comum no trabalho em frigorífico de aves:

O ritmo, a velocidade e a quantidade de coisas para serem feitas podem levar ao acúmulo de trabalho: aí acontece o ‘vareio’. Para dar conta das peças paradas na esteira, o trabalhador faz tudo bem mais rápido ou diminui o tempo da pausa e o intervalo das refeições (p. 14).

Desta forma, o acúmulo de matéria-prima não processada que é enviada pela esteira ou pela nória deve ser processada pelos funcionários da linha de produção ou pelos funcionários do turno subsequente (NELI; NAVARRO, 2013) Caso falte algum trabalhador, os demais devem acelerar o ritmo e cumprir as metas de produção, intensificando, assim, seu próprio trabalho (MUROFUSE *et. al.*, 2008).

Mas o processo de intensificação do trabalho vai além. Nos frigoríficos, há uma “divisão pormenorizada do trabalho” elevada ao expoente máximo, que, aliada ao “uso de nórias” – esteiras transportadoras que ajudam a evitar o deslocamento do trabalhador e auxiliam no controle do tempo dispensado à execução da atividade – incrementam o controle da gerência sobre o trabalho e intensificam o labor (DAL MAGRO, 2014 *et. al.*, p. 70).

O ritmo de trabalho é definido pela gestão do trabalho e não pelo operário. Isso ocorre através do estabelecimento da velocidade da esteira e de ‘altas metas de produção’. Essas metas são avaliadas tanto no nível individual quanto no nível coletivo, no grupo de trabalho, fazendo com que os trabalhadores cobrem as produtividades uns dos outros, enfraquecendo a solidariedade operária no chão da fábrica (DAL MAGRO *et. al.*, 2014).

Junto com a ampliação quantitativa do trabalho vem a necessidade de melhora qualitativa dos produtos, imposta por meio do controle de qualidade, realizado por meio da fiscalização constante das atividades executadas na linha de produção. Esse processo também resulta na intensificação do trabalho (DAL MAGRO *et. al.*, 2014).

A sobrecarga gerada pela intensificação do trabalho amplifica o adoecimento dos trabalhadores do setor. Este fato, por sua vez, contribui para mais intensificação, pois os trabalhadores adoecidos não têm o mesmo desempenho dos demais, sem falar no absenteísmo gerado nesse processo, no constante emprego de novos operários (ainda sem destreza para realizar o trabalho) devido à alta rotatividade e no quadro de funcionários geralmente incompleto. Isso forma um legítimo “círculo vicioso” (DAL MAGRO *et. al.*, 2014, p. 74).

Para Finkler e Murofuse (2009),

Para manter a competitividade entre capitalistas busca-se aumentar a produção aliada à diminuição dos custos e, para isto, são utilizadas variadas estratégias como a intensificação e aceleração do ritmo de trabalho, aumento do controle, da pressão e exigências sobre o trabalhador (p. 2).

#### 5.3.4 Sofrimento difuso e doença ocupacional

Luz (2014) destaca o que chama de ‘violação aos direitos dos trabalhadores haitianos’ nas empresas de Cascavel, especialmente no que diz respeito aos frigoríficos de aves e à construção civil. Os empresários teriam visto nos haitianos a solução para aumentar a produção e ampliar o lucro sem, no entanto, se preocupar com a saúde desses operários. Os imigrantes têm se tornado alvo de fraudes e abusos por parte de empresas (LUZ, 2014).

Além dos casos de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais – que caracterizam de forma explícita e inequívoca a relação entre trabalho e saúde – há outros indícios da precarização das condições de vida e saúde da população haitiana, vinculados, sobretudo, à forma de inserção desse coletivo no mercado de trabalho.

Em estudo realizado por Machado, Murofuse e Martins (2016), estudando o trabalho em frigoríficos

A cadência do ritmo de trabalho imposto pela máquina com repetitividade de movimento, posturas inadequadas, exposição a temperaturas altas e baixas, convivência com odores fortes, barulho excessivo, manuseio de instrumento perfurocortantes, bem como a pressão por produtividade característica do modelo de produção adotado no ambiente de trabalho, impactaram significativamente tanto o corpo físico quanto a mente dos trabalhadores (p. 139-140).

Os sintomas como dores nas mãos, braços e coluna; o estresse; o frio congelante; os resfriados etc. ainda não configuram doenças ocupacionais. Mas já são indicativos da forma que assume a relação trabalho-saúde nos frigoríficos.

A ideia de “sofrimento difuso” cunhada por Valla (2001, p. 42) nos parece adequada para descrever a situação de saúde da população haitiana de Cascavel que labora nos frigoríficos de aves. Esse conceito enquadra sintomas e queixas somáticas inespecíficas, que não caracterizam necessariamente uma determinada patologia segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID) e que se relacionam às formas que as classes populares expressam suas condições de vida, trabalho e saúde (VALLA, 2001; 2005; FONSECA; GUIMARÃES; VASCONCELOS, 2008).

O sofrimento difuso apresentado pelas classes populares “consiste numa variedade de dores do corpo em razão do medo, ansiedade e problema de ‘nervos’” (VALLA, 2005, p. 38). A consulta normal de quatro minutos, realizada nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) não é tempo suficiente para solucionar a queixa do indivíduo. Muitas vezes, então, recorre-se a sua medicalização, com o uso de fármacos psiquiátricos (VALLA, 2005).

Para Dal Magro *et. al.* (2016, p. 201), a palavra “queixa” é utilizada no campo da saúde pública para se referir às dificuldades e problemas que os usuários comunicam aos profissionais de saúde, no seu contato com os serviços. Portanto, a ideia de ‘queixa’ não se refere à doença em si, mas àquilo que o usuário/trabalhador expressa e comunica sobre seu estado de saúde, quando questionado em relação ao mesmo.

De acordo com Fonseca, Guimarães e Vasconcelos (2008) a ideia de ‘sofrimento difuso’ se relaciona com

[...] a problemática das queixas somáticas inespecíficas, tais como dores no corpo, mal-estar, dores de cabeça, nervosismo, insônia, nem sempre classificáveis nas grandes síndromes psiquiátricas, tampouco na nosologia da clínica médica. Tais queixas se apresentam como uma frequente demanda de atenção, principalmente nas unidades básicas de saúde. Elas estão relacionadas com questões psicossociais importantes, como **redes de apoio social, relações familiares, laborativas, sociais e econômicas** dos usuários dos serviços de saúde (p. 285, grifos nossos).

Essa categoria exacerba as relações entre os aspectos sociais, políticos e econômicos – sobretudo o trabalho – e a saúde pública. As queixas somáticas inespecíficas são uma das maiores demandas de atenção em saúde nas classes populares. Essas demandas, no entanto, permanecem geralmente sem resposta adequada pelos serviços de saúde, muito em função de estarem estreitamente relacionadas às condições de vida e trabalho, ainda pouco passíveis de

modificação pelo atual modelo de atenção à saúde, apesar das inúmeras iniciativas nesse sentido (FONSECA; GUIMARÃES; VASCONCELOS, 2008).

Parte considerável dos profissionais de saúde, ainda não preparados para acolher e cuidar dessa demanda, costuma classificar esses usuários como pacientes poliqueixosos, psicossomáticos ou histéricos. Uma das formas possíveis de classificação de parte dos usuários com queixas somáticas inespecíficas é o diagnóstico de Transtornos Mentais Comuns (TMC), que engloba uma série de sintomas, como irritabilidade, insônia, nervosismo, dores de cabeça, fadiga, esquecimento etc. (FONSECA; GUIMARÃES; VASCONCELOS, 2008).

É preciso ressaltar, além disso, que

O fato dos sintomas nem sempre se adequarem perfeitamente às bases categoriais dos diagnósticos psiquiátricos [ou nosológicos] não diminui o grau de sofrimento dos sujeitos envolvidos, assim como suas necessidades de atendimento e acolhimento. O não reconhecimento por parte dos profissionais de um estado de mal-estar amplo desses usuários, com enfoque apenas na queixa somática imediata, implica em gastos com encaminhamentos e exames desnecessários (FONSECA; GUIMARÃES; VASCONCELOS, 2008, p. 288).

Os haitianos têm sido, assim, acometidos por uma espécie de sofrimento inespecífico, difuso, relacionados as condições de vida e trabalho dessa população no Brasil e em Cascavel. Contudo, é possível que se continuarem expostos a estas condições de vida e trabalho precárias, o sofrimento difuso se transforme em doença ocupacional num futuro próximo.

E pesquisa realizada em frigoríficos de aves da região de Chapecó, em Santa Catarina, Dal Magro *et. al.* (2016) identificaram uma série de queixas apresentadas pelos trabalhadores nos serviços de saúde pública do local. Entre elas, destacam-se: dores nas mãos e braços; parestesia das mãos e braços; limitação de movimentos; formigamento e dormência nas mãos e braços; insônia e alterações no sono; dores na coluna; ansiedade; irritabilidade; esgotamento físico e emocional; fadiga crônica; aumento de peso; medo do futuro; conflitos familiares; dores de cabeça; isolamento social; estresse; desânimo e tristeza; e baixa autoestima. Ou seja, os resultados encontrados indicam a presença de ‘sofrimento’ nesses trabalhadores.

Os diagnósticos médicos mais frequentes estavam associados às LER/DORT (DAL MAGRO *et. al.*, 2016). Segundo Busnello e Dewes (2013), as LER/DORT que prevalecem no trabalho dos frigoríficos de aves são aquelas relacionadas aos membros superiores, sobretudo a Síndrome do Túnel do Carpo, a Sinovite e a Tenossinovite. Ambas estão relacionadas à repetição, vibração, força e rapidez e geralmente são incapacitantes e dispendiosas.

Apesar do preconizado por pesquisas internacionais, que indicam um máximo de 40 movimentos por minuto para proteção da saúde dos trabalhadores contra a LER/DORT (KILBOM apud SARDA; RUIZ; KIRTSCHIG, 2009; HAMMER apud SARDA; RUIZ; KIRTSCHIG, 2009; SOUZA; PEREIRA, 2014), pesquisadores identificaram, no Oeste de Santa Catarina, frigoríficos onde os trabalhadores chegavam a executar até 120 movimentos por minuto (separar coxa e sobrecoxa desossada) (SARDA; RUIZ; KIRTSCHIG, 2009).

No caso dos trabalhadores adoecidos na agroindústria avícola, especialmente por LER/DORT, Finkler e Murofuse (2009) afirmam:

[...] os trabalhadores adoecidos pelo trabalho ainda enfrentam muitas dificuldades, demarcados por longas e extenuantes trajetórias que vão desde o estabelecimento do nexos causal entre o trabalho e a doença até as humilhações, o descrédito e o descaso com a LER/DORT, especialmente por parte dos médicos peritos da Previdência Social (p. 3).

Sarda, Ruiz e Kirtschig (2009), em pesquisa realizada na região Oeste de Santa Catarina, identificam “a existência de verdadeira sinergia de fatores de risco à saúde dos trabalhadores (repetitividade, monotonia, pressão de tempo, frio, ritmo excessivo, jornadas exaustivas, posturas inadequadas)” (p. 59). Apesar disso, “as empresas do setor não vêm adotando as medidas preconizadas no ordenamento jurídico, gerando um elevado contingente de trabalhadores lesionados, sobretudo jovens empregados” (SARDA; RUIZ; KIRTSCHIG, 2009, p. 59). Esse cenário leva Marchi (2012) a afirmar que, para as empresas frigoríficas, os “frangos devem ser bem mais cuidados do que os próprios trabalhadores” (p. 7).

Tendo em vista a realidade degradante do trabalho nos frigoríficos – já destacada por inúmeros estudos e discutida aqui, em nossa pesquisa – o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2013, publicou a Portaria 555, que trata da Norma Regulamentadora n. 36 (NR-36). Essa NR é específica para o setor de abate e processamento de carne e derivados. Entre outros tópicos, a NR-36 trata dos mobiliários e postos de trabalho; trabalho em câmaras frias; estrados, passarelas e plataformas; manuseio de produtos; levantamento e transporte de produtos e cargas; recepção e descarga de animais; maquinarias; equipamentos e ferramentas; condições ambientais de trabalho; gerenciamento de riscos etc. (BRASIL, 2013).

Os haitianos também não permanecem totalmente passivos à situação laboral que enfrentam na cidade de Cascavel, sobretudo nos frigoríficos. Eles procuram formas de organização e resistência, tanto individuais como coletivas e obtém certo apoio de parcela da sociedade civil cascavelense. Discutiremos essas questões na próxima seção.

## 6 A ASSOCIAÇÃO HAITIANA DE CASCAVEL (AHC) E OUTRAS FORMAS DE RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO HAITIANA

Diante da situação de vida, trabalho e saúde que tem enfrentado em Cascavel, a comunidade haitiana procura formas de resistência ‘sutis’ e ‘difusas’, mas que, na atual conjuntura, têm garantido sua sobrevivência material. É o que discutiremos a seguir.

### 6.1 A (NÃO) INSERÇÃO DOS HAITIANOS DE CASCAVEL NOS SINDICATOS

Os imigrantes haitianos que trabalham no frigorífico da Coopavel possuem um sindicato que os representa legalmente. Trata-se do Sindicato dos Trabalhadores em Cooperativas de Cascavel e Região (Sintrascop), como já assinalado anteriormente. Tal Sindicato é filiado à central sindical União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Na opinião de João, os haitianos que laboram na Coopavel só procuram o sindicato a que estão vinculados quando não há outra alternativa:

*Eles [haitianos] têm direito ao sindicato. Como os brasileiros, só procuram o sindicato quando a situação apertada, ou porque foram despedidos, ou porque tem alguma reclamação contra a empresa. Mas eles têm consciência de que existe sindicato e que o sindicato pode fazer alguma coisa por eles. Mas a procura não é tão grande. Só quando há alguma necessidade urgente... Resolver alguma questão trabalhista, e tal... Aí eles procuram o sindicato (João, E1).*

Contudo, nos depoimentos colhidos, fica evidente que a relação dos haitianos com o Sintrascop pode ser ainda mais tênue e frágil. Vejamos o que dizem Mersault e Masson sobre o assunto.

Entrevistador: *Quando você trabalhava na Coopavel, você participava de algum sindicato?*

Mersault (E3): *Não. Eu paguei sindicato, mas eu não sei o que é que eu estava pagando. Sempre tinha uma taxa que saía pro sindicato, automático, mas eu não sabia pra que servia.*

Entrevistador: *E o sindicato da Coopavel, você conhece?*

Masson (E9): *O sindicato da Coopavel não faz nada, nada, nada... Nada pra nós [haitianos]. Eu fui no sindicato e o cara falou ‘mal’ pra nós. Ele falou ‘porque você tá falando mal da Coopavel’. Não faz nada por nós. Fui procurar eles e não dá em nada. Se o haitiano é demitido por justa causa sem motivo e vai no sindicato eles não fazem nada por nós.*

Celeste também trabalha na Coopavel, mas na produção de fertilizantes, isto é, em outra planta industrial que não o frigorífico de aves. Com 20 anos de idade, está há um ano e nove meses em Cascavel e há um ano na Coopavel. Participa da diretoria da AHC desde abril de 2016. Quando tinha 13 anos, migrou para a República Dominicana para concluir os estudos. A rota até chegada no Brasil incluir ainda uma passagem de três meses por Equador e Peru. No Brasil, Celeste buscava conseguir trabalhar e estudar, além de ficar próxima da família que, segundo ela, já vivia no Brasil. Sua experiência com o sindicato é similar aos depoimentos já apresentados:

*Nunca fui no sindicato. Até pago a taxa dele... O sindicato sempre faz festa, tem salão e dentista, mas eu nunca participei porque não gostei. Acho que vou começar a ir no salão porque eles estão cobrando. Eu não gostei do dentista do sindicato... Eu não to acostumada com ele, por causa do jeito dele (Celeste, E11).*

Isto é, a relação com o sindicato também é frágil no caso de Celeste, que não labora no frigorífico de aves. Pela entrevista dos sujeitos, é proeminente a noção de sindicato como uma entidade que presta assistência (médica, odontológica, trabalhista, social etc.), mais do que como um espaço político de discussão dos problemas relacionados ao trabalho e tomada de decisão coletiva sobre as ações a serem realizadas no seu enfrentamento. Não há como saber se essa é a opinião geral sobre o Sintrascop ou se é algo peculiar aos haitianos.

É perceptível a prevalência da ideia de sindicato como algo ‘apartado’ do conjunto de trabalhadores e que está acima deles. O sindicato, assim, agiria de forma ‘neutra’ a partir de preceitos éticos e jurídicos, promovendo uma ‘negociação’ saudável e amena entre empresa e trabalhadores. Se esse é o caráter que o sindicato em questão assume, de fato, é impossível concluir em definitivo a partir das fontes utilizadas. Outros trabalhadores, brasileiros ou de outras nacionalidades, poderiam discordar, por exemplo. Por outro lado, é preciso destacar que nossa interpretação da fala dos haitianos sobre o sindicato ecoa quando confrontada com a literatura a respeito do mundo do trabalho nas últimas décadas.

Antunes (1995, p. 33) utiliza o termo “sindicalismo de empresa” para ilustrar a situação na qual há uma subordinação do sindicato à empresa. Esse tipo de sindicalismo indicaria uma característica do novo mundo do trabalho inaugurado a partir da reestruturação produtiva do capital. Assim, o movimento sindical passaria por uma séria “crise de identidade” em virtude da produção enxuta e da adoção de técnicas de gestão toyotistas, causando uma “retração profunda do movimento operário e das manifestações dos trabalhadores em geral” (STOTZ, 2003a, p. 30).

Para Alves (2000) a sociedade civil brasileira vivenciou, de 1978 a 1998, um processo de ascensão e crise do sindicalismo como movimento social e político. Assim, na década de 1980, o movimento sindical brasileiro passou por um momento particularmente positivo. Entre outros avanços, “houve aumento nos níveis de sindicalização” (ANTUNES, 2002, p. 80).

Entretanto, nos anos 1990 viria a grande sincronia histórica da ordem capitalista no Brasil com o que ocorria mundo afora, uma vez que o Brasil se inseriria de modo dependente e subalterno na mundialização do capital sob o signo de políticas neoliberais. É no novo tempo da era neoliberal que se instaura, a partir dos anos 1990, uma ‘crise do sindicalismo’, visto que o mundo do trabalho estruturado, base do sindicalismo de classe organizado no país, é alvo de uma ofensiva do capital (ALVES, 2000; 2009).

Portanto, a trajetória do sindicalismo brasileiro entre os anos 1980 e 1990 é de uma passagem da confrontação para um sindicalismo de ‘participação’, que, para Ramalho (2003), se define pela participação do sindicato em quase tudo... “desde que não se questione o mercado, a legitimidade do lucro, o que e para quem se produz, a lógica da produtividade, a sacra propriedade privada, enfim, os elementos básicos do complexo movimento do capital” (RAMALHO, 2003, p. 130-131).

A partir deste contexto, Santos (2006, p. 447) discute a existência de uma nova “crise do sindicalismo internacional”, cujas principais características seriam: a redução das taxas de sindicalização; o refluxo das greves e do volume de jornadas perdidas anualmente; as dificuldades crescentes de obtenção de ganhos salariais significativos e outros benefícios sociais diante do capital; as limitações crescentes para a manutenção de antigas conquistas sociais e coletivas; e a dificuldade crescente de mobilização da base de trabalhadores.

Em contrapartida, é preciso relativizar a ideia de uma ‘crise terminal’ do movimento sindical, uma vez que experiências recentes demonstram a força de sindicatos em situações e categorias específicas (BRIDI, 2005; 2008). Desta forma, é impossível afirmar *a priori* e sem uma pesquisa mais aprofundada que o sindicato em questão vive uma ‘crise’, se aproximando do que Antunes (1995) chama de ‘sindicalismo de empresa’. Por outro lado, é preciso destacar que as falas dos entrevistados apontam nesse sentido. Pesquisas que tomem tal sindicato como objeto de estudo deveriam ser realizadas para aprofundar a discussão do problema.

Pesquisas realizadas com trabalhadores das indústrias frigoríficas do Oeste do Paraná têm revelado um papel contraditório do movimento sindical. Nesses locais, os sindicatos têm assumido o papel de coibir as manifestações operárias, “sob o argumento da ação pacífica,



legalista, negociadora e conciliadora, em que a greve é o último dos últimos recursos” (HECK, 2014a, p. 5). Nesse sentido, Heck (2014a, p. 7) afirma que “[...] a postura de colaboração de classes é central para a acumulação de capital no setor avícola do Oeste do Paraná”.

#### Os sindicatos

[...] não negam a existência das doenças do trabalho nos frigoríficos e até as assumem como a grande problemática a ser enfrentada, mas, acreditam na resolução desse problema por ações pontuais no próprio ambiente de trabalho. Isso significa que os sindicatos não se enxergam necessariamente no polo oposto do capital, no conflito de classes, pelo contrário, se leem enquanto parte do projeto do capital, do qual, através da negociação podem encontrar o ambiente ideal para obterem maiores aumentos salariais ao conjunto dos trabalhadores, e resolver os problemas das condições de trabalho (HECK, 2014a, p. 8).

Os trabalhadores, diante da ação sindical em defesa da negociação, têm procurado outras formas de organização. Em Cascavel, um grupo de trabalhadores vitimados pelo trabalho criou a Associação de Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos de Cascavel (AP-LER), em 1997, tendo como principais finalidades “a organização da luta coletiva pelos direitos dos trabalhadores lesionados e a intervenção na realidade para diminuir os casos de adoecimento em função da organização do trabalho” (CÊA; MUROFUSE, 2010, p. 11).

Inicialmente direcionada aos setores bancário e de telefonia, aos poucos a entidade passou a se aproximar do trabalho nos frigoríficos, devido à grande incidência de LER nos trabalhadores deste setor. O contato da AP-LER com a realidade dos trabalhadores de frigoríficos revelou a situação de abandono experimentada por eles no encaminhamento de questões relacionadas à saúde/doença: negativa dos postos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em reconhecer os nexos entre o acidente/doença e o processo de trabalho; inexistência de cobertura de planos de saúde; dificuldades de dar continuidade aos tratamentos necessários em função da morosidade das agências públicas de saúde ligadas ao SUS; demissões por justa causa a trabalhadores que apresentavam atestados médicos etc. (CÊA; MUROFUSE, 2008; 2010).

Segundo verificado no trabalho de campo, os haitianos ainda não possuem inserção nessa organização, possivelmente em virtude da ainda recente integração desses indivíduos nos processos produtivos do frigorífico e, portanto, ausência de doenças ocupacionais de caráter crônico (como LER/DORT) entre eles. Todavia, esse seria um espaço importante para a população haitiana na luta pela ST (Diário de Campo).

## 6.2 ASSOCIAÇÃO HAITIANA DE CASCAVEL (AHC): APOIO SOCIAL E SOLIDARIEDADE

Considerando as condições de vida e trabalho que enfrentam, os haitianos organizaram uma entidade transversal para defender seus direitos e interesses perante a sociedade cascavelense. Trata-se da Associação Haitiana de Cascavel (AHC), que almeja abranger todos os haitianos que vivem em Cascavel, independente de idade, sexo, setor produtivo etc.

A AHC foi instituída, inicialmente, no ano de 2014, com apoio de entidades como a Igreja Anglicana de Cascavel, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Num primeiro momento, ela foi fundada por essas entidades em conjunto com um grupo de haitianos que frequentava da Igreja Anglicana. Gradativamente, o controle absoluto da AHC foi sendo passado às mãos dos haitianos:

*Em conjunto com outras organizações, como o gabinete do vereador do PC do B, com o Sindicato da alimentação, com a APP-Sindicato, a Unioeste... Nós pensamos que seria interessante que [...] a gente ajudasse os haitianos e haitianas a se estruturarem em uma associação. Isso porque nós entendíamos que nós não poderíamos fazer tudo por eles. Seria necessário que eles se organizassem em associação e eles mesmo fossem à luta por direitos, né. Logicamente, nós seríamos parceiros. Então, por isso houve, já em 2014, a tentativa de estruturação de uma associação, que acabou nascendo aqui, na Igreja Anglicana. Foi feita uma assembleia, na qual estiveram presentes por volta de 150 haitianos e haitianas. Eles elegeram uma direção e começam a atuar de uma maneira muito... Sem muita força. Mas ela passou a existir (João, E1).*

João pensa que a Associação então criada não tinha ‘muita força’, devido à parca inserção e integração da população haitiana da cidade em suas reuniões e assembleias. Porém, é preciso destacar que a tentativa de organização de uma população extremamente vulnerável – como os imigrantes negros – é um avanço muito grande; sua manutenção, sem sombra de dúvidas, era uma tarefa complexa. A direção da AHC era, então, controlada pelos próprios haitianos, conforme ressalta João:

*Entrevistador: Essa direção que os haitianos elegeram, na época, era composta só por haitianos?*

*João (E1): Sim, só haitianos. A associação foi pensada só com a participação de haitianos. Nós entendemos que não seria justo que nós*

*estivéssemos compondo a associação, porque aí nós tiraríamos deles um papel que cabe a eles, de protagonistas.*

A principal ação da Associação foi a confecção de uma cartilha com informações básicas voltadas aos haitianos: tradução de palavras utilizadas com frequência (em português e crioulo); funcionamento de serviços públicos no Brasil (saúde, trabalho e educação, por exemplo); obtenção de documentos que legalizam a estadia no Brasil; questões envolvendo as leis brasileiras. A cartilha foi produzida em conjunto com o gabinete do vereador José, que foi também entrevistado. Ela foi baseada em uma cartilha já existente, produzida em outra cidade brasileira. João cita, além da cartilha, outras ações realizadas:

*Foi feita uma cartilha bilíngue pelo gabinete do vereador [José], com palavras e algumas coisas importantes, o básico pra necessidades urgentes no trabalho e em busca de atendimento na área da saúde. Além disso, houve casos de polícia entre os haitianos. Então o [haitiano] foi ensinar francês para os policiais. Partiu da polícia que o procurou pra que ele fizesse umas aulas. Mas isso foi muito relativo... O HU [Hospital Universitário do Oeste do Paraná] nos procurou... Nós levamos um haitiano pra fazer uma fala lá, porque tem um grande problema: chegam as haitianas e os haitianos pra atendimento e não há quem domine o francês. Então a comunicação se torna muito difícil, entre quem faz o primeiro atendimento, depois se são internados, se é no pronto-socorro, ou as mulheres que vão ganhar criança, né. Há toda uma dificuldade de comunicação. Aí a haitiana que ganhou bebê não entende os procedimentos. Aí houve um acordo de que o pessoal do HU elaborasse uma cartilha com algumas coisas básicas em questões de saúde, com tradução em francês e crioulo. Não fizeram ainda, mas estão trabalhando isso pra que facilite a comunicação (João, E1).*

Sobre essa primeira tentativa de organização da AHC, é João que possui maiores informações. Os haitianos que participaram dela, em sua grande maioria, já deixaram o Brasil. Entre os entrevistados, ninguém soube falar muito sobre ela, exceto João. Para ele, a primeira tentativa de organização da entidade ‘não funcionou’, porque acabou logo desaparecendo. A retomada da Associação aconteceu em 2016, quando um grupo de haitianos se reúne na Igreja Anglicana em abril e decide por sua refundação:

*A Associação, por problemas entre os haitianos, acabou não funcionando. Questões de disputas entre eles. Então acabou não vingando. E aí foi, com o passar do tempo, desaparecendo. E agora, houve uma nova assembleia, recentemente, agora em abril, estavam uns 80 haitianos e haitianas e houve a recomposição da associação, com nova diretoria. Agora eles estão em um processo de organização (João, E1).*

O processo de reorganização da AHC é complicado e exige muita força de vontade, tendo em vista que, devido às longas jornadas de trabalho – ou à busca de trabalho, no caso dos desempregados – sobra pouco tempo para fazer outras atividades, sejam de lazer ou de ação coletiva em defesa da comunidade. Por este mesmo motivo, é problemático classificar a primeira tentativa de organização da Associação como ‘fracassada’, pois ela certamente teve importância enquanto esteve na ativa. Prova disso são as ações que realizou.

Uma das atividades almeçadas pela ‘nova’ AHC é o controle do fluxo de imigrantes haitianos que passam por Cascavel, por meio do cadastramento e filiação à entidade. A acolhida aos recém-chegados à cidade é muito importante, pois eles são os que estão em maior situação de vulnerabilidade:

*Entrevistador: Como a associação tem entrado em contato com os novos haitianos que chegam ao Brasil?*

*João (E1): A primeira associação não funcionou. Ela tinha que ter feito esse trabalho e não fez. Tinha que cadastrar quem já estava aqui e quem fosse chegando. Como não funcionou, não fez esse trabalho. Essa nova direção está num processo de organização, agora, mas ela terá que fazer isso, terá que cadastrar essa gente, quem está, quem chega, conhecer a situação de cada um. Porque tem a questão de moradia, saúde, emprego e educação... e quem chega de repente precisa de um contato com haitianos que estão aqui, e organizados como associação. Então a Associação precisa já pensar em fazer algo nesse sentido. É urgente.*

Raymond é um dos membros da diretoria da AHC e exerce um papel de liderança no interior da comunidade haitiana de Cascavel. Ele possui formação em um curso de ensino superior e está cursando sua segunda faculdade no Brasil. Ele nos conta como surgiu a ideia de construir essa ‘nova’ Associação:

*Em primeiro lugar, eu estava observando as dificuldades que os haitianos enfrentam aqui em Cascavel. Por exemplo, falar o idioma português, defender os direitos, o emprego. Eles não falam o português e por isso não conseguem procurar emprego, sempre dependem de ajuda. Aí eu pensei que seria bom formar uma Associação com pessoas mais avançadas, que falam o português e que sabem mais de Cascavel, pra ajudar eles. O objetivo da Associação é ajudar eles. Em todos os sentidos (Raymond, E2).*

Segundo o relato de Raymond, a AHC ainda passava pelo processo de construção do seu Estatuto quando a entrevista foi realizada. A intenção era proceder o registro civil da entidade e abrir uma conta bancária para ela. Por isso, toda a documentação da AHC (Estatuto preliminar, atas de assembleias etc.) estava com a advogada da entidade, o que nos impossibilitou o acesso a ela.

Em termos financeiros, Raymond afirma que a Associação tem sobrevivido com a contribuição dos próprios haitianos e pela doação externa, de instituições ou pessoas que se envolvem de alguma forma com a comunidade haitiana de Cascavel. Não havia ainda nenhuma forma de cobrança sistemática aos associados, o que Raymond projeta para um futuro próximo. Ele não recebe nenhum valor monetário por estar na direção da Associação, por isso, afirma:

*É uma questão de vontade de ajudar mesmo. Por que não é algo que tem fim econômico. É ajuda voluntária, vontade de ajudar. Por que eu não quero ver meu povo sofrendo. Se eu vejo que posso ajudar, eu vou ajudando (Raymond, E2).*

Os outros entrevistados também destacaram a importância da AHC:

*Na verdade, na Associação, por enquanto eu sou apenas membro. Mas eu não faço parte da direção. No momento da assembleia que elegeram a direção da Associação eu não estava presente. Apesar disso, muitas pessoas me conhecem, como alguém que está cuidado de todos... Na verdade, eu não posso nem me cuidar, mas [risos]... Mas dou um jeito de ajudar os outros (Mersault, E3).*

*A importância da Associação é pra fiscalização. Essa é minha posição. Fiscalizar o serviço, o emprego. A organização é muito boa, é importante. Ela vai falar com o governo, prefeitura, com os policiais que vão recepcionar os estrangeiros no Brasil (Pérez, E4).*

*Tenho contato com a Associação Haitiana. Tenho participado. Até teve uma festa dias atrás. Tenho bastante amigos lá (Masson, E9).*

*Eu não tenho muito tempo na Associação, eu comecei em abril. É muito legal as festas. Acho importante porque a gente vai conhecer vários lugares. É a única que tá fazendo alguma coisa pros haitianos (Celeste, E11).*

As falas de alguns indivíduos, aparentemente despretensiosas, na verdade revelam uma função absolutamente crucial da AHC: o provimento do chamado “apoio social” (VALLA, 1999, p. 10). Ao destacar as ‘festas’, os ‘amigos’ ou os ‘lugares’, eles estão trazendo à tona essa dimensão da organização coletiva, isto é, a possibilidade de construir laços de amizade e de solidariedade, de viver a vida apesar das adversidades que enfrentam cotidianamente.

A ideia central da teoria do ‘apoio social’ é de que, quando as pessoas sentem que contam com o apoio de um grupo de pessoas, isso tem o efeito de causar melhora em sua saúde. O apoio social geralmente envolve alguma instituição ou entidade (associação, igreja,

grupo de apoio etc.) como pano de fundo (VALLA, 2002). Destaca-se o poder dessas instituições ou grupos de prover um sentimento de “solidariedade” (VALLA, 2000b, p. 41).

Segundo Valla,

Apoio social se define como sendo qualquer informação, falada ou não, e/ou auxílio material, oferecidos por grupos e/ou pessoas que se conhecem, que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos. Trata-se de um processo recíproco, isto é, que tanto gera efeitos positivos para o recipiente, como também para quem oferece o apoio, dessa forma permitindo que ambos tenham mais sentido de controle sobre suas vidas (2001, p.4).

Investigações sobre o apoio social e a saúde apontam para o seu papel na prevenção contra doenças, na manutenção da saúde e como forma de facilitar a convalescença. O apoio atua como *buffer*, no sentido de aumentar a capacidade das pessoas a lidar com o estresse e outras adversidades da vida. Trata-se, também, de uma forma com que as classes populares se defendem e buscam sua sobrevivência diante do capital que as domina (VALLA, 2001).

O apoio social oferece a possibilidade de realizar a prevenção pela solidariedade e apoio mútuo, além de propiciar a discussão para os grupos sociais sobre o controle de seus próprios destinos. Isso é fundamental, uma vez que a sensação de não poder controlar sua própria vida, juntamente com a sensação de isolamento, pode estar diretamente relacionada com o processo saúde-doença (VALLA, 2000b).

A origem das doenças, assim, estaria muito relacionada com a questão das “emoções” e, conseqüentemente, sua resolução também (VALLA, 2002, p. 65). Para Valla, “cabe considerar esse apoio social como uma das explicações do extraordinário crescimento da presença das classes populares nas igrejas de todas as religiões, mas principalmente nas chamadas ‘evangélicas’ ou ‘pentecostais’” (2002, p. 67). É importante lembrar que a própria configuração da AHC está intimamente relacionada com uma instituição religiosa da cidade de Cascavel, a Igreja Anglicana.

Nesse sentido, em abril de 2014, foi organizado o I Encontro de Imigrantes Haitianos de Cascavel (I EIHC), visando à interação social da comunidade haitiana de Cascavel e a discussão sobre a criação da AHC (CORAZZA, 2014; LAÍNY, 2014a). Uma das conseqüências desse Encontro foi a comemoração do Dia da Bandeira do Haiti, em referência à conquista da independência do país no início do Século XIX. Os imigrantes fizeram uma caminhada e um ato na Câmara de Vereadores da cidade (LAÍNY, 2014b).

Outra ação de apoio social importante foi a criação de um programa na Rádio Norte FM, realizado e voltado para os haitianos que residem em Cascavel. A proposta do programa seria aproximar, por meio do rádio, os haitianos que vivem no Brasil daqueles que ficaram no Haiti ou que moram longe, em outros países. Segundo o imigrante que dirige o programa, os haitianos de Cascavel informam seus familiares do Haiti para que ouçam o programa. Assim, os que estão no país de origem estabelecem contato com a situação de vida daqueles que vieram para o Brasil (CRISTINA, 2014).

Em julho de 2016, foi realizada uma festa de confraternização (*Show des Arts*) pela 'nova' AHC (Figura 6), com apoio da Prefeitura Municipal de Cascavel, que disponibilizou o espaço físico. Foi cobrada uma entrada de R\$ 10,00, valor que seria destinado ao financiamento da Associação. O evento contou com apresentações artísticas bastante animadas (DJs, danças, cantores e teatro). Houve presença massiva de haitianos que residiam em Cascavel, além de outras pessoas da sociedade cascavelense comprometidas com o bem-estar da comunidade imigrante da cidade. Estiveram presentes, aproximadamente, 150 pessoas (Diário de Campo).

Desta forma, apesar de ainda não possuir uma ação política forte e determinada na defesa dos direitos da população haitiana frente aos poderes público e privado da cidade de Cascavel, a AHC tem atuado no sentido de dar suporte social à comunidade imigrante, via apoio social. Sua atuação é, portanto, difusa. É preciso, pois, lembrar que

[...] as formas difusas de ação constituem o terreno onde se formam as referências capazes de sustentar a agregação em torno de ideias e projetos coletivos. Nessa perspectiva, a ação organizada, na sua forma mais institucionalizada, é parte de um processo mais longe de produção das experiências coletivas que a antecedem, alimentam e atravessam, fornecendo seus conteúdos, suas formas e suas motivações (ALGEBAILLE; VALLA, 2011, p. 24).

No sentido colocado pelos autores citados, é insensato exigir da comunidade haitiana de Cascavel uma organização coletiva já estruturada, em virtude da recente inserção destes indivíduos na sociedade civil em questão e da sua falta de experiência política. Instituições políticas mais avançadas, como o partido e o sindicato, por exemplo, ainda não se configuram como realidades concretas para estes indivíduos. Suas formas de resistência são, por enquanto, mais difusas e desarticuladas, tendendo para o provimento de um apoio mais imediato direcionado à garantia da sobrevivência.

**Figura 6** – Cartaz publicitário do *Show des Arts* promovido pela Associação Haitiana de Cascavel (AHC), Paraná, 09 de julho de 2016

**ASSOCIATION HAITIENNE DE CASCAVEL**

**PRESENTE**

**SHOW DES ARTS**

**09 Juillet 2016**

**Heure:** 3h - 10h pm

**Lieu:** Salon Culturel du Teatre  
Municipal de Cascavel

**MUSIQUE - DANCE - SQUETCH**  
**CONCOURS - JEUX. ETC....**

**ADMISSION:**  
**R\$ 10,00**

**VIVRE LA CULTURE**

LES CARTES SONT DEJA DISPONIBLES,  
POUR AVOIR VOTRE CARTE, CONTACTER:

**45 9982-5215: ROODY - LESTE**

**45 99380823 | 9918-5561: CHANSLEY-FEDNER- SUL**

**45 9941-4773: KETTEL- OESTE**

**BENI 4LIFE**

**PRINCE CREOLE**

**DJ LOULOU MIX**

**ANPIL ATIS ENVITE**

**SUPRIZ TÈT CHAGE**

**BIENVENUE A TOOUS**

**VIVRE LA CULTURE HAITIENNE!!!!**

Fonte: Facebook da AHC. Acesso em: 21 nov. 2016.



Além disso, quando se procura compreender a ação coletiva de determinado grupo, é preciso considerar a visão de mundo dos indivíduos estudados. Valla afirma:

É necessário que o esforço de compreender as condições e experiências de vida como também a ação política da população sejam acompanhados por uma maior clareza das suas representações e visões de mundo. Senão corremos o risco de procurar (e não encontrar) uma suposta identidade, consciência de classe e organização que são, na realidade, uma fantasia nossa (2000c, p. 23-24).

O mesmo autor destaca que “não é nosso desejo que garanta a suposta unidade das classes subalternas” (VALLA, 2000c, p. 22). O que em geral aparece para o profissional ou pesquisador como conformismo, falta de iniciativa ou apatia, pode ser para a população uma avaliação (conjuntural e material) rigorosa dos limites da melhoria de suas condições de vida (VALLA, 2000c).

Cabe aqui também, brevemente, retomar a discussão sobre previsão *versus* provisão. Para o profissional ou técnico, a categoria da ‘previsão’ assume total relevância. Contudo, para as classes mais pobres, a vida é levada, sobretudo, tomando-se a ideia de ‘provisão’. Isto é, “a lembrança da fome e das dificuldades de sobrevivência enfrentadas no passado faz com que o olhar principal seja voltado para o passado, preocupado em prover o dia de hoje” (VALLA, 2000c, p. 15). ‘O futuro a Deus pertence’ é uma frase comum no imaginário popular brasileiro. Assim, ao invés de prever, procura-se prover, muito em virtude da situação permanente de emergência vivida pelos pobres no Brasil (VALLA, 2000b).

Raymond lembra a situação de ‘abandono’ vivida pelos haitianos em Cascavel:

*Olha, os haitianos em Cascavel estão todos soltos. Não tem nenhuma entidade de suporte para eles. Tudo está por conta própria deles. Todo mundo. Não existe nada que tenta ajudá-los. Só a Associação (Raymond, E2)*

O abandono também se dá em relação ao poder público municipal:

Entrevistador: *O município de Cascavel possui alguma política pública voltada aos imigrantes?*

João (E1): *Não. Nenhuma. Nenhum dado, nenhuma preocupação com relação aos haitianos. A sorte deles é que as igrejas se preocuparam com a situação deles. Mas o município em nenhum momento se preocupou em fazer alguma coisa pelos haitianos. Na verdade, nem sabe o número de haitianos presentes em Cascavel. Tanto é que quando procuram a*

*prefeitura, mandam que as pessoas entrem em contato conosco, com a Igreja Católica Romana, com outras organizações, porque o município não tem nenhuma preocupação com esse pessoal. Eles usam os serviços, os postos de saúde, tem crianças matriculadas na rede pública, são atendidas no CRAS<sup>27</sup>... Isso sim. Mas, na verdade, é o acesso normal para todas as pessoas.*

Sobre a questão das políticas voltadas a essa população, o vereador entrevistado (José) também acredita haver uma lacuna nessa questão:

*O que ainda falta são políticas públicas municipais voltadas para a comunidade haitiana. Isso não existe; não há nenhuma iniciativa do poder público. Eu não ousou falar que o poder público trata mal os imigrantes, pois trata como um brasileiro. Às vezes, trata até com certa 'prioridade', mas falta algo mais específico para os haitianos. Acho que isto já caberia em Cascavel, até por conta de ser um polo de atração dessa população (José, E10).*

Todavia, para o vereador José, o principal obstáculo à concretização de políticas públicas que atendam especificamente a população de haitianos é a falta de organização e de demanda dessa comunidade ao poder municipal:

*Não tem nada. Nunca houve nenhuma demanda deles inclusive, em qualquer tipo de projeto de lei ou iniciativa institucional de âmbito legal no município em relação aos haitianos. Eu tenho cobrado que o município se prepare para esta demanda, pois o município atende com muita generosidade, mas não possui nada específico. Nunca houve um debate ou política de intervenção. As intervenções que ocorreram por parte do poder público sempre foram com o objetivo de fortalecer a Associação, de autodefesa e posicionamento de forma pública quando os meios de comunicação nos alcançavam para falar deste assunto, tanto no plenário quando aberto à imprensa (José, E10).*

*O que nós sentimos: tem disposição dos serviços públicos de Cascavel [...] Existe boa intenção. Porém, há pouca organização, tanto dos órgãos públicos quanto dos principais protagonistas, que são os haitianos. Isso é papel da comunidade e se ela não se organizar não vai adiantar fazer uma reunião com as entidades e ela não abraçar. Isso tem sido um grande obstáculo, ou o principal, que é a falta de organização da comunidade de haitianos. Eles não conseguem se entender enquanto comunidade (José, E10).*

De fato, concordamos que a organização autônoma dos haitianos é fundamental para a garantia de seus direitos humanos e sociais. Não possuímos nenhuma dúvida quanto a isso: a

---

<sup>27</sup> Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

ação política coletiva pautada na defesa de direitos e na conquista de melhorias nas condições de vida, trabalho e saúde é substancial.

Entretanto, é preciso, ao mesmo tempo, considerar os limites impostos à participação dos haitianos na definição dos rumos da comunidade. A nosso ver, esses limites dizem respeito, sobretudo, à organização do tempo e do espaço de vida desses trabalhadores. Algebaile e Valla afirmam, nessa direção:

Limites concretos à participação são impostos direta e indiretamente através de um controle das condições materiais de vida [...], um controle que não é só de bens e serviços, mas que se realiza, de forma mais eficaz, através da forma como a expropriação de bens e serviços encontra-se vinculada à organização do tempo e do espaço de vida (2011, p. 30).

Considerando essas limitações – e compreendendo que há possibilidades no interior delas –, culpar os haitianos pela própria condição de vida, trabalho e saúde que enfrentam é, no mínimo, um equívoco de avaliação. É errôneo, também, supor uma ‘boa intenção’ do poder público municipal em oposição a uma ‘passividade’ dos imigrantes. Nessa linha, utilizamos novamente Algebaile e Valla (2011), que discutem a compreensão dominante de que

[...] o Estado e a ‘boa sociedade’ fazem sua parte, e [...] os problemas persistem porque o pobre, por ignorância, não faz a sua, precisando ser reeducado para aprender a agir adequadamente em direção à solução de ‘seus problemas’ (ALGEBAIL; VALLA, 2011, p. 27).

A cartilha, de um lado, pode ser considerada uma forma de ‘reeducação’ da população migrante para que esta se ajuste “ao lugar social que lhe está destinado” (ALGEBAIL; VALLA, 2011, p. 28). Iniciativas como esta não são novidade:

É comum, por exemplo, ações estatais cujo propósito principal não é **assegurar o exercício de direitos**, mas supostamente **educar** para que o pobre seja capaz de exercê-los, como se o exercício direto do direito não fosse, em si, a única forma de nos apropriarmos plenamente deles. [...] as ações e relações controladas pelo Estado se mostram, antes de qualquer outra finalidade concreta, voltadas para direcionar as formas de agir das classes populares para os conteúdos e rumos vistos como adequados, voltadas para ensinar-lhes o lugar subordinado que devem ocupar na dinâmica social, o lugar ‘educado’ de espera em uma espécie de antessala que anuncia, mas não cumpre o acesso efetivo aos direitos sociais (ALGEBAIL; VALLA, 2011, grifos do autor, p. 27-28).

De outro lado, contraditoriamente, é preciso destacar que os imigrantes são uma população bastante específica e que, no caso deles, uma cartilha traduzindo informações importantes do país receptor pode ter importância fulcral. Trata-se, portanto, de uma iniciativa contraditória. José, por exemplo, destaca seu sucesso e a perspectiva de ampliar a ação:

*A cartilha foi bacana, foi uma demanda que partiu deles. Percebemos que havia o problema de comunicação e logo após tivemos contato com uma cartilha de Tabatinga da Pastoral do Imigrante. Entramos em contato com a Pastoral para que autorizasse a reprodução desta cartilha, então fizemos mil cópias com uma brochura e a bandeira do Haiti. Isso foi uma iniciativa do mandato, mas também uma demanda da Associação. O interessante é que neste mês [agosto de 2016] fui visitar alguns postos [de saúde] nos quais distribuimos a cartilha e todos eles pediram mais exemplares. Então, minha ideia é até fim deste ano fazer mais mil cartilhas e distribuir, pois a demanda segue. Isso significa que está tendo o mínimo de resultado: se acabou as cartilhas é sinal que alguém as está utilizando. A ideia é fazer uma nova edição, talvez mude o prefácio, por causa da nova Associação, não sei como a gente vai fazer (José, E10).*

Outra questão que surgiu durante o trabalho de campo foi a da possibilidade (ou não) dos haitianos votarem nas eleições brasileiras. Isto é, com a proximidade das eleições estaduais e municipais no Brasil, surgiu a dúvida se os haitianos teriam ou não direito a voto. Segundo o artigo 14, § 2º da Constituição Federal, é vedado o alistamento eleitoral para estrangeiros. Trocando em miúdos: imigrantes não podem votar nas eleições brasileiras (BRASIL, 2007).

A única possibilidade seria adquirir a nacionalidade brasileira. Contudo, esse é um processo longo e burocrático. Apenas o estrangeiro residente na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal pode naturalizar-se brasileiro. A exceção é no caso do estrangeiro seja originário de país de língua portuguesa: para sua naturalização, será exigida apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, 2011). No caso dos haitianos, que vivem no Brasil há no máximo seis anos, esta é uma possibilidade longínqua.

Alguns haitianos entrevistados consideraram essa questão relevante:

*Não temos voto nessas eleições. Na verdade nem sabemos se temos ou não, porque não fomos atrás. A Associação tem que orientar os haitianos nesse sentido (Thomas, E5).*

*Eu sei que teve eleição. Acho que os haitianos não podem votar aqui. Ia ser bom votar. Acho que pra votar no Haiti, as pessoas têm que ir pra lá, daqui não tem como votar (Celeste, E11).*

Apesar de estar explícita na Constituição Federal a impossibilidade do voto no caso de estrangeiros, pensamos que o direito a voto seria muito relevante para a comunidade haitiana de Cascavel. Se as estimativas estiverem certas – e houver, de fato, 4 mil haitianos na cidade –, haveria, por exemplo, a possibilidade da comunidade haitiana eleger ao menos um vereador (dentre os 21 a que Cascavel tem direito). Em 2016, por exemplo, o vereador mais votado em Cascavel teve, aproximadamente, 3.400 votos computados (ELEIÇÕES, 2016). Ainda que se considerem todas as limitações do voto – sua parca capacidade de alterar definitivamente a realidade social das camadas mais pobres –, no caso dos haitianos, esse poderia ser um relevante instrumento de conquista e defesa de outros direitos (saúde, lazer, educação, trabalho, segurança etc.).

Essa questão tem sido, inclusive, alvo de debates. O VII Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM), realizado em julho de 2016 em São Paulo, discutiu a possibilidade de garantir aos imigrantes o direito ao voto. Ativistas dos direitos humanos defendem essa posição, uma vez que o sufrágio universal é uma das dimensões fundamentais da cidadania e da democracia (BENVENUTI, 2016). A impossibilidade dos estrangeiros votarem faz com que se questione o real caráter ‘universal’ do sufrágio na democracia que vivemos.

Além disso, o artigo 107 da Lei n. 6.815/80 (conhecida como Estatuto do Estrangeiro) versa: “o estrangeiro admitido no território nacional não pode exercer atividade de natureza política, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil” (BRASIL, 1980). Nesse caso, há uma limitação jurídica e explícita à participação social do imigrante na definição dos rumos de sua comunidade. É, ainda, especialmente vedado ao estrangeiro:

I - organizar, criar ou manter sociedade ou quaisquer entidades de caráter político, ainda que tenham por fim apenas a propaganda ou a difusão, exclusivamente entre compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem;

II - exercer ação individual, junto a compatriotas ou não, no sentido de obter, mediante coação ou constrangimento de qualquer natureza, adesão a idéias, programas ou normas de ação de partidos ou facções políticas de qualquer país;

III - organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, ou deles participar, com os fins a que se referem os itens I e II deste artigo (BRASIL, 1980)

Portanto, a tentativa dos haitianos se organizarem em Associação – tenha ela finalidades políticas, culturais, religiosas etc. – é uma afronta à lógica dominante que destitui

os direitos dos imigrantes. Essa lógica está presente de forma estrutural na sociedade brasileira, sendo coroada na legislação.

### 6.3 O PAPEL DAS IGREJAS: RELIGIOSIDADE POPULAR, SOLIDARIEDADE E PROTESTO

Da mesma forma que em outras regiões do país nas quais a população haitiana se faz presente, em Cascavel, a primeira instituição que os acolheu foi uma entidade religiosa. Nesse caso específico, foi a Igreja Anglicana, a qual está vinculado João, sujeito desta pesquisa.

*Entrevistador: Como você vê o papel da Igreja nesse contexto?*

*João (E1): Olha, eu entendo que ainda bem que as Igrejas tem se preocupado com a situação dos haitianos. Mesmo que seja uma preocupação mais momentânea de comida, de agasalho, às vezes até em busca de resolver problemas de documentação. Mas, também, como a gente tem feito um envolvimento mais no sentido de defesa de direitos. Mas acho que as Igrejas têm feito algumas coisas por eles. É só imaginar, nesse cenário, que o município em nenhum momento se manifestou preocupado com a situação de 4 mil haitianos. Nem percebeu a presença deles, na verdade. Ainda bem que tem quem faça alguma coisa. E eu acredito que fora das Igrejas também tem outras pessoas fazendo, dando atendimento. Às vezes nem organizações, mas pessoas em particular que entendem que precisam fazer alguma coisa pelos haitianos.*

A ética de solidariedade que permeia os membros de uma comunidade religiosa faz com que haja uma certa ‘obrigação’ em auxiliar quem está passando por necessidades:

*A partir de então que a gente teve um envolvimento maior com relação aos haitianos e haitianas, entendendo que, como Igreja, nós temos que se preocupar com a situação dessa gente que chega. São imigrantes e estão numa terra estranha, língua estranha, comida diferente. Chegam, também, numa situação de muita carência, em todos os sentidos: moradia, problemas de saúde, problemas relacionados ao trabalho. Então, nós entendemos, desde sempre, que enquanto Igreja, nós temos que nos preocupar, e é missão nossa fazer alguma coisa por essa gente. Por isso que houve esse envolvimento (João, E1).*

A ideia do apoio social pode ajudar a explicar o destaque que as instituições religiosas vêm obtendo nos últimos anos, sobretudo as ‘evangélicas’ e ‘pentecostais’, que aumentaram de forma considerável o número de fiéis. A falta de apoio de outras instituições do Estado e da sociedade civil faz com que as igrejas ofereçam um “potencial racionalizador” (VALLA, 2002, p. 68), ou seja, um sentido para a vida: ao explicar o caos social que vivemos por meio

do pensamento religioso, delegam um maior poder de controle sobre a própria vida para as camadas mais pobres. Não obstante, Valla (2002) lembra que são pessoas que frequentemente vivem “na miséria, na doença e em ambientes repletos de violência e, no entanto, experimentam essa intensa alegria de estarem vivas” (2002, p. 68).

Guimarães (2005) sugere ser a crise econômica e social do modo de produção capitalista o principal motivo da procura crescente pelas religiões no Brasil:

O agravamento da crise econômica e social que levou ao enriquecimento de poucos e à pobreza de muitos brasileiros, em um mundo marcado pela violência e despojado do encantamento e de valores éticos, tem levado um número crescente de indivíduos a procurar as religiões de um modo geral, tanto entre as classes populares como entre as camadas médias (p. 178).

Por outro lado, Valla (2002) destaca que a religião popular é, historicamente, uma das características mais importantes das classes populares latino-americanas. Ela pode ser descrita como uma “forma particular e espontânea de expressar os caminhos que as classes populares escolhem para enfrentar suas dificuldades no cotidiano” (p. 71). Para este autor,

[...] a religião popular desempenha culturalmente vários papéis: cria uma identidade mais coesa entre as classes populares, ajuda a enfrentar as ameaças, a ganhar novas energias na luta pela sobrevivência, e reforça uma resistência cultural que, por si só, reforça também a busca da religião como solução (VALLA, 2002, p. 71).

O contato dos haitianos com a religião ocorreu muito antes de virem para o Brasil. Raymond, por exemplo, trabalhava numa Igreja no Haiti:

Entrevistador: *E lá no Haiti, você trabalhava no que?*

Raymond (E2): *Na verdade eu trabalhava em uma Igreja, onde eu congregava. Naquele tempo eu fui monitor de adolescentes. Que aqui se chama professor. Mas foi algo voluntário. Tinha uma remuneração, mas não era grande, era uma bolsa. Era na Igreja Batista. Essa organização está em todo o mundo. No Haiti tem bastante católico, protestante, batista, pentecostal.*

Não importa tanto qual Igreja se está frequentando. Isso porque a religião popular é uma resignificação – particular de um grupo social – daquilo que é tido como ‘oficial’ em determinada religião. Há variações importantes entre o que a Igreja prega através dos padres e pastores e aquilo em que os fieis de fato pensam e acreditam. Portanto, talvez seja mais correto falar em ‘religiosidade’ do que em ‘religião’. Para Lima e Stotz (2010), uma forma possível

de definir a ‘religiosidade’ seria como “a forma mais utilizada pela população para expressar e elaborar a integração das dimensões racional, emocional, sensitiva e intuitiva ou a articulação das dimensões conscientes e inconscientes de sua subjetividade e de seu imaginário coletivo” (p. 83).

Assim, em primeiro lugar, a religião oferece um apoio material: doações, agasalhos, estadia, alimentação etc. Auxílio para conseguir emprego, uma boa moradia, para se adaptar ao país receptor, para aprender a língua. No caso dos imigrantes, por exemplo, há a Pastoral do Migrante que atua nesse sentido. Ela é vinculada à Igreja Católica Romana.

Em segundo lugar – e talvez aqui resida o maior potencial de apoio das Igrejas –, elas oferecem uma explicação para o sofrimento das pessoas por meio da fé. Trazem, assim, conforto, esperança, alegria. Possibilitam a sobrevivência dos pobres em meio à penosidade (STOTZ, 2003b). Segundo Valla (2000b), “o que pode ser visto como tentativa de resolver exclusivamente um problema material, poderia bem ser o resultado da vontade de viver a vida de maneira mais plenamente possível” (p. 45). Isto é, poderia ser uma forma de “procurar uma explicação, um sentido, algo que faz a vida mais coerente” (VALLA, 2000b, p. 45).

Guimarães (2005) esclarece:

A participação nesses cultos religiosos tem um efeito terapêutico para os adeptos, primeiro porque dá um apoio psicológico aos fiéis, com palavras de conforto e estímulo, e ao propiciar um ambiente acolhedor onde os indivíduos são ouvidos em suas queixas e problemas. Eles são tratados como seres humanos e não apenas como doentes, como é comum acontecer no atendimento público de saúde. Nas igrejas, as pessoas encontram respostas para seus problemas e se sentem satisfeitas com isso. Entretanto, isto não quer dizer que os problemas sejam realmente resolvidos (p. 184).

A participação na Igreja, para os haitianos, também significa o sentimento de ‘ser útil’, de estar fazendo alguma coisa para mudar a situação da comunidade. Num contexto em que sobra pouco tempo para atividades de lazer, a participação nos cultos religiosos surge como uma alternativa importante para combater o isolamento social e para estabelecer redes de solidariedade. Assim, os fiéis se sentem, de fato, membros de um grupo:

*Participo da Igreja Batista. Em domingo teve reunião da Associação, depois mais nada, ficar em casa, dormir e ficar de boa. [...] Eu vou na Igreja domingo de manhã, é aqui perto. Gosto de ir na Igreja. Primeiro: eu gosto de Deus né e depois eu sou filha de pastor. [...] Tá tudo bem, a vida está bem, a família está bem... Mas não tenho amigos, eu tinha, mas agora sumiu tudinho. Eu não tenho tempo pra ficar falando... Porque quando eles vêm aqui na minha casa eu tenho que descansar né, por causa do trabalho, daí eles não falam comigo. Os meus amigos não trabalham, e daí quando eu*



*trabalho quero descansar sábado e domingo e eles querem sair (Celeste, E11).*

Outras falas também destacam a importância da Igreja para a comunidade haitiana de Cascavel:

Entrevistador: *Até hoje você continua com envolvimento com a Igreja?*

Raymond (E2): *Sim, sigo indo na Igreja. Me envolvo muito com atividades da Igreja. É um ato social, também (Raymond, E2).*

Mersault (E3): *Por exemplo, eu não pedi ajuda das Igrejas, mas eu acho que a Igreja é a que mais ajuda. Eu vou à Igreja cada domingo, depois volto pra casa. Esse é meu dever. Tem que ir sempre. Não tenho amigos... Só conheço o pastor, mas não conversei nada com ele.*

Entrevistador: *E quais são os lugares que você frequenta?*

Mersault (E3): *Nenhum. Só em casa. Meu único prazer é ir à Igreja. Igreja Presbiteriana, no centro.*

Nesse sentido, Guimarães (2005) sintetiza o papel das Igrejas no provimento do apoio social (material e espiritual):

Essas igrejas promovem diversos tipos de trabalhos sociais para a comunidade, como distribuição de cestas básicas, atendimento médico e odontológico, cursos extraclasses para adolescentes e de alfabetização para adultos, cortes de cabelo, festas passeios, além de encaminhar as pessoas para arrumar emprego e buscar soluções para os problemas. Os cultos religiosos são também, em geral, atrativos para os fiéis, ao proporcionarem um ambiente relaxante onde eles podem ouvir as músicas evangélicas tocadas e cantadas ao vivo, cantar junto e dançar ou apenas balançar o corpo, o que representam por si só práticas terapêuticas (p. 186).

Portanto, o problema da ‘religiosidade e saúde’ não se relaciona tanto à possibilidade de supostas ‘curas milagrosas’ oferecidas em alguns cultos religiosos. O que deve ser levado em consideração nessa discussão é a potencialidade das instituições religiosas de promoverem saúde, via apoio social (RABELO, 1993; CERQUEIRA-SANTOS; KOLLER; PEREIRA, 2004; MELLO; OLIVEIRA, 2013; MARQUES, 2016).

É preciso considerar, também, que a religiosidade popular pode ser encarada como uma forma de “protesto simbólico” (VALLA, 2002, p. 71), sobretudo em face de conjunturas nas quais outras formas de protesto não são vistas e sentidas pela população como possíveis ou resolutivas. Esse protesto não é sempre visível. Trata-se mais de formas de resistência ‘sutis’ que garantem a sobrevivência da população. Afirmar que a população tem clareza de sua situação social pode significar também clareza de que uma melhoria significativa seja

uma ilusão. Assim, onde aparentemente há apenas ‘fatalismo’ pode haver escondida uma profunda inconformidade (VALLA, 2000b; 2002).

Colocando-se contra o ‘ateísmo vulgar’ de sua época – que afirmava a necessidade do indivíduo judeu renunciar à religião para ter seus direitos garantidos no Estado alemão –, Marx (2010) defende que a religião é o “aroma espiritual” de um “mundo invertido” (p. 145). Nesse sentido, afirma:

A miséria **religiosa** constitui ao mesmo tempo a **expressão** da miséria real e o **protesto** contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o **ópio** do povo (MARX, 2010, grifos do autor, p. 145).

Isto é, a essência da religião é contraditória: ela ao mesmo tempo ‘expressa’ a miséria da condição humana e ‘protesta’ contra essa mesma miséria. Trata-se, como afirma Marx (2010) de “uma condição que necessita de ilusões” (p. 146). A religião deve ser entendida como uma forma particular do homem se ver no mundo e, por isso, produto das condições materiais de existência de uma sociedade. Mas, ao mesmo tempo em que expressa essas condições materiais em nível intelectual, ela também protesta contra ela. Não obstante, como demonstramos anteriormente, a religião é uma das formas encontradas pelas camadas mais pobres da população para sobreviver às adversidades produzidas pelo modo de produção e organização da vida social que, neste momento histórico, diz respeito ao capitalismo.

## 7 IMIGRAÇÃO, RACISMO, VIOLÊNCIA E SAÚDE

### 7.1 IMIGRAÇÃO E SAÚDE

Como destacado na seção de referencial teórico-metodológico, a migração é algo tão antigo quanto a própria história do homem. Basta lembrar que os primeiros grupos de humanos eram ‘nômades’, isto é, vagavam pela superfície terrestre sem um local de moradia fixo, em busca de comida e abrigo.

A migração, assim, atravessa a história da humanidade, passando pela Grécia Antiga, o Império Romano, a Idade Média, o Renascimento e, finalmente, o modo de produção capitalista. Em algumas dessas sociedades – na Grécia Antiga, por exemplo –, o indivíduo proveniente de outros locais do globo não era considerado cidadão e não usufruía de direitos como os nativos. Muitas vezes era até escravizado.

Na história do Brasil, a partir da chegada dos portugueses em 1500, ocorre uma série de processos migratórios: a vinda de portugueses e outros europeus durante o Império; o tráfico humano de africanos para trabalho escravo, até meados do século XIX; a imigração massiva de europeus (alemães, italianos etc.) e japoneses na virada do século XIX para o século XX.

Por outro lado, apesar da característica de ser praticamente ‘natural’ ao ser humano, diversos autores apontam uma mudança recente no volume e nos padrões migratórios em todo o mundo. Isto é, eles estão bastante relacionados a questões econômicas, sociais, políticas e históricas. Os processos globais de fundo que auxiliam na compreensão destes fenômenos dizem respeito às crises recentes do capitalismo, à globalização e reestruturação da economia, à divisão internacional do trabalho e internacionalização dos mercados (PATARRA, 2005; LIVINGSTON *et. al.*, 2007; SOTOMAYOR, 2007; VARELLA; PIERANTONI, 2007; COUTINHO; OLIVEIRA, 2010; CABIESES *et. al.*, 2013).

Varella e Pierantoni (2007), para citar um exemplo, recuperam a dimensão histórica da imigração. Segundo essas autoras,

A migração internacional não é um fenômeno recente, já sendo relatado no final do século XIX e início do século XX, em que europeus buscavam melhores condições de trabalho na América, e em meados do século passado, fugindo da guerra e de suas consequências. Entretanto, esse fenômeno se torna mais crescente e complexo com a internacionalização da economia (p. 201).

No decorrer da história, três padrões migratórios foram identificados na América Latina: (1) imigração provida de outros continentes, especialmente de meados do século XIX até meados do século XX, com um forte componente europeu; (2) migração intra-regional (Sul-Sul), particularmente entre as décadas de 1970 e 1990; e (3) migração do Sul para o Norte, particularmente durante as últimas décadas, resultando na perda de trabalhadores qualificados da América Latina, fenômeno conhecido como *'brain drain'*<sup>28</sup> (KARTZOW, 2009; CABIESES *et. al.*, 2013).

Contudo, mais recentemente, uma crescente migração Sul-Sul tornou a emergir na América Latina e Caribe, como resultado do movimento de pessoas vivendo em países relativamente pouco desenvolvidos (Bolívia, Equador, Peru e Haiti, por exemplo) para países vizinhos mais desenvolvidos (como Argentina, Brasil e Chile) (CABIESES; TUNSTALL, 2012; CABIESES *et. al.*, 2013). Esse parece ser o caso da imigração haitiana para o Brasil.

Devido à falta de oportunidades para mulheres em vários países da região, está sendo observada, também, uma feminização da migração. Uma crescente proporção de mulheres de países pouco desenvolvidos está migrando para países vizinhos para trabalhar em serviços manuais e domésticos. Em muitos casos, estas mulheres realizam uma remessa de dinheiro para suas famílias que ainda residem no país de origem (CABIESES *et. al.*, 2013).

Para Villen (2014), o período de consolidação da agenda neoliberal, nas décadas de 1980 e 1990, foi acompanhado de mudanças importantes no que se refere à imigração laboral. A realidade do Brasil, por exemplo, vem sendo marcada por um novo tipo de imigração – muito diferente daquela que caracterizou, há mais de cem anos, a vinda de imigrantes brancos para o país.

Varella e Pierantoni (2007) afirmam que “[...] a globalização econômica acirrou a assimetria entre os países, elevando os patamares de pobreza de um conjunto majoritário de nações, que concentram dois terços da população mundial” (p. 200). Essa globalização contornou uma nova divisão internacional do trabalho, estabelecendo uma concorrência desleal entre países centrais, semi-periféricos e periféricos.

Ramos (apud COUTINHO; OLIVEIRA, 2010, p. 548) chama a atenção para outras dimensões envolvidas na migração

---

<sup>28</sup> O chamado *"brain drain"* (CABIESES; TUNSTALL, 2012, p. 161) – ou, numa tradução literal para o português, 'fuga de cérebros' – tem sido descrito como a migração de trabalhadores altamente qualificados que ocorre majoritariamente dos países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos. Nas últimas décadas, a taxa de 'fuga de cérebros' cresceu em todo o mundo. A perda de trabalhadores qualificados para outros países também tem sido reportada na América Latina (CABIESES; TUNSTALL, 2012).

Contudo, a migração não implica apenas a deslocação espacial. Em tal fenômeno, existe a constituição de um processo complexo e contraditório, de uma experiência de perda, ruptura e mudança. Essa experiência é vivenciada pelos indivíduos migrantes de uma forma mais ou menos traumatizante ou harmoniosa, segundo os seus recursos psicológicos e sociais, as características da sociedade dominante e as condições de acolhimento do país receptor.

Ao longo do século 20, pôde-se verificar um forte declínio da participação dos imigrantes internacionais no total da população brasileira, considerando-se o total de estrangeiros residentes no país nos levantamentos censitários. Nas últimas décadas do século, eles atingiam um total de 912 mil em 1980, decrescendo para 767.781 (0,52% da população total do país) em 1991, e 651.226 (0,38%) em 2000. Na verdade, grande parte desse contingente é formada pelos sobreviventes dos grandes fluxos das etapas anteriores (PATARRA, 2005).

Hoje, os atores sociais responsáveis pelos maiores aumentos em números absolutos do fluxo de entrada de imigrantes no Brasil são, em primeiro lugar, “latino-americanos, mas também asiáticos, africanos [...] e refugiados políticos de diferentes nacionalidades” (VILLEN, 2014, p. 85-86).

Por seu histórico de país receptor de correntes migratórias, o Brasil não parece apresentar restrições à chegada de estrangeiros. No entanto, segundo Waldman (2011, p. 92), isso dissimula a realidade: o viés adotado pela política migratória brasileira é seletivo e restritivo à entrada dos considerados “indesejáveis”. Para Villen (2014, p. 88), o país vem sendo alvo de uma onda imigratória dupla, de força de trabalho qualificada e não-qualificada, diante de fronteiras “altamente seletivas”, mas também “estrategicamente porosas”. Isto é, aqueles que interessam ao capitalismo nacional – seja por que possuem alta qualificação ou, pelo contrário, por possuírem baixo valor de sua força de trabalho – têm sua entrada estrategicamente facilitada. Isso ocorre por que a imigração – quando controlada, seletiva e restritiva – é funcional a acumulação capitalista (BASSO, 2013).

Waldman (2011) afirma:

O Brasil, por seu histórico de país receptor de correntes migratórias e por sua população composta pelas mais distintas mesclas de nacionalidades, aparenta não apresentar restrições à chegada de todo aquele que nele vê uma oportunidade de nova pátria. Tal perspectiva, no entanto, dissimula o viés adotado pela política imigratória brasileira que tem como essência a seletividade na permissão de ingresso de estrangeiros e apresenta restrições à entrada dos considerados indesejáveis ao país (p. 91-92).

O imigrante é comumente visto com desconfiança pelos membros da sociedade receptora, principalmente quando sua presença não está autorizada e quando existe a percepção de que ele poderá competir com os cidadãos locais pelos bens, serviços públicos e postos de trabalho. “Desta forma, inevitavelmente, sofre com as diferenças culturais, a precarização das condições de trabalho e as dificuldades de integração na sociedade, que incluem, dentre outros, os problemas de acesso aos serviços básicos, o preconceito e a discriminação” (WALDMAN, 2011, p. 93).

## 7.2 RACISMO, IMIGRAÇÃO E SAÚDE

### 7.2.1 O racismo no modo de produção capitalista

O racismo é uma ideologia pseudo-científica fundada no Século XIX a partir da noção de ‘raça’. Para a biologia, raça denota a existência de linhagens distintas dentro de uma mesma espécie, ou seja, subespécies. Contudo, na espécie humana, a variabilidade genética representa de 93% a 95%, indicando, definitivamente, a ausência de raça do ponto de vista biológico. O conceito de raça é, portanto, uma construção social (MINAYO, 2009).

O racismo é direcionado a uma série de características – cor da pele, inteligência inferior, preguiça, sexualidade superativa etc. – que são atribuídas ao grupo oprimido e que servem para justificar a sua opressão. “O que importa realmente é a idéia de um conjunto sistemático de diferenças – do qual as diferenças físicas visíveis são uma parte – entre opressores e oprimidos, mais do que as diferenças físicas em si.” (CALLINICOS, 2000, p. 9-10, grifo nosso).

Para Callinicos (2000), o racismo é uma das características centrais das sociedades capitalistas avançadas. Ele está institucionalizado na discriminação sistemática que as pessoas negras sofrem no trabalho, moradia, no sistema educacional e no assédio pela polícia e autoridades do controle de imigração.

A explicação liberal desse fenômeno, ainda bastante popular no meio acadêmico, procura retirar a especificidade social e história do racismo. Simplifica o racismo, assim, a uma questão de atitude individual.

A visão liberal tradicional, ainda muito influente, trata o racismo primeiramente como um problema de atitude: o problema todo se resume em que os brancos têm preconceitos contra os negros. A solução óbvia, aparentemente, seria educar os brancos para despojá-los de seus preconceitos (CALLINICOS, 2000, p. 5).

Comumente se fala que o racismo faz parte da natureza humana, ou seja, não poderia ser extirpado, pois os humanos tenderiam naturalmente a tal comportamento. Callinicos (2000), por outro lado, discorda dessa afirmação. Para ele,

[...] o racismo é um fenômeno moderno. Diz-se frequentemente que o racismo é tão antigo quanto a natureza humana e em consequência não poderia ser eliminado. Pelo contrário, o racismo tal como o conhecemos hoje se desenvolveu nos séculos 17 e 18 para justificar o uso sistemático do trabalho escravo africano nas grandes plantações do ‘Novo Mundo’ que foram fundamentais para o estabelecimento do capitalismo enquanto sistema mundial. O racismo, portanto, formou-se como parte do processo através do qual o capitalismo tornou-se o sistema econômico e social dominante. As suas transformações posteriores estão ligadas às transformações do capitalismo (p. 8).

Trata-se, originalmente, de uma ideologia criada para justificar a utilização do trabalho escravo de africanos nas *plantations*, entre os séculos XVI e XVIII. Estas eram um sistema de produção agrícola baseado em monoculturas para exportação, utilizadas nas colônias europeias na América, inicialmente no Caribe e nas Antilhas. Uma vez que o capitalismo recém consolidado advogava a ‘liberdade’ como um de seus fundamentos, foi preciso justificar o emprego de negros africanos em regime de trabalho escravo nesse sistema.

Isso faz Callinicos (2010) afirmar de forma categórica: “Diferenças raciais são **inventadas**: isto é, emergem como parte de uma relação de opressão historicamente específica para justificar a existência dessa relação” (p. 10, grifos nossos). E, ainda: “A escravidão não nasceu do racismo: ao invés disso, o racismo foi a consequência da escravidão” (p. 14). Racismo é, assim, uma relação social (ALMEIDA, 2016).

É o francês Arthur de Gobineau (1816-1882) que conceitua, pela primeira vez, com seu *‘Ensaio sobre as desigualdades raciais’*, um corpo teórico estruturado sobre o racismo. Trata-se da primeira tentativa ambiciosa de reconstruir toda a História Universal por meio da teoria racista. Tal teoria se relaciona com o chamado ‘darwinismo social’, corrente do pensamento idealista e conservador (KOIFMAN, 1986).

Koifman (1986) explica o darwinismo social:

A partir das conclusões obtidas por Darwin no campo das ciências biológicas, particularmente aquelas referentes à luta pela sobrevivência e a seleção natural das espécies mais aptas e resistentes, mas também através dos avanços na química e na física, estes pensadores [vinculados ao darwinismo social] passam a aplicá-los de forma mecânica à compreensão dos fatos sociais contemporâneos (p. 282).

É a velha tentativa de explicar a sociedade e o comportamento humano por meio de conceitos biológicos, voltada para justificar a opressão de um grupo social. Desta forma, o darwinismo social, a partir da respeitabilidade de sua metodologia pseudo-científica, gera em seu bojo a luta pela existência entre as raças, respaldando a expansão colonial e a disparidade entre os grupos e camadas sociais, em especial no interior da classe trabalhadora (KOIFMAN, 1986).

Relembrando a contribuição de Lukács, Koifman (1986) recupera os aspectos fundamentais do fenômeno racista enquanto ideologia:

(a) o racismo é um fenômeno historicamente determinado e, enquanto tal, a serviço das posições das classes dominantes, em distintos momentos; (b) esta ‘postura de classe’ advém da sua ruptura com o conceito de humanidade, concebida como o progresso advindo dos esforços de várias gerações, ao longo do tempo, em diferentes formações sociais; (c) mais que um conjunto de conclusões obtidas mediante uma metodologia de investigação, ele apresenta várias premonições elitistas *a priori* sobre as desigualdades entre os homens, valendo-se, para isto, de conceitos pseudo-científicos ou não (p. 284).

Todavia, o racismo, atualmente, não é simplesmente um eco do passado. Ele resulta, hoje, das divisões que foram fomentadas entre diferentes grupos de trabalhadores, cuja competição no mercado de trabalho é intensificada pelo fato de que os mesmos, frequentemente, vêm de diferentes partes do mundo, agrupados no interior de fronteiras de um mesmo Estado pelo apetite insaciável do capital por força de trabalho. Isto é, o racismo contemporâneo está diretamente relacionado aos processos migratórios produzidos no interior do capitalismo globalizado. “Desta forma o racismo serve para jogar os trabalhadores uns contra os outros, e para impedi-los de combater efetivamente os padrões que exploram a todos eles, independente de sua cor ou origem nacional” (CALLINICOS, 2000, p. 8).

Para Callinicos (2000),

Os capitalistas empregam trabalhadores imigrantes por causa dos benefícios econômicos que trazem: contribuem para a flexibilização da oferta de trabalho, são frequentemente incapazes de recusar empregos de baixo salário ou trabalhos sujos envolvendo turnos e, uma vez que os custos de sua formação foram pagos em seus países de origem, esses trabalhadores trazem, através dos impostos que pagam, uma contribuição líquida para a reprodução da força de trabalho no país ‘hóspede’. Mas, mais do que isso, a existência de uma classe trabalhadora composta por ‘nativos’ e imigrantes torna possível a divisão da classe sobre bases raciais, particularmente se as diferenças de origem nacional correspondem, pelo menos parcialmente, às



diferentes posições na divisão técnica do trabalho (por exemplo, entre trabalhadores qualificados e não qualificados) (p. 22).

Por um lado, ideologia racista proporciona aos operários brancos o ‘conforto’ de acreditarem ser parte da classe dominante. Provê, em tempos de crise, um ‘bode expiatório’ na forma do grupo racial oprimido. Por outro lado, Callinicos (2000) pensa que os trabalhadores brancos não aceitam as ideias racistas porque sejam diretamente beneficiados por elas, mas sim “por causa do modo pelo qual a competição no mercado de trabalho entre grupos diferentes de trabalhadores é reforçada pelos esforços conscientes e inconscientes dos capitalistas, engendrando divisões raciais em larga escala” (p. 29). O racismo é, na verdade, prejudicial à toda classe trabalhadora, pois a impede de lutar unificada pelos seus interesses reais (CALLINICOS, 2000).

### 7.2.2 Racismo e saúde na sociedade brasileira

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, em 1888. Durante os mais de 300 anos desde a colonização portuguesa até a abolição, estima-se que mais de 3 milhões de africanos tenham sido traficados para o Brasil para o trabalho escravo nas lavouras de cana-de-açúcar e café (KALCKMANN *et. al.*, 2007). O próprio ato da abolição, segundo Ianni (1987), foi mais influenciado por fatores político-econômicos do que por motivos éticos e morais.

O trabalhador escravizado era visto como uma ‘peça’, um objeto, uma coisa que tinha um proprietário e, por isso, podia ser alugado, vendido, comprado. Entrava na contabilidade das fazendas ao lado das cabeças de gado, das ferramentas e outros bens materiais que pertenciam ao fazendeiro (NUNES, 2006)

Na segunda metade do século XIX, governa, na sociedade brasileira, a contradição entre a produção de **mercadorias** e o emprego de força de trabalho **escrava**. Essa contradição se desenvolve e impõe uma contradição profunda entre o modo de produção (capitalista) e as relações de produção (escravistas), que se torna aberta e incômoda (IANNI, 1987).

Ianni (1987) descreve o processo de mercantilização da produção nas fazendas de café, que contribui para o desenvolvimento da contradição anteriormente mencionada:

Na cafeicultura, em especial no oeste paulista, a **fazenda** se transforma em **empresa**. A racionalidade inerente à economia mercantil penetra progressivamente a unidade produtiva. [...] a comercialização do café impõe a reelaboração dos fatores e da organização na fazenda, transformando-a numa empresa, no sentido de empreendimento capitalista (p. 16, grifos do autor).

O fazendeiro descobre que o escravo é um investimento relativamente oneroso. O investimento em escravos se torna algo antieconômico: há um antagonismo entre o trabalhador escravo e as possibilidades de ampliação da margem do lucro. O progresso possível do sistema econômico-social passou a depender, claramente, da eliminação do trabalhador da esfera dos meios de produção. Não apenas no sentido da abolição da escravatura, mas também no sentido de criação de um mercado efetivo de força de trabalho, com base no trabalhador livre (IANNI, 1987).

Para que a atividade produtiva do trabalhador adquira a condição de mercadoria, é preciso que o trabalhador escravo ganhe a liberdade. Como cidadão livre, ele venderá a sua força de trabalho no mercado, segundo as tendências da oferta e da demanda. Ele mesmo passa a ser o responsável pela manutenção de sua própria força de trabalho, que lhe pertence. “Assim, o **escravo** se torna **operário**” (IANNI, 1987, p. 21, grifos do autor).

Polly (2000) argumenta:

O racismo é um traço marcante e essencial da sociedade brasileira desde o início da colonização portuguesa, há [...] 500 anos. As formas de manifestação do racismo mudaram desde a época em que o racismo oficial se baseava nos ‘Estatutos de pureza de sangue’, que dividia a sociedade entre as pessoas de ‘sangue limpo’ e ‘sangue infecto’. Ninguém ousa defender, hoje em dia, de forma aberta o racismo ‘científico’ de um Gobineau’ [...]. Tampouco alguém teria coragem de defender o ‘embranquecimento’ da população brasileira, como muitos o fizeram no passado, propondo um maior fluxo de imigrantes europeus. Pelo contrário, o discurso oficial da classe dominante é o de apresentar o país como uma nação harmônica, multiétnica. Quando se reconhece a existência do racismo é para apresentá-lo como sendo ameno, ou, ‘cordial’ (p. 1-2).

Apesar da sua realidade indubitável, o racismo no Brasil é um tabu: “De fato, os brasileiros se imaginam numa democracia racial. Essa é uma fonte de orgulho nacional e serve, no nosso confronto/comparação com outras nações, como prova incontestada de nosso *status* de povo civilizado” (GUIMARÃES, 1995, p. 26). Trata-se de um ‘racismo sem racistas’, já que ninguém se considera racista, mas boa parte da população acredita existir racismo (ZAMORA, 2012)

Assim surge a ideia de ‘democracia racial’, “uma arma ideológica produzida por intelectuais das elites dominantes brancas, destinada a socializar a população brasileira de brancos e não brancos como [socialmente] iguais, evitando, desta forma, um conflito racial no Brasil” (SCHUCMAN, 2010, p. 45).

As consequências do racismo estrutural da sociedade brasileira são nefastas. Entre outras coisas: os negros têm menor rendimento domiciliar *per capita*; são a maioria da população favelada (3/4); tem menor acesso à alfabetização e à educação formal; recebem menos pelo trabalho desenvolvido; e são os que mais morrem por causas externas (violência). Todas essas questões têm implicação direta na saúde, expressas nos índices de morbimortalidade da população negra (LOPES, 2005).

Segundo Schucman (2010), os mecanismos e instituições sociais que permitem o funcionamento do racismo no Brasil, são: (1) as explicações para as desigualdades, calcadas na ideia de raças superiores e raças inferiores foram transformadas e substituídas pela ideia de culturas superiores e culturas inferiores, permanecendo a hierarquia entre a civilização branca europeia sobre as civilizações africanas e negras. A ideia de ‘cultura’ transformou-se, então, em uma noção tão fixa, estanque e estável quanto a ideia de raça biológica; (2) a noção de cor e a aparência física, no imaginário popular, substituiu oficialmente as raças; (3) as relações raciais brasileiras promovem uma desigualdade informal perante a lei, pois, por exemplo, os negros são vítimas preferenciais da violência arbitrária dos policiais; (4) o racismo brasileiro foi sistematicamente negado pela alegação de que o preconceito no país era algo ligado a classe, supondo que “negar a existência das raças significa negar o racismo” (SCHUCMAN, 2010, p. 46).

### 7.2.3 Os haitianos em Cascavel e o racismo

Quanto à questão do racismo, houve contradições nos depoimentos coletados. Isto é, alguns dos entrevistados percebem o racismo, enquanto outros não. O problema não é identificar ou não a existência de racismo por meio da fala dos sujeitos, uma vez que temos como pressuposto – a partir do referencial teórico e dos artigos utilizados para a discussão dos resultados – sua presença irrefutável na sociedade brasileira. Trata-se, nesse sentido, de descortinar as formas como esse racismo se manifesta em relação aos haitianos e como eles o tem percebido (ou não).

Os dois brasileiros entrevistados, João e José, concordaram na existência de racismo em relação aos haitianos de Cascavel:

*Eles relatam que no trabalho às vezes eles sofrem discriminação. Às vezes precisam fazer os trabalhos mais pesados, por exemplo, na construção civil, que os brasileiros não querem fazer, então é dado pra eles. Às vezes nas ruas eles se sentem discriminados. São relatos que eles fazem, de situações que eles vão vivendo. Às vezes pessoas não querem alugar a casa pra eles*

*porque são haitianos. Então a gente faz uma leitura de preconceito, de xenofobia (João, E1).*

Em relação ao aluguel de apartamentos ou casas para haitianos, algumas situações foram relatadas no portal da CGN. Corazza (2014) noticia uma ameaça sofrida por nove haitianos residentes em dois apartamentos num dos bairros da cidade. Um agente penitenciário foi apontado como autor das ameaças. Ele teria ‘visitado’ os estrangeiros, com uma arma em punho, e determinado que eles deixassem o edifício, se não seriam mortos ou seriam colocadas drogas ilícitas no apartamento para incriminá-los (CORAZZA, 2014; MACHADO, 2014a). A síndica do edifício também teria se envolvido no caso, desligando o fornecimento de gás dos apartamentos para impossibilitar a estadia dos haitianos. Ambos foram autuados pelo crime de racismo (MONTEIRO, 2014c).

João relembra outros dois casos de racismo, um deles ocorrido numa cidade próxima a Cascavel, na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai:

*Teve um recente caso agora, não foi em Cascavel, foi em Foz<sup>29</sup>, dum haitiano que foi espancado por um grupo, e foi xenofobia. Cascavel, por exemplo, tem quem se preocupe com os haitianos? Tem. Mas a gente percebe reações de quem não gosta da presença deles. Via redes sociais, por exemplo, muitas manifestações de xenofobia e preconceito. É triste. Teve aquele caso, também, talvez possa te ajudar. Aconteceu dois anos atrás, por causa do ebola. Um africano chegou a Cascavel com febre e coisa e foi internado. Houve a notícia de que ele estava com ebola. Isso gerou uma reação na cidade contra os haitianos, de que eles eram africanos, que tinham que voltar pra África, que eles tinham vindo pra cá trazer doenças pra brasileiros. Foi um caso de preconceito muito grande. O caso foi descartado. Chegou a ir pro Rio de Janeiro, mas não era ebola. E era um africano, não era haitiano (João, E1).*

O caso do haitiano agredido em Foz do Iguaçu foi noticiado pela mídia regional. Segundo notícia veiculada pelo portal G1, o haitiano tinha 33 anos e era estudante da Unila. Foi agredido por um grupo de jovens na madrugada do dia 14 de maio de 2016, no centro da cidade. De acordo com a vítima, insultos racistas e xenófobos foram proferidos pelos agressores (O GLOBO, 2016).

Em 2014, ocorreu uma suspeita de ebola em Cascavel, lembrada por João em sua entrevista. Tratava-se de um estrangeiro de 47 anos, proveniente da Guiné, que apresentava sintomas condizentes com o quadro da doença. Ele chegou a ser enviado para a Fiocruz do Rio de Janeiro, mas o caso foi descartado (O GLOBO, 2014).

---

<sup>29</sup> Foz do Iguaçu é uma cidade localizada a 140 km de Cascavel, com aproximadamente 260 mil habitantes.

Outro caso de racismo envolvendo haitianos em Cascavel ocorreu em uma loja de departamentos da cidade. Segundo João:

*Teve um caso que foi até notícia nacional, que foi dentro das lojas [nome da loja]. Porque a [nome da loja] fazia remessa de dinheiro pro Haiti, e os haitianos iam até lá, e num determinado dia uma funcionária destratou um deles, agiu de forma grosseira. Entende-se que foi um caso de preconceito (João, E1).*

De acordo com Wronski (2015c), na loja em questão havia um serviço de transferência de moedas para o exterior, por meio do qual os haitianos realizavam remessas de dinheiro para os familiares no Haiti. Foram registradas imagens de uma confusão entre uma atendente da loja e um grupo de haitianos, que se sentiram discriminados. Ela ‘gritava’ e ameaçava não realizar o atendimento dos haitianos, que formavam fila no local (LAÍNY, 2015a; WRONSKI, 2015c).

José, por outro lado, resume da seguinte forma a situação de racismo e preconceito vivenciada pelos haitianos ao longo de sua estadia em Cascavel:

*As primeiras levas que vieram sofreram muito preconceito. Houve muitas posturas racistas e também um discurso de caráter xenófobo, de que eles vieram tirar nossos empregos. Isto ocorreu na primeira leva. Havia muito problema, por exemplo de: (a) pessoas não querendo alugar casas para os haitianos; (b) junto aos serviços públicos; (c) com atendimentos médicos; (d) junto às escolas. Esses problemas foram lentamente sendo contornados e a comunidade foi se impondo. [...] Além de ter o preconceito de eles serem negros, imigrantes e pobres, existe o de não falarem a língua portuguesa. Então, existem quatro tipos de preconceitos que se sobrepõem à comunidade (José, E10).*

A ideia de que os imigrantes vêm para o país receptor para ‘roubar’ os empregos dos nativos é bastante recorrente no imaginário popular, sendo fomentada por grupos fascistas que sobrevivem na sociedade brasileira. De fato, o desemprego no Brasil é preocupante<sup>30</sup>. Mas isso não é culpa dos estrangeiros: como discutimos anteriormente, o desemprego é funcional ao sistema capitalista, e ele é fomentado pelas classes dominantes. A atração de imigrantes contribui também, nesse sentido: para aumentar a competitividade entre os trabalhadores, para rebaixar o salário dos mesmos e para manter um exército industrial de reserva apto a ingressar nos quadros das empresas quando necessário. Conclui-se que o desemprego é ‘estrutural’ ao sistema capitalista. O que significa dizer que não há capitalismo sem desemprego.

---

<sup>30</sup> Em dezembro de 2016 estimava-se o número de 12 milhões de desempregados no Brasil.

Outros três casos de racismo são noticiados pela CGN: (1) uma injúria racial sofrida por R. P. L., haitiano que trabalha em uma metalúrgica de São José dos Pinhais. Ele teria sido ameaçado por um amigo do proprietário da metalúrgica após ter sofrido um acidente de trabalho no qual teve dois dedos amputados, apenas dois dias após ter sido admitido na empresa (LIOTO, 2015b); (2) ameaça e injúria racial sofridas por um haitiano que vivia em Cascavel há cerca de quatro anos. O agressor seria um ‘policial’ e ex-morador do bairro, que passava em frente à empresa onde o haitiano trabalhava com uma arma de fogo, fazendo ameaças e xingamentos (CORAZZA, 2015f); (3) preconceito quanto à suposta presença de doenças transmissíveis como HIV, hepatite e tuberculose entre a comunidade haitiana, sem maiores investigações que a comprovem (LAÍNY, 2015b).

Como já assinalamos, existem controvérsias em relação à percepção do racismo pelos haitianos. Mersault, por exemplo, percebe claramente a existência de preconceito entre os brasileiros, mesmo no interior do processo de trabalho:

*Entrevistador: Como era a relação de vocês, haitianos, com os colegas de trabalho brasileiros?*

*Mersault (E3): Tem preconceito. De perto ou de longe. Mas se você tá olhando, não vai aparecer. Mas tem. Tem muito preconceito. Eu sentia. Na verdade, você recebe o mesmo dinheiro, a mesma coisa, mas no trabalho, é diferente. O brasileiro fica mais à vontade. [...] Pra mim deveria ter uma sensibilização pros brasileiros não julgarem pela aparência. Todo mundo é humano. Há um pouco de preconceito. Por exemplo, o haitiano não pode ser encanador, eletricista ou mecânico. Qualquer país do mundo precisa de conhecimentos de fora para se desenvolver.*

Pérez também relata a situação de discriminação sofrida pelos haitianos:

*Então, depois, a situação começou a ficar complicada para os haitianos aqui no Brasil. E os haitianos começaram a ser tratados mal. Porque tem brasileiro, não é todo brasileiro, mas tem uma parte que bate em haitiano, mata haitiano, e eu não sei porque. Falam que o haitiano veio complicar os problemas do Brasil, de crise política, econômica e financeira. Na empresa tem um grande problema. E agora, nem as empresas querem receber haitianos, não querem dar serviço pros haitianos. E os haitianos que estão na empresa, os monitores e os chefes tratam muito mal. Tem problemas de racismo pra resolver nas empresas. Tem problema de egoísmo. Eles tratam mal (Pérez, E4).*

Nesse contexto, Lima e Vala (2004, p. 401) falam em “novas formas de expressão do preconceito e do racismo”. Defendem, assim, que o racismo explícito e vulgar – comum no século XIX e na primeira metade do século XX – deu lugar a um racismo mais “sutil” e

“velado” (LIMA; VALA, 2004, p. 403), em virtude, principalmente, das conquistas do movimento negro no decorrer do século XX. Fala-se em racismo simbólico, racismo moderno, racismo aversivo, racismo ambivalente, racismo cordial e preconceito sutil. Por outro lado, é importante assinalar que as expressões mais flagrantes do racismo ainda existem e que as manifestações mais sutis desse fenômeno podem ser tão danosas e nefastas quanto o racismo ‘explícito’ (LIMA; VALA, 2004).

Raymond, por outro lado, acredita que não há mais preconceito de cor nas sociedades modernas. A discriminação, assim, viria em relação ao *status* social, ao seu ‘funcionamento na sociedade’, a sua educação e comportamento ético:

Entrevistador: *E como você vê a questão da discriminação? Você já se sentiu discriminado em algum momento?*

Raymond (E2): *Olha, nunca tinha pensado nesse assunto. O que eu vejo... Eu vejo que as pessoas olham o status social da pessoa. Essa questão de cor quase não existe mais. Eles olham mais a posição social da pessoa na sociedade. Se você tem uma posição mais ou menos, você é considerado. Se você não tem nada, é desconsiderado. É nisso que eu acredito.*

Entrevistador: *O fato de ser imigrante não afetou nisso?*

Raymond (E2): *Isso vai depender da pessoa. A discriminação racial vai depender de como você funciona na sociedade. A pessoa olha conforme você está funcionando. Se você é uma pessoa educada, ética, não tem como alguém discriminar você. Jamais.*

Entrevistador: *Mas e quando você começa a cobrar os seus direitos?*

Raymond (E2): *Eu acho que tudo tem um jeito de fazer. Depende o jeito que você faz, mesmo se for cobrar, não vai sofrer nenhuma discriminação.*

A compreensão de Raymond pode estar vinculada à sua experiência subjetiva durante a vida e, sobretudo, durante a estadia no Brasil. Contudo, também pode estar relacionada ao seu ‘*status*’ de liderança no interior da comunidade haitiana. Desta forma, seu posicionamento político pretende ‘conciliar’ os interesses e anseios dos haitianos com as normas estruturais da sociedade brasileira. Procura, assim, evitar o conflito, pois ele poderia comprometer sua posição privilegiada tanto na esfera da produção (é gestor de estoque) quanto da reprodução (tem acesso à educação superior privada, mora sozinho etc.) e consumo, se comparado ao restante da comunidade haitiana.

Outro ponto que precisa ser destacado é o lugar da ‘mulher negra e imigrante’ na comunidade haitiana e na sociedade em geral. Conseguimos entrevistar apenas uma haitiana durante o trabalho de campo e isso não foi devido à falta de tentativas e de disponibilidade dos pesquisadores. Por um lado, há que lembrar que as haitianas são minoria entre a população imigrante. Por outro lado, é necessário considerar a vulnerabilidade que a mulher

negra está exposta na sociedade contemporânea, ainda mais quando somada à condição de imigrante.

Para Carneiro (2016),

[...] a conjugação de racismo e sexismo sobre a mulher negra resulta, na prática social, no fato de que as conquistas dos movimentos de mulheres acabam privilegiando socialmente as mulheres brancas e de que as conquistas dos movimentos negros tendem a privilegiar os homens negros, mantendo-se para a mulher negra o confinamento nos piores lugares da hierarquia social (p. 18).

No trato dessas questões deve-se considerar, portanto, a consubstancialidade das relações de sexo, de raça e de classe social. Essas três dimensões da realidade social são interdependentes, levando à necessidade de se considerar, conjuntamente, todas as formas de opressão e dominação (HIRATA, 2014).

É preciso reafirmar, pois, a essência histórica e social do racismo:

[...] não há nada espontaneamente visível na cor de pele, no formato do nariz, na espessura dos lábios ou dos cabelos, ou mais facilmente discriminatório nesses traços do que em outros, como o tamanho dos pés, a altura, a cor dos olhos ou a largura dos ombros. Tais traços só têm significado no interior de uma ideologia preexistente [...], e apenas por causa disso, esses traços funcionam como critérios e marcas classificatórias. Em suma, alguém só pode ser classificado num grupo de cor se existe uma ideologia na qual a cor das pessoas tem algum significado. Isto é, as pessoas têm cor apenas no interior de ideologias raciais, *stricto sensu* (GUIMARÃES, 1995, p. 34).

A resistência dos grupos diretamente afetados pelo racismo é fundamental. Como lembra Carneiro (2016, p. 13) “o racismo é um sistema de dominação, exploração e exclusão que exige a resistência sistemática dos grupos por ele oprimidos”. A organização política é substancial nesse sentido, isso porque “a eliminação do racismo é parte constitutiva da luta de classes propriamente dita” (DEVULSKY, 2016).

Como assinalado, o racismo, atualmente, envolve manifestações sutis e veladas. Contudo, as manifestações mais explícitas e agressivas, como a violência, não foram eliminadas. É o que veremos a seguir.

## 7.3 VIOLÊNCIA E SAÚDE

### 7.3.1 O campo interdisciplinar de estudos em violência e saúde



Para Minayo (2007), a violência não é, em si, um tema da saúde pública. Porém, ela se transforma em problema crucial para a área da saúde “porque afeta a saúde individual e coletiva e exige, para sua prevenção e enfrentamento, a formulação de políticas específicas e organização de práticas e de serviços peculiares ao setor” (p. 1260).

Trata-se de um problema social que acompanha toda a história da humanidade. Contudo, a violência é um problema produzido social e historicamente e, por isso, tem solução. Minayo (1994) defende a ideia de que “[...] a violência não faz parte da natureza humana e [...] não tem raízes biológicas. Trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade” (p. 7). Ela afeta decisivamente a saúde, pois: provoca morte, lesões e traumas físicos; provoca agravos mentais, emocionais e espirituais; diminui a qualidade de vida das pessoas; e mostra a inadequação da organização tradicional dos serviços de saúde (MINAYO; SOUZA, 1993; MINAYO, 2009).

A violência pode ser conceituada da seguinte forma:

[...] a violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual. Na verdade, só se pode falar de violências, pois se trata de uma realidade plural (MINAYO; SOUZA, 1998, p. 514).

Uma forma específica de violência social é a violência estrutural, que diz respeito a “formas de manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas que produzem a miséria, a fome e as várias formas de submissão e exploração de umas pessoas pelas outras” (MINAYO, 2009, p. 32).

De acordo com Minayo (2009), a violência estrutural está relacionada à chamada “criminalização dos pobres” (p. 33). Trata-se de uma forma específica de violação dos direitos humano da população:

[...] em torno de 70% dos jovens mortos por policiais ou executados por membros de gangues nas áreas urbanas não têm antecedentes criminais: são pessoas que atuam no mercado informal ou, simplesmente, estudantes. São pobres que passam por uma segunda seleção social, já que a primeira acontece, para os segmentos populares, pela mortalidade infantil (MINAYO, 2009, p. 33).

Apesar da relevância, Minayo (2007) aponta que a inclusão da pauta da violência no setor saúde vem ocorrendo muito lentamente. Segundo a autora, os primeiros textos que

vinculam a violência à saúde datam da década de 1880. No Brasil, apenas um século depois, na década de 1980, é que o tema da violência entra com maior vigor na agenda debates no campo da saúde.

Em 1994, a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), na sua resolução nº 19 *Violencia y Salud*, define que:

A violência, pelo número de vítimas e pela magnitude de sequelas orgânicas e emocionais que produz, adquiriu um caráter endêmico e se converteu num problema de saúde pública em muitos países [...]. O setor saúde constitui a encruzilhada para onde convergem todos os corolários da violência, pela pressão que exercem suas vítimas sobre os serviços de urgência, atenção especializada, reabilitação física, psicológica e assistência social (*apud* MINAYO, 2007, p. 1261).

No Brasil, de acordo com Minayo (2007)

[...] a inclusão da violência e da criminalidade na agenda da cidadania coincide com o término (oficial) da ditadura militar. Os movimentos sociais pela democratização, as instituições de direito e a forte pressão de algumas entidades não-governamentais e organizações internacionais, com poder de influenciar o debate nacional, foram fundamentais para tornar a violência social uma questão pública (p. 1262).

Marcos importantes da inclusão da violência social no arcabouço político da área da saúde no Brasil foram: a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990; o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (PNEVSIJ) de 2002; o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Paism), de 1983; o Estatuto do Idoso de 2003; e a Política Nacional de Redução de Acidentes e Violências (PNRMAV), de 2001. Além disso, destaca-se a estruturação da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde (RNPVPS), iniciada em 2004.

### 7.3.2 A violência social contra os haitianos de Cascavel

Casos de violência envolvendo haitianos residentes em Cascavel foram noticiados pela CGN, no período contemplado pela coleta de dados (2014-2016). Foram encontradas ocorrências relacionadas a agressões físicas, violência doméstica, violência institucional, homicídios e acidentes de trânsito. Não se pode deixar de lembrar, obviamente, os acidentes de trabalho envolvendo haitianos, já relatados e discutidos nas seções anteriores. Os acidentes de trabalho, não obstante, são uma forme específica de violência social.

É preciso notar que a violência social envolvendo os imigrantes haitianos possui duas dimensões. De um lado, ela está inserida no escopo geral da violência que afeta praticamente todos os cidadãos. Por outro lado, a situação dos imigrantes haitianos é agravada pela falta de apoio social que presenciam, além do racismo e das situações de trabalho desfavoráveis. Assim, deve-se olhar para a violência enfrentada pelos haitianos neste duplo sentido.

Entre os casos de violência doméstica – direcionada, sobretudo, às mulheres –, há o da haitiana R. N., 30 anos, agredida por um colega de residência. Ela teve ferimentos no rosto e nas mãos e foi encaminhada para uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da cidade. L. R. também passou por situação parecida, ao ser agredida por outro haitiano com quem dividia despesas. O motivo teria sido, segundo a imprensa, uma ‘dívida de aluguel’. W. P., 24 anos, agrediu a esposa, haitiana de 28 anos, após uma discussão (CORAZZA, 2015e; MACHADO, 2014d; WRONSKI, 2015b).

Nas notícias coletadas, foi relatado um caso de acidente de trânsito envolvendo um haitiano, P. H., de 34 anos. Segundo Monteiro (2014d), ele andava de bicicleta e acabou colidindo com a porta de um carro que estava estacionado. P. H. foi atendido por socorristas do Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (Siate), vinculado ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de Cascavel (CB-PMC).

Destacam-se as agressões físicas envolvendo haitianos: R., 27, se envolveu em um briga com outro haitiano e acabou na UPA, com ferimento por arma branca no pulso; outro caso de briga entre haitianos com agressões físicas foi relatado; E. O., haitiana de 36 anos, foi ‘puxada’ da porta de um ônibus de transporte público e caiu sobre os degraus do veículo; o haitiano C. B., de 24 anos, foi esfaqueado no braço esquerdo por um brasileiro e acabou atendido pelo Siate (OLIVEIRA, 2014a, 2014b; REDAÇÃO, 2015; SILVA, 2014b). Há também o relato de um brasileiro que alegou ter sido agredido por um grupo de haitianos no Centro da cidade de Cascavel. O brasileiro teria ‘xingado’ os haitianos – com conteúdo racista –, o que desencadeou a agressão (OLIVEIRA, 2015).

O caso mais explícito e chocante de violência contra a população haitiana de Cascavel foi a tentativa de homicídio de J. M., 44 anos, ocorrido no Centro da cidade, próximo ao Hospital São Lucas (HSL), em outubro de 2014. Ele foi ferido a facadas no abdome, tendo em decorrência exposição de vísceras. Moradores e transeuntes acudiram a vítima e procuraram socorro do HSL, que teria negado o atendimento (trata-se de hospital privado). J. M. sobreviveu, após um período internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do HU. A polícia que investigava o caso, na época, trabalhava com a hipótese de latrocínio, descartando

prematuramente a ideia de crime por ódio racial ou preconceito (KRATZ, 2014; MACHADO, 2014b; MACHADO, 2014c; MONTEIRO, 2014a; SILVA, 2014a).

João relembra esse caso:

*Teve o caso de um haitiano que foi esfaqueado bem no centro da cidade, me parece que foi roubo seguindo de esfaqueamento. Então teve esse caso. Não consigo lembrar de outra situação [de violência envolvendo haitianos]. Mas teve essa que teve bastante repercussão (João, E1).*

Pérez relata o que ouviu de brasileiros e pensa que o Brasil não está preparado para receber estrangeiros. Para ele, apesar da igualdade nos ‘deveres’, não há uma igualdade de direitos entre estrangeiros e nativos no país:

*Queria te mostrar o que os brasileiros falam. O brasileiro fala ‘já matei dois haitianos, vou matar bastante, vou matar todos’. Não sei pra que. É verdade que tem haitianos que agem mal. Na minha opinião, o Brasil não está pronto pra receber estrangeiros. Não tem leis pros estrangeiros que vivem no Brasil. Eu pago imposto, todas as pessoas no Brasil pagam. Eu também (Pérez, E4).*

O sistema de saúde parece ser realmente a encruzilhada para a qual convergem os casos de violência, como aponta Minayo (2007). Wronski (2015a) relata o caso de haitianos que esperavam atendimento em uma das UPA de Cascavel. Durante as entrevistas, também procuramos compreender como os serviços de saúde da cidade têm atendido os haitianos, segundo a percepção deles.

Entrevistador: *Você já precisou usar algum serviço de saúde aqui em Cascavel?*

Mersault (E3): *Graças a deus, quase nunca fiquei doente. Só que eu ajudava outras pessoas, haitianos que não sabiam falar português. Sempre fiz isso. Acompanhando outros.*

João (E1): *Nos serviços de saúde, eu acredito que não houve recusa em atender os haitianos. Eu não sei de nenhum caso nesse sentido. Se tivesse teria tido repercussão.*

Pérez (E4): *Já precisei usar serviços de saúde aqui da cidade. Fui internado na UPA Venezuela. Tive problema de hérnia, passei 12 dias lá. Ainda não fiz cirurgia, mas pode ser que precise fazer. Me trataram bem. E na Unioeste também. Sexta-feira e terça-feira vou lá fazer tratamento, na Unioeste, porque tenho problema na gengiva.*

Entrevistador: *Já precisou ir no posto de saúde alguma vez?*

Celeste (E11): *Já fui no posto de saúde. Antes era fácil, agora é difícil pra mim ir, porque tem que ir e marcar pra outro dia. Se a pessoa tá doente ela vai morrer até lá... Daí tem que ir ali na UPA.*

Entrevistador: *E na UPA?*

Celeste (E11): *A UPA atende muito bem.*

Entrevistador: *Porque foi no Posto?*

Celeste (E11): *Tive dor de estômago. Ele [médico] me deu soro e dois dias de descanso. Não fez exame nem nada.*

Assim, em uma primeira análise, não parece haver casos explícitos de racismo institucional<sup>31</sup> na relação da população haitiana com os serviços de saúde pública de Cascavel; excetuando-se, claro, o caso anteriormente relatado do haitiano agredido violentamente e que teve o atendimento negado pelo hospital privado.

Os problemas enfrentados pelos haitianos em relação ao acesso aos serviços de saúde parecem ser aqueles enfrentados por toda a população brasileira: barreiras de acessibilidade (filas, agendas extensas, burocracias desnecessárias etc.), baixa resolutividade e ausência de vínculos consolidados entre população e equipe de saúde. Essas questões estão relacionadas à falta de investimento, infraestrutura precária e quadro de profissionais insuficiente. Raymond esclarece:

Entrevistador: *E a população haitiana tem sido bem atendida nos serviços de saúde?*

Raymond (E2): *Essa é uma questão complicada tanto pra nativo quanto pra estrangeiro. Todo mundo reclama do serviço público de saúde. Mas não tem diferença entre nativo e imigrante, as reclamações são iguais. Todos são tratados igualmente.*

Entre as causas da violência, Minayo (1994) aponta: as extremas desigualdades sociais e econômicas; a existência de um Estado omissivo e ineficiente na dotação de políticas sociais básicas; e as contradições políticas no espaço urbano e no campo. Em síntese, a violência se relaciona, no Brasil, “à ausência de um projeto nacional capaz de integrar o grande grupo de risco” (p. 14). A prevenção da violência passa, portanto, “por uma mudança mais profunda do Estado e da sociedade, sobretudo por um processo de democratização política, social, econômica e cultural, onde o setor saúde entra como comparsa de um projeto de nação capaz de avançar na cidadania e na equidade” (MINAYO, 1994, p. 14).

---

<sup>31</sup> O racismo institucional é definido por Kalckmann *et. al.* (2007) como “O fracasso coletivo de uma organização para prover um serviço apropriado e profissional para as pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que totalizam em discriminação por preconceito involuntário, ignorância, negligência e estereotipação racista, que causa desvantagens a pessoas de minoria étnica” (p. 167).

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não esperamos, com esta pesquisa, elaborar uma ‘síntese’ completa sobre a situação de vida, trabalho e saúde dos haitianos em Cascavel. Procuramos estudar e discutir algumas questões envolvidas na presença dos haitianos na cidade, focando na relação trabalho-saúde. Para tanto, utilizamos o referencial da saúde do trabalhador e buscamos nos aproximar das teorizações proporcionadas pelo materialismo histórico-dialético.

Nesse sentido, são necessárias pesquisas futuras para dimensionar alguns pontos que foram apenas ‘levantados’ ou ‘cogitados’ em nossa pesquisa. É preciso, pois, aprofundar o estudo em relação aos demais setores produtivos em que os haitianos estão inseridos em Cascavel, comparando com outros locais de imigração haitiana no Brasil; desvelar, além do processo de produção, os processos de reprodução da vida social dos haitianos em Cascavel, discutidos aqui de forma ainda inicial; compreender de que forma o racismo e a violência têm atingido – material e psicologicamente – a comunidade haitiana. Abordar essas questões teriam muito a contribuir para a luta pela conquista de direitos pelos haitianos.

Os referenciais teórico-metodológicos da pesquisa – o materialismo histórico-dialético, a saúde do trabalhador e a determinação social do processo saúde-doença – se mostraram coerentes para a abordagem do objeto, revelando aspectos da realidade que permaneceriam ocultos em outras abordagens.

Gostaríamos de retomar, neste momento, a epígrafe desta dissertação. Trata-se de uma reflexão de Eduardo Galeano (2013) em uma entrevista realizada durante o lançamento de um dos seus tantos livros. O autor afirma:

*Os cientistas dizem que os humanos são feitos de átomos  
Mas a mim um passarinho contou que somos feitos de histórias.*

Durante a apresentação dos resultados da pesquisa, foi possível verificar que, de fato, como todos os povos, os haitianos são feitos de histórias. Em primeiro lugar, há a história do país de origem, o Haiti, marcado pela espoliação do imperialismo europeu e norte-americano e pelas crises político-econômicas e socioambientais. Em segundo lugar há a história da vinda para o Brasil, através da República Dominicana, Equador e Peru, principalmente. A escolha do Brasil como país de destino está vinculada com a presença do exército brasileiro na liderança do Minustah. Há também a história da vida em Cascavel, desde a chegada, em 2010, até os dias atuais. Finalmente, há a história de trabalho-saúde vivenciada pelos haitianos,

sobretudo no que diz respeito ao trabalho nos frigoríficos de aves da cidade. Essas histórias são, ainda, permeadas pelas questões do racismo e da violência, presentes tanto no interior quanto no exterior do ambiente de trabalho. Presentes, na verdade, em cada uma dessas ‘histórias’.

Assim, os haitianos são ‘feitos’ de histórias. Mas são, também, feitos de átomos; é impossível negar suas corporeidades, receptáculos de tantas histórias. E as suas histórias têm implicações nos seus átomos, isto é, nos seus corpos biológicos. A saúde não é neutra em relação à história: a última está contida na primeira e vice-versa, num processo dialético de determinação. Podemos compreender isso especialmente em relação aos haitianos que laboram nos frigoríficos de aves de Cascavel.

O trabalho nesses locais, como vimos, é marcado pela intensidade, condições adversas de temperatura, pressão psicológica, baixa remuneração, além dos riscos físicos, químicos e biológicos envolvidos no processo de trabalho. Trabalho que gera vários agravos à saúde física e psíquica, caracterizados, nesta pesquisa, como ‘sofrimento difuso’. Os trabalhadores deste setor produtivo têm procurado formas de organização coletiva e resistência.

Os haitianos de Cascavel também têm buscado formas de se organizar e resistir – mesmo que de forma sutil e desarticulada. São exemplos a criação da Associação Haitiana de Cascavel (AHC) e a presença dessa população nas Igrejas populares da cidade. O desafio, nesse sentido, é encontrar formas de luta mais contundentes e organizadas, que visem a conquista de direitos pelos imigrantes em conjunto com o restante da população trabalhadora.

Nesse sentido, pensamos que a relação entre imigração e saúde está articulada à forma como o imigrante é inserido na sociedade receptora, sobretudo no que diz respeito às formas de produção e reprodução da vida social. Assim, são relevantes as questões do trabalho, emprego e renda; os padrões de consumo a que os imigrantes têm acesso; os sistemas de educação, saúde, segurança, moradia, saneamento, a participação social etc.; e o sistema jurídico-político da nação.

Portanto, a relação imigração-saúde não se dá de forma imediata, isto é, não é mecânica, independente. O simples fato de ser imigrante não leva um grupo da população a sofrer situações de vida, trabalho e saúde específicas. Essa relação é mediada por uma série de processos intermediários, que se referem à produção e reprodução da vida social. Em última análise, é o modo como determinada sociedade se organiza, em determinado momento histórico, que define o lugar do imigrante no tecido social. Em nosso estudo, trata-se do modo de produção capitalista e de dois países periféricos na economia mundial: Haiti e Brasil.

É necessário avançar na articulação entre academia e movimentos sociais, entendendo que não basta compreender a realidade: é preciso transformá-la. E não transformá-la simplesmente, mas fazê-lo à luz dos interesses históricos da classe trabalhadora.



## REFERÊNCIAS

- ABPA. Associação Brasileira de Proteína Animal. *Relatório Anual 2016*. São Paulo: ABPA, 2016. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- AGUIAR, A. G. Cinco anos depois, terremoto que devastou Haiti ainda deixa marcas pelo país. *Agência Brasil*, Internacional, Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), Brasília (DF), 12 jan. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-01>>. Acesso em: 27 out. 2016.
- AGUIAR FILHO, W. *A gestão do trabalho em saúde no MERCOSUL*. 2012. 128f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.
- ALBUQUERQUE, L. Haitianos buscam refúgio em Manaus. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 05 set. 2010. Disponível em: <<http://blogdaamazonia.blog.terra.com.br/2011/01/17/com-pais-arrasado-acre-se-torna-rota-para-entrada-de-haitianos-no-brasil>>. Acesso em: 11 jan. 2012.
- ALESSI, M. L. B. A migração de haitianos para o Brasil. *Conj. Global*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 82-86, 2012.
- ALGEBAIL, E.; VALLA, V. V. Classes populares no Brasil: uma pauta de questões no tempo. In: VALLA, V. V.; ALGEBAIL, E.; GUIMARÃES, M. B. (Orgs.). *Classes populares no Brasil: exercícios de compreensão*. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2011.
- ALMEIDA, S. L. Dossiê: marxismo e questão racial. Apresentação. *Margem Esquerda*, São Paulo, n. 27, p. 23-24, out. 2016.
- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000a.
- ALVES, G. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Rev. sociologia política*, Curitiba, v. 15, p. 111-124, 2000b.
- \_\_\_\_\_. A subjetividade às avessas: toyotismo e “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. *Cad. de Psic. Social do Trabalho*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 223-239, 2008.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – precarização do trabalho e redundância salarial. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 188-197, jul./dez. 2009.
- ALVES, M. G. M.; HÖKERBERG, Y. H. M.; FAERSTEIN, E. Tendências e diversidade na utilização empírica do Modelo Demanda-Control de Karasek (estresse no trabalho): uma revisão sistemática. *Rev. Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 125-136, 2013.

ANTUNES, F. Acre é rota de entrada de haitianos no país. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 jan. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/863927-acre-e-rota-de-entrada-de-haitianos-no-pais.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 229-237, 2003.

\_\_\_\_\_. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. As configurações do trabalho na sociedade capitalista. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 131-132, jul/dez 2009.

\_\_\_\_\_. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. *Serv. Social Soc.*, Rio de Janeiro, v. 104, p. 632-636, out./dez. 2010a.

\_\_\_\_\_. Trabalho uno ou omni: a dialética entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. *Argumentum*, Vitória (ES), v. 2, n. 2, p. 09-15, jul./dez. 2010b.

\_\_\_\_\_. Os exercícios da subjetividade: as reificações inocentes e as reificações estranhadas. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. spe. 1, p. 121-131, 2011.

\_\_\_\_\_. A nova morfologia do trabalho no Brasil: reestruturação e precariedade. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 232, p. 44-59, jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Desenhando a nova morfologia do trabalho e suas principais manifestações. In: MERLO, A. R. C.; BOTTEGA, C. G.; PEREZ, K. V. (Orgs.). *Atenção à saúde mental do trabalhador: sofrimento e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho*. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ARAÚJO, A. L.; JAVORSKI, E. Do Acre para São Paulo: uma perspectiva sobre a imigração haitiana no Brasil. *Cad. Esc. Comunicação*, Curitiba, n. 12, p. 49-63, 2014.

ARAÚJO, T. M.; GRAÇA, C. C.; ARAÚJO, E. Estresse ocupacional e saúde: contribuição do Modelo Demanda-Control. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 991-1003, 2003.

ARAÚJO, T. M. Revisão de abordagens teórico-metodológicas sobre saúde mental e trabalho. In: MINAYO-GOMEZ, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. (Orgs.). *Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2011.

ARTE nei sensi. *La macelleria di Annibale Carracci*. Arte e gusto, 10 genn. 2014. Disponível em: <<http://www.arteneisensi.it/arte-e-gusto/la-macelleria-di-annibale-carracci/>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

ATKINSON R.; FLINT, J. Accessing hidden and hard-to-reach populations: snowball research strategies. *Social research update*, Guildford, n. 33, p. 1-4, 2001.

AYUSO, S. Furacão Matthew deixa quase 900 mortos no Haiti e mergulha país no caos. *El País*, Portal Online: Internacional, Washington, 8 out. 2016. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/06/internacional/1475746470\\_475357.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/06/internacional/1475746470_475357.html)>. Acesso em: 27 out. 2016.

BASSO, P. Imigração na Europa. In: ANTUNES, R (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 29-41.

BATISTA, A. Política social e controle social no Estado capitalista tardio. In: CÊA, G. S. S.; MUROFUSE, N. T.; DEITOS, R. A. (Orgs.). *Trabalho, educação e saúde: formação permanente de profissionais e usuários da saúde pública*, vol. 2. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

BATISTELLA, C. Saúde, doença e cuidado: complexidade teórica e necessidade histórica. In: FONSECA, A. F.; CORBO, A. D. (Orgs.). *O território e o processo saúde-doença*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.

BELUSSO, D. A formação das cooperativas agrícolas e a expansão da avicultura de abate no Oeste paranaense (1970-2010). In: BOSI, A. P. (Org.). *Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010): estudos sobre a cadeia avícola*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.

BENSAÏD, D. *Marx, manual de instruções*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BENVENUTI, P. Imigrantes precisam ter direito a voto, diz ativista. *Rede Brasil Atual*, Política, 01 out. 2016. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/10/imigrantes-precisam-ter-direito-a-voto-diz-editor-do-projeto-ecos-latinos-1847.html>> Acesso em: 10 jan. 2017.

BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, R. (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002.

BORSOI, I. C. F. Vivendo para trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado. *Convergência, Rev. de Ciências Soc.*, UAEM, n. 55, enero-abril 2011.

BOSI, A. P. Juventude e trabalho industrial no Oeste paranaense: o futuro que não se realiza. *Temas & Matizes*, Cascavel, PR, n. 16, p. 172-183, 2. sem. 2009.

\_\_\_\_\_. História das relações de trabalho na cadeia produtiva avícola no Brasil (1970-2010). *Rev. Hist. Reg.*, Ponta Grossa, PR, v. 16, n. 2, p. 400-430, 2011.

\_\_\_\_\_. A recusa do trabalho em frigoríficos no oeste paranaense (1990-2010): a cultura da classe. *Diálogos*, Maringá, PR, v. 17, n. 1, p. 309-335, jan./abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Dos açougues aos frigoríficos. Uma história social do trabalho na produção de carne, 1750 a 1950. *Rev. Hist. Reg.*, Ponta Grossa, PR, v. 19, n. 1, p. 83-103, 2014a.

\_\_\_\_\_. Corpos feridos, trajetórias interrompidas pela agroindústria brasileira. Duas leituras a partir de Bertolt Brecht e Upton Sinclair. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 30, n. 53, p. 571-592, mai./ago. 2014b.

BRASIL. Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 ago. 1980. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6815.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei 8.080/90, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 53/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2007.

\_\_\_\_\_. Resolução normativa CNIg n. 97, de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 jan. 2012. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083>>. Acesso em: 27 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução normativa CNIg n. 102, de 26 de abril de 2013. Altera o art. 2º da Resolução Normativa n. 97, de 12 de janeiro de 2012. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 29 abr. 2013a. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=253792>>. Acesso em 27 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 jun. 2013b. Disponível em: <<http://sintse.tse.jus.br/documentos/2013/Jun/13/cns-resolucao-no-466-de-12-dedezembro-de-2012>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Portaria n. 555, de 18 de abril de 2013. Aprova a Norma Regulamentadora n. 36 – Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 abr. 2013c. Disponível em:

<[http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGAOS/MTE/Portaria/P555\\_13.html](http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGAOS/MTE/Portaria/P555_13.html)>. Acesso em: 29 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Brasil encerra etapa da reestruturação da saúde pública do Haiti. *Portal Brasil [website]*, Saúde, Brasília, DF, 27 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2014/11/brasil-encerra-etapa-da-reestruturacao-da-saude-publica-do-haiti>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução normativa CNIg n. 123, de 13 de setembro de 2016. Prorroga a vigência da Resolução Normativa n. 97, de 12 de janeiro de 2012. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 set. 2016. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=328777>>. Acesso em: 27 out. 2016.

BRIDI, M. A. C. *Sindicalismo e trabalho em transição e o redimensionamento da crise sindical*. 2005. 231f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

\_\_\_\_\_. *Ação coletiva e comissão de trabalhadores em plantas flexíveis: o espaço da política*. 2008. 315f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

BRITO, J. C.; NEVES, M. Y.; OLIVEIRA, S. S. *et al.* Saúde, subjetividade e trabalho: o enfoque clínico e de gênero. *Rev. bras. Saúde. ocup.*, São Paulo, v. 37, n. 126, p. 316-329, 2012.

BUSNELLO, G. F.; DEWES, M. Doenças osteomusculares relacionadas à atividade de trabalhadores de frigoríficos de frangos. *Braz. J. Surgery Clin. Research*, Maringá, v. 4, n. 3, p. 27-32, set./nov. 2013.

CABIESES, B.; TUNSTALL, H. Immigrant health workers in Chile: is there a Latin American “brain drain”? *Rev. Panam. Salud Publica*, Washington (USA), v. 32, n. 2, p. 161-167, 2012.

CABIESES, B. *et al.* Changing patterns of migration in Latin America: how can research develop intelligence for public health? *Rev. Panam. Salud Publica*, Washington (USA), v. 34, n. 1, p. 68-74, 2013.

CALLINICOS, A. *Capitalismo e racismo*. São Paulo: Zahar, 2000.

CAMPOS, G. W. S. Cogestão e neoartesanato: elementos conceituais para repensar o trabalho em saúde combinando responsabilidade e autonomia. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2337-2344, 2010.

CAMUS, A. *O estrangeiro*. Record: São Paulo, 1979.

CARNEIRO, S. Entrevista. *Margem Esquerda*, São Paulo, n. 27, p. 11-21, out. 2016.

CASCAVEL. Prefeitura Municipal. *História*. Portal do Município de Cascavel [website]. 2016a. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/historia.php>>. Acesso em: 31 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. *Hino de Cascavel*. Portal do Município de Cascavel [website]. 2016b. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/hino.php>>. Acesso em: 31 out. 2016.

CAVECHINI, C.; BARROS, C. J. (Dir.) *Carne e Osso*. 65 min. Repórter Brasil, 2011.

CÊA, G. S. S.; MUROFUSE, N. T. Associação dos Portadores de LER (AP-LER) na luta pelos direitos dos trabalhadores de frigoríficos do Oeste do Paraná. In: TUMOLO, P. S.; BATISTA, R. L. (Orgs.). *Trabalho, economia e educação: perspectivas do capitalismo global*. Maringá: Práxis; Massoni, 2008.

\_\_\_\_\_. Processo de trabalho em frigoríficos e as possibilidades de constituição de novas sociabilidades na luta coletiva pela saúde do trabalhador. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, EDUCAÇÃO E SOCIABILIDADE, 7., 2010. *Anais...* Marília, SP: UNESP, 2010.

CERQUEIRA-SANTOS, E.; KOLLER, S. H.; PEREIRA, M. T. L. Religião, Saúde e Cura: um estudo entre neopentecostais. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília-DF, v. 24, n. 3, p. 82-91, 2004.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CHEQUER, J. *Sistema de saúde do Haiti é tema de palestra* [website]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 16 set. 2011. Disponível em: <<https://www.icict.fiocruz.br/content/sistema-de-sa%C3%BAde-do-haiti-%C3%A9-tema-de-palestra>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

COOPAVEL. Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda. Coopavel comemora 45 anos de fundação. *Revista Coopavel*, Cascavel (PR), ed. 401, dez. 2015a.

COOPAVEL. Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda. *Relatório anual 2015: Coopavel 45 anos*. Relatório do Conselho Administrativo. Cascavel: Coopavel, 2015b.

COOPAVEL. Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda. *O início da nossa história* [website]. 2016. Disponível em: <<http://www.coopavel.com.br/a-coopavel/>>. Acesso em: 12 jul. 2016a.

COOPAVEL. Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda. Página um: recorde. *Revista Coopavel*, Cascavel (PR), ed. 402, jan./fev 2016b.

CORAZZA, M. Haitianos debatem criação de associação. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 13 abr. 2014a. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/87828/haitianos-debatem-criacao-de-associacao>>. Acesso em: 11 maio 2016.

CORAZZA, M. ‘Caso haitianos’: agente é ouvido pela polícia. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 28 fev. 2014b. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/83048/caso-haitianos-agente-e-ouvido-pela-policia>>. Acesso em: 11 maio 2016.

CORAZZA, M. Imigrantes perdem interesse por Cascavel. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 02 set. 2015a. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/148288/imigrantes-perdem-interesse-por-cascavel>>. Acesso em: 09 maio 2016.

CORAZZA, M. Desempregados, haitianos trocam Cascavel pelo Chile. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 26 ago. 2015b. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/147603/desempregados-haitianos-trocam-cascavel-pelo-chile>>. Acesso em: 09 maio 2016.

CORAZZA, M. 500 haitianos estão desempregados em Cascavel. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 12 jun. 2015c. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/139725/500-haitianos-estao-desempregados-em-cascavel>>. Acesso em: 09 maio 2016.

CORAZZA, M. Trabalhadores são soterrados em obra do HU. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 17 dez. 2015d. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/159360/trabalhadores-sao-soterrados-em-obra-do-hu>>. Acesso: 09 maio 2016.

CORAZZA, M. Briga entre haitianos deixa mulher ferida. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 06 abr. 2015e. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/130894/briga-entre-haitianos-deixa-mulher-ferida>>. Acesso em: 09 maio 2016.

CORAZZA, M. Haitiano denuncia ameaças e ofensas. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 13 fev. 2015f. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/124039/haitiano-denuncia-ameacas-e-ofensas>>. Acesso em: 09 maio 2016.

CORAZZA, M. População haitiana na região se aproxima de três mil. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 06 jan. 2016. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/161207/populacao-haitiana-na-regiao-se-aproxima-de-tres-mil>>. Acesso em: 09 maio 2016.

COSTA, D. *et. al.* Saúde do trabalhador no SUS: desafios para uma política pública. *Rev. bras. Saúde. ocup.*, São Paulo, v. 38, n. 127, p. 11-30, 2013.

COSTA, P. G. A. Haitianos em Manaus: dois anos de imigração – e agora! *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo, ano 25, n. 70, p. 91-97, jan./jun. 2012.

COSTA, L. S.; GARCIA, L. A. F.; BRENE, P. R. A. Panorama do setor de frango de corte no Brasil e a participação da indústria avícola paranaense. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS, 1., Cascavel, 2015. *Anais...* Cascavel: UNIOESTE, 2015.

COTINGUIBA, G. C.; PIMENTEL, M. L. Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho. *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo, ano 25, n. 70, p. 99-106, jan./jun. 2012.

\_\_\_\_\_. *Relatório*: haitianos em Brasília– Acre. Núcleo de Ciências Humanas, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 26 mar. 2013.

COTINGUIBA, M. L. P.; COTINGUIBA, G. C. Rondônia, um estado de fronteira na Amazônia Ocidental brasileira: fluxos migratórios do passado e a imigração haitiana no início do século XXI. *Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 8, n. 2, p. 45-65, jul./dez. 2015.

COTRIM, G. *Fundamentos da filosofia*: história e grandes temas. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

COUTINHO, M. P. L.; OLIVEIRA, M. X. Tendências comportamentais frente à saúde de imigrantes brasileiros em Portugal. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, n. 3, p. 548-557, 2010.

CRISTINA, A. Haiti Universal: agora eles estão sintonizados. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 22 jun. 2014. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/95627/haiti-universal-agora-eles-estao-sintonizados>>. Acesso em: 11 maio 2016.

DAL MAGRO, M. L. P. *et. al.* Intensificação e prolongamento da jornada de trabalho nas indústrias de abate e processamento de carnes e seus impactos na saúde dos trabalhadores. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 67-83, 2014.

DAL MAGRO, M. L. P. *et. al.* Queixas e diagnósticos relacionados ao trabalho em agroindústrias do oeste de Santa Catarina – Brasil. *Rev. Bras. Planej. Desenvolvimento*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 198-218, maio/ago. 2016.

DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 9-25, 2003.

DESLANDES, S. F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

DEVULSKY, A. Estado, racismo e materialismo. *Margem Esquerda*, São Paulo, n. 27, p. 25-30, out. 2016.

DIAS, E. C.; HOEFEL, M. G. O desafio de implementar as ações de saúde do trabalhador no SUS: a estratégia da RENAST. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 817-828, 2005.

DOWELL, S. F.; TAPPERO, J. W.; FRIEDEN, T. R. Public health in Haiti – challenges and progress. *New England Journal of Medicine*, Waltham, n. 364, p. 300-301, jan. 2011.

DUNN, J.; FERRI, C. Epidemiological methods for research with drug misusers: review of methods for studying prevalence and morbidity. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 206-215, abr 1999.

EBERHARDT, L. D.; CARVALHO, M. Gestão do trabalho e organização coletiva de trabalhadores do setor público de saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 45-65, 2016.

ELEIÇÕES em Cascavel 2016. *Cascavel-PR: resultado das eleições 2016*. Disponível em: <<https://www.eleicoes2016.com.br/candidatos-cascavel-pr/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ENGELS, F. Prefácio à edição alemã de 1883. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

\_\_\_\_\_. *A dialética da natureza*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (Org.). *A Dialética do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.



ESPÍNDOLA, C. J. Tecnologia e novas relações de trabalho nas agroindústrias de carne do Sul do Brasil. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 6, n. 119, 2002.

FINKLER, A. L.; CÊA, G. S. S. Atuação dos trabalhadores em frigoríficos da região oeste do Paraná: as qualificações requeridas. *Revista da RET*, ano III, n. 5, p. 1-13, 2009.

FINKLER, A. L.; MUROFUSE, N. T. Os problemas de saúde dos trabalhadores e a relação com o processo de trabalho em frigoríficos. In: MOSTRA DE TRABALHOS EM SAÚDE PÚBLICA, 3., Cascavel, 2009. *Anais...* Cascavel: UNIOESTE, 2009.

FERREIRA, M. M. História, tempo presente e história oral. *Topoi: revista de história*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, jul./dez. 2002.

FOCHI, M. A. B. Hip-hop brasileiro. Tribo urbana ou movimento social? *FACOM*, São Paulo, n. 17, p. 61-69, 1. sem. 2007.

FOLHA de São Paulo. Número de mortos pelo furacão Matthew no Haiti sobe para mil. *Folha de São Paulo*, Portal Online: Mundo, São Paulo, 10 out. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/10/1821553-numero-de-mortos-pelo-furacao-matthew-no-haiti-sobe-para-mil.shtml>>. Acesso em: 27 out. 2016.

FONSECA, M. L. G.; GUIMARÃES, M. B. L.; VASCONCELOS, E. M. Sofrimento difuso e transtornos mentais comuns: uma revisão bibliográfica. *Revista de APS*, Juiz de Fora, v. 11, n. 3, p. 285-294, jul./set. 2008.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan 2008.

FRANCISCO, E. M. Possibilidades dentro de limites: a organização dos trabalhadores na fábrica contemporânea. *Rev. Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 69-84, 2007.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Rev. bras. Saúde ocup.*, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010.

FREITAS, O. Hospitais construídos pelo Brasil no Haiti não funcionam plenamente. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 jul. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/07/1655013-hospitais-construidos-pelo-brasil-no-haiti-nao-funcionam-plenamente.shtml>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

GABEIRA, F. A parte brasileira da diáspora haitiana. *Estadão*, Internacional, São Paulo, 16 abr. 2011. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,a-parte-brasileira-da-diaspora-haitiana,707226>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

GALDINO, A.; SANTANA, V. S.; FERRITE, S. Os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador e a notificação de acidentes de trabalho no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 145-159, jan. 2012.

GALEANO, E. La paradoja andante. *Página 12*, Buenos Aires, 30 dec. 2007. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-96843-2007-12-30.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Entrevista: Galeano fala sobre *O Filho dos Dias*, um livro em que cada dia nasce uma história. *L&PM Blog [website]*, Porto Alegre, 10 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.lpm.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

GARCIA, A. C. P. *Gestão do trabalho e da educação na saúde: uma reconstrução histórica e política*. 2010. 171f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GAUDEMAR, J. P. O conceito marxista de mobilidade do trabalho. In: \_\_\_\_\_. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Ed. Estampa, 1977. p. 185-211.

GEMELLI, D. D. Mobilidade territorial como expressão da formação para o trabalho: um estudo de caso sobre os frigoríficos de aves do Oeste paranaense (2000-2010). In: BOSI, A. P. (Org.). *Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010): estudos sobre a cadeia avícola*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIRALDI, R. Saldo do terremoto no Haiti é de 220 mil mortos e 1,5 milhão de desabrigados. *Agência Brasil*, Internacional, Brasília, 12 jan. 2011. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-01-12/saldo-do-terremoto-no-haiti-e-de-220-mil-mortos-e-15-milhao-de-desabri-gados>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

GODINHO, L. F. Jogo de futebol arrecada comida para haitianos na Amazônia brasileira. *ACNUR*, 1 jun. 2010. Disponível em: <<http://unicrio.org.br/jogo-de-futebol-arrecada-comida-para-haitianos-na-amazonia-brasileira>>. Acesso em: 27 jan. 2012.

GOMES, F. G. Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 33-49, fev. 2009.

GOMES, T. Jovens haitianos chegam ao Brasil para intercâmbio de um ano. *ALAI*, América Latina en Movimiento, 14 out. 2010. Disponível em: <<http://alainet.org/active/41582&lang=es>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

GOMES, R. M. S.; OLIVEIRA, V. C. Cooperação Internacional Brasil-Cuba-Haiti: o papel das rádios comunitárias no fortalecimento da mobilização social no âmbito da saúde pública no Haiti. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 199-208, 2015.

GONÇALVES, J. Cascavel se torna a casa de 44 haitianos. *Gazeta do Povo*, Vida e Cidadania, Curitiba, 31 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=1218501&tit=Cascavel-se-torna-a-casa-de-44-haitianos>>. Acesso em: 07 mar. 2012.

GOOGLE MAPS. Google Brasil. *Portal do Google Maps*: Brasil [website]. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 26 out. 2016.

GROLLI, D. O legado da Coopavel. *Revista Coopavel*, Cascavel (PR), ed. 401, dez. 2015.

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e anti-racismo no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 43, p. 26-44, nov. 1995.

GUIMARÃES, M. B. L. Feminização da pobreza e religiosidade. In: VALLA, V. V.; STOTZ, E. N.; ALGEBAILLE, E. B. (Orgs.). *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto; ENSP/Fiocruz, 2005.

HARVEY, D. *et. al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

HARVEY, D. *Para entender O Capital*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 25. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HECK, F. M. *Dinâmica territorial do capital e a expansão das indústrias alimentícias no oeste paranaense: relações de trabalho precárias e ilegalidades frente à legislação trabalhista em Marechal Cândido Rondon/PR*. 2010. 110f. Monografia (Graduação em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

\_\_\_\_\_. Uma geografia da degradação do trabalho: o adoecimento dos trabalhadores em frigoríficos. *Rev. Percurso*, Maringá, PR, v. 5, n. 1, p. 03-31, 2013.

\_\_\_\_\_. Movimento sindical de trabalhadores em frigoríficos no Oeste do Paraná: rumo à construção do contra-espço? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014. *Anais...* Vitória, ES, ago. 2014a.

\_\_\_\_\_. Neodesenvolvimentismo, degradação do trabalho em frigoríficos e sindicatos. *Rev. Labor*, Fortaleza, CE, v. 1, n. 12, p. 41-58, 2014b.

\_\_\_\_\_. A relação capital x trabalho em frigoríficos no Oeste paranaense: desenvolvimento regional ou luta de classes? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 11., 2015. *Anais...* p. 2058-2069. Presidente Prudente, SP: UNESP, 2015.

HECK, F. M.; THOMAZ JÚNIOR, A. O trabalho degradado em frigoríficos e o adoecimento dos trabalhadores. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS NO SÉCULO XXI, 8., 2012. *Anais...* Marília, SP: UNESP, jun. 2012a.

\_\_\_\_\_. Territórios da degradação do trabalho: os impactos na saúde e na vida dos trabalhadores de frigoríficos de aves e suínos no Brasil. In: SEMINÁRIO DE SAÚDE DO TRABALHADOR, 8., 2012. *Anais...* Franca, SP: UNESP, 2012b.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014.

IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário 2006*. IBGE, 2006. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/2PIP>>. Acesso em: 31 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Assistência médica-sanitária 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3BAH>>. Acesso em: 31 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades: Cascavel/PR* [website]. 2016. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/6A4>>. Acesso em: 31 out. 2016.

JONHSON, J. V.; HALL, E. M. Job strain, work place social support, and cardiovascular disease: a cross-sectional study of a random sample of the Swedish working population. *Am. Journ. Public Health*, New York, v. 78, n. 10, p. 1336-1342, oct. 1988.

JOUTARD, P. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (Orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

KALCKMANN, S. *et. al.* Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS? *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 146-155, 2007.

KALLEBERG, A. L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 24, n. 69, fev. 2009.

KANTORSKI, L. P. As transformações no mundo do trabalho e a questão da saúde – algumas reflexões preliminares. *Rev. latino-am. enf.*, Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, p. 5-15, abr 1997.

KARASEK, R. A. Job demands, job decision latitude, and mental strain: implications for job redesign. *Adm. Science Quarterly*, Ithaca (NY), v. 24, p. 285-308, june 1979.

KARASEK, R. A. *et. al.* Job decision latitude, job demands, and cardiovascular disease: a prospective study of Swedish men. *Am. Journ. Public Health*, New York, v. 71, n. 7, p. 694-705, july 1981.

KARTZOW, R. V. Impacto de las migraciones en Chile. Nuevos retos para el pediatra. Estamos preparados? *Rev. Chil. Pediatría*, v. 80, n. 2, p. 161-167, 2009.

KOIFMAN, S. Racismo no Brasil: os trabalhadores da saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 279-296, jul./set. 1986.

KRATZ, V. Hospital teria ‘negado’ socorro a haitiano. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 22 out. 2014. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/110499/hospital-teria-negado-socorro-a-haitiano>>. Acesso em: 11 maio 2016.

KUPER, H; MARMOT, M. Job strain, job demands, decision latitude, and risk of coronary heart disease within the Whitehall II study. *J. Epidemiol. Community Health*, London, n. 57, p. 147-153, 2003.

LACAZ, F. A. C. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 757-766, abr. 2007.

LAÍNY, L. Encontro reunirá haitianos de Cascavel. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 12 abr. 2014a. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/87714/encontro-reunira-haitianos-de-cascavel>>. Acesso em: 11 maio 2016.

LAÍNY, L. Imigrantes celebrarão Dia da Bandeira do Haiti. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 17 maio 2014b. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/91627/imigrantes-celebracao-dia-da-bandeira-do-haiti>>. Acesso em: 11 maio 2016.

LAÍNY, L. Centro de Direitos Humanos repudia ofensas a haitianos. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 09 jan. 2015a. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/119249/centro-de-direitos-humanos-repudia-ofensas-a-haitianos>>. Acesso em: 09 maio 2016.

LAÍNY, L. Tabu dificulta tratamento de haitianos. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 11 jan. 2015b. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/119384/tabu-dificulta-tratamento-de-haitianos>>. Acesso em: 09 maio 2016.

LANDSBERGIS, P. A. *et. al.* Job strain and ambulatory blood pressure: a meta-analysis and systematic review. *Am. Journ. Public Health*, New York, v. 103, n. 3, p. e61-e71, mar. 2013.

LAPUENTE, R. S. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE IHSTÓRIA DA MÍDIA, 10., Porto Alegre, 2015. *Anais...* Porto Alegre: ALCAR, 2015.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec, 1989.

LÊNIN, V. I. *O Estado e a revolução*. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

LEÓN, A. M. Teorías y conceptos asociados al estudio de las migraciones internacionales. *Rev. Trabajo Social*, Bogotá, COL, n. 7, p. 59-76, 2005.

LESSA, S.; TONET, I. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, J. D.; SANTORO, M. A diplomacia dos gramados. *Revista de História*, Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional (Sabin), Rio de Janeiro, 03 jun. 2009. Disponível em: <<http://revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-diplomacia-dos-gramados>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

LIMA, C. M.; STOTZ, E. N. Religiosidade popular na perspectiva da Educação Popular e Saúde: um estudo sobre pesquisas empíricas. *RECIIS – Rev. Eletr. Com. Inf. Inov. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 81-93, set. 2010.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, Natal (RN), v. 9, n. 3, p. 401-411, 2004.

LIOTO, M. Haitiano se fere ao cair de telhado de empresa. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 05 jan. 2015a. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/161161/haitiano-se-fere-ao-cair-de-telhado-de-empresa>>. Acesso em: 09 maio 2016.

LIOTO, M. MPT investiga caso de haitiano xingado de ‘macaco’. *Central Gazeta de Notícias*, Curitiba-PR, 19 ago. 2015b. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/146984/mpt-investiga-caso-de-haitiano-xingado-de-macaco>>. Acesso em: 09 maio 2016.

LIVINGSTON, I. L. *et. al.* Gender, acculturative stress and caribbean immigrants’ health in the United States of America. An exploratory study. *West Indian Medical Journal*, Kingston (JAM), v. 56, n. 3, p. 213-222, 2007.

LOPES, F. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1595-1601, set./out. 2005.

LÖWY, M. *A teoria da revolução no jovem Marx*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUZ, B. B. Através de inspeções, MPT quer coibir abusos sobre imigrantes. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 06 ago. 2014. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/100880/atraves-de-inspecoes-mpt-quer-coibir-abusos-sobre-imigrantes>>. Acesso em: 11 maio 2016.

MACHADO, A. Com país arrasado, Acre se torna rota para entrada de haitianos no Brasil. *Blog da Amazônia*, Terra Magazine, 17 jan. 2011. Disponível em: <<http://blogdaamazonia.blog.terra.com.br/2011/01/17/com-pais-arrasado-acre-se-torna-rota-para-entrada-de-haitianos-no-brasil>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

MACHADO, A. PM é acionada após confusão envolvendo haitianos. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 29 nov. 2014a. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/114973/pm-e-acionada-apos-confusao-envolvendo-haitianos>>. Acesso em: 09 maio 2016.

MACHADO, A. Acusado de esfaquear haitiano é preso. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 27 out. 2014b. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/111029/acusado-de-esfaquear-haitiano-e-preso>>. Acesso em: 11 maio 2016.

MACHADO, A. Haitiano é esfaqueado no Centro de Cascavel. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 20 out. 2014c. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/110137/haitiano-e-esfaqueado-no-centro-de-cascavel>>. Acesso em: 11 maio 2016.

MACHADO, A. Haitiano é preso ao bater na esposa. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 16 mar. 2014d. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/84662/haitiano-e-preso-ao-bater-na-esposa>>. Acesso em: 11 maio 2016.

MACHADO, L. F.; MUROFUSE, N. T.; MARTINS, J. T. Vivências de ser trabalhador na agroindústria avícola dos usuários da atenção à saúde mental. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 110, p. 134-147, jul./set. 2016.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. História oral como fonte: problemas e métodos. *Historiae*, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

MARCHI, B. *Saúde e relações de trabalho no frigorífico de aves em Marechal Cândido Rondon, Paraná*. 37f. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012.

MARQUES, L. F. Ciência, religião e saúde. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 14, n. 41, p. 8-12, jan./mar. 2016.

MARTINS, J. R. V. (Coord.). *A diáspora haitiana: da utopia à realidade*. Foz do Iguaçu: UNILA, 2014a.

\_\_\_\_\_. A diáspora haitiana alcança o Brasil. *Carta Maior*, São Paulo, 08 maio 2014b. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/A-diaspora-haitiana-alcanca-o-Brasil/6/30883>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. Marx sobre Feuerbach (1845). In: MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. Introdução à *Contribuição à crítica da economia política*. In: \_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: 2008.

\_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. Prefácio a *Para crítica da economia política*. In: NETTO, J. P. (Org.). *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política, Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MATOS, M. P. Exposição ocupacional ao frio. *Revista Carne*, p. 86-98, nov. 2007.

MEIHY, J. C. S. B. Desafios da história oral latino americana: o caso do Brasil. In: FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (Orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

MELLO, M. L.; OLIVEIRA, S. S. Saúde, religião e cultura: um diálogo a partir das práticas afro-brasileiras. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 1024-1035, 2013.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 341-9, 1991.

MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MINAYO, M. C. S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 07-18, 1994.

\_\_\_\_\_. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, supl. 1, p. 1259-1267, 2007.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

\_\_\_\_\_. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. (Orgs.). *Impactos da violência na saúde*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

MINAYO, M. C. S.; GUERRIERO, I. C. Z. Reflexividade como *éthos* da pesquisa qualitativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1103-1112, 2014.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência para todos. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 65-78, jan./mar. 1993.

\_\_\_\_\_. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 513-531, fev. 1998.

MINAYO-GOMEZ, C. Campo da saúde do trabalhador: trajetória, configuração e transformações. MINAYO-GOMEZ, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. (Orgs.). *Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

MINAYO-GOMEZ, C.; LACAZ, F. A. C. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 4, Rio de Janeiro, p. 797-807, 2005.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, Supl. 2, p. 21-32, 1997.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. *Estado, classe e movimento social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTEIRO, L. Haitiano esfaqueado no Centro está na UTI. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 21 out. 2014a. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/110275/haitiano-esfaqueado-no-centro-esta-na-uti>>. Acesso em: 11 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Siate atende vítima de acidente com máquina. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 13 out. 2014b. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/109280/siate-atende-vitima-de-acidente-com-maquina>>. Acesso em: 11 maio 2016.



\_\_\_\_\_. Agente penitenciário ameaçou haitianos. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 28 fev. 2014c. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/82979/agente-penitenciario-ameacou-haitianos>>. Acesso em: 11 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Haitiano fica ferido em acidente. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 16 fev. 2014d. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/81579/haitiano-fica-ferido-em-acidente>>. Acesso em: 11 maio 2016.

\_\_\_\_\_. SINTIACRE fala sobre saúde dos trabalhadores. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 01 abr. 2015. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/130374/sintiacre-fala-sobre-saude-dos-trabalhadores>>. Acesso em: 09 maio 2016.

MORAES, I. A.; ANDRADE, C. A. A.; MATTOS, B. R. B. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. *Conj. Austral*, Porto Alegre, v. 4, n. 20, p. 95-114, out./nov. 2013.

MOREIRA, M. A. S. P.; SILVA, A. O.; ALVES, M. S. C. F. *et. al.* Pensando a saúde na perspectiva dos imigrantes brasileiros em Portugal. *Rev. Gaúcha Enferm.*, Porto Alegre, v. 28, n. 4, dez. 2007, 527-533.

MOREIRA, V. J. Trabalhadores da avicultura: capitalismo e produção agropecuária no oeste do Paraná, 1970-2013. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 14., 2014. *Anais...* Campo Mourão, PR: UNESPAR, out. 2014.

MSF. Médicos Sem Fronteiras. Sistema de saúde pública do Haiti é insuficiente. *Médicos Sem Fronteiras [website]*, Brasília, DF, 14 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.msf.org.br/noticias/sistema-de-saude-publica-do-haiti-e-insuficiente>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Médicos Sem Fronteiras. Haiti: ainda é preciso melhorar muito o acesso à saúde. *Médicos Sem Fronteiras [website]*, Brasília, DF, 01 jan. 2013a. Disponível em: <<http://www.msf.org.br/noticias/haiti-ainda-e-preciso-melhorar-muito-o-acesso-saude>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Médicos Sem Fronteiras. Haiti: condições deploráveis para tratamento da cólera. *Médicos Sem Fronteiras [website]*, Brasília, DF, 12 mar. 2013b. Disponível em: <<http://www.msf.org.br/noticias/haiti-condicoes-deploraveis-para-tratamento-da-colera>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

MUROFUSE, N. T. *et. al.* *Cartilha sobre saúde do trabalhador: fique de olho para não entrar numa fria! Cartilha para trabalhadores de frigoríficos*. Cascavel: Gráfica Universitária – UNIOESTE, 2008.

NATIONS ONLINE Project. *Political and administrative map of Haiti*. Disponível em: <[http://www.nationsonline.org/oneworld/map/haiti\\_map.htm](http://www.nationsonline.org/oneworld/map/haiti_map.htm)>. Acesso em: 26 out. 2016.

NAVARRO, V. L.; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. In: CÊA, G. S. S.; MUROFUSE, N. T.; DEITOS, R. A. (Orgs.). *Trabalho, educação e saúde: formação permanente de profissionais e usuários da saúde pública*, vol. 2. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

NELI, M. A.; NAVARRO, V. L. Reestruturação produtiva e saúde dos trabalhadores na agroindústria avícola no Brasil: o caso dos trabalhadores de uma unidade produtiva de abate e processamento de aves. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NORIEGA, M. Organización laboral, exigencias y enfermedad. In: LAURELL, A. C. (Org.). *Para la investigación de la salud de los trabajadores*. Washington/USA: OPAS, 1993.

NUNES, S. S. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 89-98, 2006.

O GLOBO. Homem com suspeita de ebola está internado em Cascavel, no Paraná. *O Globo*, Portal G1, Curitiba, 09 out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2014/10/homem-com-suspeita-de-ebola-esta-internado-em-cascavel-no-parana.html>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Haitiano é vítima de agressão no centro de Foz do Iguaçu, Paraná. *O Globo*, Portal G1, Curitiba, 16 maio 2016a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/05/haitiano-e-vitima-de-agressao-no-centro-de-foz-do-iguacu-no-parana.html>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Furacão Matthew deixou mais de 100 mortos no Haiti. *O Globo*, Portal G1: Mundo, São Paulo, 06 out. 2016b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/furacao-matthew-deixou-mais-de-100-mortos-no-haiti.html>>. Acesso em: 27 out. 2016.

OLIVEIRA, J. N. 22 haitianos são detidos na fronteira com a Bolívia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 mar. 2010a. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,22-haitianos-sao-detidos-na-fronteira-com-a-bolivia,526305,0.htm>>. Acesso em: 07 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Haitianos pedem refúgio ao Brasil após entrada ilegal. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 mar. 2010b. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,haitianos-pedem-refugio-ao-brasil-apos-entrada-ilegal,526673,0.htm>>. Acesso em: 07 mar. 2012.

OLIVEIRA, L. Mulher de 36 anos é vítima de agressão no terminal Leste. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 28 maio 2014a. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/92890/mulher-de-36-anos-e-vitima-de-agressao-no-terminal-leste>>. Acesso em: 11 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Siate atende haitiano esfaqueado na Avenida Brasil. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 03 mar. 2014b. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/83217/siate-atende-haitiano-esfaqueado-na-avenida-brasil>>. Acesso em: 11 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Homem diz ter sido agredido por haitianos. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 01 jan. 2015. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/118307/homem-diz-ter-sido-agredido-por-haitianos>>. Acesso em: 09 maio 2016.

OLIVEIRA, A. C. V.; MOREIRA, P. G. Os imigrantes ilegais da Colômbia, Bolívia e Haiti no Brasil: considerações do ponto de vista da Segurança Internacional. *Mural Internacional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 63-71, jul./dez. 2013.

PAIXÃO, A. E. *A subjetividade no “novo” tempo de trabalho: um estudo sobre a flexibilidade*. 2005. 177f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

PARANÁ. *Plano diretor de regionalização: hierarquização e regionalização da assistência à saúde no estado do Paraná*. Curitiba: SESA, 2009.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Saúde. *Regionais SESA – 10ª RS – Cascavel* [website]. Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2762>>. Acesso em: 31 out. 2016.

PARKER, M.; SLAUGHTER, J. Unions and management by stress. In: BABSON, S. (Org.). *Lean work: employment and exploitation in the global auto industry*. Detroit: WSU Press, 1995. p. 41-53.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. *SP em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005.

PAULA, E. A. Entre desastres e transgressões. A chegada dos imigrantes haitianos no “Reino deste mundo Amazônico”. *Novos Cadernos NAEA*, Belém (PA), v. 16, n. 2, p. 187-206, dez. 2013.

PECHANSKI, J. A. Haiti. In: SADER, E.; JINKINGS, I. (Coord.). *Latinoamericana*. Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006.

PEREIRA, T. G. T. *et. al.* Panorama sobre saúde e segurança dos trabalhadores em matadouros-frigoríficos no Brasil entre 1950 e 2015. *Omnia Saúde*, Adamantina, v. 12, n. 1, p. 35-52, 2015.

PERPETUA, G. M. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. *Rev. Pegada*, Presidente Prudente, SP, v. 14, n. 1, p. 58-80, jul. 2013.

PIMENTEL, M. L.; COTINGUIBA, G. C. *Relatório de janeiro de 2012*. Núcleo de Ciências Humanas, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 03 fev. 2012.

PINA, J. A. Intensificação do trabalho, Taylor e administração por estresse. *Intervozes*, Petrópolis, v. 1, n. 1, p. 56-65, maio/out. 2016.

PINA, J. A.; STOTZ, E. N. Participação nos lucros ou resultados e banco de horas: intensidade do trabalho e desgaste operário. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 36, n. 123, p. 162-176, 2011.

PINTO, G. A. *A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

POCHMANN, M. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 41-52, 2009.

POLLY, R. Apresentação à edição brasileira. In: CALLINICOS, A. *Capitalismo e racismo*. São Paulo: Zahar, 2000.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J.; GROULX, L. *et. al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

RABELO, M. C. Religião e cura: algumas reflexões sobre a experiência religiosa das classes populares urbanas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 316-325, jul./set. 1993.

RAMALHO, J. R. Movimento sindical e política social. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

REDAÇÃO Central Gazeta de Notícias. Haitiano é ferido com faca em briga. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 08 mar. 2015. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/127171/haitiano-e-ferido-com-faca-em-briga>>. Acesso em: 09 maio 2016.

RONDON, J. E. Diáspora haitiana. *Carta Capital*, São Paulo, 12 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/diaspora-haitiana>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

ROSSETO, L. Suspensão do pedido de visto surpreende haitianos em Tabatinga. *O Globo*, Portal G1, São Paulo, 15 fev. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/02/suspensao-do-pedido-de-visto-surpreende-haitianos-em-tabatinga.html>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

SABROZA, P. C. T. *Concepções sobre saúde e doença*. Curso de Aperfeiçoamento de Gestão em Saúde. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2001.

SANCHES, M. Imigrantes haitianos e africanos são explorados em carvoarias e frigoríficos. *O Globo*, Portal Online, Rio de Janeiro, 17 ago. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/imigrantes-haitianos-africanos-sao-explorados-em-carvoarias-frigorificos-13633084>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

SANTOS, A. L. R.; CONCEIÇÃO, M. B.; BRITO, D. Cabelo, cabeleira, cabeluda, descabelada: a importância do cabelo na construção da identidade da raça negra. In: ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA, 3., Cachoeira (BA), 2012. *Anais...*, Cachoeira (BA): UFRB, 2012.

SANTOS, A. O. A nova crise do sindicalismo internacional. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

SARCINELLI, M. F.; VENTURINI, K. S.; SILVA, L. C. *Abate de aves*. Boletim Técnico. Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2007.

SARDA, S. E.; RUIZ, R. C.; KIRTSCHIG, G. Tutela jurídica da saúde dos empregados de frigoríficos: considerações dos serviços públicos. *Acta Fisiátrica*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 59-65, 2009.

SAUPE, R.; NAKAMAE, D. D. A dialética materialista na concepção progressista da realidade. *Texto Contexto Enf.*, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 30-44, jan/jun 1994.

SCHAEFER, I. Raiva: uma doença do passado que mata dezenas de pessoas no Haiti. *El País*, Internacional, Porto Príncipe, 01 dez. 2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/internacional/1448897973\\_160068.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/internacional/1448897973_160068.html)>. Acesso em: 04 nov. 2016.

SCHUCMAN, L. V. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Psicologia Política*, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 41-55, jan./jun. 2010.

SEVALHO, G. Uma abordagem histórica das representações sociais de saúde e doença. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 349-363, jul./set. 1993.

SHULZ, O. Diretor dos MSF para o Haiti. Entrevista. *Médicos Sem Fronteiras* [website], Brasília, DF, 12 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.msf.org.br/noticias/apesar-de-necessarios-cuidados-de-saude-nao-sao-prioridade-na-reconstrucao-do-haiti>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

SILVEIRA, E. S. História oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007.

SINTIACRE. São mais de 4 mil haitianos vivendo aqui. E outros virão! *Jornal do Sintiacre*, Cascavel/PR, set. 2014, p. 4-5.

SCHWARTZ, R. Mídia e história: registros, documentos e fontes. *Jornal Alcar*, Porto Alegre, n. 2, p. 1-5, 2012.

SCHWARZSTEIN, D. Desafios da história oral latino-americana. In: FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (Orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

SILVA, B. Polícia descarta crime por preconceito contra haitiano. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 20 out. 2014a. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/110188/policia-descarta-crime-por-preconceito-contra-haitiano>>. Acesso em: 11 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Polícia Militar é chamada após haitianos brigarem. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 12 ago. 2014b. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/101612/policia-militar-e-chamada-apos-haitianos-brigarem>>. Acesso em: 11 maio 2016.

SINDUSCARNE. Agravantes: temperatura e umidade pioram problemas vividos pelos trabalhadores dos frigoríficos. *Revista Proteção*, Novo Hamburgo, p. 28-39, fev. 2000.

SOTOMAYOR, R. Globalización y la responsabilidad de los países en desarrollo: el caso de la migración de los profesionales de salud. *Rev. Peruana de Med. Exp. Salud Pública*, Lima, v. 24, n. 3, p. 300-306, 2007.

SOUZA, A. D.; PEREIRA, F. G. Trabalhadores, imprensa e agroindústria no Oeste do Paraná: as contradições do processo de expansão da indústria de alimentos em Marechal Cândido Rondon. In: BOSI, A. P. (Org.). *Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010): estudos sobre a cadeia avícola*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.

STOTZ, E. N. Trabalhadores, direito à saúde e ordem social no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 25-33, 2003a.

\_\_\_\_\_. Ações de solidariedade na saúde: semântica, política e ideologia diante da pobreza e da doença. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). *O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003b.

\_\_\_\_\_. Pobreza e capitalismo. In: VALLA, V. V.; STOTZ, E. N.; ALGEBAIL, E. B. (Orgs.). *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto; ENSP/Fiocruz, 2005.

\_\_\_\_\_. Teoria e prática: a pedagogia da luta (Réplica). *Interface*, Botucatu, v. 18, supl. 2, p. 1495-1498, 2014.

THEORELL, T. *et. al.* Decision latitude, job strain, and myocardial infarction: a study of working men in Stockholm. *Am. Journ. Public Health*, New York, v. 88, n. 3, mar. 1998.

THE CURE. *Killing An Arab*. Composição: Robert Smith, Michael Dempsey e Lol Tolhurst. Londres: Fiction Records, 1979. LP Single.

THE WORLD FACTBOOK. Washington: Central Intelligence Agency, 2016. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html>>. Acesso em: 26 out. 2016.

TONET, I.; LESSA, S. *Proletariado e Sujeito Revolucionário*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA. *O estrangeiro pode votar no Brasil?* JusBrasil, 2011. Disponível em: <<https://tre-ro.jusbrasil.com.br/noticias/2550818/o-estrangeiro-pode-votar-no-brasil>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

TUMOLO, P. S. *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

TURRA, F. S. Um ícone do cooperativismo. *Revista Coopavel*, Cascavel (PR), ed. 401, dez. 2015.

UEBEL, R. R. G. Aspectos gerais da dinâmica imigratória no Brasil no Século XXI. In: SEMINÁRIO MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, REFÚGIO E POLÍTICAS, 1., São Paulo, 2016. *Anais...* São Paulo: MAL/UNICAMP, 2016.

UNITED NATIONS. Department of Economical and Social Affairs. *International migration report 2015*. New York: UN, 2016.

VAINER, C. *et. al. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

VALLA, V. V. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 2, p. 7-14, 1999.

\_\_\_\_\_. Educação e saúde do ponto de vista popular. In: VALLA, V. V. (Org.). *Saúde e Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000a.

\_\_\_\_\_. Redes sociais, poder e saúde à luz das classes populares numa conjuntura de crise. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu-SP, v. 4, n. 7, p. 37-56, ago. 2000b.

\_\_\_\_\_. Procurando compreender a fala das classes populares. In: VALLA, V. V. (Org.). *Saúde e Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000c.

\_\_\_\_\_. Globalização e saúde no Brasil: a busca da sobrevivência pelas classes populares via questão religiosa. In: VASCONCELOS, E. M. (Org.). *A saúde nas palavras e nos gestos*. São Paulo: Hucitec, 2001.

\_\_\_\_\_. Pobreza, emoção e saúde: uma discussão sobre pentecostalismo e saúde no Brasil. *Rev. Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 63-75, jan./abr. 2002.

\_\_\_\_\_. Globalização, a questão social e a nova pobreza. In: VALLA, V. V.; STOTZ, E. N.; ALGEBAIL, E. B. (Orgs.). *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto; ENSP, 2005.

VARELLA, T. C.; PIERANTONI, C. R. A migração de enfermeiros: um problema de saúde pública. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.*, Recife, v. 7, n. 2, p. 199-211, abr./jun. 2007.

VARUSSA, R. J. O aumento da produção frigorífica de aves no oeste e sudeste do Paraná entre as décadas de 1970 e 2010: algumas reflexões. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA, 1., 2011. *Anais...* Marechal Cândido Rondon, PR: UNIOESTE, set. 2011.

VILLEN, P. A nova configuração da imigração no Brasil sob a óptica do trabalho. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014.

WACQUANT, L. Ghetto. In: SMELSER, N. J.; BALTES, P. B. (Eds.). *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*. Londres: Pergamon Press, 2004a.

\_\_\_\_\_. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 23, p. 155-164, nov. 2004b.

WALDMAN, T. C. Movimentos migratórios sob a perspectiva do direito à saúde: imigrantes bolivianas em São Paulo. *Rev. Dir. Sanit.*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 90-114, mar./jun. 2011.

WALTER, B. M. Em busca de algo mais no Brasil. *Gazeta do Povo*, Vida e Cidadania, Curitiba, 19 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1225026>>. Acesso em: 07 mar. 2012.

WRONSKI, F. Haitiana chora de dor ao esperar atendimento. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 22 mar. 2015a. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/129043/haitiana-chora-de-dor-ao-esperar-atendimento>>. Acesso em: 09 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Haitiana fica ferida em briga. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 09 fev. 2015b. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/123405/haitiana-fica-ferida-em-briga>>. Acesso em: 09 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Vídeo mostra haitianos sendo mal atendidos. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 09 jan. 2015c. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/119208/video-mostra-haitianos-sendo-mal-atendidos>>. Acesso em: 09 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Haitianos: sem empregos, apelam à informalidade. *Central Gazeta de Notícias*, Cascavel-PR, 17 abr. 2016. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/173419/haitianos-sem-empregos-eles-apelam-a-informalidade>>. Acesso em: 09 maio 2016.

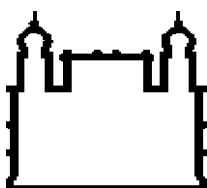
ZAMORA, M. H. R. N. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. *Fractal – Rev. Psicol.*, Niterói, v. 24, n. 3, p. 563-578, set./dez. 2012.

ZANELLA, C. K.; BERALDO, M. C. S. ONU introduz epidemia de cólera no Haiti. *Le monde diplomatique*: Brasil, São Paulo, 06 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1102>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

ZÉ GERALDO. *Cidadão*. Composição: Lúcio Barbosa. Álbum: Terceiro Mundo. CBS Record International, 1979.



## APENDICÊ A – MODELO DE TCLE



**Ministério da Saúde**

**FIOCRUZ**

**Fundação Oswaldo Cruz**

**Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca**



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “*Trabalho, saúde e organização coletiva dos imigrantes haitianos trabalhadores de frigoríficos de aves em Cascavel, Paraná, Brasil*” desenvolvida por Leonardo Dresch Eberhardt, discente de Mestrado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação do Professor Dr. Ary Carvalho de Miranda.

O objetivo central do estudo é analisar a relação entre trabalho, saúde e organização coletiva dos trabalhadores haitianos nos frigoríficos de aves de Cascavel/PR. O convite a sua participação se deve ao fato de você ser imigrante de nacionalidade haitiana e trabalhar atualmente ou ter trabalhado anteriormente em algum frigorífico de aves da cidade de Cascavel/PR. Além desse critério, você pode ter sido convidado por ter contato próximo com os haitianos ou com os coletivos que eles participam.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento, entrando em contato com os pesquisadores. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. Ademais, os dados serão utilizados somente com finalidades científicas. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista ao pesquisador do projeto. As entrevistas serão gravadas. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o pesquisador e seu orientador. Ao final da

pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos. O benefício indireto relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de fortalecer o coletivo de trabalhadores imigrantes de Cascavel/PR em sua luta por saúde e trabalho.

Durante a realização da entrevista, você poderá estar exposto a alguns riscos, como o constrangimento, o sentimento de “estar sendo avaliado” ou o estresse. Se alguma dessas situações ocorrerem, a entrevista será encerrada e retomada em outro momento. Os resultados serão divulgados em artigos científicos, em trabalhos acadêmicos e na dissertação. Além disso, os resultados da pesquisa serão devolvidos ao conjunto de imigrantes de Cascavel/PR.

O Termo é redigido em duas vias, sendo que uma ficará com você. Todas as páginas deverão ser rubricadas por você e pelo pesquisador responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da ENSP. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Tel e Fax do CEP - (0XX) 21- 25982863

E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br

Website: <http://www.ensp.fiocruz.br/etica>

Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – Térreo – Manguinhos – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 21041-210.

Nome do pesquisador: LEONARDO DRESCH EBERHARDT

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Contato com o pesquisador responsável:**

**Tel:** (21) 98850-9892 ou (55) 3526-1083; **e-mail:** leonardodeberhardt@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e **concordo** em participar. Nome do participante: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

---

**LOCAL E DATA**

## APÊNDICE B – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA ENTREVISTA

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
 Sexo: \_\_\_\_\_ Ocupação: \_\_\_\_\_ Empresa: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ Setor: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_

### **PARTE I** – *A vida no Haiti e a vinda para o Brasil*

- a) Como era a vida no Haiti? Qual era sua ocupação naquele país?
- b) Por que decidiu migrar? Por que escolheu o Brasil como destino?
- c) Como foi o processo migratório?
- d) Como foi a chegada ao Brasil? Por onde passou antes de chegar em Cascavel?
- e) Por que escolheu a cidade de Cascavel como residência?
- f) Possui família no Haiti ou no Brasil?
- g) Onde vive em Cascavel? Com quem? Quais locais frequenta?
- h) A migração para o Brasil foi vantajosa ou não?

### **PARTE II** – *O trabalho nos frigoríficos de aves*

- a) Quais os empregos anteriores ao frigorífico desde que chegou ao Brasil?
- b) Por que acabou empregado pela indústria frigorífica?
- c) Qual a sua função no frigorífico? Descreva como se dá seu trabalho.
- d) O salário que recebe é suficiente para sua sobrevivência?
- e) De quanto tempo é a jornada de trabalho? Faz horas-extras?
- f) Quanto tempo demora para chegar ao trabalho? Qual o meio de transporte utilizado?
- g) O ritmo de trabalho é intenso ou aceitável? Os movimentos são repetitivos?
- h) Há supervisão no trabalho? Ela é opressiva?
- i) Se pudesse, o que você mudaria no trabalho?

### **PARTE III** – *O processo saúde-doença relacionado ao trabalho*

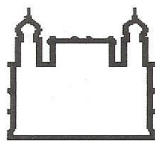
- a) Como está sua situação de saúde?
- b) Como estava sua saúde no Haiti, antes de migrar para o Brasil?
- c) Possuir alguma doença, enfermidade ou algum sintoma?
- d) Já precisou utilizar o serviço de saúde pública de Cascavel?

- e) Como foi atendido no serviço de saúde? Teve seu problema resolvido?
- f) A Unidade Básica de Saúde do seu bairro tem feito visitas a sua casa?
- g) Em que medida você acha que o trabalho no frigorífico está influenciando sua saúde?
- h) Sabe de casos de doenças em haitianos depois que vieram para Cascavel?
- i) Há casos de adoecimento/acidente entre seus colegas trabalhadores?

**PARTE IV – Movimento social e atuação da Associação**

- a) Você participa de algum movimento social em Cascavel? Qual?
- b) Os trabalhadores em frigoríficos possuem algum sindicato ou órgão representativo?
- c) Qual a atuação desse órgão/sindicato? Tem defendido os interesses dos trabalhadores?
- d) Qual a incorporação dos trabalhadores imigrantes nesse órgão? Tem espaço ou não?
- e) Como entrou em contato com a Associação dos Haitianos?
- f) Qual a atuação dessa Associação?
- g) Como ela tem auxiliado os haitianos?
- h) Como foi o processo de construção da Associação?
- i) Os haitianos possuem alguma outra forma de organização em Cascavel? Qual?
- j) Há algum espaço para as questões de saúde e doença nas pautas do movimento?

## ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO



Ministério da Saúde  
 FIOCRUZ  
 Fundação Oswaldo Cruz  
 Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca



### TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

Eu, Jean Vettel, RG n. G165090-0 abaixo assinado, responsável pela Associação Haitiana de Cascavel autorizo a realização do estudo *“Trabalho, saúde e organização coletiva dos imigrantes haitianos trabalhadores de frigoríficos de aves em Cascavel, Paraná, Brasil”* desenvolvida por Leonardo Dresch Eberhardt, discente de Mestrado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação do Professor Dr. Ary Carvalho de Miranda.

Estou ciente de que o referido estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da ENSP/FIOCRUZ pelo parecer número 1.500.148, de 14 de abril de 2016, CAAE n. 54085316.9.0000.5240.

Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento. Essas atividades dizem respeito, essencialmente, à pesquisa nos documentos da instituição e à indicação de imigrantes haitianos a serem entrevistados.

Declaro ainda conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta instituição está ciente de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Cascavel, 05/10/16  
 LOCAL E DATA

Assinatura e carimbo do responsável institucional



## ANEXO B – PARECER CONSUBSTACIADO DO CEP



### PARECER CONSUBSTACIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Trabalho, saúde e organização coletiva dos imigrantes haitianos trabalhadores de frigoríficos de aves em Cascavel, Paraná, Brasil

**Pesquisador:** Leonardo Dresch Eberhardt

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 54085316.9.0000.5240

**Instituição Proponente:** Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.500.148

#### Apresentação do Projeto:

Projeto de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Saúde Pública, área de Concentração em Saúde, Trabalho e Ambiente, de Leonardo Dresch Eberhardt, orientado por Ary Carvalho de Miranda, qualificado em 03/03/2016. Embora tenha declarado um orçamento no valor de R\$ 4.085,00 o pesquisador informa que ocorrerá às próprias custas.

Hipótese:

"Uma vez que o trabalho em frigoríficos de aves reconhecidamente degrada a saúde dos trabalhadores nativos, nossa hipótese é que ele também tem efeitos deletérios na saúde dos imigrantes. Os imigrantes percebem o trabalho em frigoríficos como algo mutilador. Além disso, procuram formas de solidariedade de classe e de organização coletiva para 'sobreviverem' na cidade."

Segundo o projeto de pesquisa:

"INTRODUÇÃO

**Endereço:** Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo  
**Bairro:** Manguinhos **CEP:** 21.041-210  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)2598-2863 **Fax:** (21)2598-2863 **E-mail:** cep@ensp.fiocruz.br



Continuação do Parecer: 1.500.148

Neste estudo, pretendemos abordar o tema da saúde do trabalhador migrante. Interessa-nos, sobretudo, saber como os imigrantes têm se organizado coletivamente para enfrentar os problemas decorrentes da relação trabalho-saúde a que estão submetidos.

Para tanto, optamos por nos debruçar sobre um caso específico de imigração contemporânea vivenciado na sociedade brasileira: a imigração de haitianos na cidade de Cascavel, localizada no oeste do estado do Paraná. Segundo dados do IBGE (2015), a população estimada de Cascavel para 2015 é de 312.778 habitantes. Dentre estes, mais de quatro mil são haitianos (SINTIACRE, 2014).

Historicamente, os trabalhadores migrantes, além das mulheres e dos negros, têm sido atingidos massivamente pela precarização do trabalho. De acordo com Kalleberg (2009), o trabalho precário é um trabalho incerto e imprevisível, no qual os riscos empregatícios são assumidos principalmente pelos trabalhadores e não pelos seus empregadores ou pelo governo. No contexto do novo complexo de reestruturação produtiva do capital (ALVES, 2000), que alterou profundamente a forma de ser da classe trabalhadora (ANTUNES, 1995), os imigrantes acabam desempenhando funções que exigem menor qualificação (ANTUNES, 2003), além de serem submetidos a taxas altas de desemprego (ANTUNES, 2010). O exemplo dos imigrantes talvez seja o mais exacerbado da tendência estrutural à precarização do trabalho: com o enorme incremento do novo proletariado informal, do subproletariado fabril e de serviços, novos postos de trabalho são preenchidos pelos imigrantes (ANTUNES, 2014).

Os trabalhadores imigrantes são, para Antunes (2014), a "ponta do iceberg" da precarização: eles têm, em geral, os horários mais desconfortáveis, como jornadas noturnas e nos finais de semana, combinando salários mais depauperados, superexploração e discriminação. Essa classe é, por isso, a mais precarizada e a mais globalizada. A tentativa de organização coletiva autônoma desses trabalhadores é, portanto, uma afronta importante à lógica de precarização do trabalho e um importante 'indicador' de saúde entre eles. Para Martins (2014a), pode-se afirmar que o fenômeno da imigração haitiana para o município de Cascavel/PR está estreitamente relacionado à indústria da alimentação. Segundo o autor, há uma década o Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango, um negócio que movimenta 8 bilhões de dólares por ano em exportações. Santa Catarina e Paraná são os maiores produtores nacionais, onde funcionam agroindústrias e frigoríficos que controlam marcas nacionalmente conhecidas.

De acordo com Martins (2014a, p. 5) em Cascavel, "mais de 500 haitianos foram empregados nos últimos três anos pelas duas cooperativas locais: a Coopavel e a Globo Aves". Para o autor, eles vieram substituir o trabalhador nacional, que já não se submete ao trabalho nos frigoríficos. "Falta

**Endereço:** Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo  
**Bairro:** Manguinhos **CEP:** 21.041-210  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)2598-2863 **Fax:** (21)2598-2863 **E-mail:** cep@ensp.fiocruz.br



Continuação do Parecer: 1.500.148

mão de obra no setor”, afirma Martins (2014a, p. 6). A migração haitiana viria a calhar para os empresários do setor. “No princípio os haitianos foram buscados no Acre, por onde a maioria deles ingressou no Brasil” (MARTINS, 2014a, p. 6). Posteriormente, tendo se estabelecido no município de Cascavel, os próprios haitianos passaram a chamar amigos e parentes em razão da oferta de emprego nos frigoríficos. Mais da metade dos haitianos residentes em Cascavel trabalha na indústria dos frigoríficos. Segundo Martins (2014a, p. 6):

[...] o perfil médio do haitiano empregado na indústria da alimentação de Cascavel é o perfil do adulto, do sexo masculino, com ensino médio completo, registro em carteira de trabalho, renda mensal em torno de R\$ 1.000,00 e jornadas de trabalho superiores a 8 horas diárias. A maioria está insatisfeita com a remuneração recebida. Induzidos por coiotes – e tendo uma ideia distorcida do país – eles imaginavam salários mais elevados no Brasil. O que ganham é insuficiente para mandar aos parentes no Haiti e cobrir as despesas de moradia e alimentação. Por isso, alguns buscam uma segunda ocupação, como auxiliares de cozinha, garçons, frentistas etc., normalmente sem registro em carteira. Alguns concluíram o ensino superior.

Isto é, os haitianos residentes em Cascavel se encontram, no geral, em uma situação de vulnerabilidade social, como definida por Castel (2001). Trabalham por longas jornadas e recebem salários baixos. Recebem menos que o suficiente para sobreviver. Mantém relações com amigos e familiares no Haiti e gostariam de voltar para lá ou migrar para outro país.

A partir desta realidade, propomos como problema de pesquisa a seguinte questão: qual a relação entre trabalho, saúde e organização coletiva nos trabalhadores haitianos de Cascavel/PR?

Neste sentido, apresentamos o conteúdo deste projeto em algumas seções. Inicialmente, traçamos os objetivos deste estudo: objetivo geral e objetivos específicos. Esperamos que com isso o leitor se familiarize com nossas pretensões para a pesquisa. Posteriormente, discorreremos acerca dos referenciais teórico-metodológicos escolhidos pelos autores para a sustentação da pesquisa: a categoria trabalho da teoria marxiana, o conceito de determinação social da saúde e a saúde do trabalhador. Após a apresentação dos referenciais teóricos, percorremos o caminho metodológico e seus respectivos instrumentos, os quais irão garantir o alcance dos objetivos da pesquisa.

Em sequência, ponderamos a respeito das justificativas para a realização do estudo e das contribuições que esperamos atingir. Por fim, é apresentado o cronograma planejado para a execução da pesquisa e são elencadas as referências bibliográficas utilizadas no decorrer do

**Endereço:** Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo  
**Bairro:** Manguinhos **CEP:** 21.041-210  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)2598-2863 **Fax:** (21)2598-2863 **E-mail:** cep@ensp.fiocruz.br





Continuação do Parecer: 1.500.148

texto."

#### "PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Serão utilizadas duas técnicas de pesquisa que se complementarão: a entrevista individual semi-estruturada e a pesquisa documental. No tocante à entrevista (Apêndice A), a amostra será estabelecida de forma intencional, utilizando-se a técnica de snowball sampling (amostragem por bola-de-neve) (ATKINSON; FLINT, 2001) para a definição dos entrevistados. A principal vantagem desse método é permitir a construção de amostras de sujeitos que dificilmente seriam encontrados de outra forma (DUNN; FERRI, 1999). Desta forma, os primeiros indivíduos entrevistados serão indicados pela Associação dos Imigrantes Haitianos de Cascavel/PR.

A técnica da saturação será utilizada para a determinação do tamanho da amostra. A avaliação da saturação teórica será realizada por um processo contínuo de análise dos dados, começado já no início do processo de coleta, conforme orientam (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008).

A entrevista será realizada em quatro partes, cada qual com uma série de perguntas: (1) a vida no Haiti e a vinda para o Brasil; (2) o trabalho no frigorífico de aves; (3) o processo saúde-doença relacionado ao trabalho; e (4) movimento social e atuação da Associação.

Durante a realização das entrevistas, procuraremos atentar para as estratégias indicadas por Poupart (2010), de obter a colaboração do entrevistado: colocá-lo à vontade, ganhar a sua confiança, levá-lo a tomar a iniciativa do relato e levá-lo a se envolver com o relato. Além disso, tentaremos realizar as entrevistas em ambientes indicados pelos entrevistados, em que eles se sentissem seguros e confiantes em falar.

No decorrer das entrevistas, os sujeitos entrevistados poderão estar expostos a alguns riscos, como o constrangimento, o sentimento de "estar sendo avaliado" ou o estresse. Caso alguma dessas situações ocorra, a entrevista será encerrada e retomada em outro momento.

Alguns critérios de inclusão dos sujeitos da pesquisa serão observados: possuir natalidade no Estado nacional do Haiti; viver no Brasil há não mais do que dez anos; trabalhar ou ter trabalhado em empresa do ramo da agroindústria de alimentos – frigoríficos de aves – no município de Cascavel/PR; possuir idade maior ou igual a 18 anos completos. Os indivíduos que não cumprirem tais critérios serão excluídos da amostra desta pesquisa.

Em relação ao tempo de permanência em Cascavel/PR, estipulou-se o prazo de dez anos, pois nossa intenção é alcançar somente a nova onda de imigração para a cidade, que é, na verdade, a mais significativa. Por outro lado, optamos por selecionar apenas os trabalhadores vinculados aos frigoríficos de aves, pois, uma vez que nossa intenção é fazer referência ao processo de produção

<b>Endereço:</b> Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo	
<b>Bairro:</b> Manguinhos	<b>CEP:</b> 21.041-210
<b>UF:</b> RJ	<b>Município:</b> RIO DE JANEIRO
<b>Telefone:</b> (21)2598-2863	<b>Fax:</b> (21)2598-2863 <b>E-mail:</b> cep@ensp.fiocruz.br



Continuação do Parecer: 1.500.148

a que os trabalhadores estão envolvidos, ficaria difícil se os mesmos trabalhassem em mais de um ramo produtivo.

Em relação à pesquisa documental (PIMENTEL, 2001; SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009), serão coletadas informações – a partir de um roteiro (Apêndice B) – nas atas e documentos da Associação dos Imigrantes Haitianos de Cascavel/PR, a respeito da atuação dessa instituição criada com a finalidade de representar os interesses dos imigrantes. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Os documentos serão fichados e analisados de forma qualitativa, para posteriormente serem sintetizados. A coleta de dados nos documentos, baseada em um roteiro semi-estruturado (Apêndice B), seguirá as seguintes perguntas: (1) qual o objetivo do documento? (2) Quais os conceitos-chave e qual é a lógica interna do texto? (3) O documento foi produzido com a participação dos haitianos? (4) Qual é o seu caráter político: democrático ou não? (5) Qual atuação da Associação transparece através do documento? (6) Ele reflete a realidade prática vivenciada pela Associação? (7) Há alguma referência à questão do trabalho no documento? (8) E à saúde?

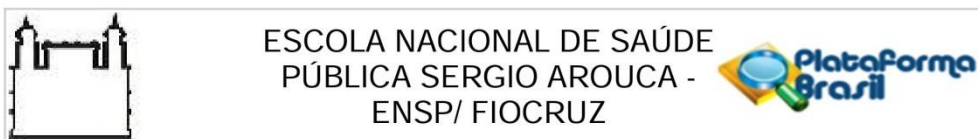
[...]

A metodologia de análise dos dados seguirá os pressupostos e orientações para a análise qualitativa preconizados por Minayo (2012), no que diz respeito a compreender, interpretar e dialetizar os dados obtidos. Além disso, como indicado na seção dos referenciais teórico-metodológicos da pesquisa, serão utilizadas categorias do materialismo histórico-dialético para melhor compreender o objeto de estudo.

A respeito da ética na pesquisa qualitativa, serão observadas as recomendações de Minayo e Guerriero (2014). Além disso, serão observadas todas as condutas éticas preconizadas pela Resolução n. 466/12 (BRASIL, 2012), o que implica, dentre outros elementos, no consentimento livre e esclarecido dos trabalhadores em participarem da pesquisa – a ser obtido por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C) – e na autorização da Associação dos Trabalhadores Imigrantes de Cascavel/PR – através do Termo de Autorização do Campo de Estudo (Apêndice D).

Durante a construção do projeto de pesquisa, procuramos estabelecer uma relação de colaboração com a Associação dos Imigrantes Haitianos de Cascavel/PR. Foram realizadas algumas reuniões com membros da Associação nas quais o projeto de pesquisa em construção foi apresentado. As sugestões dos mesmos foram avaliadas e incorporadas quando possível. Ademais, nossa intenção é realizar, ao final do estudo, a 'devolução' dos resultados da pesquisa à Associação e ao coletivo

**Endereço:** Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo  
**Bairro:** Manguinhos **CEP:** 21.041-210  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)2598-2863 **Fax:** (21)2598-2863 **E-mail:** cep@ensp.fiocruz.br



Continuação do Parecer: 1.500.148

de imigrantes haitianos, compreendendo essa iniciativa como uma forma de contribuir com a luta dos imigrantes."

Tamanho da Amostra no Brasil: 15

**Objetivo da Pesquisa:**

O pesquisador relata como objetivos:

"Objetivo geral

Analisar a relação entre trabalho, saúde e organização coletiva dos trabalhadores haitianos nos frigoríficos de aves de Cascavel/PR.

Objetivos específicos

- A) Compreender o processo de produção no qual os trabalhadores imigrantes estão envolvidos;
- B) Identificar as situações de trabalho apontadas como "problema" pelos trabalhadores;
- C) Identificar como os trabalhadores percebem a influência dessas "situações-problema" na saúde dos mesmos;
- D) Evidenciar como esses problemas foram debatidos pelos trabalhadores e quais estratégias foram adotadas;
- E) Apontar qual o lugar que a questão da saúde ocupa nesses debates e estratégias;
- F) Analisar a atuação da Associação dos Trabalhadores Imigrantes de Cascavel/PR."

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Aponta como riscos e benefícios, segundo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:

"O benefício indireto relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de fortalecer o coletivo de trabalhadores imigrantes de Cascavel/PR em sua luta por saúde e trabalho.

Durante a realização da entrevista, você poderá estar exposto a alguns riscos, como o constrangimento, o sentimento de "estar sendo avaliado" ou o estresse. Se alguma dessas situações ocorrerem, a entrevista será encerrada e retomada em outro momento."

De acordo com a Plataforma Brasil:

<b>Endereço:</b> Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo	<b>CEP:</b> 21.041-210
<b>Bairro:</b> Manguinhos	
<b>UF:</b> RJ	<b>Município:</b> RIO DE JANEIRO
<b>Telefone:</b> (21)2598-2863	<b>Fax:</b> (21)2598-2863
	<b>E-mail:</b> cep@ensp.fiocruz.br



Continuação do Parecer: 1.500.148

**"Riscos:**

Risco de que os entrevistados se sintam constrangimento, estresse, ou o sentimento de "estar sendo avaliado".

**Benefícios:**

Conhecer e analisar as estratégias construídas por esses trabalhadores em relação ao trabalho e à saúde pode contribuir, substancialmente, em dois sentidos:

- (a) na definição e implementação de políticas de saúde do trabalhador voltadas a esses trabalhadores, nos níveis local e/ou regional;
- e (b) na evolução e fortalecimento do próprio coletivo de trabalhadores imigrantes em sua luta no trabalho e pela saúde."

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa de temática inovadora e relevante.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Apresentou:

- Projeto na íntegra (arquivo "Leonardo\_ProjetoDissertacao0703.docx");
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (arquivo "TCLE.doc");
- Folha de Rosto assinada e datada pelo pesquisador (arquivo "Folha\_de\_rosto\_Leonardo.pdf");
- Formulário de Encaminhamento do projeto ao CEP (arquivo "Folha\_Encaminhamento\_Leonardo.pdf");
- Termo de Compromisso que anexará o termo de anuência quando estiver no campo (arquivo "Declaracao\_Anuencia\_Leonardo.pdf");
- Termo de Compromisso para Uso dos Dados (arquivo "TCUD\_Leonardo.pdf");
- Roteiro de entrevista (arquivo "Roteiro\_entrevista.docx");
- Roteiro de análise documental (arquivo "Roteiro\_analisedocumental.docx");
- Orçamento (arquivo "Orçamento.docx");
- Cronograma (arquivo "CRONOGRAMA.docx").

**Endereço:** Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo  
**Bairro:** Manguinhos **CEP:** 21.041-210  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)2598-2863 **Fax:** (21)2598-2863 **E-mail:** cep@ensp.fiocruz.br



Continuação do Parecer: 1.500.148

**Recomendações:**

Reformatar o TCLE de forma que as assinaturas não fiquem em página isolada do texto. Encaminhar a versão final do TCLE como "notificação".

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto não apresenta pendências ou inadequações.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

ATENÇÃO: \*\*\* CASO OCORRA ALGUMA ALTERAÇÃO NO FINANCIAMENTO DO PROJETO ORA APRESENTADO (ALTERAÇÃO DE PATROCINADOR, MODIFICAÇÃO NO ORÇAMENTO, COPATROCÍNIO), O PESQUISADOR TEM A RESPONSABILIDADE DE SUBMETER UMA EMENDA AO CEP SOLICITANDO AS ALTERAÇÕES NECESSÁRIAS. A NOVA FOLHA DE ROSTO A SER GERADA DEVERÁ SER ASSINADA NOS CAMPOS PERTINENTES E ENTREGUE A VIA ORIGINAL NO CEP. ATENTAR PARA A NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO DO CRONOGRAMA DA PESQUISA. \*\*\*

\* Em atendimento ao subitem II.19 da Resolução CNS nº 466/2012, cabe ao pesquisador responsável pelo presente estudo elaborar e apresentar relatório final "[...] após o encerramento da pesquisa, totalizando seus resultados". O relatório deve ser enviado ao CEP pela Plataforma Brasil em forma de "notificação". O modelo de relatório que deve ser seguido se encontra disponível em [www.ensp.fiocruz.br/etica](http://www.ensp.fiocruz.br/etica).

\* Qualquer necessidade de modificação no curso do projeto deverá ser submetida à apreciação do CEP, como emenda. Deve-se aguardar parecer favorável do CEP antes de efetuar a modificação.

\* Justificar fundamentadamente, perante o CEP, caso haja interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

**Endereço:** Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo  
**Bairro:** Manguinhos **CEP:** 21.041-210  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)2598-2863 **Fax:** (21)2598-2863 **E-mail:** cep@ensp.fiocruz.br



Continuação do Parecer: 1.500.148

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_675721.pdf	08/03/2016 12:27:15		Aceito
Outros	TCUD_Leonardo.pdf	08/03/2016 12:26:28	Leonardo Dresch Eberhardt	Aceito
Outros	Folha_Encaminhamento_Leonardo.pdf	08/03/2016 12:26:03	Leonardo Dresch Eberhardt	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Declaracao_Anuencia_Leonardo.pdf	08/03/2016 12:25:31	Leonardo Dresch Eberhardt	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Leonardo.pdf	08/03/2016 12:24:55	Leonardo Dresch Eberhardt	Aceito
Orçamento	Orcamento.docx	07/03/2016 21:22:57	Leonardo Dresch Eberhardt	Aceito
Outros	Roteiro_analisedocumental.docx	07/03/2016 21:18:24	Leonardo Dresch Eberhardt	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista.docx	07/03/2016 21:16:52	Leonardo Dresch Eberhardt	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Leonardo_ProjetoDissertacao0703.docx	07/03/2016 21:00:53	Leonardo Dresch Eberhardt	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	07/03/2016 21:00:00	Leonardo Dresch Eberhardt	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	07/03/2016 20:59:05	Leonardo Dresch Eberhardt	Aceito
Outros	FolhaRosto_LeonardoDresch.pdf	14/04/2016 14:15:33	Carla Lourenço Tavares de Andrade	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RIO DE JANEIRO, 14 de Abril de 2016

Assinado por:

**Carla Lourenço Tavares de Andrade**  
(Coordenador)

**Endereço:** Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo  
**Bairro:** Manguinhos **CEP:** 21.041-210  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)2598-2863 **Fax:** (21)2598-2863 **E-mail:** cep@ensp.fiocruz.br